

**BRUNO MENDES TULUX**

**O PRESÍDIO DE MIRANDA E A DEFESA DO IMPÉRIO  
PORTUGUÊS NA FRONTEIRA SUL DA CAPITANIA  
DE MATO GROSSO (1797 – 1822)**

DOURADOS - 2012

**BRUNO MENDES TULUX**

**O PRESÍDIO DE MIRANDA E A DEFESA DO IMPÉRIO  
PORTUGUÊS NA FRONTEIRA SUL DA CAPITANIA  
DE MATO GROSSO (1797 – 1822)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *Movimentos Sociais e Instituições*.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Nauk Maria de Jesus**.

DOURADOS - 2012

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD**

981.72	Tulux, Bruno Mendes.
T924p	O Presídio de Miranda e a defesa do império português na fronteira sul da capitania de Mato Grosso (1797 – 1822). / Bruno Mendes Tulux. - Dourados, MS : UFGD, 2013.
	231 f.
	Orientadora: Profa. Dra. Nauk Maria de Jesus
	Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.
	1. História – Mato Grosso. 2. Presídio de Miranda. I. Título.

**BRUNO MENDES TULUX**

**O PRESÍDIO DE MIRANDA E A DEFESA DO IMPÉRIO  
PORTUGUÊS NA FRONTEIRA SUL DA CAPITANIA  
DE MATO GROSSO (1797 – 1822)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente e orientadora:

Nauk Maria de Jesus (Dra., UFGD) \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Paulo Cesar Possamai (Dr., UFPel) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

A todos os índios, negros e brancos que em algum momento da história colaboraram para a defesa do que hoje conhecemos como a fronteira oeste do Brasil.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a algumas pessoas muito especiais em minha vida. Artidório e Roselene, meus pais, e Eva, minha avó, que são meus referenciais de vida. Ana Carolina, minha esposa, que compartilha sua vida comigo e que me permitiu fazer parte da sua. Espero ter conseguido e conseguir, durante todo o tempo em que estivemos e estaremos juntos, expressar meus sinceros sentimentos por vocês, pois apenas com palavras não consigo fazer. Marilda e Marilza, minhas tias, e Renato, meu primo, muito obrigado por todo o carinho, apoio e compreensão. Carolina, minha irmã, Rafael, cunhado, e ao pequeno Rafha, que chegou no meio desse processo e por isso pude apreciar tão pouco seu crescimento, a saudade é grande, mas a memória é sempre fraterna. Thiago e Thays, meus irmãos, que apesar de ser curto o tempo em que estamos juntos é sempre agradável.

Minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nauk Maria de Jesus. Obrigado por permitir que eu caminhasse por terrenos que ainda não os conhecia, só foi possível chegar até aqui pelo mérito de sua orientação. Agradeço sinceramente por me fazer enxergar meu objeto de pesquisa, pela paciência que teve comigo e, se há algum resultado positivo ao final dessa jornada, é produto de sua experiência como pesquisadora.

Aos componentes da banca de qualificação, Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiróz e Prof. Dr. Paulo Cesar Possamai, meus agradecimentos pelas considerações feitas na construção deste texto.

Professores do PPGH-UFGD: Eudes Fernando Leite, João Carlos de Souza, Eliazar João da Silva, Linderval Augusto Monteiro, Nauk e Paulo Cimó. Sou muito grato pelas reflexões provocadas durante e após suas brilhantes aulas. Ao Cléber, secretário do PPGH da UFGD, agradeço por sempre atender a mim e aos demais pós-graduandos.

À Prof.<sup>a</sup> Vanda da Silva sou grato por me apresentar ao mundo dos documentos manuscritos: sem seu apoio o trabalho certamente seria mais difícil e menos proveitoso.

Aos amigos que fiz após o ingresso no curso de pós-graduação em Dourados: Rodrigo Araújo, Valter do Carmo, Valdir Aragão, Gabriel Ulian, Enrique do Prado, Leandro Baller, Gláucio Knapp, Vanda da Silva, Michelle Maia, Gustavo Almeida, Fabiano Coelho, Theo

Pereira... obrigado pelos momentos de ótima convivência e aprendizado! Aos colegas de trabalho da Revista Eletrônica História em Reflexão: Fabiano Coelho, Anatólio Arce, Gláucio Knapp, Cássio Knapp, Diógenes Cariaga, Victor Miranda, Ana Paula Hilgert, Ilsyane Kmitta e Tiago Benfica; grato pela convivência e por fazer parte desse importante projeto.

Expresso meus agradecimentos às seguintes pessoas e instituições que permitiram que eu pudesse tecer minhas reflexões e buscar as informações contidas no texto: Aparecido Melchiades e Biblioteca Pública Estadual Dr. Izaías Paim (Campo Grande – MS), Prof.<sup>a</sup> Madalena Greco e Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (Campo Grande – MS), Fundação Cultural do Exército Brasileiro – FUNCEB (Brasília – DF), Wagner Prates, Waltemberg Santos e Maxwell de Oliveira, todos do Arquivo Público de Mato Grosso (Cuiabá – MT) e Joacir de Souza, Fátima Leão e Luis Álvaro do Núcleo de Informação e Documentação Histórico Regional da UFMT (Cuiabá – MT).

Não posso, jamais, me esquecer de algumas pessoas muito importantes nessa jornada. Prof.<sup>o</sup> Gilson Rodolfo Martins e Prof.<sup>a</sup> Emília Mariko Kashimoto, sou imensamente grato por todo o conhecimento passado e por poder chamá-los de amigos; Prof.<sup>o</sup> Cesar Campiani Maximiano, muito obrigado pela confiança e por despertar em mim o prazer de pesquisar história militar; Prof.<sup>o</sup> Paulo Marcos Esselin, obrigado pelas questionamentos sempre pertinentes; aos sempre incentivadores: Prof<sup>o</sup> Gonçalo de Souza e Prof<sup>o</sup> Rubem Ayang.

Aos amigos de sempre, de muitos anos e de anos recentes: Adham Wahab, André Camy, Arcelino Ricardo de Oliveira, Arli Norberto, Artur Jorge, Bruna David, Bruno Mesojedovas, Bruno Torquato, Carlos Eckert, Carlos Trubiliano, Daniel Burigato, Daniel Freitas, Éder Jâneo, Enrique Gonçalves, Fabio Willian, Helder Marques, Iris Matos, Janaina Rocca, João Paulo Vieira, Juberto Souza, Juliana Morinigo, Leandro Barbosa, Lenita Rodrigues, Luisa Helena, Márcia Campos, Marco Aurélio Gomes, Marcos Hanemann, Marly do Nascimento, Ozzy, Pedro Vanalli, Rennam Nantes, Rodrigo Kishi, Tiago Vieira e Vinicius Rajão. Muito obrigado!

Finalmente, agradeço a CAPES por ter sido contemplado com uma bolsa de estudos durante o curso de pós-graduação, que permitiu a plena execução desta pesquisa.

O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.

(Marc Bloch)

## **RESUMO EM PORTUGUÊS**

Esta dissertação tem por objetivo analisar a defesa realizada pelo Presídio de Miranda na fronteira sul da capitania de Mato Grosso, entre os anos de 1797 e 1822. Para tanto foi preciso reconstituir panoramicamente a segunda metade do século XVIII, para se entender a necessidade de fortificação do rio Mondego. Neste texto é apresentado o contato entre os povoadores ibéricos que habitaram a fronteira e os índios, especialmente os Guaicuru. As questões voltadas para a construção do presídio, da formação da tropa destacada na fronteira, do abastecimento de armas e mantimentos fazem parte do estudo, já que desta forma poder-se-á compreender as ações cotidianas de um estabelecimento militar colonial na fronteira. As informações utilizadas para tecer tais reflexões são oriundas de documentos manuscritos do período colonial e foram extraídas dos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e do Arquivo Público de Mato Grosso.

Palavras-chave: Defesa colonial. Presídio militar. Fronteira do Império português.

## **RESUMO EM INGLÊS (ABSTRACT)**

This dissertation aims to analyze the defense held by the Presidio of Miranda on the southern border of the Mato Grosso captaincy, between the years 1797 and 1822. Therefore it was necessary to reconstruct panoramically the second half of the eighteenth century, to understand the need to fortify the river Mondego. In this text it is presented the contact between the Iberian settlers who inhabited the frontier and the Indians, especially the Guaicuru. The questions focused on the construction of the presidio, the formation of the troops deployed on the border, the supply of weapons and supplies are part of the study, through this way it will be able to understand the everyday actions of a military establishment in the colonial frontier. The information used to create such reflections are from handwritten documents from the colonial period and were extracted from the collections of the Overseas Historical Archive of Lisbon and the Public Archives of Mato Grosso.

Keywords: Colonial defense. Militar presidio. Border of the portuguese Empire.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Representação aproximada dos limites da capitania de Mato Grosso (meados do século XVIII) .....	23
<b>Figura 2</b> – Representação aproximada dos <i>termos</i> , ou <i>repartições</i> , do Cuiabá e de Mato Grosso (meados do século XVIII) .....	26
<b>Figura 3</b> – Representação do <i>termo</i> , ou <i>repartição</i> , do Cuiabá e os lugares existentes em Mato Grosso ao final do século XVIII .....	28
<b>Figura 4</b> – Distribuição das forças militares na fronteira entre a capitania de Mato Grosso e a província do Paraguai ao final do século XVIII/começo do XIX .....	54
<b>Figura 5</b> – Representação da fronteira entre a capitania de Mato Grosso e a província do Paraguai com os principais rios da região .....	93
<b>Figura 6</b> – Representação aproximada da área de atuação das principais rondas realizadas pela tropa do Presídio de Miranda .....	127

## LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1** – Detalhes do traçado da estrutura defensiva do Presídio de Miranda. Da esquerda para a direita as datas atribuídas às representações cartográficas são de 1775-1799 , 1776, 1798, 1811 e 1811 ..... 99
- Imagem 2** – *Planta de um forte e área envolvente*. [Escala indeterminada]. – [1775 - 1799]. 1 mapa em 4 fl. coladas: ms., color.; 42 x 45 cm em folha de 43 x 45 cm. .... 102
- Imagem 3** – *Planta de um forte*. / Do Capp.<sup>tam</sup> Poupino. Escala [ca. 1:400], 40 braças = [21,9 cm]. – [c. 1776]. - 1 planta: ms., color.; 45 x 34 cm. .... 104
- Imagem 4** – Detalhe da muralha feita de taipa e faxina de *Planta de um forte*. / Do Capp.<sup>tam</sup> Poupino. Escala [ca. 1:400], 40 braças = [21,9 cm]. – [c. 1776]. - 1 planta: ms., color.; 45 x 34 cm. .... 105
- Imagem 5** – *Imagem sem título [Planta do Prezidio de Miranda]*. [1798]. Autor: Francisco Rodrigues do Prado. Original do Arquivo Histórico do Itamarati, Rio de Janeiro ..... 107
- Imagem 6** – Detalhe da planta da fortificação *Imagem sem título [Planta do Prezidio de Miranda]*. [1798]. Autor: Francisco Rodrigues do Prado. Original do Arquivo Histórico do Itamarati, Rio de Janeiro ..... 108
- Imagem 7** – *Planta do forte de Miranda*. [Sargento Mór e Engenheiro correspondente do Real Arquivo Militar José Antonio Teixeira Cabral]. – [1811] 41,5 x 77,4 cm. Mapa manuscrito, aquarelado com desenho e nanquim. Biblioteca Nacional – Brasil (Acervo Cartografia) ..... 116
- Imagem 8** – Detalhe da planta da fortificação. *Planta do forte de Miranda*. [Sargento Mór e Engenheiro correspondente do Real Arquivo Militar José Antonio Teixeira Cabral]. – [1811] 41,5 x 77,4 cm. Mapa manuscrito, aquarelado com desenho e nanquim. Biblioteca Nacional – Brasil (Acervo Cartografia) ..... 118
- Imagem 9** – *Presídio de Miranda, 1811*. [necessita de maiores informações] ..... 120

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Legenda dos lugares indicados na planta do Forte de Miranda .....	119
<b>Tabela 2</b> – População da capitania de Mato Grosso no ano de 1800 .....	148
<b>Tabela 3</b> – Forças militares na capitania de Mato Grosso durante o período colonial ....	152
<b>Tabela 4</b> – Emprego da tropa destacada no Presídio de Miranda – Julho de 1800 .....	155
<b>Tabela 5</b> – Composição da tropa destacada no Presídio de Miranda – Setembro de 1801 .....	156
<b>Tabela 6</b> – Emprego da tropa destacada no Presídio de Miranda – Julho de 1803 .....	158
<b>Tabela 7</b> – Sorteios de praças milicianos enviados de Vila do Cuiabá para o Presídio de Miranda – Agosto de 1809/Junho de 1811 .....	160
<b>Tabela 8</b> – Estado da tropa destacada no Presídio de Miranda – Setembro de 1811 .....	162
<b>Tabela 9</b> – Destacamento de Milicianos do Presídio de Miranda - Dezembro de 1811 ..	165
<b>Tabela 10</b> – Destacamento do Presídio de Miranda - Junho de 1812 .....	166
<b>Tabela 11</b> – Contingente destacado do Presídio de Miranda – Maio/Novembro de 1812 .....	167
<b>Tabela 12</b> – Estado do armamento e munições existentes no Presídio de Miranda – Setembro de 1801 .....	179
<b>Tabela 13</b> – Relação de armamentos, ferramentas e demais pertences apreendidos no Presídio do rio da Lapa – Janeiro de 1802 .....	180
<b>Tabela 14</b> – Relação de remédios para o hospital do Presídio de Miranda – Agosto de 1808 .....	188
<b>Tabela 15</b> – Relação de mantimentos vindos da Vila do Cuiabá para o Presídio de Miranda – Julho de 1799 .....	191

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AHU** – Arquivo Histórico Ultramarino

**APMT** – Arquivo Público de Mato Grosso

**CDR** – Centro de Documentação Regional

**FUNCEB** – Fundação Cultural do Exército Brasileiro

**IHGB** – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**IHGMS** – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul

**IHGMT** - Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

**NDIHR** – Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional

**UFGD** – Universidade Federal da Grande Dourados

## SUMÁRIO

Lista de figuras .....	11
Lista de imagens .....	12
Lista de tabelas .....	13
Lista de abreviaturas e siglas .....	14
<b>Introdução</b> .....	17
<b>Capítulo 1. A política urbanizadora portuguesa e a importância da defesa da fronteira sul da capitania de Mato Grosso (1748 - 1797)</b> .....	22
1.1. O governo da capitania de Mato Grosso e o cuidado com a manutenção dos limites: a defesa do território fronteiro .....	32
1.2. O “fazer fortaleza”: uma prática urbanizadora portuguesa no rio Mondego .....	57
<b>Capítulo 2. A ocupação do rio Mondego e a associação das populações indígenas ao Presídio de Miranda</b> .....	68
2.1. Breves considerações sobre os índios Guaicuru: do período pré-colonial ao Tratado de Paz (1791) .....	70
2.2. A posse sobre o território limítrofe: a fundação do Presídio de Miranda e a importância dos aldeamentos da fronteira .....	75
2.2.1. O relacionamento entre populações indígenas e ibéricas na fronteira entre Portugal e Espanha na região mais central da América do Sul .....	81
<b>Capítulo 3. Ações bélicas no Presídio de Miranda: da construção da fortificação ao conflito armado contra os espanhóis</b> .....	91
3.1. A construção do Presídio de Miranda: considerações sobre a estrutura fortificada ..	93
3.2. As rondas realizadas pela guarnição do Presídio de Miranda: uma estratégia defensiva .....	124
3.2.1. Camapuã: um local a ser defendido .....	130
3.3. O combate entre o Presídio de Miranda e o Forte de San Carlos (1802): a perspectiva da manutenção da fronteira .....	132

<b>Capítulo 4. Tropa, armamento e o cotidiano de um estabelecimento militar .....</b>	<b>145</b>
4.1. O contingente do presídio: a composição da força militar no Miranda e resistência ao serviço militar .....	154
4.1.1. As formas de resistência da tropa destacada no Presídio de Miranda .....	168
4.2. Artilharia, armas, munições, pólvora e fardamento: o fornecimento de gêneros bélicos para o Presídio de Miranda .....	178
4.3. Considerações sobre o abastecimento do presídio durante o período de tensão com a Província do Paraguai .....	186
<b>Considerações finais .....</b>	<b>204</b>
<b>Bibliografia e fontes .....</b>	<b>207</b>
<b>Anexo A .....</b>	<b>230</b>

## INTRODUÇÃO

Coforme já apresentou a historiadora Christiane Pagano de Mello “o interesse pela história militar do Brasil colonial parece pequeno: poucos trabalhos são dedicados a esse tema na produção historiográfica brasileira”.<sup>1</sup> Esta dissertação é, portanto, apresentada com o intuito de colaborar para que possa se ter uma visão mais panorâmica do passado colonial. O conteúdo do texto oferece uma perspectiva de análise de um dos instrumentos de defesa territorial portuguesa que foi fundado na capitania de Mato Grosso no final do século XVIII: o Presídio de Miranda.

Os temas relacionados à história militar de Mato Grosso, seja capitania, província ou estado (e aqui se deve entender como Mato Grosso os atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia), voltam-se, para a grande maioria das pessoas, ao episódio platino ocorrido em meados do século XIX, a Guerra do Tríplice Aliança contra a República do Paraguai. Evidentemente, este é o confronto militar mais conhecido e mais lembrado por historiadores e pesquisadores sobre as guerras que já ocorreram no interior do continente americano.

No entanto, entre os séculos XVIII e XIX outros enfrentamentos, muito diferente daqueles da Guerra da Tríplice Aliança, ocorreram na raia ocidental das posses portuguesas na América. Essa é a proposta deste estudo: analisar de que forma foi realizada a defesa do território fronteiriço português na América, especialmente a defesa feita pelo Presídio de Miranda, entre 1797 e 1822. O presídio estudado deve ser visto como uma extensão da conjuntura mundial em que estiveram envolvidos Portugal e Espanha entre os séculos XV e XIX.

A análise apresentada neste trabalho é a de que o presídio é o desdobramento das políticas urbanizadoras portuguesas iniciadas na Ásia e na África séculos antes; que no

---

<sup>1</sup> MELLO, C. F. P. de. *Forças militares no Brasil colonial: corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII*, p. 11.

momento da fundação dessa fortificação o mundo convulsionava na iminência dos conflitos nacionais europeus, prestes a desencadear grandes mudanças na sociedade ocidental; que a conjuntura colonial portuguesa não deveria ser analisada somente sob os aspectos da exploração econômica, mas era também a combinação de instituições e redes de poder que permitiram a existência da noção de um Império, inclusive no Oriente.<sup>2</sup>

É importante ressaltar que essa pesquisa não tem como base o quadro teórico metodológico qual se estava assentada a história militar brasileira até a década de 1970. A produção da história militar nacional, surgida a partir do fortalecimento do Exército brasileiro no final do século XIX, era baseada em narrativas de combates, biografias de heróis militares, descrições de locais de conflito e de táticas vencedoras de grandes guerras. O referencial teórico e metodológico desses historiadores militares do final do século XIX até pouco mais da metade do século XX era a escola metódica, já que a tradição militar era fortemente influenciada pelo positivismo. Entre 1970/1990 os estudos militares brasileiros passaram a ser contextualizados de forma mais complexa, alcançando maior visibilidade nos meios acadêmicos e examinando com mais critério o contexto histórico, as fontes e as várias metodologias para produção do conhecimento historiográfico, agregando assim condições para compreender a questão militar como parte da história nacional.<sup>3</sup>

O desenvolvimento da pesquisa nesse viés é reforçado por ser a história militar o estudo das armas e dos meios de defesa, das fortificações, dos exércitos, das táticas de guerra, das instituições marciais, dos regimentos, das políticas nacionais para defesa e expansão. É a compreensão não somente sobre a guerra, mas da preparação do cenário geográfico e ideológico da/para a batalha; questões que são ao mesmo tempo estimulantes e fundamentais para o entendimento da dinâmica colonial, especialmente na capitania de Mato Grosso. Assim, a compreensão dos temas conflituosos extrapola a própria política, possibilitando que questões sociais, econômicas, geográficas e étnico-culturais sejam abordadas pela história militar.<sup>4</sup>

O estudo da defesa realizada pelo Presídio de Miranda, apresentado sob o título *O Presídio de Miranda e a defesa do Império português na fronteira sul da capitania de Mato Grosso (1797 – 1822)*, está constituído em duas perspectivas: a primeira está relacionada à

---

<sup>2</sup> BOXER, C. *O império colonial português*, p. 33 – 53.

<sup>3</sup> CASTRO, C., IZECKSOHN, V., KRAAY, H. Da história militar à “nova” história militar. In: *Nova história militar brasileira*, p. 13 – 26.

<sup>4</sup> KEEGAN, J. *O rosto da batalha*, p. 16 – 17, 20 – 21, 24.

materialização dessa fortificação como a extensão de uma política lusitana de proporções imperiais no interior da América do Sul e, portanto, na fronteira do vasto império português; a segunda perspectiva é o estudo deste empreendimento que abrigava homens (brancos, índios, negros, mulatos, etc.) e armas e que defendeu militarmente uma região de considerável proporção no sul da capitania de Mato Grosso. A temporalidade do estudo vai desde a fundação do presídio, em 1797, até o ocaso do período colonial, em 1822. Contudo, a própria configuração do território, as intenções anteriores dos administradores portugueses em fundar um estabelecimento português no rio Mondego (atual Miranda), a trajetória dos povos nativos americanos e o panorama fronteiro da segunda metade do século XVIII não devem ser desconsiderados, permitindo algumas digressões temporais anteriores a 1797.

As fontes utilizadas para a elaboração do texto são, em sua maioria, documentos manuscritos digitalizados e microfilmados. As fontes impressas foram coletadas em diversas bibliotecas, públicas e particulares. Os documentos manuscritos digitalizados do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), referentes à capitania de Mato Grosso, foram acessados através do acervo do Centro de Documentação Regional da UFGD (CDR/UFGD). Essas fontes, disponibilizadas em nove CDs, estão acessíveis graças à implantação do *Projeto Resgate Barão do Rio Branco* (Ministério da Cultura - Brasil, lançado em 2008) e que através da microfilmagem e digitalização dos documentos fornecem informações sobre os três primeiros séculos da história do Brasil. O total de documentos utilizados é de trinta e seis (36) manuscritos. No entanto, apesar do número reduzido, o conteúdo dessa documentação apresenta importantes aspectos sobre a defesa do sul da capitania e a implantação do Presídio de Miranda.

A análise da documentação do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), localizado em Cuiabá, foi realizada após a visita a este arquivo e através da criação de um acervo fotográfico com os documentos preservados na capital mato-grossense, referente ao fundo intitulado “Presídio de Miranda”. Os documentos preservados deste empreendimento colonial contribuíram decisivamente para a escritura da dissertação, já que forneceu dados fundamentais para compreender a dinâmica do abastecimento, do cotidiano e das relações instituídas no presídio. Este acervo é composto basicamente por cartas e ordens trocadas entre comandantes do Presídio de Miranda e do Forte Coimbra e entre comandantes do presídio e governadores e capitães gerais da capitania de Mato Grosso. Totalizando quase duas

centenas de documentos, na escrita do texto foram utilizados cento e quarenta e seis documentos (146) deste fundo.

Os manuscritos microfilmados foram pesquisados no Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional da UFMT (NDIHR/UFMT) e acessados nos rolos de documentos referentes à Provedoria da Real Fazenda – Mato Grosso. Esses documentos guardam dados relativos ao abastecimento de víveres, armas e homens, que foram enviados de Vila do Cuiabá para o Presídio de Miranda. Ao todo, foram utilizados dados de nove (9) documentos microfilmados para compor esta dissertação de mestrado.

A documentação impressa e a bibliografia utilizada foram consultadas em publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso e trabalhos pós-graduação, bem como obras bibliográficas e sítio da internet, além de publicações das mais diversas editoras.

Para tanto foram consultadas bibliotecas e acervos públicos das seguintes instituições: Biblioteca Pública Estadual Dr. Izaías Paim (Campo Grande – MS), Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (Campo Grande – MS) e Fundação Cultural do Exército Brasileiro – FUNCEB (Brasília – DF). Em todas essas instituições foram encontradas obras que contribuíram para a escritura do texto apresentado. A consulta aos acervos e bibliotecas particulares foi realizada através da ajuda de importantes pesquisadores: Nauk Maria de Jesus, Gilson Rodolfo Martins, Vanda da Silva e Paulo Roberto Cimó Queiróz.

A estrutura do texto está composta em quatro capítulos. O primeiro dele é intitulado *A política urbanizadora portuguesa e a implantação da defesa na fronteira sul da capitania de Mato Grosso (1748 - 1797)*. Nesta parte do texto é apresentado um panorama da fronteira da capitania de Mato Grosso, desde a descoberta do ouro até o final da década de 1790, dando ênfase à política urbanizadora portuguesa. Reflexões referentes à função de um presídio durante o período colonial, bem como a inserção do Presídio de Miranda nesta análise também estão contidas nesta parte do texto.

O segundo capítulo é *A ocupação do rio Mondego e a associação das populações indígenas ao Presídio de Miranda*. Em um capítulo relativamente curto, mas essencial para a compreensão da análise da defesa, é abordada a questão indígena, especialmente sobre a atuação dos índios Guaicuru em consórcio com o estabelecimento português fundado no final do século XVIII.

Intitulado *Ações bélicas no Presídio de Miranda: da construção da fortificação ao conflito armado contra os espanhóis* o terceiro capítulo versa sobre a construção da estrutura fortificada do presídio. As ações militares realizadas pela tropa como a ronda até a fronteira, o contato da guarnição do Miranda com Camapuã no início do século XIX e o ataque português ao forte espanhol de San Carlos dão forma ao texto nesta parte da dissertação.

O último capítulo aborda questões relacionadas ao cotidiano da guarnição como o contingente militar, as formas de resistência da tropa, as condições do armamento e o envio de armas, pólvora e instrumentos militares para o presídio, bem como o abastecimento de víveres dos armazéns da guarnição do Miranda. Esta parte do texto recebeu o título de *Tropa, armamentos e o cotidiano de um estabelecimento militar*.

**CAPÍTULO 1**  
**A POLÍTICA URBANIZADORA PORTUGUESA E A IMPORTÂNCIA DA DEFESA**  
**DA FRONTEIRA SUL DA CAPITANIA DE MATO GROSSO (1748 – 1797)**

*A fortificação não é um fim em si mesma, se não um meio para melhorar uma posição, para favorecer as manobras das próprias tropas e obstaculizar as do adversário; não é nada mais que um meio entre outros para servir a uma estratégia e a uma política.*

*C. von Clausewitz*

A capitania de Mato Grosso foi fundada em 1748 com o objetivo de “efetivar as [...] conquistas territoriais na América lusa e deter o avanço das missões jesuíticas espanholas que tentavam se estabelecer na margem direita do rio Guaporé”.<sup>5</sup> A peculiaridade dessa capitania em relação aos demais governos portugueses na América dá-se especialmente por suas seguintes especificidades: pelo desenvolvimento da mineração como principal atividade econômica, semelhantemente a Minas Gerais e Goiás; e pela particularidade de ser fronteira com as províncias espanholas, assim como o Rio Grande e o Grão-Pará. Por estas características a capitania de Mato Grosso, portanto, deve ser entendida como uma *capitania-fronteira-mineira*.<sup>6</sup>

Articulando as bacias hidrográficas dos rios Guaporé e Paraguai, e obtendo pelo curso desses rios boa parte da fronteira oeste da América portuguesa, a capitania de Mato Grosso foi, em meados do século XVIII, o elo da administração lusa no continente americano. Esse atributo deu-se devido à importância estratégica dos rios Guaporé e Paraguai, veios essenciais

---

<sup>5</sup> JESUS, N. M. de. Capitania de Mato Grosso, In: JESUS, N. M. de. *Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial*, p. 64.

<sup>6</sup> JESUS, N. M. de. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719 - 1778)*, p. 28 – 29.

para a formação da bacia amazônica e bacia platina, respectivamente. A localização dos rios e a associação dos mesmos aos interesses expansionistas portugueses no continente americano conferiram à capitania de Mato Grosso a possibilidade de conectar política, econômica e estrategicamente o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão no curso do século XVIII.<sup>7</sup>

Figura 1: Representação aproximada dos limites da capitania de Mato Grosso (meados do século XVIII).



<sup>7</sup> HOLANDA, S. B. de. *Monções*, p. 315; VAINFAS, R. Brasil In: VAINFAS, R. (org.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)*, p. 81 – 83; DAVIDSON, D. M. How the Brazilian West was won: Freelance and State in Mato Grosso Frontier, 1732 – 1752, In: ALDEN, D. (ed.) *Colonial Roots of Modern Brazil*, p. 91, 94, 96 – 97, 105 - 106.

A constituição da capitania de Mato Grosso durante o século XVIII foi efetivada após a consolidação deste território com os primeiros núcleos urbanos lusos no sertão intra-americano, fundados a partir da descoberta do ouro das minas do Cuiabá. Porém, a ocupação não índia do interior da América foi desenvolvida inicialmente pelos castelhanos, pois os espanhóis acreditavam que a povoação da região garantiria sua soberania em grande parte do continente e, ao mesmo tempo, limitaria a expansão portuguesa para o oeste, blindando o acesso de quaisquer colonos aos contrafortes andinos; este período ficou conhecido como *ciclo do expansionismo assuncenho*.<sup>8</sup> A antiga província castelhana do Guairá (que existiu entre os séculos XVI e XVII) deveria ser fortificada e aos estabelecimentos espanhóis mais avançados no norte/nordeste (Santiago de Xerez, Ciudad Real e Villarrica), que estavam nos limites com a América portuguesa, realizariam a defesa frente à expansão portuguesa invasora de legítimas terras hispânicas.<sup>9</sup>

Os iniciais empenhos para a colonização espanhola dessa região foram realizados através da fundação de vilas e cidades na região limítrofe com o território português no final do século XVI. Estes estabelecimentos castelhanos foram, a priori, destruídos após inúmeros assédios de bandeirantes paulistas desde o início do século XVII, sendo que a cidade de Santiago de Xerez, fundação mais avançada ao nordeste neste processo de defesa dos interesses espanhóis, foi atacada e definitivamente destruída no ano de 1632.<sup>10</sup> Por outro lado, a conquista de uma vasta área que permitia o acesso aos Andes também foi realizada pela associação com os índios das reduções jesuíticas de San Pedro – San Pablo del Itatim, fundadas no início do século XVII e destruídas por bandeirantes paulistas em 1649. As missões jesuíticas estavam localizadas em uma área estratégica (situada entre o rio Mondego ao norte, o rio Apa, ao sul, e a serra de Maracaju e o rio Paraguai, a leste e à oeste, respectivamente) que permitia a comunicação entre a costa atlântica, via Rio de la Prata) e o Peru.<sup>11</sup> As missões jesuíticas castelhanas para a redução das populações ameríndias que

---

<sup>8</sup> ESSELIN, P. M. *A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso: 1536 – 1778*, p. 40, 42.

<sup>9</sup> YEGROS, M. P. Las bandeiras paulistas. In: *ANAIS DO VII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO IBEROAMERICANA DE ACADEMIAS DE HISTÓRIA*, p. 395 – 396.

<sup>10</sup> QUEVEDO, R. Relación e integración entre Paraguay y Brasil. Siglos XVI y XVII. In: *ANAIS DO VII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO IBEROAMERICANA DE ACADEMIAS DE HISTÓRIA*, p. 443. ESSELIN, P. M. *A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso: 1536 – 1778*, p. 46 – 61.

<sup>11</sup> YEGROS, M. P. Las bandeiras paulistas. In: *ANAIS DO VII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO IBEROAMERICANA DE ACADEMIAS DE HISTÓRIA*, p. 400. ESSELIN, P. M. *A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso: 1536 – 1778*, p. 44, 64 – 66, 85.

viviam nas regiões de Chiquitos e Moxos no início do século XVIII, situadas na região do vale do rio Guaporé, também foram fundadas para selar a posse espanhola na região.<sup>12</sup>

Contudo, o intento espanhol de povoar essa região não foi suficiente para conter o avanço português em direção ao interior do continente. As descobertas bandeirantes paulistas dos veios auríferos nos cursos d'água na bacia do rio Cuiabá nos anos subsequentes a 1719 possibilitaram a fundação do Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1722 e a sua elevação do povoado em Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1727. A criação da capitania de Mato Grosso em 1748 e de uma nova vila em 1750 (Vila Bela da Santíssima Trindade), fundada para ser a capital de Mato Grosso, efetivaram a permanência portuguesa na região durante o século XVIII.

As estratégias diplomáticas para garantir a posse sobre um grande território no continente americano devem ser entendidas como o resultado de uma política portuguesa de “perdas e ganhos”, travada em um contexto global com a coroa espanhola. Segundo Holanda, a não obediências de portugueses e espanhóis ao Tratado de Tordesilhas (1494), fez com que ambos os povos ibéricos “invadissem” territórios alheios, tanto na Ásia (invadida pelos espanhóis) como na América (ocupada pelos portugueses). Assim, as configurações limítrofes das posses ibéricas em Ásia e América haviam mudado consideravelmente desde o final do século XV. Dessa forma, Portugal se tornou o maior privilegiado a partir dos novos acordos fixados durante o século XVIII, pois o Conselho Ultramarino português arquitetou e incentivou as invasões lusas americanas através da imposição do princípio do *uti possidetis* como elemento orientador das novas resoluções de limites territoriais.<sup>13</sup>

A capitania de Mato Grosso, portanto, foi composta por duas vilas, Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, e povoados esparsos, arraiais, fazendas e estabelecimentos militares.<sup>14</sup> Este vasto território foi representado pelos *termos* ou *repartições* do Cuiabá, referente à Vila Real, e do Mato Grosso, associado à região de Vila Bela. Esta configuração espaço-poder apresentou a dualidade entre as duas vilas até as

---

<sup>12</sup> DAVIDSON, D. M. How the Brazilian West was won: Freelance and State in Mato Grosso Frontier, 1732 – 1752, In: ALDEN, D. (ed.) *Colonial Roots of Modern Brazil*, p. 65.

<sup>13</sup> HOLANDA, S. B. de. *O extremo oeste*, p. 89 – 91.

<sup>14</sup> JESUS, N. M. de. Capitania de Mato Grosso. In: JESUS, N. M. (org.) *Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial*, p. 12, 64 - 67.

primeiras décadas do século XIX, expressa através de políticas distintas que ressaltavam a rivalidade e a independência entre os *termos*, conforme apontam Rosa<sup>15</sup> e Jesus<sup>16</sup>.

Figura 2: Representação aproximada dos *termos*, ou *repartições*, do Cuiabá e de Mato Grosso (meados do século XVIII).



A fronteira sul da capitania de Mato Grosso, região que correspondeu ao *termo* do Cuiabá, foi especializada ao final do século XVIII pelo Presídio de Coimbra (1775), pela

<sup>15</sup> ROSA, C. A. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, C. A. e JESUS, N. M. de. (orgs.) *A terra da Conquista: história de Mato Grosso colonial*, p. 40 – 42.

<sup>16</sup> JESUS, N. M. de. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*, p. 129 – 130, 160 – 164, 170 - 172.

Povoação de Albuquerque (1778) e pelo Presídio de Miranda (1797). Porém, a fundação do Presídio de Nova Coimbra<sup>17</sup>, primeiro estabelecimento militar da região, foi concretizada somente em meados da década de 1770, às vésperas da confecção do Tratado de Santo Ildefonso.

As ações urbanizadoras na fronteira da capitania de Mato Grosso, especialmente na fronteira sul, foram intensificadas na administração do governador e capitão-general Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772 - 1789). Durante este período, além da influência pombalina em povoar e defender o território português passou a vigorar o Tratado de Santo Ildefonso (1777), confirmando a posse portuguesa sobre vasto território intra-continental, desde a bacia amazônica até a bacia platina. Na gestão de Luis de Albuquerque foram fundados, na porção sul do termo do Cuiabá, os seguintes estabelecimentos portugueses: Presídio de Coimbra (1775), Povoação de Albuquerque (1778) e Vila Maria do Paraguay (1778), todos nas margens do rio Paraguai; em fins do século XVIII, mais precisamente no ano de 1797, foi construído no rio Mondego<sup>18</sup> o Presídio de Miranda, fundado no governo de Caetano Pinto de Miranda e que teve por objetivo defender a fronteira sul da capitania de Mato Grosso ao lado do Presídio de Coimbra.

---

<sup>17</sup> O estabelecimento português militar de *Nova Coimbra*, *Coimbra*, *a nova*, ou apenas *Coimbra* (todos os termos estão presentes na documentação setecentista) deverá surgir ao longo deste texto na forma de presídio e forte. Desde a data de sua fundação (1775) até o ano de 1797 a terminologia correta para referir-se a essa estrutura defensiva será *presídio*. O estabelecimento de Coimbra somente poderá ser chamado de forte após as obras iniciadas em 1797, quando o tenente coronel engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra passou a ser o comandante dos estabelecimentos militares do rio Paraguai e realizou uma reforma da planta e da estrutura do presídio, transformando-o em *forte*.

<sup>18</sup> O rio Mondego é o atual rio Miranda, que também aparece na documentação do século XVIII como Emboteteí, Embotetey, Embotetéu, Imbotiteu, Boteteu, Bateteu, Batetey, Mboteteí, Mbotitéu, Marreco, de Maréco, Cahy, Cayý, ou dos Guachis. O topônimo *Mondego*, porém, passou a ser utilizado a partir da construção do Presídio de Coimbra, já que as águas desse rio alagam anualmente os campos das proximidades do presídio no rio Paraguai, assim como em Portugal o rio Mondego tem sua foz nas proximidades da cidade de Coimbra. A utilização de topônimos que remetem às localidades lusas deve-se à ordem do Rei português para que “hajam de denominar as terras deste continente com os apelidos das cidades, vilas e lugares de Portugal afim de que se reconheça postumamente e com mais facilidade o verdadeiro domínio a quem pertencem”. Assim, o governador Luis Pinto de Sousa Coutinho, mandou “publicar por um bando nesta capitania a determinação da mesma Ordem e substituir com os sobreditos apelidos alguns lugares de índios e outros novos estabelecimentos, que, por uma piedade mal entendida, se achavam designados com os nomes de seus padroeiros”. (Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, junho de 1769, doc. 850 – AHU-MT) Como o Presídio de Miranda foi fundado no rio atualmente conhecido como Miranda e devido à variedade de nomes existentes para referenciar o dito rio utilizar-se-á neste texto unicamente *Mondego* quando for preciso fazer menção ao rio. Tal medida faz-se necessária para evitar dúvidas em relação à localização do presídio. A escolha feita também remete à denominação mais utilizada pelos portugueses no final do século XVIII para se referir ao rio, época de fundação do presídio.

Figura 3: Representação do termo, ou repartição, do Cuiabá e os lugares existentes em Mato Grosso ao final do século XVIII.



O avanço português frente aos territórios interioranos do continente esteve relacionado às iniciais investidas que dilataram a área lusa na América durante os séculos XVI e XVII. A

princípio estas investidas buscaram cativos entre as nações indígenas do interior do continente para servirem como força de trabalho na capitania de São Paulo, mas logo no princípio do século XVIII descobriram importantes minas auríferas em uma área ainda não ocupada por colonos espanhóis. O adiantamento português em direção ao interior do continente foi representado inicialmente pelo aspecto “tímido e mal aparelhado para vencer”; o alargamento da fronteira portuguesa nesses séculos foi delineado aparentemente por um caráter comercial exploratório. Diferenciava-se, portanto, da ocupação castelhana que desejava “fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu”. Mesmo com o acentuado apego à “feitorização” do território ocupado, a colonização lusa teve como princípio norteador a rotina e a experiência.<sup>19</sup>

A implantação de um “padrão urbanístico a se repetir indefinidamente”, aos moldes da malha quadriculada das cidades castelhanas, não foi adotada pelo urbanismo português, que optou por utilizar planos regulares “completamente distintos daquele padrão eleito pelos espanhóis”. Durante o século XVIII os padrões urbanísticos lusos de ocupação urbana foram consentidos para atenderem às necessidades organizacionais do poder metropolitano, potencializadas com a administração pombalina.<sup>20</sup> No entanto, frente à aparente falta de um planejamento na fundação dos centros urbanos no território colonial português o que se percebe é um “padrão que depõe fortemente em favor da existência de um ‘plano diretor’ português abrangente para o século XVIII”, executado inclusive no interior do continente. A oficialização da posse sobre os territórios do oeste fez com que os portugueses colonizassem a extensa faixa limítrofe com povoados, vilas e instituições militares, organizadas nos pontos estratégicos de acesso aos ambientes urbanos<sup>21</sup>, que jamais descuidou de garantir a posse das minas de ouro descobertas no início do século.

O processo de urbanização da capitania de Mato Grosso, portanto, não deve ser encarado sob a ótica da simples adoção de medidas paliativas para a imposição dos valores imperiais no sertão fronteiriço. É importante ressaltar que em meio às efervescentes

---

<sup>19</sup> HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*, p. 98, 107 - 109. É importante salientar que a feitoria não atendia somente às questões comerciais exploratórias, mas era “uma instituição que desempenhou importantes e múltiplos papéis não apenas na exploração ... mas também na tessitura do império colonial português”, já que cumpria funções diplomáticas e militares e estiveram “presentes em situações de acordo com conflitos com indígenas e corsários.” VAINFAS, R. Feitorias In: VAINFAS, R. (org.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)*, p. 223 – 224.

<sup>20</sup> MARX, M. *Cidade no Brasil, terra de quem?*, p. 57 – 61.

<sup>21</sup> ROSA, C. A. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722 – 1808)*, p. 6, 33 – 38, 65 – 194; DELSON, R. M. *Novas vilas para o Brasil colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*, p. XI, 14.

ideologias revolucionárias do século XVIII, bem como do novíssimo paradigma econômico capitalista, a urbanização emergiu como a expressão mais complexa das mudanças financeiras, das mentalidades e das estruturas da Europa.<sup>22</sup> Neste sentido, a construção de praças, igrejas, espaços públicos e a existência de ambientes para a manutenção do cotidiano urbano como câmara municipal e cadeia, por exemplo, permite compreender que Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1750) podem ser analisadas como lugares planejados para existir, ou seja, estes *locus* são os resultados da espacialização do Império colonial português no interior da América.<sup>23</sup>

Na década de 1770, porém, a presença do Estado luso nas regiões limítrofes desenvolveu-se através de um contingente populacional associado à construção de fortificações e da presença de guarda militar nas raias do império ultramarino.<sup>24</sup> Essa política expansionista derivou da diplomacia gerida no âmbito da confecção dos tratados de definição de limites assinados entre Espanha e Portugal a partir de meados dos setecentos. Pactuado com o intuito de oficializar as mútuas invasões portuguesas e espanholas em territórios coloniais nos continente americano e asiático, respectivamente, foi assinado em 1750 o Tratado de Madrid. Este acordo foi baseado em dois princípios fundamentais: o *uti possidetis* (preceito que regia que “cada parte há de ficar com o que atualmente possui”) e o “primeiro e mais principal é, que se assinalem os limites dos domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dêem ocasião a disputas, como são a origem, e curso dos rios, e os montes mais notáveis”.<sup>25</sup> Essas regras básicas para a marcação dos novos limites evitariam quaisquer contendas em relação aos estabelecimentos fundados antes de 1750 e os regulamentaria através dos limites naturais mais conhecidos, tornando-os quase incontestáveis.

Sobre a regulamentação dos espaços do interior da América do Sul, no artigo III do tratado a Espanha reconheceria a posse de Portugal sobre o oeste, especialmente às ocupações das duas margens do rio Amazonas e da capitania de Mato Grosso.<sup>26</sup> Os limites da fronteira

---

<sup>22</sup> HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções: Europa 1789 – 1848*, p. 27.

<sup>23</sup> ROSA, C. A., *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722 – 1808)*, p. 131 – 194; DELSON, R. M. Versailles em Guaporé: a evidência visual do passado glorioso de Vila Bela. In: *Varia historia*, p. 13 – 36.

<sup>24</sup> LEMOS, C. A. C. As fortificações coloniais no Brasil. In: MORI, V. H., LEMOS, C. A. C., CASTRO, A. H. F. *Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos*, p. 78.

<sup>25</sup> SOARES, J. C. M. Fronteiras do Brasil no Regime Colonial. In: *Tratados de Limites Internacionais que interessam à Mato Grosso*, p. 31 – 32.

<sup>26</sup> *idem*, p. 33.

sul da capitania de Mato Grosso foram regulamentados pelo artigo VI e deveriam atender às seguintes especificações:

Desde a boca do Iguaré continuará pelo álveo acima até encontrar a sua origem principal; e dali buscará em linha reta pelo mais alto do terreno a cabeceira principal do rio mais vizinho, que deságua no Paraguai pela sua margem oriental, que talvez será o que chamam de Corrientes, e baixará pelo álveo deste rio até a sua entrada no Paraguai, desde a qual boca subirá pelo canal principal, que deixa o Paraguai em tempo seco; e pelo álveo até encontrar os pântanos, que forma este rio chamados a Lagoa dos Xaraiés, e atravessando esta lagoa até a boca do rio Jauru. (SOARES, J. C. M. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial apud Tratados de Limites Internacionais que interessam à Mato Grosso*, p. 34 – 35)

A demarcação dos limites da América portuguesa e castelhana deveria ter como regras fundamentais a obediência a algumas imposições para assegurar a mútua convivência entre os súditos das duas coroas, conforme os artigos XIX e XXI<sup>27</sup>. Era proibido: o comércio entre as duas nações; a passagem de qualquer pessoa de um lado para outro da fronteira sem prévia licença do governante local; navegar nos rios de uso privativo sem autorização do superior do terreno; e nos rios de navegação comum edificar fortificação ou plantar qualquer forma de defesa, por terra ou por água, que impedisse a livre navegação. Os possíveis desentendimentos entre as Coroas não deveriam ser reverberados nos territórios coloniais, sendo vetada qualquer forma de hostilidade e proibindo todo tipo de manifestação de apoio aos inimigos da outra, mesmo quando Portugal e Espanha estivessem envolvidos nos conflitos.

A despeito dos esforços para a demarcação dos limites o Tratado de Madrid foi anulado onze anos após ser lavrado. Rezava o Tratado de El Pardo (1761) que as

dificuldades fizeram conhecer que o referido Tratado de Limites, estipulado substancial e positivamente para estabelecer uma perfeita harmonia entre as duas Coroas e uma inalterável união entre os vassallos delas, se viu pelo contrário que desde o ano de mil setecentos e cinquenta e dois tem dado e daria no futuro muitos e muito frequentes motivos de controvérsia, e de contestações opostas a tão louváveis fins. (SOARES, J. C. M. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial apud Tratados de Limites Internacionais que interessam à Mato Grosso*, p. 45 – 46)

A revogação da lei de 1750 retomava à antiquíssima legislação de Tordesilhas, defendida quando o conhecimento geográfico europeu do mundo não passava da própria Europa, da região costeira da África, de alguns recantos do oeste e sudoeste do continente asiático e de uma porção mínima do território americano. Grosso modo, a capitania de Mato Grosso, bem

---

<sup>27</sup> *idem*, p. 39 – 41.

como as capitanias portuguesas do sul e todo o vale amazônico, voltariam, virtualmente, a integrar o território colonial castelhano.

Contudo, em 1777 as letras de Madrid foram retomadas no texto do Tratado de Santo Ildefonso. Basicamente este novo acordo repetiu o conteúdo do tratado de 1750, adaptando o antigo texto em novo formato e dispondo-o em maior número de artigos. Uma das inovações incorporadas na lei da década de 1770 versou sobre o relacionamento entre as coroas de Portugal e Espanha, apoiado no “esquecimento total do passado e de quanto houverem obrado as duas em ofensa recíproca”.<sup>28</sup> Outra inovação desse texto apontou para a “neutralidade” da fronteira, vide artigo VI, sendo proibida a edificação de povoações, fortalezas, guardas ou defesas, sendo que os limites seriam guardados apenas por marcos e sinais seguros.<sup>29</sup>

Fato é, que neste período as propostas iluministas do Marquês de Pombal já haviam se espalhado por todo o território colonial luso. A dinamização da economia local e a guarnição dos limites do Império português eram assuntos recorrentes entre Pombal e os governadores das capitanias, tornando a “neutralidade” proposta pelo tratado letra morta nas práticas governativas. A concretização dos tratados limítrofes apontou para a confecção e assinatura do texto pelos reis, a demarcação dos limites entre as equipes de engenheiros, matemáticos e militares, a confirmação da posse dos territórios demarcados e a conservação da fronteira contra a violação das regras de mútuo convívio entre os colonos. A defesa, evidentemente, seria realizada por meio da imposição da força e materializada pela construção de estruturas defensivas, como os fortes, fortalezas, presídios e demais estruturas militares. Mas, apesar de nunca ter existido uma formal declaração de guerra entre as posses ibéricas na América do Sul, na fronteira oeste o clima de tensão nas áreas limítrofes marcou a administração dos governadores que sempre se mantiveram vigilantes com as movimentações nas fronteiras.

### **1.1. O governo da capitania de Mato Grosso e o cuidado com a manutenção dos limites: a defesa do território fronteiro.**

Os séculos XVII e XVIII foram momentos extremamente fecundos para a ocupação da América portuguesa, já que nas regiões mais afastadas do litoral atlântico houve uma intensa

---

<sup>28</sup> *idem*, p. 50.

<sup>29</sup> *idem*, p. 53.

mobilização para a criação de novos estabelecimentos urbanos.<sup>30</sup> Relativa à efetivação da ocupação na capitania de Mato Grosso as instruções passadas aos governadores e capitães-generais foram baseadas em aspectos de povoamento, comércio e incentivo à produção aurífera, mas que também versavam sobre a defesa do território. A Rainha D. Mariana recomendou ao primeiro governante da capitania D. Antonio Rolim de Moura Tavares (1751 - 1765) que a defesa e conservação dos limites deveria ser realizada aumentando a população e, conseqüentemente, o contingente militar, especialmente em Vila Bela onde todos os moradores aptos para armas deveriam estar alistados nas Companhias de Ordenança. Tal preocupação estava associada à estratégica posição da capitania como “chave e propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Peru”.<sup>31</sup>

Mesmo com a importância estratégica da porção noroeste do território, localizado às faldas das missões jesuíticas espanholas, a região sul não foi preterida pelo governo metropolitano. A instrução da rainha indicava que o governador deveria ter cuidado para não abandonar a região do trânsito de canoas entre Vila Real e a capitania de São Paulo, ainda em 1749, “pois por muitas e importantes razões convém conservar frequentado ... aquele sertão”.<sup>32</sup>

Tal preocupação viria a ser manifestada inicialmente quando um religioso de Vila Real do Cuiabá, o Padre Simão Toledo de Mendonça Furtado, pretendeu fundar uma localidade no rio Paraguai.<sup>33</sup> A tentativa do vigário era em se estabelecer em local assim descrito: “uma garganta que o rio Paraguai faz por onde passa a linha de demarcação, afastada quinze dias da Vila do Cuiabá e muito próxima á cidade de Assunção”. Caso fosse consolidada a fundação desse estabelecimento, acreditava o padre Simão que a população de Vila Real estaria segura dos assaltos que os índios Paiaguá realizavam tanto às monções paulistas como aos sítios às margens do rio Cuiabá. No entanto, as desvantagens apresentadas para a concretização desta empreitada<sup>34</sup> foram decisivas para sua não constituição.

---

<sup>30</sup> ARAUJO, R. M. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*, p. 36.

<sup>31</sup> Instrução da Rainha [D. Mariana de Áustria] para D. Antonio Rolim de Moura. Lisboa, janeiro de 1749. In: *Instruções aos Capitães-Generais*, p. 12, 14.

<sup>32</sup> *idem*, p. 15.

<sup>33</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Antonio Rolim de Moura Tavares para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, julho de 1761, doc. 645 – AHU-MT.

<sup>34</sup> Segundo o padre Simão Furtado este empreendimento português seria composto pela construção de uma fortaleza, pela manutenção de tropa paga na fronteira para a defesa dos colonos (ações que infringiriam o Tratado de Limites) e pelo sustento dos soldados com víveres e soldos enviados de Vila Real do Cuiabá.

A partir de fevereiro de 1761, com a assinatura do Tratado de El Pardo,<sup>35</sup> a situação fronteira passou a ser vista sob nova ótica. Se o estabelecimento pensado pelo padre Simão Furtado (julho de 1761) não poderia ser fundado, visto que necessitaria de um mecanismo de defesa e estaria, portanto, burlando uma das cláusulas pétreas do Tratado de Madrid, a movimentação castelhana na fronteira intensificou-se. Em abril de 1763 os espanhóis rondavam a fronteira noroeste, na aldeia castelhana de San Miguel e na paliçada do rio Mamoré, e contavam com um número que variava entre quinhentos e seiscentos homens com dez peças de artilharia, sendo algumas de calibre muito superior às portuguesas. Enquanto isso, o contingente português consistia em aproximadamente setenta homens (entre Dragões, Infantes e oficiais) e alguns Pedestres que se ocupavam em tarefas relacionadas ao comércio.<sup>36</sup>

Segundo o ex-governador Rolim de Moura a dificuldade em realizar a defesa da capitania em meados do século XVIII foi orientada por dois importantes aspectos. O primeiro era a crônica carência de um contingente capaz de pegar em armas e efetivamente oferecer alguma resistência frente aos espanhóis. Não havia meios de atrair novos colonos que não fosse pela concessão de privilégio, fator que gerava inconvenientes como a menor arrecadação de rendas para a capitania e o pagamento de soldo para a tropa. Mas mesmo com os prejuízos do recrutamento, e tendo em vista as constantes rusgas entre as potências ibéricas, foram constituídos na capitania corpos militares. Os corpos de Dragões deveriam ser compostos por homens brancos que não fossem casados com “mulheres mescladas”. Os Pedestres seriam formados por “bastardos, mesclados e caribocas e também de alguns índios que mostram desembaraço e esperteza bastante”. Os corpos de Aventureiros admitiam também “os que sendo brancos se achavam casados com negras caribocas ou mescladas; ou mulatos que em outra parte havia tido praça de soldados e ainda aqueles brancos” que “pela sua má figura” não eram aceitos como Dragões. Havia ainda a possibilidade em se formar uma esquadra de Pedestres somente com forros, já que esta era “a casta de gente que melhor resiste às doenças deste clima”.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> É importante salientar que a assinatura dos tratados limítrofes acontecia na Europa e até que a notícia chegasse ao interior do continente americano, o tempo de “aplicação” da lei poderia levar um tempo que poderia demorar até ao prazo de um ano de espera.

<sup>36</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Antonio Rolim de Moura Tavares para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, agosto de 1763, doc. 700 – AHU-MT.

<sup>37</sup> Instrução do Conde de Azambuja para D. João Pedro da Câmara. Pará, janeiro de 1765. In: *Instruções aos Capitães-Generais*, p. 21, 27 – 29.

O segundo aspecto que dificultou a defesa da fronteira de Mato Grosso foi a assinatura do Tratado de El Pardo. Complementando o transtorno da pequenez da população, a legítima posse do território da capitania poderia ser contestada a qualquer momento pelos vizinhos castelhanos. Sobre esta desfavorável conjuntura o governador e capitão-general João Pedro da Câmara (1765 - 1769) foi instruído por Rolim de Moura que a resolução deste litígio dizia respeito somente às Cortes ibéricas, cabendo ao governo local a conservação da capitania. Caso as polêmicas relativas às posses evoluíssem para ameaças e agressões à população ou às instituições da capitania deveria o governador responder às mesmas como representações da legítima defesa dos interesses da coroa portuguesa.<sup>38</sup>

Neste contexto a tensão fronteiriça foi se solidificando na medida em que os desentendimentos entre castelhanos e portugueses fomentava a disputa pelos territórios do interior do continente. Após as invasões espanholas na Colônia do Sacramento e na capitania do Rio Grande no início da década de 1760, a mobilização militar castelhana partiu do Peru em direção à região da vila capital de Mato Grosso, Vila Bela, em 1764. A movimentação em Lima foi intensificada em abril de 1765 e tinha como objetivo enviar a *gente de guerra*, formada por aproximadamente mil e duzentos homens, para Santa Cruz de La Sierra e para as missões castelhanas mais próximas da capitania de Mato Grosso. Além disso, havia uma grande quantidade de armas e pólvora disponíveis para os soldados hispânicos. Este fato surpreendeu o governador e capitão general de Mato Grosso Câmara Coutinho, pois segundo seu antecessor (Rolim de Moura) os sertanistas haviam afirmado que os castelhanos não contavam com contingente militar disponível, nem armas e nem pólvora. Despreparada para qualquer conflito a resistência portuguesa contaria com apenas cento e cinquenta pessoas no Forte de Nossa Senhora da Conceição<sup>39</sup>, no rio Guaporé, entre paisanos e negros armados com foices e lanças caso a ofensiva castelhana se concretizasse.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> *idem*, p. 23 – 24.

<sup>39</sup> O Forte, ou Fortaleza, de Nossa Senhora da Conceição foi fundado em 1761 pelo governador e capitão general D. Antonio Rolim de Moura Tavares na margem direita do rio Guaporé. Sua construção deu-se após a expulsão dos espanhóis que haviam transgredido o limite estabelecido pelo Tratado de Madrid (1750) e invadido o território português na fronteira oeste. Fundado a partir da presença da guarda militar de Santa Rosa (1753-1754) essa fortificação foi re-construída em 1771, quando foi transformado no Forte de Bragança, no governo de Luis Pinto de Sousa Coutinho. FERNANDES, S. E. Fortes Militares. In: JESUS, N. M. de. *Dicionário de História de Mato Grosso*, p. 142 – 143.

<sup>40</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, outubro de 1765, doc. 756 – AHU-MT.

O panorama fronteiriço durante a década de 1760 exigia que todo o cuidado fosse tomado pelo governador Câmara Coutinho. Em julho de 1765 foi determinado que o governador aplicasse toda a prudência e vigilância na fronteira.

Sua Majestade manda recomendar a Vossa Senhoria que empregue todo o cuidado e vigilância em se prevenir contra quaisquer surpresas e invasões que os nossos vizinhos intentem fazer nas terras da jurisdição de Vossa Senhoria, não omitindo diligência alguma que lhe pareça conducente à defesa dessa capitania. (Ofício do secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Pedro da Câmara Coutinho. Lisboa, julho de 1765, doc. 751 – AHU-MT)

No entanto, apesar das recomendações de cautela e vigilância da Corte portuguesa desde a criação da capitania, o estímulo para a criação de mecanismos de defesa foi verificado com maior intensidade apenas em meados da década de 1760, após as primeiras notícias dos possíveis ataques hispânicos. Em 1766 o contingente militar da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição já era composto por quatrocentos e noventa e nove combatentes, entre Sargentos-mores, Capelão, Tenentes, Alferes, Cirurgião, Furriéis, Sargentos, Tambores, Cabos, Soldados e cativos armados, inclusive.<sup>41</sup>

Apesar da importância estratégica da defesa da fronteira noroeste da capitania, o ocaso da década de 1760 apontou para a fronteira sul como espaço que deveria ser pensado estrategicamente no contexto defensivo da capitania. A necessidade e conveniência em ocupar o rio Paraguai passou a ser discutida desde 1770 quando o governador e capitão general de Mato Grosso Luis Pinto de Sousa Coutinho (1769 - 1772) propôs a ocupação militar do sítio denominado Fecho dos Morros por um posto conveniado com a capitania de São Paulo. No entanto, a hipótese de Sousa Coutinho em criar um estabelecimento mantido pelas duas capitanias não obteve sucesso devido à falta de recursos da capitania e a crônica dependência do auxílio financeiro das capitanias vizinhas de Goiás e Grão-Pará.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, junho de 1766, doc. 783 – AHU-MT.

<sup>42</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, fevereiro de 1770, doc. 878 – AHU-MT; Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, abril de 1771, doc. 923 – AHU-MT; Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis Pinto de Sousa Coutinho ao governador de São Paulo Luis Antonio de Sousa Botelho. Vila Bela, maio de 1771, doc. 929 – AHU-MT.

Foi durante a década de 1770, efetivamente, que a fronteira sul passou a ter uma maior relevância no contexto da defesa territorial da capitania. Em 1772 as instruções do ex-governador da capitania Luís Pinto de Souza Coutinho para seu sucessor, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772 - 1789), tinham como pontos “essenciais e inalteráveis” a defesa da margem oriental do Guaporé e a conservação da livre navegação para o Pará.<sup>43</sup> Porém, a defesa da fronteira sul da capitania apresentava-se cada vez mais como uma urgente necessidade, por conta do assédio e pirataria dos índios Paiaguá e Guaicuru às monções paulistas que comercializavam gêneros de toda espécie com Vila Real do Cuiabá. A progressiva movimentação dos castelhanos de Assunção que se concentravam no rio Paraguai e conheciam a possibilidade de comunicação entre as missões jesuíticas guaranis e as missões de Chiquitos também despertava cuidado por parte das autoridades portuguesas. Neste caso, conforme afirmou o governador de Mato Grosso Souza Coutinho, a confirmação da ligação entre Assunção e Chiquitos seria um grande golpe para a Vila do Cuiabá. Isto porque, estando em vigor o Tratado de El Pardo e sabendo da existência de minas de ouro e diamante dos rios Paraguai e Cuiabá, logo os castelhanos reivindicariam a posse sobre a região ocupada por Portugal.<sup>44</sup>

A defesa da fronteira sul da capitania de Mato Grosso deveria, portanto, ser realizada pela fortificação do sítio natural mais defensável de todo o rio Paraguai.<sup>45</sup> No ano 1773 o governador e capitão-general Luis de Albuquerque pretendeu enviar uma expedição de reconhecimento e exploração da margem esquerda, e portuguesa, do rio Paraguai, visando estabelecer ali uma povoação lusa. Este estabelecimento fazia-se necessário já que, como vigorava o tratado de El Pardo, e entendendo que aquela região estava potencialmente desprotegida, poderiam os espanhóis de Assunção “estabelecer-se neles como um sertão pertencente ao primeiro ocupador”. No entanto, o projeto foi abandonado ainda naquele ano, pois entendeu o governador que seria “absolutamente incompatível esta diligência na parte mais Austral desta Capitania.”<sup>46</sup>

---

<sup>43</sup> Instrução de Dom Luís Pinto de Souza para Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Bela, dezembro de 1772. In: *Instruções aos Capitães-Generais*, p. 31.

<sup>44</sup> *idem*, p. 40, 57 - 58.

<sup>45</sup> *idem*, p. 41, 56.

<sup>46</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, abril de 1773, doc. 1022 – AHU-MT; Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, maio de 1773, doc. 1028 – AHU-MT.

A fundação do primeiro estabelecimento português no sul da capitania, porém, aconteceu na margem direita do rio Paraguai no ano de 1775. A motivação apresentada por Luis de Albuquerque para fundar o Presídio de Coimbra foi que ocupando o poente e não a margem esquerda do rio estaria sendo realizada uma “revalidação de posse ou de nova posse” da região. Além disso, entendia o governador de Mato Grosso que esta seria uma resposta às investidas paraguaias na margem oriental do rio Paraguai com a fundação dos estabelecimentos de Missão de Belém e Villa Real de Concepción neste mesmo período.

Parece que não deve constituir objeto algum de maior questão política por parte dos espanhóis, não só porque se assinado o Tratado de Limites ficaram sendo as terras do Soberano que primeiro mandasse ocupá-las. Mas, além disto, porque tendo os ditos espanhóis observado de a irem tomar, povoar e fortificar solidamente a foz do rio Ipané, que deságua no rio Paraguai pela margem do nascente, e se acha ainda a menos graus do Equador que o novo Forte de Iguatemi, erigido por parte do Governo de São Paulo, imagino que conformando-me eu ao seu próprio exemplo e conduta, tenho todo o justificado motivo e fundamento para sujeitar ao Real domínio todo o território que constitui aquela extremidade do Brasil. E até mesmo em caso necessário, me pretenderia servir e prevalecer dos mesmo motivos para o fim de dar resposta a quaisquer protestos ou razões, se acaso as produzissem os ditos castelhanos, seja frivolidade ou impertinência. Por outra parte conheço bem que é somente com a Força que poderia iludir-se em forma convincente. (Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, dezembro de 1775, doc. 1113 – AHU-MT)

O Presídio de Coimbra foi fundado em 13 de setembro de 1775, após ser feito reconhecimento e escolha do melhor local que pensava-se ser o Fecho dos Morros, deu-se início a construção da estacada, seguindo as recomendações do governador Luis de Albuquerque. Localizado na margem direita do rio Paraguai, esta fortificação foi edificada em uma região conhecida como estreito de São Francisco Xavier, local onde o capitão encarregado da fundação de Coimbra, Matias Ribeiro da Costa, pensou ter escolhido corretamente, já que seguia as instruções e indicações de Luis de Albuquerque. Contudo, o local de fundação de Coimbra é a primeira formação rochosa que surge à jusante, na margem direita do rio Paraguai, em durante dezenas de quilômetros após a partida de Cuiabá. O estreito de São Francisco Xavier é acompanhado por uma pequena cadeia de morros na margem oposta, assemelhando-se bastante à descrição passada pelo governador de Mato Grosso e que seria o melhor lugar para se fundar a fortificação. O Morro da Marinha, local escolhido pelo governador e localizado no Fecho dos Morros, surge na margem direita à montante e na margem esquerda existe uma série de morros menores. A indicação de que

existiriam dois lugares com descrições geográficas muito próximas não aparecem nas recomendações dadas a Ribeiro da Costa, sendo omitida também a informação de que a expedição deveria passar por um estreito semelhante antes de chegar ao Fecho dos Morros. O embaraço de informações, ou a falta delas, fez com que a expedição chefiada por Ribeiro da Costa tivesse acreditado ter chegado ao local selecionado pelo governador logo que encontrou o estreito de São Francisco Xavier.<sup>47</sup>

A escolha do local para edificar Coimbra foi, segundo Matias, a margem oeste do rio Paraguai, pois levando em consideração vários aspectos como a observação do território, a melhor localização para ataque e defesa, a proteção contra enchentes e a possibilidade de constituir lavouras para subsistência do contingente militar. Embora estivesse claramente sendo construída em terreno de domínio paraguaio, a opção em levantar a estacada na margem direita do rio Paraguai foi previamente autorizada pelo governador Luis de Albuquerque. Contudo, apesar do “erro” de Matias, Mello aponta que o equívoco na escolha pelo local de fundação do estabelecimento português foi, na verdade, um acerto, já que em meados da década de 1770 os castelhanos cobiçavam retomar os territórios fronteiriços junto aos domínios portugueses. A aguçada vigilância paraguaia associada à distância de Coimbra com o restante da capitania estaria decretada a efêmera permanência dos portugueses na região do médio curso do rio Paraguai, caso o presídio fosse fundado em Fecho dos Morros. Ao “equívoco providencial” de Matias Ribeiro, Mello credita o domínio da navegação portuguesa pelo rio Paraguai, pois a localização de Coimbra em São Francisco Xavier alavancou a fundação de Albuquerque, Corumbá e outros sítios nos anos seguintes.<sup>48</sup>

Em 1775 foram retomadas as explorações de reconhecimento dos afluentes da margem esquerda do rio Paraguai, área estratégica para a defesa da Vila de Cuiabá, das monções paulistas e do interior do Estado do Brasil. O governador Luis de Albuquerque entendia que o Mondego e suas cabeceiras desempenhavam importante papel para a defesa da capitania, pois poderiam se relacionar com “outros rios, que correndo para rumos quase opostos, vão incluir-se no rio Paraná, ou Grande, o que na verdade pode no futuro ser muito conveniente”.<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup> MELLO, R. S. *História do Forte de Coimbra – 2º Volume – VI e VII Períodos (1748 a 1802)*, p. 65 – 66, 69, 73.

<sup>48</sup> *Idem*, p. 71- 73.

<sup>49</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, dezembro de 1775, doc. 1113 – AHU-MT.

O Comandante do Presídio de Coimbra, Sargento Mor Marcelino Roiz Camponês, reitera a importância tática em ocupar o vale do Mondego para a defesa da fronteira sul da capitania. Apoiado na descrição geográfica do Capitão Mathias Ribeiro da Costa, realizada em nove de maio de 1775, Marcelino Camponês apontou que o Mondego e suas ramificações eram rios propícios para a navegação, permitindo o acesso ao rio Paraná, fosse pelo rio Ivinhema em sentido sudoeste, fosse pelo rio Pardo ao nordeste. Além disso, o Sargento sabia que esta região era conhecida pelos castelhanos que ali haviam fundado no final do século XVII a cidade de Santiago de Xerez, sendo esta informação valiosa para as tropas hispânicas caso se concretizasse a ocupação do vale do Mondego.<sup>50</sup> O sertanista João Joseph de Vasconcellos entendia que examinando o Mondego e suas vertentes com cuidado e havendo a possibilidade de tomar posse dessa região, que esta fosse feita antes dos espanhóis. O sertanista apontou que, concretizada a fixação hispânica no Mondego os danos causados pelos colonos paraguaios atingiriam o Iguatemi, Camapuã e mais tarde até a vila do Cuiabá, pois “tudo se atalha tomando posse do dito rio”.<sup>51</sup>

No ano seguinte Marcelino Camponês informou ao governador Luis de Albuquerque que na última expedição realizada no Mondego havia sido encontrado local próprio para a povoação e fortificação de um estabelecimento, ficando este a mais de um dia e meio de viagem de Coimbra. Porém, não seria vantagem estabelecer-se ali antes que fossem concluídas as expedições por toda a região leste do rio Paraguai.<sup>52</sup> No entanto, a ocupação dessa região tornou-se inevitável, pois o capitão João Leme do Prado, na exploração de janeiro/maio de 1776, constatou a presença de índios associados aos estabelecimentos castelhanos que

efetivamente estavam ocupando com aldeias ao parecer modernas e com roças abundantes muito bem cultivadas. Estes índios, para provar o referido, além de vestidos semelhantemente aos das outras Missões Castelhanas que rodeiam esta dilatada capitania, isto é, com tipóias ou camisetas de algodão e de lã ornados de miçangas e rosários juntamente com várias obras de indústria que argüem maior civilidade, se acharam providos com uma abundância de armas e outros instrumentos de ferro perfeitamente bem trabalhados em tendas de ferreiro, como aqui mesmo examinei em algum número de lanças da referida matéria, flechas, anzóis, machados e várias outras ferramentas de cortar madeira própria principalmente a fazer canoas. (Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso ao

---

<sup>50</sup> *idem.*

<sup>51</sup> *idem.*

<sup>52</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Forte Príncipe da Beira, junho de 1776, doc. 1130 – AHU-MT.

secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro.  
Forte Príncipe da Beira, agosto de 1776, doc. 1137 – AHU-MT)

Foi nessa conjuntura de possível avanço paraguaio sobre o território colonial português que o capitão Leme do Prado encontrou sítio suficientemente próprio para assentar uma vila, com bons campos para roças e cultivo de víveres no Mondego. Nesse ponto do rio e em áreas próximas expôs Leme do Prado que seria um bom local para fundar engenho para sustentação do Presídio de Coimbra.

A esse sítio deu o Comandante o nome de Lugar de Albuquerque e mandou fazer uma cruz de pau de peroba grande e limpar um terreno aonde a arvorou em sinal de posse. Formando para este ato toda a gente de sua comitiva, mandando dar três descargas, dizendo por três vezes VIVA EL REI DE PORTUGAL NOSSO SENHOR. E depois mandou dar outra em Louvor do Ilustríssimo e Excelentíssimo Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, governador e capitão general desta capitania que com tanto zelo e atividade faz que se aumentem os Domínios d’El Rei Nosso Senhor. (Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Forte Príncipe da Beira, agosto de 1776, doc. 1137 – AHU-MT)

Evidentemente, o local do rio Mondego batizado por Leme do Prado como *Lugar de Albuquerque* em 1776 foi uma homenagem ao então governador e capitão-general da capitania e pode gerar alguma confusão com Povoação de Albuquerque (atual Corumbá) que foi fundada no rio Paraguai em 1778. Contudo, apesar da proximidade geográfica e temporal é importante ressaltar que a fundação deste povoamento no rio Mondego não tem, à primeira vista, nenhuma relação com o estabelecimento do rio Paraguai. Nem mesmo foram encontrados dados documentais que comprovem a continuidade da existência do *Lugar de Albuquerque* até 1797, ano de fundação do Presídio de Miranda, excluindo qualquer possibilidade de continuidade desta fundação ser a gênese do presídio.

A necessidade em defender a fronteira sul da capitania, espaço das correrias dos índios Guaicuru e cada vez mais assediado pelos castelhanos, tornou-se evidente. A “fundação” do *Lugar de Albuquerque* por Leme do Prado confirmou a necessidade que o governo de Mato Grosso apresentava em tomar posse daquela região. Mais urgente ainda era a afirmação do sertanista João José de Vasconcellos que propôs ao governador Luis de Albuquerque a mudança do Presídio de Coimbra para a barra do Mondego pelas qualidades e posição estratégica daquele local, tendo em vista uma possível ocupação hispânica da região.

É conveniente que sem perda de tempo se tome a passagem do Mondego com a brevidade que a necessidade pede antes que eles se estabeleçam nela e nos tomem a navegação do rio, pois pelo que dizem os que de lá vieram

mudando se este presídio para a barra do Mondego donde chamam a Boa Vista e tomada a passagem do Guaicurú no Mondego donde chama o Porto Geral não só freiam os senhores deste rio mas de todo o Mondego e suas vertentes. E como toda a demora me é prejudicial, me parece que para o bem do Serviço de Sua Majestade é preciso que Vossa Excelência lhe acuda com toda a brevidade mandando mudar este presídio para riba e tomar lhe a passagem do Mondego para que se eles empreenderem estorvar os nossos intentos o não consigam antes cortando lhe os passos defendamos como vassallos o que querem tirar ao nosso Soberano. (Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Forte Príncipe da Beira, agosto de 1776, doc. 1137 – AHU-MT)

A precariedade de condições em que se encontrava o Presídio de Coimbra foi o que cogitou a mudança do ponto de defesa localizado mais ao sul da capitania. Os recursos aplicados para a defesa da fronteira de Mato Grosso não foram suficientes para manter em condições de combate e resistência todos os destacamentos fronteiriços, vide a constante solicitação do aumento do auxílio das capitanias de Goiás e de Grão-Pará pelos governadores estabelecidos na capitania de Mato Grosso. O Presídio de Coimbra apresentava, entre outros problemas, a demora de chegada de socorro caso algum ataque espanhol ou indígena lhe fosse direcionado. Ainda assim, além dos ataques que pudessem surgir pelo sul, a ausência de defesa na barra do próprio rio Mondego colocava em risco o baluarte de Coimbra, pois era conhecida a presença de índios associados aos hispânicos na região. A carência de maiores recursos para a defesa disponibilizava para Coimbra apenas canoas de guerra que não suportavam nem mesmo as ondas do rio Paraguai, immobilizando quase a totalidade das possibilidades da resistência portuguesa na fronteira sul de Mato Grosso.<sup>53</sup>

A ocupação e fortificação do Mondego, portanto, está inserida no contexto estratégico de defesa da capitania e das demarcações de limites entre as Coroas ibéricas na América. É interessante perceber as semelhanças entre a fundação da capitania de Mato Grosso e a ocupação deste rio. A capitania foi fundada em 1748 para, além de defender as minas auríferas do Estado do Brasil, articular as bacias hidrográficas amazônica e platina, integrando assim o vasto território colonial português na América. Efetivar a posse sobre o Mondego seria uma tarefa que, em primeiro lugar, comporia a defesa do rio Paraguai, principal veio fluvial de acesso das províncias hispânicas platinas para o oeste do Estado do Brasil e interior de Mato Grosso. A navegação entre Buenos Aires e Vila Real do Cuiabá não encontrava obstáculos naturais, permitindo o livre acesso castelhano para o interior do continente e,

---

<sup>53</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, janeiro de 1777, doc. 1148 – AHU-MT.

consequentemente, ao território imperial português. Assim, a ocupação desta região atuaria na defesa da rota comercial monçoeira (Tietê-Cuiabá), da fazenda Camapuã, de Vila Real do Cuiabá e das minas de ouro e diamante dos rios Cuiabá, Guaporé e cabeceiras do Paraguai, consolidando a unidade territorial portuguesa no oeste colonial.

Em segundo lugar, o contexto da posse sobre os territórios intra-continentais até o final da década de 1770 rememorava o Tratado de El Pardo e colocava o interior da América como uma área “em aberto”, sendo que tanto portugueses quanto espanhóis poderiam ocupar as áreas “vazias” de colonização ibérica. Neste mesmo período os espanhóis já se adiantavam por todo o vale do rio Paraguai, fundando inúmeros estabelecimentos nas duas margens deste rio. Finalmente, em terceiro lugar as análises geográficas apontavam que se estabelecida uma fundação portuguesa nesta região seria possível integrar no sentido leste-oeste as bacias hidrográficas do rio Paraná e Paraguai no oeste do Estado do Brasil. Um estabelecimento lusitano nesse local atuaria “fechando”, de certa forma, essa parte da fronteira portuguesa na América, consolidando o território definido anteriormente pelo Tratado de Madrid e que em 1777 foi confirmado por Santo Ildefonso.

O Tratado de Santo Ildefonso, oficialmente assinado em 1º de outubro daquele ano, passou a reverberar sobre as intenções lusitanas na fronteira. A ordem do Vice-Rei Marquês de Lavradio expressa que deveriam ser suspensas “quaisquer hostilidades intentadas contra os domínios e vassalos” de Espanha, bem como “a marcha das Tropas ou outros quaisquer movimentos e disposições de guerra”.<sup>54</sup> Apesar das ordens do Vice-Rei, as guarnições militares fronteiriças construídas na última década não foram desocupadas.<sup>55</sup>

Em 1780 Luis de Albuquerque, em correspondência para Martinho de Melo e Castro (secretário de Estado da Marinha e Ultramar português), descreveu a dimensão da fronteira sul da capitania e a sua importância estratégica para a capitania. O governador atribuiu ao Presídio de Coimbra o motivo pelo qual os castelhanos não se apoderaram da navegação no rio Paraguai e não se tornaram os “senhores das pantanosas bocas do rio Embotetiú e

---

<sup>54</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, dezembro de 1777, doc. 1172 – AHU-MT.

<sup>55</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, novembro de 1778, doc. 1219 – AHU-MT.

Taquari”.<sup>56</sup> O iminente avanço espanhol sobre o rio Paraguai só seria controlado com uma força defensiva portuguesa que desestimulasse o assédio castelhano na região.

O clima de pacificidade na região fronteira durou até o final da década de 1780, momento em que o sul da capitania novamente tornou-se motivo de novas diligências de reconhecimento e demarcação dos limites do tratado de 1777, reafirmando a importância estratégica da região. O Capitão Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra propôs em 1786 que a foz do rio Mondego deveria ser objeto de reconhecimento, observação astronômica e anotação para que houvesse um maior controle sobre a fronteira.<sup>57</sup>

No ano de 1790, porém, o governador e capitão-general da província do Paraguai D. Joaquim Alós passou a contestar a posse dos estabelecimentos portugueses na fronteira, desde o Presídio de Coimbra até a foz do rio Jauru. A alegação deste governante consistia em afirmar que os ditos lugares fronteiros estavam nos limites do governo castelhano e que, de acordo com o artigo nono do Tratado de Limites de 1777, pertenceriam à Coroa de Espanha. Assim, segundo Joaquim Alós os comandantes portugueses deveriam abandonar seus postos e desocupar imediatamente todos os estabelecimentos e guarnições militares portuguesas na região. Neste momento estava à frente da administração da capitania o governador e capitão-general João de Albuquerque de Melo e Cáceres (1789 - 1796), irmão de Luis de Albuquerque, que passou a encarar a atitude de Alós como uma ameaça. Este fato intensificou as ações do governador na fronteira sul da capitania, conferindo especial valor na defesa da soberania lusa na região.<sup>58</sup>

Em 1791 a notícia da movimentação de tropas e embarcações de guerra de Assunção e demais localidades espanholas localizadas no rio Paraguai em direção aos estabelecimentos portugueses já era conhecida pelo Sargento Mór Engenheiro Comandante dos Estabelecimentos do rio Paraguai Joaquim José Ferreira. As tropas paraguaias, que poderiam

---

<sup>56</sup> Ideia geral oferecida ao real conhecimento de Sua Magestade pelo actual governador, e capitão general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres; de toda a fronteira que forma a dita capitania, a mais ocidental do vasto continente do Brasil, a respeito dos domínios espanhóis; principiando desde o prezidio de Nova Coimbra ... athe a confluencia do grande rio da Madeira (Carta de Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, agosto de 1780, doc. 4, caixa 20 – AHU-MT In: ARAUJO, R. M. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método. Volume II – Anexo Documental*, p. 62)

<sup>57</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, abril de 1786, doc. 1470 – AHU-MT.

<sup>58</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, novembro de 1790, doc. 1595 – AHU-MT.

contar com o reforço de Buenos Aires ainda haviam se associado aos índios Guaicuru das proximidades de Assunção e contavam com o apoio desses chefes indígenas para os “sinistros intentos” planejados junto aos estabelecimentos portugueses. A fronteira sul da capitania de Mato Grosso contava em novembro daquele ano com um total de “cento e quarenta e tantas praças, cujo número compõe Dragões, Pedestres e Auxiliares”, sendo que especificamente no Presídio de Coimbra o número de combatentes era ainda menor: cinquenta e sete homens. As informações de uma possível investida hispânica fizeram o governador João de Albuquerque solicitar a ajuda da capitania de Goiás e o aumento do subsídio do ouro junto ao governador e capitão-general goiano Tristão da Cunha Ibenezes, pois o Presídio de Coimbra precisaria de, no mínimo, seiscentos homens à disposição.<sup>59</sup>

A tensão fronteiriça mantém-se durante toda a década de 1790 quando o governante paraguaio Joaquim Alós fundou novos estabelecimentos militares (Forte Bourbon e Forte de San Carlos) e fazendas no curso do rio Paraguai, em locais muito próximos do Presídio de Coimbra. João de Albuquerque queixou-se formalmente ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar português sobre as atitudes de Alós, principalmente por entender que o governador paraguaio desobedeceu aos termos do acordo de Santo Ildefonso.

Apesar, pois dos meus devidos protestos e da sua resposta aquele governo com manifesta infração e inteira falta do prometido vai fundando novas colônias sobre o Paraguai. Ele logo depois fez construir uma estacada com a denominação de Forte de Bourbon em que tem alguma pequena artilharia e tropa correspondente sobre a margem ocidental do Paraguai. Em um morro denominado por nós de Miguel Jozé e situado com curta diferença pela latitude de 21 graus, pouco mais de um dia de viagem abaixo da boca da Bahia Negra, que pelo mesmo lado deságua no Paraguai.

... consta que os espanhóis estão fundando outro novo sobre a margem oriental do Paraguai, pouco abaixo do chamado e verdadeiro Fecho dos Morros, ... muitas léguas acima de Villa Real, também edificada seis léguas superiormente á boca do rio Ipané sobre a mesma oriental margem do Paraguai. (Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, setembro de 1793, doc. 1672 – AHU-MT)

As oposições castelhanas à fronteira da capitania de Mato Grosso foram entendidas por João de Albuquerque, em meados da década de 1790, como um importante sinal da

---

<sup>59</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, novembro de 1791, doc. 1628 – AHU-MT.

relevância da presença portuguesa frente ao território espanhol na América. Conforme apontou o governador, em 1795, a capitania de Mato Grosso fazia resistência e fronteira

a três governos espanhóis. Todos eles de mãos dadas, empenhados a formarem novos estabelecimentos próximos das suas fronteiras e o pretenderem que o Tratado Preliminar de Limites seja já definitivo e eles os seus únicos árbitros e demarcadores. Mas também por ser uma amplíssima barreira que fecha e circunda as mais capitâncias internas do Brasil, guardando em si riquíssimas e ainda não tocados sertões. (Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, julho de 1795, doc. 1699 – AHU-MT)

Os três governos espanhóis qual se refere João de Albuquerque são a província de Moxos, a província de Chiquitos e a província do Paraguai. A situação fronteiriça impunha a necessidade de manter distintas resistências e oposições junto aos limites das províncias hispânicas. O rio Guaporé com suas fortificações e a capital Vila Bela da Santíssima Trindade opor-se-iam à Moxos, na fronteira noroeste; Chiquitos seria local de transição entre o alto curso do rio Guaporé e alto Paraguai, sendo que as resistências portuguesas eram espacializadas pelo Povoado de Casalvasco (1782) e por Villa Maria do Paraguai (1778); finalmente junto à província do Paraguai consistir-se-ia resistência na fronteira sul, delimitada pelos rios Paraguai e rio Apa e seria materializada pelo Presídio de Coimbra (1775) e Povoação de Albuquerque (1778).

Contudo, segundo João de Albuquerque, os maiores problemas fronteiriços da capitania de Mato Grosso ao final do século XVIII estavam no sul. Primeiro pelo crescente desinteresse da Coroa espanhola por Moxos desde a década de 1770, segundo porque era notável o adiantamento do governador da província do Paraguai frente às posses portuguesas, fundando estabelecimentos e fazendas de gado acima de Assunção na bacia do rio Paraguai desde o início da última década do século XVIII. As infrações do governador do Paraguai Joaquim Alós ao Tratado de Santo Ildefonso atingiam uma considerável área do território pertencente a Portugal, segundo o acordo entre as coroas ibéricas, alcançando, inclusive, o rio Mondego. As informações dos adiantamentos espanhóis, dadas pelo comandante do Presídio de Coimbra Francisco Rodrigues do Prado em janeiro de 1795, colocaram a província do Paraguai como obstáculo de grande custo para a coroa portuguesa, já que a defesa da fronteira

sul da capitania de Mato Grosso era indispensável para a conservação das posses portuguesas.<sup>60</sup>

Os avanços realizados por Alós sobre o rio Paraguai impediam a livre navegação portuguesa de Fecho dos Morros até o rio Apa, raia proposta pelos tratados preliminares de limites entre os territórios lusos e castelhanos no interior do continente. Como o Presídio de Coimbra era o estabelecimento português mais ao sul da capitania e poucas léguas da estacada portuguesa estava localizado o Forte de Bourbon, fortificação espanhola fundada em 1792, a navegação lusa pelo rio Paraguai ficaria, portanto, restrita até Coimbra. Em represália aos últimos acontecimentos e até nova ordem da Rainha D. Maria I, João de Albuquerque declarou que estaria “na firme resolução de não consentir que embarcação espanhola alguma navegue pelo rio Paraguai de Coimbra para cima nem se inove causa alguma a respeito da navegação comum e privativa deste mesmo rio”.<sup>61</sup>

No início do ano de 1797, poucos meses após sua posse na capitania de Mato Grosso, o governador e capitão-general Caetano Pinto Vasconcelos de Miranda Montenegro (1796 - 1803) apresentou uma visão panorâmica das condições da defesa da capitania. A tropa paga era composta por corpos de Dragões e Pedestres, que deveria contar com cento e vinte e dois praças cada um, mas que se encontrava com trezentas e trinta e três praças. O substancial aumento do número de soldados, apesar de onerar as rendas da capitania foi justificado por conta da necessidade em manter vigilância constante em vários locais da capitania: Presídio de Coimbra, Povoação de Albuquerque, Registo da Ínsua, Villa Maria do Paraguai, Povoado de Casalvasco e algumas fazendas de gado, que correspondiam ao termo do Cuiabá. Porém, entendia o governador que era preciso aumentar ainda mais este número, além de oferecer treinamento marcial aos praças, já que em muitos casos não havia nenhum rigor disciplinar entre os homens de guerra da capitania.<sup>62</sup>

A análise feita por Caetano Pinto sobre o contingente de Auxiliares apontou que a gente de guerra estava dividida em duas facções. A Legião Auxiliar da Vila do Cuiabá era

---

<sup>60</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, julho de 1795, doc. 1699 – AHU-MT.

<sup>61</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Luis Pinto de Souza Coutinho. Vila Bela, janeiro de 1796, doc. 1719 – AHU-MT.

<sup>62</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Luis Pinto de Sousa Coutinho. Vila Bela, fevereiro de 1797, doc. 1746 – AHU-MT.

formada por uma Companhia de Granadeiros, três de Fuzileiros, duas de Muares e uma de Caçadores, totalizando seiscentos e três homens, não sendo contabilizada a 2ª Companhia de Granadeiros e a 4ª de Fuzileiros. Entre os soldados desta Legião todos estavam fardados e armados, exceto uma pequena parte dos Caçadores. Dois Ajudantes dessa Legião comandavam os estabelecimentos do rio Paraguai: o Presídio de Nova Coimbra e o Povoado de Albuquerque. A Legião Auxiliar de Voluntários de Matto-grosso estava bastante atrasada já que a maior parte dos soldados não dispunha de armas e fardamento suficientes e teve pouco ou nenhum treinamento militar. Esse contingente era formado por uma Companhia de Fuzileiros da Vila e Arraiaes (contabilizando oitenta soldados), duas Companhias de Fuzileiros de Rio Abaixo (formada por nove ou dez soldados), uma Companhia de Cavalaria (que não passava de trinta cavalos) e três Companhias de Caçadores (com aproximadamente oitenta soldados cada uma). Pela falta de registro dos soldados era impossível, segundo Caetano Pinto, afirmar o número exato de componente dessa Legião.<sup>63</sup>

Como reflexo ao defasado contingente militar da capitania o armamento contava, entre as duas repartições, com apenas mil e seiscentas armas sendo que apenas um terço delas seria de boa qualidade. Aos dois terços danificados e sem uso, apontou o governador que, deveriam ser repassadas por um “preço módico” aos Auxiliares e Ordenanças, que estavam desarmados, logo que os Armazéns Reais da capitania estivessem providos com novo armamento. A artilharia de toda a capitania contava com trinta e nove peças: trinta e uma no Forte Príncipe da Beira, cinco na capital Vila Bela da Santíssima Trindade e três no Presídio de Nova Coimbra. Da mesma forma, a pouca pólvora existente na capitania estava concentrada no Príncipe da Beira (quinhentas e setenta e nove arrobas) sendo que o total de pólvora existente em Vila Bela e Coimbra contabilizavam apenas vinte e oito arrobas. Caetano Pinto conclui sua primeira e negativa impressão da força militar da capitania afirmando que “em uma fronteira tão extensa em que há contestações ainda não decididas e aonde os socorros externos chegam com tão grande demora e dificuldade não se pode estar mais mal provido e armado”.<sup>64</sup>

É importante perceber que a nomeação de Caetano Pinto de Miranda como governador de Mato Grosso apontou para um reordenamento da política da capitania. O governador Caetano Pinto, que se diferenciava de seus antecessores por não ter formação militar, mas sim em Direito, deteve maiores atenções à Vila Real do Cuiabá, à repartição do Cuiabá e,

---

<sup>63</sup> *idem.*

<sup>64</sup> *idem.*

consequentemente, à fronteira sul da capitania. Nesse sentido, a posição assumida pelo governador antagonizava as diretrizes políticas do período albuquerqueino de administração da capitania de Mato Grosso (1772 - 1796) que privilegiou o termo de Vila Bela e a fronteira noroeste.<sup>65</sup>

A administração desse governador foi voltada para a gestão interna da capitania de Mato Grosso. Caetano Pinto foi o primeiro governador a propor a transferência da capital de Vila Bela para Vila Real do Cuiabá, ou Vila Maria do Paraguai, fato que além de demonstrar sua preocupação com a arrecadação fiscal da capitania, colocaria o termo do Cuiabá em destaque no cenário local. Foi também de Caetano Pinto a proposta de que as fortificações por estarem incumbidas em “demarcar o território”, já que serviam à defesa da fronteira, deveriam ser “sustentadas” com as verbas destinadas às demarcações dos limites portugueses.<sup>66</sup>

Mas, mesmo conferindo maior cuidado à repartição do Cuiabá, Caetano Pinto não encontrou as Instruções que lhe deveriam ter sido passadas por seu antecessor João de Albuquerque, tão pouco as Ordens dos governos anteriores relativas a diferentes assuntos e negócios.<sup>67</sup> A falta desses documentos fez com que o governador não tomasse nenhuma providência imediata aos assédios do governador Joaquim Alós ao território da capitania. Qualquer atitude poderia se transformar em “dúvida de fazer fundações permanentes em território estranho ou controverso”.

Caetano Pinto demonstrava profundo respeito pelas cláusulas do Tratado de Santo Ildefonso, especialmente ao Artigo VI que proibia a defesa militar das fronteiras, mas o governador paraguaio cometia inúmeras irregularidades guarnecendo o espaço fronteiriço desde o início da década de 1790. Para impedir um maior avanço paraguaio no território português o comandante do Presídio de Coimbra, Rodrigues do Prado, apontou que a melhor opção seria fundar um estabelecimento militar lusitano na margem oriental do rio Paraguai. Essa medida traria como vantagens para Mato Grosso a ocupação da região e, como benefício da posse do território, o acréscimo dos índios Guaicuru e Guaná como importante contingente associado às tropas da capitania.

Com o novo estabelecimento que proponho, parece me ficar segura esta fronteira, pois que de todos os Guaicurus e Guanás, nossos amigos, pode-se

---

<sup>65</sup> ROSA, C. A., *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722 – 1808)*, p. 304 - 305.

<sup>66</sup> ARAÚJO, R. M. de. *A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*, p. 209 – 210.

<sup>67</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar. Vila Bela, abril de 1797, doc. 1751 – AHU-MT.

tirar mais de mil homens de guerra capazes de com eles se empreender qualquer facção. Tanto embarcado como por terra e sem receio de traição de sua parte, por ficarem mulheres e filhos em nosso poder. (Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar. Vila Bela, abril de 1797, doc. 1751 – AHU-MT)

Em fins do século XVIII a manutenção das aldeias Guaicuru na margem oriental do rio Paraguai seria fundamental para a defesa do território português. Esses índios habitualmente capturavam o gado vacum e cavalar que vivia nas planícies da margem esquerda do rio e os comercializavam com os estabelecimentos portugueses mais próximos. Isso porque as práticas de corso dos índios Guaicuru atuaram como obstáculos aos interesses territoriais hispânicos, impedindo a expansão desenfreada dos povoados paraguaios a montante de Assunção, especialmente na margem esquerda do rio Paraguai. Desta forma o tenente coronel engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra entendia que ocupar com um estabelecimento as terras firmes do rio Mondego, território dos Guaicuru, seria extremamente vantajoso para a defesa da capitania de Mato Grosso: “os Guaicurus ali estabelecidos podem mais fácil, cômoda e brevemente causar grandes danos aos espanhóis e limitá-los aos seus antigos terrenos, perdendo assim a animosidade de se entornarem nos nossos”.<sup>68</sup>

Atingindo regiões cada vez mais em direção ao norte do curso do rio Paraguai as incursões hispânicas obrigaram os Guaicuru que habitavam o curso deste rio a se refugiarem no extremo oriente de seu território. Ao final da década de 1790 as notícias relativas aos índios Guaicuru informavam que seus aldeamentos estavam localizadas nas cabeceiras do rio Mondego, quando em períodos anteriores suas correrias eram realizadas de Fecho dos Morros por toda a banda oriental do rio Paraguai. Portanto, como afirmou Rodrigues do Prado eram estes índios, com suas práticas de saque do gado, os maiores e únicos obstáculos capazes de frear os abusos castelhanos praticados em território português.<sup>69</sup>

A conjuntura dos acontecimentos fronteiriços entre a capitania de Mato Grosso e as províncias hispânicas e as notícias dos confrontos napoleônicos no final do século XVIII, vindas da capitania de Goiás, fizeram Caetano Pinto entender que, sem ordem expressa da corte portuguesa, deveria ser mantida resistência aos atos espanhóis. A partir dessa premissa o governador tomou, em março de 1797, as medidas que julgou necessárias para a defesa do

---

<sup>68</sup> *idem.*

<sup>69</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, agosto de 1797, doc. 1756 – AHU-MT.

território da capitania e ordenou que o Mestre de Campo Comandante da Vila do Cuiabá José Paes Falcão das Neves disponibilizasse maciço recrutamento de novos combatentes para toda a fronteira. Para a defesa do sul foi enviado em caráter de urgência vinte Dragões, dez Pedestres e vinte Auxiliares, comandados por um Tenente, além de canoas de guerra em número suficiente para transportar o contingente do Presídio de Coimbra e Povoação de Albuquerque caso estes fossem atacados e não pudessem resistir.<sup>70</sup>

A ordem de Caetano Pinto que determinava o aumento emergencial das condições de defesa na fronteira demonstrou a preparação de um cenário belicoso nas raias do império português com a província do Paraguai. Também foi enviado da capital Vila Bela para o Presídio de Coimbra material bélico em escala considerável: “municimento competente”, dez arrobas de pólvora com balas e perdigotos ou chumbo para o fabrico das munições; vinte arrobas de ferro e cinco de aço para o conserto das armas existentes; ferreiro ou serralheiro entre os Pedestres ou Auxiliares que auxiliasse na manutenção do armamento.<sup>71</sup>

O reforço enviado pelo governador em 1797 aumentou consideravelmente a guarnição de Coimbra. Estiveram destacados no presídio quase trezentos praças entre milicianos, Pedestres, Auxiliares e Ordenanças, mais trezentos ou quatrocentos *índios de arcos*, guerreiros das nações Guaicuru e Guaná que foram incorporados pelas tropas portuguesas. Mas, o aumento da *gente de guerra*, do material bélico de Coimbra e a nomeação do tenente coronel de infantaria engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra como comandante dos estabelecimentos da fronteira do Paraguai, em agosto daquele ano, não foram suficientes para inibir os avanços hispânicos ao território português. As expedições castelhanas perseguiram os índios Guaicurus até a cabeceira do rio Mondego. Naquele mesmo mês, as notícias do rompimento entre as coroas de Portugal e Madrid vindas de Goiás confirmaram as previsões de Caetano Pinto, tornando inquestionável a vigilância e a defesa empreendida até então.<sup>72</sup>

Foi a partir do relato do capelão D. Antonio Cazemiro Vianna<sup>73</sup> que a fortificação e defesa do rio Mondego se tornaram fundamentais para a composição da defesa na fronteira

---

<sup>70</sup> *idem.*

<sup>71</sup> *idem.*

<sup>72</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, agosto de 1797, doc. 1757 – AHU-MT; Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, agosto de 1797, doc. 1758 – AHU-MT.

<sup>73</sup> O padre D. Antonio Cazemiro Vianna era espanhol e estava refugiado na vila capital de Mato Grosso por ter sido acusado de ter cometido um assassinato na Província do Paraguai.

sul da capitania. Este padre confirmou a intenção do Coronel Dom Joze Espinola, militar paraguaio encarregado das incursões ao território português, em ir até o Rio Apa “com guarnição e povoadores, e que pretendem fazer outra povoação nas cabeceiras do Mondego”. Francisco Rodrigues do Prado notou que além do interesse no gado *vacum* e cavalares e a permanente rusga com os índios Guaicuru, acusados de tomarem rebanhos bovinos e cavalares aos espanhóis, os paraguaios se adiantavam pela capitania de Mato Grosso em busca da erva-mate, atividade desenvolvida por estes colonos e chamada de *minerallos de la Yerba*, que era difundida desde o rio Apa até as cabeceiras do rio Mondego.<sup>74</sup>

O padre Cazemiro Vianna ainda relatou que as investidas paraguaias à frente do rio Apa foram registradas pela tropa paraguaia e contaram com considerável recrutamento de soldados em Assunção e nos povoados mais próximos. A primeira expedição, realizada em agosto de 1796, foi á cinco léguas adiante a margem direita do rio Apa, contando com cento e vinte homens armados. Esta primeira diligência durou quinze dias e foi comandada pelo tenente maior D. Miguel Banhes. As duas campanhas seguintes, realizadas em 1797, foram capitaneadas pelo coronel Joze Espindola. A investida realizada em março contou com setecentos homens armados, cinquenta índios e cinquenta mulatos que saíram dos arredores de Assunção e chegaram ao Mondego em 13 de abril; durou vinte e cinco dias e retornou para Villa Real no Paraguai<sup>75</sup>. A segunda expedição chefiada por Espindola foi iniciada poucos dias após o retorno para Villa Real e contou com o acréscimo de cinco Companhias de trinta homens cada. Esta marcha percorreu o mesmo trajeto, porém, atingindo como ponto mais distante o ribeirão Yapepó, afluente do rio Aquidauana, encontrando, inclusive, local próprio para a fundação de uma povoação ou vila no rio Mondego.<sup>76</sup>

O dito coronel Espinola no rio Mondego disse a sua comitiva que aqueles lugares estavam muito bons para uma vila e que ele dali a 5 meses havia de vir povoá-la. Fez uma carta a D. Lazaro que lhe mandasse gente para deixar no dito lugar aonde pretende fazer a dita povoação e mandando o governador em consequência deste aviso notificar gente para irem da Villa do Curuguati e de Villa Rica. Estes disseram não querer ir e que para somente fim não haviam de obedecer e por esta causa é que já não ficou gente no lugar para a posse e ir dando principio a o trabalho que o dito Coronel determinasse. (Ofício do governador e capitão general da capitania

---

<sup>74</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, agosto de 1797, doc. 1759 – AHU-MT.

<sup>75</sup> Villa Real foi um povoado castelhano fundado na margem oriental do rio Paraguai, há seis léguas acima da foz do rio Ypané.

<sup>76</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, agosto de 1797, doc. 1759 – AHU-MT.

de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, agosto de 1797, doc. 1759 – AHU-MT)

A única medida para evitar que a região do rio Mondego fosse povoada pelos paraguaios seria o contragolpe proposto pelo comandante dos estabelecimentos do Paraguai. Ricardo Franco entendia que o estabelecimento de uma povoação portuguesa seria a última e única maneira de evitar a posse dos paraguaios em “um país deserto e desocupado”. A presença do estabelecimento português preveniria a manutenção das aldeias Guaicuru na região, não permitindo que o rio Mondego fosse o ponto de apoio para uma expansão ainda maior dos paraguaios, alcançando a margem oriental do rio Paraguai. O lugar onde estavam os índios Guaicuru e Guaná, na beira do Mondego, era adequado para fundar estabelecimento, pois tinha terras firmes para culturas e campos com excelentes pastagens, além de ter fácil acesso até Coimbra. A ordem de Ricardo Franco recomendou que o local escolhido fosse tão seguro para a defesa fortificada quanto estratégico o suficiente para a franca comunicação com o Presídio de Coimbra, além da aproximação do Fecho dos Morros evitando a ocupação deste sítio pelos espanhóis. Inicialmente este estabelecimento, e também as aldeias dos índios, seria defendido por um destacamento de cinquenta ou oitenta praças entre Dragões, Pedestres e Auxiliares e por pequenas peças de artilharia.<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> *idem.*

Figura 4: Distribuição das forças militares na fronteira entre a capitania de Mato Grosso e a província do Paraguai ao final do século XVIII/começo do XIX.



A posição estratégica da capitania de Mato Grosso foi encarada como uma estratégia defensiva para a manutenção das fronteiras do Estado do Brasil. É importante perceber que a questão militar, especialmente durante a segunda metade do século XVIII, foi um elemento de

mobilização da sociedade colonial. No entanto, a afirmação que a capitania de Mato Grosso desenvolveu como característica principal a militarização, deve ser analisada com parcimônia.<sup>78</sup>

No caso da capitania de Mato Grosso o discurso que leva ao extremo a intensificação da militarização foi desenvolvido por Volpato e contempla ainda motivações articuladas à extrema pobreza da população e a peculiaridade de sua instabilidade/mobilidade junto ao território. Assim, segundo esta historiadora “as condições territoriais da Capitania, possuidora de mais de quinhentas léguas de fronteira, imprimiram à sua administração um caráter nitidamente militar, cujo ônus maior recaiu sobre a própria população”.<sup>79</sup> Levada a cabo, esta tese problematiza a capitania como o *antemural* do Brasil, condição derivada da função estritamente defensiva militar.<sup>80</sup>

Vilas, forte, povoações haviam sido fundados na fronteira com o fim de transformar a Capitania de Mato Grosso no antemural do Brasil, apta não só a defender os domínios portugueses na América mas também a ampliá-los, ocupando áreas que os espanhóis ainda não tivessem povoado.<sup>81</sup>

Referindo-se à capitania de Mato Grosso a autora afirma “que a sua preparação de maneira a transformá-la no antemural da Colônia exigia providências que iam desde a composição de tropas (que deveriam ser pagas, municadas, alimentadas, etc.) até a construção e manutenção de fortalezas”.<sup>82</sup> Consequentemente, a absolutização da força e a relativização dos demais aspectos sociais (política, economia, cultura, etc.) acabaram por consolidar uma ideia de que a capitania de Mato Grosso tivesse como característica fundamental a militarização, sem levar em consideração o contexto colonial. Segundo Puntoni o governo imperial português, gestor do território americano,

deveria, no exercício de suas atribuições, zelar pela segurança da Colônia e do povoamento das novas terras, para o que contava com a armada, gente, artilharia, armas e munições, e tudo o mais que fosse necessário. Cumpria, antes de mais nada, fortificar as barras e os portos de acessos às praças de comércio.<sup>83</sup>

---

<sup>78</sup> ROSA, C. A. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722 – 1808)*, p. 10 – 19.

<sup>79</sup> VOLPATO, L. R. R. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719 – 1819)*, p. 34.

<sup>80</sup> *idem*, p. 39.

<sup>81</sup> *idem*, p. 46.

<sup>82</sup> *idem*, p. 116.

<sup>83</sup> PUNTONI, P. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550 – 1700). In: *Nova História Militar Brasileira*, p. 43.

A defesa da Colônia foi realizada a partir da utilização de duas formas particulares: a fundação de estabelecimentos defensivos nas áreas fronteiras e o recrutamento de parte da população através de uma extensa rede de privilégios. Neste segundo caso, a distribuição de homens aptos a pegar em armas (fossem brancos, negros, índios, mulatos, pardos, etc.) em regimentos organizados em tropas pagas e voluntárias, conduzida pela política de privilégio e concessão de mercês<sup>84</sup>, foi um mecanismo bastante utilizado pelo império português que incluiu, inclusive, a capitania de Mato Grosso. A existência de uma *economia política de privilégios* foi fundamental para a governança colonial. Por um lado a concessão de mercês e privilégios conferia ao soberano a lealdade do súdito, que por sua vez articulava a defesa do território e dos demais interesses da coroa. Ao mesmo tempo integrava o tributário à estrutura política do Império, alimentando uma noção de pacto e de obrigatoriedade de retribuição ao mérito que, estrategicamente, garantia a governabilidade do vasto império ultramarino.<sup>85</sup>

A organização militar na capitania não pode ser interpretada como uma característica essencial para a existência de Mato Grosso, mas como resultado de uma política portuguesa para a defesa dos interesses no ultramar. Mello apresenta dados significativos sobre a formação de corpos militares de serviço gratuito nas capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais durante a segunda metade do século XVIII. As considerações dessa autora conduzem a importantes abordagens sobre as organizações militares dessas capitanias que, mesmo não sendo “antemural” como Mato Grosso, atuaram na composição de uma considerável força militar voluntária. Mello propõe que durante a segunda metade do século XVIII, a governança lusitana lançou mão de uma série de medidas que aumentava o potencial defensivo de todo o território americano: a transferência da capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro (1763), o envio de regimentos militares portugueses para o Rio de Janeiro e a restauração da capitania de São Paulo.<sup>86</sup> Associada à conjuntura desfavorável do Tratado de El Pardo (1761) a política pombalina teve influência decisiva, especialmente para as regiões fronteiras (bacia platina, bacia amazônica e litoral atlântico), em tornar o território americano muito mais defensável frente aos possíveis assédios estrangeiros.

---

<sup>84</sup> MENDES, F. F. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: *Nova História Militar Brasileira*, p. 111 – 112.

<sup>85</sup> FRAGOSO, J., GOUVÊA, M. de F. S., BICALHO, M. F. B. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. In: *Penélope*, p. 75 – 79.

<sup>86</sup> MELLO, C. F. P. *Forças militares no Brasil Colonial: corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII*, p. 61.

Araújo aponta que os governadores da capitania de Mato Grosso sempre souberam manejar suas administrações levando em conta as ações dos governos espanhóis. E mesmo sempre ocupando as suas atenções com os vizinhos castelhanos, os governadores da capitania foram poucas vezes chamados ao conflito militar. Mesmo em tempos de relativa tranquilidade entre as coroas ibéricas, a movimentação na fronteira e os eventuais combates militares foram ações paradigmáticas para compreender o direcionamento da política colonial de Mato Grosso em relação aos assuntos fronteiros. A “guerra virtual” que existiu entre portugueses e espanhóis no interior da América foi a mola propulsora da lógica da “conquista” da capitania de Mato Grosso.<sup>87</sup>

Portanto, a organização militar da capitania de Mato Grosso, fosse por tropas pagas e voluntárias, fosse através da constituição de estabelecimentos militares defensivos, não deve ser levada ao extremo e absolutizada como características intrínsecas à existência do espaço fronteiro português. A constituição da defesa territorial está dentro de um contexto muito mais amplo que remete à consolidação do Império Ultramarino português.

## **1.2. O “fazer fortaleza”: uma prática urbanizadora portuguesa no rio Mondego**

Segundo o historiador militar inglês John Keegan as fortificações podem ser classificados em três distintas categorias quanto à sua tecnologia como instrumento de defesa: o refúgio, a fortaleza e a defesa estratégica. *Refúgios* são lugares de segurança de curto prazo empregados contra inimigos que não têm maiores condições de realizar um longo ataque. As *fortalezas* são instrumentos de defesa ativa do espaço, devendo suportar o assédio de oponentes e dominar uma área específica do campo de tiro, bem como oferecer contra-ataques em momentos oportunos. Essas “máquinas da guerra” surgiram como resultados das ações de afirmação e controle de uma autoridade centralizada sobre determinado território em litígio ou que foi recentemente ocupado. As *defesas estratégicas* são elementos defensivos associados que podem ser concebidos de forma contínua ou com fortificações posicionadas “de tal forma

---

<sup>87</sup> ARAÚJO, R. M. de. *A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*, p. 119.

que ofereçam apoio mútuo e evitem avenidas de ataque para o inimigo ao longo de uma larga frente”.<sup>88</sup>

Em uma perspectiva tecnológica as *defesas estratégicas* são formas mais complexas de imposição de força militar já que atuam sobre amplos territórios ou áreas de acesso. Esses mecanismos defensivos são frutos de um processo de crescimento de uma autoridade central e que, por suas dimensões, demandavam grandes empenhos financeiros, estratégicos e geográficos para sua constituição. Além disso, esse modelo defensivo nem sempre se alinhava às fronteiras naturais, sendo que sua construção, manutenção, aprovisionamento e guarnecimento (de homens, armas, víveres, etc.) eram sempre bastante onerosos e dependiam exclusivamente “da vontade e das capacidades do poder que elas deviam defender.”<sup>89</sup>

No quadro da expansão do Império colonial português a presença do Estado pode ser compreendida a partir da implantação de fortificações, já que, conforme apontou Araújo, a expansão lusa deve ser compreendida a partir do binômio “fazer fortaleza” e urbanizar. O ato de “fazer fortaleza” além de ratificar a posse territorial, colabora para a manutenção das atividades que justificam a permanência do estado em determinado local. O equilíbrio dessa relação deve ser interpretado como a expansão do Estado português já que “os fundamentos do urbanismo da expansão jamais estiveram desligados de uma acepção central da Coroa, mesmo quando isto aparentemente não é detectável.”<sup>90</sup>

A repetição dos moldes urbanizadores portugueses por todo o território colonial é uma característica marcante da expansão lusa. As fortificações que foram espalhadas por Ásia, África e Brasil durante os séculos XVI, XVII e XVIII confirmam que a conquista de novos territórios por Portugal fazia-se, também, por meio da ocupação defensiva.<sup>91</sup> A própria constituição da estrutura das fortificações portuguesas deve ser analisada como elemento urbanizador. Alinhadas em torno de um ambiente público (praça, espaço religioso ou local de movimentação de tropas), o interior das fortificações era composto nuclearmente por elementos urbanos em uma escala diminuta: abrigavam quartéis, capela, cadeia, corpo da

---

<sup>88</sup> KEEGAN, J. *Uma história da guerra*, p. 155-158.

<sup>89</sup> *idem*, p. 163, 169.

<sup>90</sup> ARAUJO, R. M. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*, p. 25 – 26.

<sup>91</sup> WRIGHT, A. F. P. de A. A questão civilizadora. In: *Fortificações portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina (A fundação do sistema português de comunicação ultramarina, Uma redescoberta da origem cultural do Brasil)*, p. 35.

guarda, casa de artilharia, paiol de pólvora, casa de farinha, enfermaria, fonte de água, aqueduto, etc.<sup>92</sup>

Na América portuguesa a implantação das fortificações e os lugares permanentes onde deveria ser realizada a defesa eram, fundamentalmente, os acessos que permitiam a entrada e saída a determinados espaços: o litoral, os grandes rios e, durante o século XVIII, as fronteiras. As rotas comerciais e o intercâmbio entre o interior e o litoral, ou mesmo entre locais distintos do litoral, também mereceram destaque no âmbito da defesa já que, estrategicamente, o esse fluxo mercantil colaborou para integrar o vasto território colonial. Diferentemente da proposta defensiva constituída na Europa, onde as fortificações eram construídas para proteger as cidades, as áreas produtivas e a autossuficiência do lugar, a estrutura defensiva colonial na América era fundamentada no impedimento de trânsito dos inimigos pelo território. Assim, a tecnologia da defesa no Brasil era pensada a partir de uma localização estratégica onde a confluência dos sistemas viários aquáticos e terrestres permitiam a logística de abastecimento e armamento das tropas lusas e impediam a circulação do inimigo.<sup>93</sup>

No caso da capitania de Mato Grosso os locais escolhidos para fortificar eram fechos, cachoeiras, bocas e cabeceiras de rios, por exemplo, símbolos que levavam em conta uma “geometria da natureza”, transformando os limites naturais e paisagísticos em fronteiras políticas e imperiais. Mas, é importante ressaltar que, em linhas gerais, o território já era conhecido oficialmente em 1750 com a assinatura do Tratado de Madrid e antes, portanto, da construção de qualquer fortificação.<sup>94</sup>

É possível entender que o Presídio de Miranda, erguido em 1797, atuou na capitania compondo a força responsável pela defesa ativa da fronteira portuguesa durante o final do século XVIII e início do XIX. A existência do presídio deve ser interpretada como o resultado da clara intenção em confirmar a posse e domínio colonial luso na fronteira sul da capitania. É importante salientar que o império ultramarino português foi composto por uma imensa região colonial, sendo que a diversidade geográfica e o contexto de apropriação de determinados territórios foram aspectos decisivos para a variedade tipológica das obras da engenharia

---

<sup>92</sup> WRIGHT, A. F. P. de A. A fortificação: núcleo militar da ordem e da justiça. Marcos pontuais de um sistema maior de defesa e de urbanização. In: *Fortificações portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina (A fundação do sistema português de comunicação ultramarina, Uma redescoberta da origem cultural do Brasil)*, p. 56.

<sup>93</sup> *idem*, p. 55.

<sup>94</sup> ARAUJO, R. M. de. *A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*, p. 120, 183-184.

militar portuguesa: fortalezas, fortes, presídios, registros, atalaias, trincheiras, baluartes, baterias, torres, etc. É nesta perspectiva que os conceitos de *fortaleza* e *defesa estratégica* forjados por Keegan podem ser aplicado ao Presídio de Miranda. No entanto, a especificidade do significado de *presídio* para o período proposto será discutido a seguir, sendo conveniente compor uma breve reflexão sobre aspectos da arquitetura militar portuguesa durante o período da administração lusa no território americano.

A expansão do Império Português por todo o mundo conhecido até então (oriente asiático e região costeira da África e América), regiões que estavam meses de distância de viagem a partir do ponto mais ocidental da costa lusitana, foi amparada por técnicas defensivas territoriais elaboradas desde o período medieval. O aprimoramento da tecnologia construtiva lusa teve origem na torre e no castelo: elementos fundamentais para a defesa quando os ataques baseavam-se na *neurobalística*, “processo de tiro em que a propulsão de projéteis é conseguida através da força elástica da flexão ou da torção de cabos”.<sup>95</sup> A partir do século XIV com a difusão da *pirobalística*, mecanismo onde os gases resultantes da explosão da pólvora propulsionam os projéteis, os meios utilizados para a construção das estruturas defensivas foram alterados profundamente.<sup>96</sup> Arquitetos e engenheiros passaram a exercer um importante papel na sociedade portuguesa durante os séculos XVI e XVII, pois as estruturas poligonais abaluartadas<sup>97</sup> passaram a determinar a configuração das cidades, baseadas na praça-forte, sendo as fortalezas e estruturas defensivas fundadas no ultramar o reflexo dos ensaios tecnológicos construtivos portugueses.<sup>98</sup>

A constituição da defesa do território colonial português na América, manifesta pela construção de fortificações, pode ser compreendida tomando por base quatro distintos momentos.<sup>99</sup> Do ponto de vista da construção de estruturas defensivas o período que antecede

---

<sup>95</sup> PEREIRA, M. Da Torre ao Baluarte. In: *A arquitectura militar na expansão portuguesa*, p. 36.

<sup>96</sup> CASTRO, A. H. F., BITTENCOURT, J. N. *Armas: ferramentas da paz e da guerra*, p. 28 – 31, PEREIRA, M. Da Torre ao Baluarte. In: *A arquitectura militar na expansão portuguesa*, p. 38 – 39.

<sup>97</sup> Estruturas poligonais abaluartadas são obras arquitetônicas defensivas complexas e de grande impacto urbano, portadoras de estéticas horizontalizadas e baseadas em conhecimentos matemáticos e balísticos, influenciada inicialmente pelos grandes nomes renascentistas da teoria da fortificação. Sobre a revolução na engenharia militar e a difusão da nova metodologia de construção de fortalezas os créditos devem ser conferidos a Antônio Sangallo e Peruzzi e Jacopo Vignola, que construíram o Castelo Farnese (1515) em Caprarola com planta poligonal e baluartes pentagonais. Benedetto da Ravenna (1485 – 1556) foi o engenheiro militar responsável pela construção da primeira obra portuguesa totalmente abaluartada, o forte de Mazagão, no Marrocos em 1541. MORI, V. H. Arquitetura militar: da “cortina vertical” à “cortina virtual” In: *Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos*, p. 22 – 24.

<sup>98</sup> PEREIRA, M. Da Torre ao Baluarte. In: *A arquitectura militar na expansão portuguesa*, p. 36 – 41.

<sup>99</sup> LEMOS, C. A. C. As fortificações coloniais no Brasil. In: *Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos*, p. 53 – 57.

a União Ibérica (1580 – 1640) teve pouco valor visto os inconstantes ataques de populações indígenas que pouco influenciou na fundação de defesas arquitetônicas. Somente a partir da administração do território luso-americano por Felipe II, período que coincide com a disputa europeia pelos territórios coloniais, é que a construção de fortificações passou a ser uma estratégia de defesa. A principal característica desta etapa é a grande influência dos arquitetos militares italianos na criação dos primeiros meios defensivos contra os ataques holandeses à região costeira do Nordeste. A incorporação e utilização das técnicas da engenharia militar italiana devem ser creditadas ao período de domínio filipino sobre algumas regiões itálicas no período que antecedeu a União Ibérica.<sup>100</sup>

A tomada de parte da costa nordestina por forças holandesas iniciou a segunda etapa de construção de fortificações coloniais na América portuguesa. Apesar de ser constituída por um curto espaço de tempo (1630 - 1654) esta fase foi marcada pela implantação de linhas fortificadas no litoral nordestino que atuaram como *sistema defensivo*, sua principal diferença em relação ao período anterior. No entanto, apesar de ter como característica marcante a atuação e associação destes elementos, a tecnologia aplicada na construção destas fortificações também foi baseada na engenharia militar italiana.<sup>101</sup>

Na região amazônica, durante os últimos anos do século XVII até o final do século XVIII, foram construídas grandes fortificações (como o Forte Príncipe da Beira, a Fortaleza de Nossa Senhora de Nazareth, a Fortaleza de São José do Macapá e a fortificação da cidade de Belém do Pará, por exemplo) que tiveram como principal objetivo o controle sobre as possíveis investidas de ataques espanhóis, franceses, ingleses e holandeses ao território colonial, configurando o terceiro período da implantação de fortificações na América portuguesa. Associando um vasto território a ser protegido e condições geográficas desfavoráveis, as fortificações construídas nesta região ficaram marcadas pelas avantajadas dimensões e caracterizadas pela tecnologia aplicada na defesa, constituída por plantas quadradas guarnecidas por quatro baluartes com flancos de ângulos bastante abertos, ao estilo “de Vauban”.<sup>102</sup>

A quarta e última etapa da construção de fortificações coloniais na América portuguesa remete ao período de incertezas fronteiriças, do avanço luso sobre territórios não ocupados e da execução da política pombalina de guarnecer as fronteiras do oeste e do sul do

---

<sup>100</sup> *idem*, p. 58 – 63.

<sup>101</sup> *idem*, p. 64 – 69.

<sup>102</sup> *idem*, p. 69 – 73.

território colonial. Este período é balizado temporalmente pela confecção dos tratados de Madrid (1750) e pela chegada da família real em 1808. A última etapa de construção de fortificações foi especialmente importante para o dilatamento das fronteiras portuguesas no continente americano, pois, seguindo as diretrizes racionalistas e ilustradas de Sebastião José de Carvalho e Melo, foi criado um rico panorama na construção de estruturas defensivas no território colonial. Voltado para a defesa e para a urbanização do território, este período teve como principal característica a utilização das mais modernas técnicas aplicadas à engenharia militar tanto na constituição de cidade e vilas como das estruturas voltadas especificamente para a defesa, a aplicação da ciência da construção militar do *estilo Vaubaniano*.<sup>103</sup>

As técnicas defensivas elaboradas pelo engenheiro francês Sébastien le Preste de Vauban, Marechal do rei Luis XIV, tornavam-se conhecidas no início do século XVIII. A concepção metodológica elaborada por Vauban foi difundida pela publicação de dois Tratados de engenharia, publicados em 1704 e 1706. Este engenheiro militar entendia a fortaleza como uma complexa estrutura radiocêntrica guarnecida por múltiplos elementos arquitetônicos que permitiam a defesa e o ataque contra o adversário por qualquer ponto da fortificação, recuando ou avançando, sem a exposição do defensor. A partir destas idéias, que revolucionaram a defesa fortificada, o “estilo Vauban” de construir fortificações influenciou boa parte das estruturas defensivas construídas a partir do século XVIII, inclusive as construções portuguesas.<sup>104</sup>

Neste sentido, a constituição da defesa fortificada foi fundamental, desde o século XVI, para as diretrizes políticas urbanizadoras das conquistas portuguesas. Com a publicação do *Método Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, em 1680, o engenheiro-mor do reino Luis Serrão Pimentel foi a grande referência da engenharia militar em Portugal, entendendo que o ato de construir fortalezas “não impunha regras rígidas, mas [...] eficácia nos resultados”. O aperfeiçoamento das técnicas arquitetônicas e a experiência acumulada ao longo da ocupação lusa na África, Ásia e América atingiram o ápice em meados do século XVIII sob a administração de D. José I. A racionalização do espaço e as políticas públicas urbanizadoras, propostas pombalinas carregadas do ideário

---

<sup>103</sup> *idem*, p. 74 – 78.

<sup>104</sup> MORI, V. H. Arquitetura militar: da “cortina vertical” à “cortina virtual” In: *Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos*, p. 26 – 27.

iluminista, refletiram-se na América portuguesa setecentista com a ocupação e defesa dos limites e a fundação de diversos lugares no interior do território.<sup>105</sup>

No território americano o ensino das técnicas da engenharia militar portuguesa passou a ser realizado na última década do século XVII, sendo ministradas aulas com mais frequência somente a partir de 1735 no Rio de Janeiro. O aprendizado da arquitetura militar consistia em lições de geometria, trigonometria, medição de alturas e distâncias, levantamento topográfico e cálculo de ângulos de tiro de artilharia, que, além da proteção territorial, foi intensamente utilizado para a construção das cidades durante o século XVIII. Na segunda metade desta centúria com a intensificação da política urbanizadora e defensiva do Marquês de Pombal, a figura do engenheiro militar em diversas capitanias tornou-se indispensável para a execução do plano urbanizador proposto pelo Ministro.<sup>106</sup>

O planejamento urbanístico luso para o século XVIII, que em grande parte se baseou nas técnicas da arquitetura militar para a composição dos ambientes urbanos, contribuiu não apenas defendendo o espaço ocupado, mas foi o primeiro passo para a povoação de territórios longínquos do vasto Império português. A administração portuguesa fez “do urbanismo um instrumento privilegiado de divulgação ideológica: quis que as suas cidades, programadas e pragmáticas, fossem entendidas como a corporização no espaço do organismo estatal, da clareza das suas leis e dos seus princípios racionais”.<sup>107</sup>

Foi neste contexto de urbanização, delimitação e defesa dos interesses do império português que o Presídio de Miranda foi fundado. De acordo com Roberta Delson, os estabelecimentos militares fundados no interior da América portuguesa durante o século XVIII foram produzidos a partir de um “desenvolvimento ordenado dos recursos”, atendendo às influências da arquitetura militar portuguesa e que exteriorizou características de “simetria e equilíbrio à maneira de Vauban”.<sup>108</sup> A percepção da fundação do Presídio de Miranda obedeceu aos critérios de demonstração do poder de defesa, já que sua implantação foi

---

<sup>105</sup> ARAUJO, R. M. Engenharia militar e urbanismo. In: *Portugal no mundo*, p. 261 – 272.

<sup>106</sup> DELSON, R. M. *Novas vilas para o Brasil colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*, p. 42 – 43; ARAUJO, R. M. *As cidades da Amazônia no século XVIII*, p. 33 – 37.

<sup>107</sup> ARAUJO, R. M. Engenharia militar e urbanismo. In: *Portugal no mundo*, p. 269.

<sup>108</sup> DELSON, R. M. *Arquitetura Militar*. In: *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*, p. 65 - 66.

pensada a partir da necessidade em se ocupar a fronteira sul da capitania, por conta dos constantes assédios dos espanhóis ao território português em 1796.<sup>109</sup>

O significado de *presídio* para o século XVIII remete a questões voltadas para defesa territorial. As concepções de Raphael Bluteau e Antonio de Moraes Silva<sup>110</sup> apontam que o entendimento deste instrumento defensivo deve ser conduzido para a defesa realizada por soldados, ou *gente de guarnição*, que se mantém sentinela para impedir ataques de inimigos. Bluteau afirma que *presídio* também pode representar uma “praça ou uma fortaleza presidiada”, local protegido/defendido, enquanto Silva assegura que *soldados mal disciplinados* também podem ser associados a este vocábulo. O sentido último apresentado por Silva muito se adéqua às atuais convenções de *presídio* como unidade prisional.

Conforme explica Mello, preso, em latim *prehenso*, e prisão, *prehensio*, tem, por associação de pronuncia e grafia, uma aproximação com *presídio*. Apesar de não ter como característica fundamental a finalidade de cercear a liberdade de indivíduos em débito com o Estado, esta função não deve ser totalmente desarticulada do *presídio* que tem funções de defesa territorial. Ao desempenhar suas atividades defensivas e “por suas condições de segurança”, durante os primeiros séculos da colonização portuguesa na América foram recolhidos aos presídios os “prisoneiros, detidos e réus de justiça”.<sup>111</sup>

Contudo, o significado de *presídio* pode apresentar sentidos diversos. Barretto entende que durante o período colonial alguns presídios foram fundados, sendo estes a gênese de algumas fortificações. No entanto este pesquisador aponta que presídios são *prisões militares* que desempenhavam a função de “postos de vigilância para impedirem o contrabando”, como foram os casos dos presídios da costa norte e nordeste do Ceará.<sup>112</sup> O desempenho dessa fortificação como defesa territorial foi apresentado por Mello, já que o significado desta estrutura militar remete à “proteção, posto militar, praça de guerra”, associações que retomam a idéia de obra defensiva como função primordial a ser desempenhada.<sup>113</sup> Mas não deve ser desarticulada a concepção de prisão ou detenção militar, já que em muitas unidades

---

<sup>109</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Luis Pinto de Sousa Coutinho. Vila Bela, janeiro de 1796, doc. 1719 – AHU-MT.

<sup>110</sup> BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...*, p. 714; SILVA, A. M. *Diccionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*, p. 497.

<sup>111</sup> MELLO, R. S. *História do Forte de Coimbra – 1º Volume – I, II, III, IV e V Períodos (1500 – 1718)*, p. 10.

<sup>112</sup> BARRETTO, A. *Fortificações do Brasil (Resumo histórico)*, p. 25, 98.

<sup>113</sup> MELLO, R. S. *História do Forte de Coimbra – 1º Volume – I, II, III, IV e V Períodos (1500 – 1718)*, p. 10.

fortificadas a presença de cadeia indicava o desempenho de funções civis de justiça, “principalmente no tocante às ofensas contra a soberania e erário reais”.<sup>114</sup>

A diversidade de atuações, significados e funções desempenhados pelas fortificações militares portuguesas no território ultramarino durante o período colonial é evidente. Um exemplo que deve ser notadamente compreendido é o complexo sistema de fortificações portuguesas fundadas em África e Ásia durante os séculos XVI e XVII. O estabelecimento de uma rede de feitorias e fortalezas na região da rota dos mercados afro-asiáticos foi de fundamental importância para a manutenção do comércio português com os mercados orientais.<sup>115</sup> As fortificações do oriente exerceram funções comerciais atendendo mercadores e funcionando como postos de abastecimento, comércio e armazenamento de mercadorias, desempenhando atividades que iam além da efetiva defesa e imposição do Estado sobre o território.

Outros importantes exemplos são os presídios africanos fundados durante o século XVIII. Os estabelecimentos de Ambaca e Novo Redondo, ambos em Angola, são bastante ilustrativos, pois a partir de estudos relacionados aos aspectos sociais dos contingentes destes presídios foi verificado o desenvolvimento de atividades voltadas para a administração, o pastoreio de gado e o comércio.<sup>116</sup> Fato é que os presídios coloniais angolanos gozavam de certa autonomia adquirida frente à administração lusitana<sup>117</sup>, talvez sendo esta a maior motivação para o desenvolvimento de variadas ações além da função de defesa militar.

O desenvolvimento de atividades diversas em ambientes militares não é uma exclusividade do império português no oriente. Na América portuguesa os presídios da capitania de Minas Gerais, localizados em locais distantes dos centros mineradores como Cuieté, Abre Campo e Peçanha, por exemplo, exerciam uma função social que absorvia a parcela da população que era excluída pelo sistema econômico. Os *desclassificados* da

---

<sup>114</sup> WRIGHT, A. F. P. de A. A fortificação: núcleo militar da ordem e da justiça. Marcos pontuais de um sistema maior de defesa e de urbanização. In: *Fortificações portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina (A fundação do sistema português de comunicação ultramarina, Uma redescoberta da origem cultural do Brasil)*, p. 57.

<sup>115</sup> LOBATO, M. Fortalezas do Estado da Índia: do centro à periferia. In: *A arquitetura militar na expansão portuguesa*, p. 43.

<sup>116</sup> GUEDES, R. Branco africano: notas da pesquisa sobre escravidão, tráfico de cativos e qualidades de cor no Reino de Angola (Ambaca e Novo Redondo, finais do século XVIII). In: *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séc. XVIII – XIX*, p. 19 – 33.

<sup>117</sup> CRUZ E SILVA, 2004, p. 247 *apud* GUEDES, R. Branco africano: notas da pesquisa sobre escravidão, tráfico de cativos e qualidades de cor no Reino de Angola (Ambaca e Novo Redondo, finais do século XVIII). In: *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séc. XVIII – XIX*, p. 22.

capitania de Minas Gerais, “toda uma camada de gente decaída e triturada pela engrenagem econômica”, poderiam ser inseridos no sistema através da atuação frente aos destacamentos mais isolados, na guarda dos territórios, nas campanhas pela destruição de quilombos e longe dos núcleos urbanizados das capitanias.<sup>118</sup>

Na capitania de Mato Grosso a atuação das estruturas militares não foi diferente. A atividade comercial sempre esteve presente no cotidiano das fortalezas. Na fronteira noroeste da capitania de Mato Grosso, região que concentrou as atividades administrativas durante o período colonial, os esforços para a construção das fortificações que guarneceram o vale do rio Guaporé foram notáveis. O Forte de Nossa Senhora da Conceição (1761) e o Forte Príncipe da Beira (1776) tiveram, associadas à função militar-defensiva, motivações extras para suas fundações: a incumbência de armazenar produtos comercializados pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e, no caso do Príncipe da Beira, de realizar o chamado *contrabando oficial secreto*, medida político-econômica que mantinha os militares desta fortificação sempre informados e abastecidos de produtos e notícias do lado castelhano da fronteira.<sup>119</sup>

A mesma categoria de análise pode ser aplicada ao Forte de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi (1767), empreendimento, este, fundado pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo Morgado de Mateus. Nesta fortificação, além das atividades militares relativas à defesa do território adjacente ao rio Paraná, foi desenvolvido o comércio com a povoação paraguaia de Curuguaiti. Esta vila castelhana mantinha atividades comerciais com São Paulo desde 1715 e no ano de 1766 rebelou-se contra as arbitrariedades do governo paraguaio, aproximando-se ainda mais dos comerciantes paulistas.<sup>120</sup>

As motivações para a fundação do Presídio de Coimbra (1775) apontam para a defesa do território fronteiro litigioso da capitania e o estreitamento das relações entre portugueses e o gentio das etnias Paiaguá e Guaicuru. Estas nações de índios povoavam todo o vale do rio Paraguai e causavam grandes danos às fazendas e aos comerciantes monçoeiros que passavam por essa região. As incursões desses índios chegavam, em alguns momentos, até as proximidades de Cuiabá. A urgente necessidade em “controlar” o acesso do gentio pelo rio

---

<sup>118</sup> SOUZA, L. M. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, p. 103 – 114.

<sup>119</sup> FERNANDES, S. E. *O Forte do Príncipe da Beira e a fronteira noroeste da América Portuguesa (1776 – 1796)*, p. 36, 39 – 40, 45.

<sup>120</sup> BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765 - 1775*, p. 118 – 120.

dava-se pela associação dos Paiaguá e parte dos Guaicuru com os espanhóis, que poderiam causar insultos à Vila Real e demais localidades da capitania.<sup>121</sup>

As fortificações portuguesas fundadas na América também desempenharam atividades estratégicas para a defesa da economia e do território colonial e como agentes de atração urbana. A caracterização das fortalezas como pólos urbanizadores na Colônia deve, sobretudo, por seu caráter de estabelecimento permanente de fixação. A natureza sólida, monolítica e imponente da estrutura fortificada atuou na paisagem de forma simbólica inicialmente, já que a representação do conjunto da estrutura arquitetônica reafirmava a presença de um modelo urbano europeu no território. Em um nível de estruturação da malha urbana colonial, as fortificações e sua implantação em locais específicos de trânsito foram pensadas como alternativas para inibir a “dispersão facultada pela vastidão do território”, permitindo aos portugueses “fazer uso de caminhos que normalmente lhes eram proibidos ou desconhecidos na América”.<sup>122</sup>

A indissociabilidade das atividades comerciais, sociais, administrativas e prisionais, entre outras, com as funções militares das estruturas fortificadas parece não ter interferido na defesa dos interesses do Império português. Pelo contrário, ao desenvolver estas funções alheias ao exercício marcial os empreendimentos militares atuaram duplamente na confirmação da presença do Estado lusitano nas regiões limítrofes coloniais reafirmando a posse portuguesa sobre o território.

---

<sup>121</sup> MELLO, R. S. *História do Forte de Coimbra – 2º Volume – VI e VII Períodos (1748 a 1802)*, p. 54 – 57.

<sup>122</sup> WRIGHT, A. F. P. de A. A questão civilizadora. In: *Fortificações portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina (A fundação do sistema português de comunicação ultramarina, Uma redescoberta da origem cultural do Brasil)*, p. 36 - 37.

## CAPÍTULO 2

### A OCUPAÇÃO DO RIO MONDEGO E A ASSOCIAÇÃO DAS POPULAÇÕES ÍNDIGENAS AO PRESÍDIO DE MIRANDA

*Com a construção de fortes na região fronteiriça, objetivando instalar um anteparo às pretensões espanholas e às correrias indígenas, apareceu, no início do século XIX, a intenção clara de estabelecer relações de amizade e promover aldeamentos indígenas em torno desses pontos, em especial, no Forte de Coimbra e em Miranda. O interesse dos portugueses era transformar o indígena da fronteira num elemento de apoio e aliado contra a expansão castelhana.*

*Valmir Batista Corrêa*

Durante o período pré-colonial, o território que depois foi ocupado pela capitania de Mato Grosso poderia ser entendido como “uma extensa área de confluência de povos, um grande mosaico intercultural”. Os inúmeros povos que habitavam essa região foram, certamente, personagens de destaque no processo de consolidação dos limites imperiais na América, desde as décadas iniciais da chegada dos primeiros habitantes de origem ibérica, em meados do século XVI, até o final do século XVIII. Contudo, a empresa colonial e a apropriação de uma vasta área no interior do continente em favor das coroas ibéricas dizimaram, ou fizeram diminuir irremediavelmente, a maior parte das nações de índios encontradas no início do contato entre europeus e ameríndios. A resistência de alguns povos, belicosos como os Guaicuru e os Payaguá<sup>123</sup> (ambos falantes do tronco linguístico Aruak), por

---

<sup>123</sup> Os índios da etnia Payaguá, habitantes do médio curso do rio Paraguai e exímios canoeiros, foram, durante boa parte do século XVIII, ferozes adversários dos portugueses que atravessavam o caminho flúvio-terrestre entre Araritaguaba (capitania de São Paulo) e Vila Real do Cuiabá. Além dos inúmeros ataques empreendidos por estes índios às expedições lusas até 1752, a partir de 1730 há uma clara associação entre o governo da cidade castelhana de Assunção e os índios Payaguá. Essa associação entre indígenas e castelhanos gerou a contrapartida portuguesa, quando o rei de Portugal decretou a “guerra justa”, em 1732, contra essa nação indígena que tanto flagelou as expedições lusas pelos rios que ligavam Cuiabá à capitania de São Paulo. Nesta mesma ordem, a rivalidade entre portugueses e castelhanos reverberou nas relações entre colonizadores lusos e índios Payaguá,

exemplo, foi vencida pela miscigenação, pela desterritorialização, pela reterritorialização e pelo armistício que desapropriou índios de suas práticas e tradições seculares.<sup>124</sup>

Já no final do século XVIII, consolidada a posse ibérica sobre um cenário tão diverso como a região central da América, portugueses e espanhóis pontilharam seus limites com inúmeros povoados, fortificações, vilas e fazendas, com o objetivo de consolidar a presença na região. Pelo lado português da fronteira entre os impérios, a fundação do Presídio de Miranda (1797), além da função estratégica de defender a fronteira sul da capitania de Mato Grosso, teve associada à sua fundação a inclusão de aldeias de índios falantes do tronco linguístico Aruak ao Império português. A criação de um estabelecimento luso no rio Mondego atuaria espacializando a fronteira sul exatamente na região onde estavam localizadas as aldeias de índios Guaicuru e Guaná, espaço de litígio entre as potências ibéricas no interior do continente. Desta forma, o presídio legitimaria a presença do Estado português por meio da construção de um instrumento de defesa territorial e da inserção das inúmeras aldeias que habitavam a região: a atuação desta fortificação frente aos índios os integraria ao império luso, impedindo o avanço dos castelhanos sobre o território português.

Se presentemente se tratasse de aldear toda ou a maior parte da nação Guaicuru e se depois de reduzidos estes índios a uma vila, ou povo português, ainda nós os pudéssemos auxiliar em tempo de paz e lhes permitir as suas incursões e barbaridades. Neste caso eu concederia de boa mente que era mais útil e vantajoso estabelecê-los no indicado lugar das cabeceiras do Mondego para servirem de barreira aos nossos vizinhos e para evitarem que estes adiantem clandestinamente os seus Estabelecimentos na margem Oriental. (Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar. Vila Bela, abril de 1797, doc. 1751 – AHU-MT)

Conceder às populações indígenas a condição de “defensores” da coroa teve origem no Diretório das Índias (1758 - 1798), projeto civilizacional português que entendia que os índios não deveriam apenas dispor de “liberdade”, como pensavam os jesuítas que catequizaram os índios nos primeiros séculos após a chegada de europeus na América. Redigido durante o período pombalino o Diretório teve por princípio fundamental a inserção do índio como membro da sociedade portuguesa: o indígena era livre, mas deveria se comportar de acordo com padrões portugueses. Dessa forma, índios de toda a América portuguesa tiveram de se adaptar às imposições lusitanas no exercício de sua fé, de seu idioma, de seu comportamento,

---

tornando-os rivais até o início do século XIX, como pode se perceber no episódio do ataque à fortificação portuguesa de Coimbra. Cf. JESUS, N. M. de. A guerra justa contra os Payaguá (1ª metade do século XVIII). In: *História em Reflexão*. Dourados: vol. 1 n. 2, jul./dez. de 2007, p. 5 – 13.

<sup>124</sup> PRESOTTI, T. M. B. Índios. In: *Dicionário de história de Mato Grosso: período colonial*, p. 172 – 176.

de suas práticas culturais, na participação da vida econômica do império e, também, como componente das forças militares que defenderiam as fronteiras portuguesas no continente. Contudo, mesmo após o fim do Diretório, na prática, as ideias pombalinas de integração das sociedades indígenas ao império português (com a exploração, a limitação das práticas culturais, os aldeamentos em áreas definidas, a reterritorialização) se desenvolveram em todo o território luso na América.<sup>125</sup>

No caso da fundação do Presídio de Miranda, uma das condições necessárias para a instalação deste estabelecimento militar português seria sua atuação junto às populações nativas que viviam na região; um processo indelével e definitivo para conectar os milhares de índios das nações Guaicuru e Guaná que viviam na região, que segundo os tratados limítrofes pertencia ao império português, junto aos destacamentos de fronteira.

### **2.1. Breves considerações sobre os índios Guaicuru: do período pré-colonial ao Tratado de Paz (1791)**

A chegada das primeiras levas de índios Guaicuru ao território que pertenceu a capitania de Mato Grosso, bem como de outros grupos falantes de línguas do tronco Aruak (como os Guachi e os Guaná), remontam ao final do século XVI e meados do século XVII, quando os sucessivos ataques de colonos castelhanos e bandeiras portuguesas às antigas aldeias Guarani criaram grandes vazios demográficos no território que algumas dezenas de anos depois tornar-se-ia o sul da capitania de Mato Grosso. Aproveitando-se dessa condição e da disposição de gado *vacum* e cavalos nas planícies adjacentes ao rio Paraguai, e seus afluentes, índios falantes da língua Aruak passaram a ocupar a região e os Guaicuru, utilizando-se da montaria, tornaram-se senhores de um imenso território, cobrindo extensas áreas e flagelando, tempos depois, os estabelecimentos coloniais ibéricos na região.<sup>126</sup>

A denominação Guaicuru é devida à forma como os portugueses os chamavam. Esta nação de índios pode ser conhecida ainda como Eyviguayegui-Mbayá-Guaicuru, pois, segundo Weber, Eyviguayegui era como os próprios índios se denominavam; Mbayá e

---

<sup>125</sup> RAMINELLI, R. J. Índios. In: *Dicionário do Brasil colonial (1500 - 1808)*, p. 304 – 305; VAINFAS, R. Indigenismo. In: *Dicionário do Brasil colonial (1822 - 1889)*, p. 369 – 371.

<sup>126</sup> MARTINS, G. R. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*, p. 55 – 58.

Guaicuru resulta da maneira como os índios Guarani se referiam a esta nação, que por sua vez, foi o termo adotado pelos portugueses; esses índios ainda eram conhecidos pelos portugueses, no início do século XVIII, como “índios cavaleiros” devido à rápida incorporação do cavalo em sua cultura e a utilização destes em suas práticas de rapinas contra povos dominados, maximizando seus ataques e a agilidade de suas movimentações na região fronteira.<sup>127</sup>

A forma como esses índios teciam suas relações com as demais nações indígenas, e posteriormente com os colonos ibéricos, que coabitavam as terras baixas do bacia do rio Paraguai pode ser entendida da seguinte forma: por alianças militares com outros índios falantes do tronco linguístico Aruak (entre eles os Payaguá); pelas alianças-vassalagem delineadas por traços de parentesco, onde os Guaicuru protegiam militarmente alguns grupos e em troca estes forneciam suprimentos e demais gêneros agrícolas (especialmente com os Guachi e os Guaná); e, finalmente, pelas cargas, saques e escravização de índios inimigos (os Guarani, principalmente).<sup>128</sup>

Os Guaicuru foram, em períodos anteriores à colonização ibérica, considerados como os senhores absolutos da margem direita do rio Paraguai, já que estabeleciam alianças militares e relações de vassalagem e inimizade com inúmeros povos indígenas. Habitando um vasto território que ia desde o Gran Chaco paraguaio e em franca expansão para a região do pantanal da margem esquerda do rio Paraguai, já após os primeiros contatos com europeus, os Guaicuru, por suas apuradas qualidades guerreiras, eram temidos e hostilizavam índios e colonos ibéricos em inúmeras oportunidades, mantendo-se soberanos na região.

Determinar o território original desses índios, ou suas áreas preferidas para constituir seus aldeamentos, é uma tarefa extremamente difícil. A dinâmica desses índios em uma vasta área, para execução de tarefas cotidianas para sobrevivências como caça, pesca e para o reforço de seus laços de suserania com outros povos, fazia com que os Guaicuru percorressem grandes distâncias em curtos espaços de tempo, especialmente após incorporar o cavalo às suas práticas culturais. A grande área de atuação dessa nação indígena abrangia desde fazendas localizadas no rio Cuiabá, regiões não muito distantes de Assunção (capital da província do Paraguai), a fazenda de Camapuã durante o período áureo das monções, o antigo

---

<sup>127</sup> WEBER, A. Os Eyviguayegui-Mbayá-Guaicuru: o Tratado de Paz de 1791. In: *História em Reflexão*. Dourados: vol. 1 n. 2, jul./dez. de 2007, p. 2.

<sup>128</sup> VANGELISTA, C. Los Guaikurú, españoles y portugueses en una región de frontera: Mato Grosso, 1770 – 1830. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana*, p. 57.

Forte Iguatemi no extremo sul da capitania de Mato Grosso, além de assediarem constantemente expedições que trasladavam o pantanal, bem como diversas aldeias de índios nessa mesma região. Durante a maior parte do século XVIII, eram conhecidas as áreas preferidas pelos índios para permanecerem entre uma andança e outra, contudo, os locais definitivos das aldeias tornavam-se imprecisos, já que o “tipo de habitação desses nativos eram tendas ou barracas que eram levadas no cavalo”.<sup>129</sup>

A aliança com os Payaguá, empresa de grande sucesso desde o século XVI até a primeira metade do século XVIII que articulava as maiores forças bélicas da época (a canoa e o cavalo), foi desfeita na iminência das primeiras resoluções dos tratados ibéricos para definição dos limites imperiais no interior da América.<sup>130</sup> É importante ressaltar que a associação entre índios Guaicuru e Payaguá formou, senão o maior, um grande obstáculo para a fixação dos núcleos populacionais portugueses e castelhanos na bacia do rio Paraguai, que adiou, por algumas décadas, a efetiva ocupação da região por colonos ibéricos.<sup>131</sup>

O enredamento da relação entre os Guaicuru e colonos ibéricos deu-se a partir da associação dos espanhóis com os índios Guarani que habitavam a margem direita do rio Paraguai e que foram se não a totalidade grande parte dos contingentes reduzidos pelas missões jesuíticas espanholas. A aversão e oposição entre índios Guaicuru e hispânicos tomou proporções muito maiores, já que as antigas divergências com os Guarani foram legadas para o relacionamento com os castelhanos. Deve ser considerado que no contexto colonial os espanhóis estavam desde a década de 1760 assediando e se apoderando de territórios a norte de Assunção, demarcados em favor de Portugal, onde habitavam os índios Guaicuru. Finalmente, a associação das hordas Guaicuru aos estabelecimentos portugueses ao sul da capitania de Mato Grosso passaram a ser mais constantes, culminando com a assinatura do Tratado de Paz entre Guaicurus e portugueses em 1791. Essa aliança muito agradou aos portugueses que passaram a manter contato com esses índios. Por outro lado, os motivos da aliança permitiam aos indígenas manter sua resistência e agressão aos paraguaios, “defendendo”, desta forma, o território português do assédio hispânico cada vez mais frequente e constante ao final do século XVIII.<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> ESSELIN, P. M. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830 - 1910)*, p. 112 – 115.

<sup>130</sup> VANGELISTA, C. Los Guaikurú, españoles y portugueses en una región de frontera: Mato Grosso, 1770 – 1830. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana*, p. 61.

<sup>131</sup> MARTINS, G. R. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*, p. 57 – 58.

<sup>132</sup> ARAUJO, R. M. de. *A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*, p. 202, 204.

No entanto, o relacionamento entre os índios Guaicuru e os colonos portugueses foi marcado durante boa parte do século XVIII pela animosidade de ambos os lados. As medidas tomadas pelos governadores da capitania de Mato Grosso para impedir os assaltos desses índios e seus aliados às moções paulistas que trasladavam sazonalmente entre Vila Real do Cuiabá e Ararituaba, na capitania de São Paulo, e as fazendas lusas fundadas à margem do caminho até Cuiabá datam desde as primeiras décadas do século XVIII. Inúmeros são os relatos de embates entre portugueses e índios no trânsito entre a capitania de São Paulo (ponto de saída das monções paulistas) até a Vila do Cuiabá (local de chegada dessas expedições flúvio-terrestres).<sup>133</sup>

Após décadas de confrontos e enfrentamentos a aproximação entre portugueses e índios Guaicurus foi possível com o fim da aliança indígena com os índios Payaguá. Ao final do século XVIII a relação entre os Guaicuru e portugueses se estabeleceu e, se não era ainda um relacionamento “amistoso”, o respeito passou a ser a tônica da relação entre os índios e as autoridades portuguesas, gerando, inclusive, no início da década de 1790, a assinatura do Tratado de Paz entre as partes. Uma particularidade deste acordo refere-se à sua exclusividade por ser o único tratado de paz assinado entre índios do Brasil e representantes da monarquia portuguesa durante o período colonial.<sup>134</sup>

O Tratado de Paz assinado entre os índios Guaicuru e as autoridades portuguesas (firmado em julho de 1791) teve como principal objetivo estabelecer a cordialidade entre lusos e índios. Todavia, o acordo foi motivado pelo interesse português em dominar, efetivamente a porção sul da capitania de Mato Grosso, vasculhada constantemente pelos índios em suas correrias e que configurava como o principal empecilho para a confirmação da posse portuguesa no território. A sustentação da posse portuguesa teria caráter permanente com a transformação dos Guaicuru em vassalos da coroa portuguesa, tornando-os aliados dos governadores da capitania de Mato Gross na defesa do território. Essa aliança foi conseguida, pois o Tratado de Paz, juridicamente, apresentava um caráter quase que unilateral de não agressão, já que em inúmeros momentos anteriores os índios se impuseram frente às resistências portuguesas. No entanto, a situação dos Guaicuru como força dominante de um vasto território nas imediações do rio Paraguai requeria cuidados; por um lado, na segunda

---

<sup>133</sup> Sobre os ataques empreendidos pelos índios Guaicuru e seus aliados às frotas comerciais que transitavam pela região do rio Paraguai e seus afluentes e pelas localidades portuguesas fundadas nessa região ver AMADO, J. & ANZAI, L. C. *Anais de Vila Bela 1734 - 1789*, p. 197; *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá*, p. 65, 72, 108, 110, 113.

<sup>134</sup> MARTINS, G. R. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*, p. 55 – 58.

metade do século XVIII os conflitos entre portugueses e espanhóis se agravaram e os índios, que estavam na área de litígio, passaram a sofrer pressões tanto de portugueses como de espanhóis, por outro lado, a prática de corso dos Guaicuru estava ameaçada, já que as nações de índios que eram vassalos dos índios cavaleiros, principalmente os Guachi e os Guaná, passaram a se associar aos estabelecimentos portugueses na fronteira após a construção do Forte Coimbra em meados da década de 1770. O acordo fixado entre os principais caciques Guaicuru que habitavam o médio curso do rio Paraguai e seus afluentes e as autoridades portuguesas previu ainda que o governo de Mato Grosso deveria fornecer aos aldeamentos de índios “presentes” e mantimentos, medida que evitaria o despertar do espírito belicoso dos Guaicuru.<sup>135</sup>

A efetivação da paz entre os Guaicuru e as autoridades portuguesas redefiniu a fronteira do Império português no interior da América. Antes, os índios com suas práticas eram considerados como um obstáculo a ser superado para a consolidação das fronteiras ibéricas, constituindo uma fronteira étnica dentro da própria fronteira almejada pelas autoridades lusas. Após o termo de paz acordado em 1791 os portugueses passaram a contar com os “aliados” Guaicuru, fortalecendo e sustentando sua permanência na raia com Espanha, já que a oposição entre estes índios e colonos hispânicos era benéfica à defesa do sul da capitania de Mato Grosso.

Com relação à efetivação do Tratado de Paz, Carvalho apontou ainda que o acordo com os caciques Guaicuru era mais eficiente que a dominação pela força, já que a construção de um relacionamento pautado pela cordialidade consolidava a autoridade dos chefes indígenas com suas aldeias. No entanto, a contrapartida do acordo permitiu que os caciques tivessem liberdade e autonomia para negociar sua permanência nas adjacências dos estabelecimentos portugueses da fronteira.

A transferência de parte das responsabilidades, além de reduzir custos, aumentava as chances de uma subordinação consentida do restante da comunidade. Ao mesmo tempo, esse dispositivo de hegemonia só podia funcionar se abrisse canais de negociação interessantes aos índios, que impunham como condição para viverem reduzidos o acesso ao gado, remuneração periódica com itens de sua estimação e a possibilidade de tratar diretamente com o governador. (CARVALHO, F. A. L. de. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos império nas regiões centrais da América do Sul*, p. 187 – 188)

---

<sup>135</sup> WEBER, A. Os Eyviguayegui-Mbayá-Guaicuru: o Tratado de Paz de 1791. In: *História em Reflexão*. Dourados: vol. 1 n. 2, jul./dez. de 2007, p. 3 – 8, 11.

Assim, os novos “súditos” foram incorporados às tropas ibéricas na América como “soldados fronteiros” e a responsabilidade de manter a organização dos aldeamentos passou a ser exclusiva dos caciques de cada nação.<sup>136</sup>

De maneira geral, na prática, a constituição de tratados de paz entre portugueses/espanhóis e índios atuava muito mais no campo da diplomacia do que da efetiva obrigação de servir aos reis de Portugal e Espanha. Por um lado os governantes ibéricos jamais colocaram explicitamente quais seriam os benefícios ou a totalidade das concessões que seriam cedidas aos índios; por outro, os índios sempre negociavam com os dois lados da fronteira barganhando mantimentos, gado, ferramentas, armas, roupas, etc. e mantinham o trânsito na fronteira sempre constante, desrespeitando a letra dos tratados de paz no que dizia respeito às suas obrigações.<sup>137</sup> Nem mesmo após a assinatura do Tratado de Paz com os Guaicuru, os portugueses contaram com o amplo apoio destes índios, já que anos após o tratado muito índios desertaram de Coimbra e Miranda, fugiram para a Espanha<sup>138</sup> e mais tarde, na década de 1820, ainda se rebelaram contra as autoridades da capitania de Mato Grosso.

## **2.2. A posse sobre o território limítrofe: a fundação do Presídio de Miranda e a importância dos aldeamentos da fronteira**

Assegurada a posse territorial das áreas localizadas entre o rio Mondego e o rio Apa, o Presídio de Miranda, portanto, deveria ser capaz de defender o território em favor de Portugal, ou simplesmente contra os espanhóis que faziam guerra aos índios Guaicuru.<sup>139</sup> Os índios que habitavam os aldeamentos da fronteira e estavam associados aos estabelecimentos portugueses passaram a se adaptar aos costumes lusitanos, aumentando consideravelmente a defesa da capitania de Mato Grosso, pois a fronteira sul era o foco de tensão ao final do século XVIII.<sup>140</sup> Este panorama conflituoso criou, logo nos primeiros anos após a fundação do

---

<sup>136</sup> CARVALHO, F. A. L. de. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul*, p. 188.

<sup>137</sup> *Idem*, p. 237 – 238.

<sup>138</sup> *Idem*, p. 241, 244.

<sup>139</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar. Vila Bela, abril de 1797, doc. 1751 – AHU-MT.

<sup>140</sup> GUERREIRO, I. Fronteiras do Brasil colonial: a cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII. In: *Revista Oceanos – a formação territorial do Brasil*, p. 33.

Presídio de Miranda, um ambiente bastante particular, pois a oposição castelhana às guarnições lusas foi intensificada, chegando, inclusive, ao conflito armado entre os dois lados da fronteira.

Incluir as populações indígenas que habitavam as áreas entre o rio Paraguai, o rio Mondego e o rio Apa ao Império português seria, portanto, uma tarefa que contribuiria não apenas para aumentar o número efetivo de homens capazes de pegar em armas junto aos portugueses. Tal medida deve ser analisada como uma estratégia de defesa, tanto para portugueses e espanhóis quanto para os próprios indígenas no interior da América do Sul ao final do século XVIII.

No âmbito da instalação do presídio as recomendações do governador Caetano Pinto giravam em torno de uma questão crucial: era preciso que os estabelecimentos da fronteira tivessem o maior cuidado com os espanhóis, pois estes atemorizavam os índios Guaicuru com “ideias sinistras e terror pânico” afim do afastar e apartar os índios dos portugueses.<sup>141</sup> A sobrevivência dos estabelecimentos ibéricos nessa região, ao final do século XVIII e início do XIX, dependia da associação com as nações indígenas que habitavam as margens dos rios Paraguai e Mondego. Qualquer desentendimento entre portugueses e Guaicuru tornaria facilmente Coimbra e Miranda e as povoações e fazendas de origem lusa em alvos da fúria dos índios, que aos milhares habitavam as duas margens dos rios Paraguai e Mondego, enquanto a defensiva portuguesa contaria com algumas poucas centenas de soldados.

A astúcia espanhola consistia em traçar uma estratégia que também pretendia colocar os portugueses contra os Guaicuru e demais sociedades indígenas que habitavam a região. Recorrentemente os espanhóis afirmavam que os índios perpetuavam seus ataques e saques às fazendas e vilas hispânicas localizadas na região dos rios Apa, Ypané e Paraguai. Pelo fato de algumas aldeias estarem claramente conjugadas aos estabelecimentos lusos as autoridades castelhanas culpavam os portugueses pelos assédios dos índios, já que lhes davam asilo e os protegiam das penalidades que os espanhóis poderiam impor aos índios.<sup>142</sup> Os ataques e cursos dos índios Guaicuru foram praticados durante muito tempo junto aos recintos espanhóis localizados na fronteira e nos territórios limítrofes mais próximos, mesmo sendo

---

<sup>141</sup> Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, dezembro de 1797, doc. 1764 – AHU-MT.

<sup>142</sup> Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, dezembro de 1797, doc. 1764 – AHU-MT.

expressas e constantes as ordens portuguesas para tais assédios cessassem.<sup>143</sup> A estratégia espanhola de promover a inimizade entre portugueses e índios tanto desarticulava a defesa lusa como deixariam desprotegidos os indígenas, potencializando a hipótese de um ataque espanhol. O interesse hispânico era exatamente em estender a fronteira da Província do Paraguai para o norte, já que as autoridades castelhanas, entre elas o governador Lazaro de Ribera, discordavam veementemente do entendimento do Tratado Preliminar de Limites de 1777.

Todos los cargos y sospetias de Vossa Excelencia recaen em general sobre el supuesto de que algunas tropas españolas han entrado em territorio portugues presiguiendo a los indios bárbaros. Y para dar mayor peso a esta odiosa imputación, fundada sin duda alguna em informes poco exactos, se refiere Vossa Excelencia al art.º 9 del tratado Preliminar, y señala los limites de ambas fronteras de un modo muy opuesto al espíritu de este convenios. Si la linea hubiera de correz por los puntos que Vossa Excelencia determina, daríamos en el inconveniente que mucha parte de esta provincia quedaria em terrenos de Portugal, y consiguiente abandonadas las posesiones del Imperio Español en esta parte del mundo, lo que no es conforme con lo estipulado en el art.º 4.º. Todo lo que Vossa Excelencia dice en ordem a los rios por donde deve correr la demarcacion es noviamente rago y confuso, porque todas las ascerciones sefundan em conjeturas y verosimilitudes muy sugetas a engano. (Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, dezembro de 1797, doc. 1764 – AHU-MT)

As pretensões do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao fundar o Presídio de Miranda, “um dos passos mais gloriosos” de seu governo, estiveram voltadas para a inclusão das populações de índios Guaicurus e Guachis ao império português. No entanto, o governador desejava que os índios abandonassem definitivamente suas antigas e bárbaras práticas e incursões que acometiam tanto estabelecimentos espanhóis quanto aldeias indígenas menores. O governador Caetano Pinto de Miranda ressaltou que o presídio não deveria servir de “asilo aos bárbaros” para hostilizar os espanhóis, para não permitir que os vizinhos desconhecessem a integridade, boa fé e intenções justas dos portugueses. Porém, não era desconsiderada a hipótese de que o Presídio de Miranda poderia ser utilizado para o confronto com os espanhóis, já que, conforme afirmou no momento de sua chegada ao governo, o

---

<sup>143</sup> Carta do comandante Francisco Rodrigues do Prado ao tenente e comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, dezembro de 1797. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 003 – APMT; Ordem do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao cabo da esquadra de Dragões Joaquim [C...] Passos. Presídio de Miranda, novembro de 1797. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 004 – APMT.

governador não teve notícias sobre o “estado de paz” entre Portugal e Espanha no final do século XVIII.<sup>144</sup>

A utilização das numerosas aldeias de índios sempre fez parte das políticas de fixação dos núcleos urbanos coloniais ibéricos na América do Sul. Tanto espanhóis quanto portugueses incluíram às suas possessões a presença indígena. Os espanhóis incorporaram as grandes aldeias das províncias de Moxos, Chiquitos e Paraguai como reduções que coexistiam com os estabelecimentos castelhanos sem que fosse incentivada a coabitação, a mestiçagem e a permanência dos colonizadores; essas reduções, que eram separadas das vilas espanholas, foram chamadas de *pueblos*. Do lado português da fronteira, ao contrário dos vizinhos hispânicos, foi permitida e incentivada a coabitação, a permanência de colonos e a mestiçagem com os índios aldeados.<sup>145</sup> A fronteira entre as duas potências ibéricas na América foi, portanto, muito mais que um espaço de “divisão” ou “separação” do território entre os reinos ibéricos; a região limítrofe pode ser entendida como um espaço múltiplo de convivência entre as populações nativas e os colonizadores adventícios.

Segundo Carvalho, a importância das fortificações fronteiras criadas no final dos setecentos entre os impérios ibéricos na América estava muito mais associada ao “tipo de poder que as animavam, nos dispositivos que eram capazes de empregar em suas relações com os povos indígenas e nos recursos materiais e humanos que dispunham para fazê-lo satisfatoriamente”. Tal interpretação deve-se ao fato de, durante o período colonial, as principais fortificações fronteiras entre a capitania de Mato Grosso e a província do Paraguai (Forte Coimbra e Presídio de Miranda pelo lado português, e Forte Bourbon, Forte de San Carlos e Forte de San Jose do lado castelhano) não apresentavam condições materiais e estruturais condizentes com as modernas concepções arquitetônicas à época de suas respectivas fundações, assim a precariedade das estacadas foi rebaixada frente à importância de suas atuações na fronteira.<sup>146</sup>

Isso explica a quantidade de fortificações construídas na província do Paraguai, na fronteira com Mato Grosso. As autoridades castelhanas do Paraguai conheciam a situação precária dos presídios fronteiros: esses estabelecimentos eram compostos por “choças,

---

<sup>144</sup> Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, dezembro de 1797, doc. 1764 – AHU-MT.

<sup>145</sup> CARVALHO, F. A. L. de. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul*, p. 35.

<sup>146</sup> *Idem*, p. 89 – 90.

cobertas de palha e com as paredes de caniço embaraçado, que as circundam uns paus brutos cravados na terra, que sem outra fortaleza nem defesa em pouco tempo se arruínam”. As funções dos presídios do lado espanhol da fronteira no século XVIII eram determinadas pelo “controle dos caminhos, avisos de incursões e realização de expedições punitivas”, ao mesmo tempo em que passavam a atuar como elemento de atração de índios bárbaros, ao final dessa centúria. Além disso, a fundação desses estabelecimentos castelhanos no norte da província do Paraguai teve como estímulo fundamental “segurar a expansão portuguesa e permitir a abertura do caminho entre as províncias do Paraguai e Chiquitos.”<sup>147</sup> De forma geral, os objetivos de portugueses e hispânicos relativos aos interesses no interior da América eram semelhantes. Durante o curso do século XVIII a perspectiva de associação das populações ibéricas adventícias com os nativos moradores da América passava a ser não mais da guerra, do extermínio e da captura, mas de persuasão, de atração e da manutenção de sólidas relações de comércio.<sup>148</sup>

O objetivo do governador de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda, era em utilizar a o Presídio de Miranda não apenas como redução do gentio, mas como um instrumento militar. Conforme relataram alguns caciques Guaicuru, os espanhóis haviam retrocedido da ideia de ocupar os terrenos vizinhos ao rio Mondego e fundar estabelecimentos castelhanos na região há apenas um ano antes da construção do presídio. Entretanto, a medida tomada pelo governador estimulou o aumento da movimentação espanhola na fronteira. Da mesma forma que no final do século XVIII o Forte Coimbra passou por uma reforma estrutural, no Forte de Bourbon foi construído um baluarte de pedra, aumentado consideravelmente a força defensiva dessa fortificação com algumas peças de artilharia, possivelmente as peças portuguesas levadas pelos espanhóis na ocasião da rendição do Forte Iguatemi em 1777.<sup>149</sup>

A tensão sempre foi constante junto às instituições fronteiras. O clima de desconfiança gerado por uma movimentação espanhola ou pela possível revolta dos índios colaborava para a maximização da preocupação com a segurança do Presídio de Miranda. O temor de um ataque espanhol tornou-se mais evidente após a notícia que durante os conflitos da Colônia do Sacramento e Santa Catarina, na segunda metade do século XVIII, as tropas da província do

---

<sup>147</sup> *Idem*, p. 93 – 94, 107.

<sup>148</sup> *Idem*, p. 129.

<sup>149</sup> Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar. Vila Bela, julho de 1798, doc. 1803 – AHU-MT. Para maiores informações sobre a rendição do Forte Iguatemi verificar: BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765 - 1775*, p. 306 – 310, BARRETTO, A. *Fortificações do Brasil (Resumo histórico)*, p. 295 – 296.

Paraguai socorreram Buenos Aires com centenas de combatentes. Esse fato despertou a cautela do comandante Rodrigues do Prado, que em carta datada de dezembro de 1797 ao comandante do Forte Coimbra Ricardo Franco, afirmou que um ataque espanhol vindo pelo norte do Paraguai poderia surpreender as guarnições da fronteira de Mato Grosso, colocando em xeque a posse portuguesa na região.<sup>150</sup> A atenção de Prado era alimentada pelo desejo de os espanhóis retomarem a posse da região do rio Mondego, já que os castelhanos já haviam fundado, décadas antes, a cidade de Santiago de Xerez em uma região muito próxima. Segundo o comandante do presídio os hispânicos ainda “suspiravam pela posse” da região, movidos pelas lembranças das minas de prata que, supostamente, foram descobertas nas imediações do povoado e pela fertilidade dos campos adjacentes ao rio Mondego, batizados pelos castelhanos como campos de Xerez, mas também por ser esta região um atalho para o interior da América portuguesa.<sup>151</sup>

Os ânimos espanhóis deveriam ser acalmados com o aldeamento das nações de índios que viviam na região (Guaicuru, Guaná e Guachi), criando-se uma barreira que impediria a dilatação da fronteira da província do Paraguai para o norte. A medida tornava-se necessária, pois a uma distância de aproximadamente trinta léguas do presídio havia bananais, velhos limoeiros e laranjais que haviam sido cultivados, provavelmente, pelos antigos povoadores hispânicos de Santiago de Xerez, além de velhos esteios e cruzeiros encontradas na região.<sup>152</sup>

A presença do presídio atuaria como um “freio para impedir a desbocada ambição dos espanhóis”, já que pensava-se que uma guarnição de apenas trinta homens bem treinados acompanhados por índios Guaicuru seria suficiente para causar aos estabelecimentos espanhóis da fronteira males incalculáveis.<sup>153</sup> O número de índios que poderiam estar associados aos contingentes lusos era de aproximadamente 2800 a 3000 índios, contando as aldeias Guaicuru e Guaná localizadas no rio Paraguai, de sua margem oriental, até o Presídio

---

<sup>150</sup> Carta do comandante Francisco Rodrigues do Prado ao tenente e comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, dezembro de 1797. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 003 – APMT.

<sup>151</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, abril de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 008 – APMT.

<sup>152</sup> *Idem.*

<sup>153</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, agosto de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 011 – APMT.

de Miranda e na margem ocidental deste rio entre o Presídio de Coimbra e a povoação de Albuquerque.<sup>154</sup>

Devido à configuração geográfica dos territórios fronteiros, fora do tempo das águas, seria possível que os ataques empreendidos pelos espanhóis chegassem facilmente até à porta do Presídio de Miranda, sem que houvesse qualquer sinal do trânsito de soldados inimigos. Somava-se ao fator ambiental a dificuldade de comunicação com a Vila do Cuiabá e Vila Bela (únicos socorros que Coimbra e Miranda poderiam contar), a falta de mantimentos para a manutenção da tropa portuguesa e o necessário reforço de artilharia que careciam as guarnições lusas. A região onde estava localizada a fronteira entre Portugal e Castela era constituída por um campo aberto, sem maiores obstáculos para transpor, sendo o embaraço dos índios a única dificuldade a ser superada entre os estabelecimentos espanhóis e os empreendimentos militares portugueses.

### **2.2.1. O relacionamento entre populações indígenas e ibéricas na fronteira entre Portugal e Espanha na região mais central da América do Sul**

A inserção de grandes contingentes de índios na região mais próxima do Presídio de Miranda foi fundamental para a instalação do presídio. Em fevereiro de 1799 o comandante Rodrigues do Prado informou ao comandante do Forte Coimbra Ricardo Franco que quatro capitães indígenas da etnia Guaicuru haviam se mudado com suas aldeias para local bastante próximo do presídio. Esse novo aldeamento foi formada por mais de trezentos índios, quantidade que aumentou consideravelmente o número de habitantes da região e era, para a defesa proposta pelos governantes portugueses, uma medida indispensável, já que muitos desses índios poderiam auxiliar a força militar destacada no presídio.<sup>155</sup>

A importância da associação dos índios ao Presídio de Miranda, e conseqüentemente ao Império português, era tão evidente e necessária às autoridades portuguesas que foram pensadas algumas estratégias para atrair os índios Guaicuru e Guaná que viviam nas

---

<sup>154</sup> Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Souza Coutinho. Vila de Cuiabá, abril de 1800, doc. 1898 – AHU-MT

<sup>155</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, fevereiro de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 007 – APMT.

proximidades do Presídio de Albuquerque, na margem direita do rio Paraguai. Primeiramente, a sugestão de Francisco do Prado consistiu na retirada da oficina de ferreiro que existia em Albuquerque e que a mesma fosse transferida para o Miranda, assim os Guaicuru mudar-se-iam para as proximidades do novo presídio; os Guaná, considerados uma “nação servil”, eram tratados com “modos imperativos”, não necessitando de maiores esforços para serem transferidos para a nova localidade. Ainda, como estratégia de aliciamento dos Guaicuru, as qualidades naturais dos pastos da proximidades do rio Miranda, na altura do novo presídio, poderiam ser usados para a criação de cavalos dos índios, já que o comércio de equinos com Cuiabá era o único meio possível para não onerar demasiadamente a Real Fazenda com os gastos dados pelos novos aldeamentos.<sup>156</sup>

Certamente foi a existência do numeroso rebanho de bovinos e cavalares que permitiu a existência das guarnições na fronteira nessa região, além de conservar um grande contingente de índios próximos dos estabelecimentos ibéricos. O gado era encontrado entre os rios Mondego, Paraguai e o Apa e abastecia tanto índios quanto portugueses e espanhóis. Contudo, algumas medidas deveriam ser tomadas para evitar que a existência do gado atraísse a atenção dos vizinhos fronteiros. Em primeiro lugar os fartos rebanhos de bovinos e cavalares serviam como alimento, em substituição ao toucinho, e montaria para a tropa portuguesa. A captura dos animais nas áreas mais próximas do rio Apa também evitava que espanhóis se sentissem estimulados a procurar meios de subsistência do lado português da fronteira.<sup>157</sup> Caso não houvesse o manejo sobre os rebanhos que se espalhavam livremente pela região, tanto espanhóis quanto portugueses poderiam se utilizar da disponibilidade desses animais.

Sobre a importância do gado para portugueses e espanhóis nas regiões de fronteira, Possamai chamou os rebanhos de bovinos de “a riqueza da terra”. A justificativa para utilização de tal terminologia deve ser reputada por ser o gado bovino “a principal fonte de recurso da região platina durante o período colonial”. Na Colônia do Sacramento, região de fronteira entre impérios ibéricos como a capitania de Mato Grosso, os rebanhos de gado nativos, chamados de *chimarrão*, eram disputados por portugueses, espanhóis e jesuítas, pois

---

<sup>156</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, abril de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 008 – APMT.

<sup>157</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jeronimo Joaquim Nunes ao coronel e comandante do forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, abril de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 071 – APMT.

além de constituir valiosa fonte de carne, o couro também poderia gerar algum recurso, caso fosse beneficiado.<sup>158</sup> No caso da fronteira sul da capitania de Mato Grosso, mais especificamente à área adjacente ao rio Apa e que era vigiada pela tropa do Presídio de Miranda o gado também era um valiosíssimo bem disputado pelos contingentes humanos que estavam fixados na região. Portugueses, espanhóis e índios, especialmente os Guaicuru, concorriam à posse dos rebanhos bovinos que pastavam livremente nos descampados entre os rios Mondego, Paraguai e Apa: a captura desses animais certificava que por algum tempo ainda haveria estoques de carne para alimentar suas populações. Mas, além disso, o simples fato de caçar esses animais garantia que o oponente fronteiro não encontraria seu bem mais valioso, desestimulando, ao menos temporariamente, a presença de grupos militares volantes na região.

Os Guaicuru, por sua vez, após a adoção do cavalo como importante elemento de sua cultura, passaram a saciar sua fome ao incluir em sua dieta a carne bovina, já que os rebanhos de “gado bravo”, ou selvagem, se multiplicavam e estavam dispersos nos campos adjacentes à fronteira entre Portugal e Espanha na América. Por terem sua principal fonte de “riqueza” nos rebanhos de gado selvagem, os Guaicuru acabaram por ter sob seu domínio uma imensa área, que compreendia tanto territórios portugueses quanto espanhóis.<sup>159</sup> Neste sentido, o trânsito dos índios por extensas áreas aliada à sua natural belicosidade conferiam aos Guaicuru a posição de senhores dos pantanais até o final do século XVIII.

O trânsito de índios pela região de fronteira passaram a ser controladas, já que o Tratado de Paz, estabelecido em 1791, “delimitava” a área de atuação dos índios. As rondas realizadas pela guarnição do Presídio de Miranda até o rio Apa atuaram policiando as práticas dos índios Guaná, Guachi e Guaicuru, principalmente. Como era de conhecimento do governo português a prática de corso e rapina dos Guaicuru deveriam ser disciplinadas pelas rondas, controlando as andanças dos nativos, evitando incidentes próximos dos estabelecimentos castelhanos fronteiros, principalmente nas fazendas de gado. Em março de 1800 uma ordem expressa do comandante interino do Presídio de Miranda Alexandre Brito de Leme de Menezes dispôs que a ronda atuasse positivamente impondo ordem e proibisse qualquer forma de trânsito de índios do território português para as posses espanholas.

---

<sup>158</sup> POSSAMAI, P. C. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento (1715 - 1735)*, p. 62 – 65.

<sup>159</sup> ESSELIN, P. M. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830 - 1910)*, p. 116.

Ordeno ao cabo de esquadra Antonio Pedro de Camargo que marche sem perca de tempo sobre a ronda. E ordeno ao referido militar Domingos [ilegível] que se tornar a aparecer novos enviados, que as rondas avançadas os faça fazer alto no lugar em que forem encontrados e não se receberá carta alguma. Imediatamente me fará aviso e que tanto ele e todas as diferentes rondas a maior vigilância de que não passem índios para as partes de Espanha com pretexto algum. Por que fingiram ir a outros fins e furtivamente obraram latrocínios nos domínios de Espanha. O que tão expressamente ordena a nosso general é que para esse fim é que se puseram as rondas destinadas, as quais rondarão a campanha efetivamente para todos os lados com grande atenção, como se tem ordenado para obviar qualquer sinistro procedimento dos referidos índios para, contudo, patentearmos a fidelidade portuguesa e que infalivelmente se punirá ainda qualquer mínimo descuido. E se acontecer for por número avultado de índios, reunirão as rondas para por modos afáveis os fazerem voltar. (Ordem (cópia) do comandante Alexandre Brito de Leme de Menezes ao cabo de esquadra Antônio Pedro de Camargo. Presídio de Miranda, março de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 033 – APMT)

A preocupação com as práticas indígenas eram evidenciadas desde o início da ocupação da região. As atuações dos povos nativos, que não obedeciam às fronteiras imperiais impostas por Portugal e Espanha, causavam grandes transtornos aos comandantes das guarnições portuguesas e as queixas das autoridades castelhanas sobre o roubo de gado feito pelos Guaicurus eram frequentes.

Contudo, o momento de maior tensão entre índios e povoadores de origem ibérica aconteceu após o ano de 1806. As autoridades espanholas, entre abril e junho desse ano, formalizaram reclamações de roubo de mais de uma centena de cabeças de gado vacum pelos índios Guaicuru e Guachi, associados ao território português, contra os estabelecimentos castelhanos fronteiros, próximos do rio Apa.<sup>160</sup> O pedido feito pela autoridade de Villa Real do Paraguai era que os portugueses devolvessem o gado roubado pelos índios, no entanto, as autoridades lusas nunca devolveram sequer parte do gado que os espanhóis contestavam, pois justificaram desconhecer o furto praticado por seus aliados.<sup>161</sup>

Os índios das nações Guaicuru e Guachi foram alvos constantes das restrições castelhanas para atravessar a fronteira. Os desentendimentos entre portugueses e espanhóis

---

<sup>160</sup> Carta de Juan Manoel Gamarra ao comandante do Presídio de Coimbra Jeronimo Joaquim Nunes. Vila Real, abril de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 072 – APMT; Carta de José Theodoro Ernanz ao comandante do Presídio de Miranda Jeronimo Joaquim Nunes. Destacamento, maio de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 074 – APMT.

<sup>161</sup> Carta de José Espínola ao comandante do Presídio de Miranda Jeronimo Joaquim Nunes. Vila Real de Concepcion, junho de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 076 – APMT.

referentes aos índios desencadeou a ordem do comandante do presídio Jerônimo Nunes, de abril de 1808, que proibiu o trânsito de índios para o outro lado da fronteira sem passaporte, podendo ser presa qualquer pessoa que tentasse fazer a travessia sem a respectiva autorização do comandante. Essa ordem teve como objetivo manter a boa harmonia entre os estabelecimentos espanhóis e portugueses na fronteira, evitando transtornos decorrentes das andanças dos índios que habitavam as proximidades do Presídio de Miranda.<sup>162</sup> Mas, mesmo após a ordem que proibiu a travessia da fronteira sem prévia autorização, novas queixas de espanhóis foram feitas ao comando português na fronteira. Em abril de 1808 soldados castelhanos foram até a guarda avançada do Presídio de Miranda situada no rio Apa para comunicar o roubo de quatorze cabeças de gado bovino feito pelos índios Guaicuru.<sup>163</sup> Porém, em novembro desse mesmo ano, através da ronda do Apa chegou notícia de que os castelhanos convidaram os índios, com exceção os da nação Kadiwéu, “para irem para Espanha por que os espanhóis lhes mandavam oferecer todo o gênero de felicidades”, e presenteariam todos com chapéus brancos, contas coloridas e quinquilharias.<sup>164</sup> O explícito assédio espanhol e as recorrentes queixas de roubo direcionadas às aldeias instaladas do lado português da fronteira tornou claro o interesse hispânico em desestabilizar a relação entre os índios e os portugueses.

Algumas práticas dos índios causaram ainda transtornos para as autoridades do Presídio de Miranda, que deveriam conter os ânimos dos ameríndios e os forçarem a viver conforme os hábitos ibéricos. A guerra entre as diversas nações de índios que coabitavam o território central do continente americano sempre incitaram cuidados, tanto de portugueses quanto de espanhóis, no trato com os indígenas. Em abril de 1810 o comandante do Miranda José Craveiro de Sá foi informado que sessenta e tantos índios Guaicuru haviam se preparado para fazer guerra aos Bororo, que viviam mais ao norte entre o Registro do Jauru e o rio Paraguai na capitania de Mato Grosso. Contudo, o que ocorreu foi que os Guaicuru se aliaram com alguns Guaná que viviam juntos do Forte Coimbra e empreenderam confronto contra os

---

<sup>162</sup> Carta (cópia) do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao coronel comandante de Vila

Real José Espindola. Miranda, abril de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 088 – APMT.

<sup>163</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao comandante do Forte de Coimbra Antônio José Rodrigues. Miranda, abril de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 089 – APMT.

<sup>164</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, novembro de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 096 – APMT.

índios aldeados da província de Chiquitos, matando nove pessoas, inclusive um padre espanhol e trazendo três cativos.<sup>165</sup>

Em 1811 Craveiro de Sá informou ao governador de Mato Grosso Augusto D'Oeynhausen e Gravemberg a chegada de cerca de quatrocentos e cinquenta índios Guaicuru que viviam associados aos estabelecimentos castelhanos da fronteira ao Presídio de Miranda. Esses índios do lado espanhol da fronteira foram convidados pelos índios que habitavam o lado português para fazerem guerra aos índios Cayapó que viviam na região da fazenda Camapuã. A notícia de iniciar uma guerra entre os índios, reportada pelo porta-estandarte Viegas, apesar de eliminar a constante ameaça dos Cayapó à Camapuã, colocaria em xeque a integridade da segurança do Miranda, já que o comandante desconfiava dos reais interesses dos Guaicuru do lado espanhol. Com o intuito de eliminar qualquer ameaça dos índios hispânicos, Craveiro de Sá proibiu o comércio de todo gênero de armamento ou pólvora com todos os índios, pois, segundo o comandante, estas armas poderiam ser usadas contra a guarnição portuguesa, já que os nativos que viviam no território espanhol manifestaram grande pressa e desejo em comprá-las.<sup>166</sup>

Foi a partir de junho de 1812 que a relação entre portugueses e espanhóis ficou realmente abalada pelas práticas dos índios que viviam na região de fronteira. Craveiro de Sá foi informado por índios da nação Ipêo que os Kadiwéu atacaram e mataram alguns castelhanos do lado de fora do Forte Bourbon, depois entraram na fortaleza e roubaram armas, pólvora, balas, uma peça de ferro e depois fugiram. A motivação para o ataque, segundo os próprios Kadiwéu, foi a ordem do comandante espanhol da fortaleza de Bourbon que obrigou os índios a libertarem duas índias Guaná feitas cativas. A não obediência à ordem do militar castelhano fez com que quatorze índios fossem açoitados publicamente pelo comandante hispânico. Após a vingança realizada em Bourbon os Kadiwéu se dirigiram para o Forte de San Carlos e executaram os soldados castelhanos que estavam na guarda da campanha. O incidente com os portugueses se deu quando o soldado Freitas, que estava na ronda do Miranda na região do rio Apa, se dirigiu à guarda espanhola da fronteira para ter informações sobre o estado geral dos vizinhos. A partir desse momento os espanhóis passaram a desconfiar

---

<sup>165</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, abril de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 110 – APMT.

<sup>166</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, maio de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 121 – APMT.

das intenções e das reais relações dos portugueses com os ataques dos Kadiwéu. Além disso, pesou o fato de os espanhóis afirmarem ter visto armas portuguesas sendo usadas pelos agressores indígenas em Bourbon.<sup>167</sup>

Em setembro de 1812 chegaram novas notícias dos ataques dos Kadiwéu aos estabelecimentos castelhanos. Dessa vez, porém, os agressores contaram com o apoio dos índios Ijuco para atacar alguns castelhanos nos campos de San Carlos. Além dos ataques, que resultaram em mortes, os índios atearam fogo em várias estâncias castelhanas da fronteira e fizeram três crianças espanholas cativas. Conforme informou Craveiro de Sá os índios manteriam os ataques aos estabelecimentos fronteiriros espanhóis “enquanto lhes durar o ressentimento das chicotadas que levaram em Bourbon”. A relação dos portugueses com os índios Kadiwéu, porém, nunca foi aprofundada. Apesar de esses índios serem considerados da nação Guaicuru, assim como os Ipeô e os Ijuco, e viverem no rio Paraguai, entre o Forte Coimbra e o Forte Bourbon, suas aldeias estavam a uma distância relativa tanto dos portugueses quanto dos índios aldeados juntos ao Presídio de Miranda, fato que impossibilitou o estreitamento do contato entre esses índios e os portugueses.<sup>168</sup>

Os ataques dos Kadiwéu se estenderam pelo território norte da província do Paraguai ainda por mais algum tempo. Em abril de 1813 chegou ao Presídio de Miranda a notícia de novos ataques à região dos campos de San Carlos até as imediações de Villa Real do Paraguai, de onde trouxeram grandes quantidades de cavalos e gado vacum. Os constantes e violentos ataques dos Kadiwéu impossibilitaram os contatos entre portugueses e espanhóis via fronteira, durante o período das cargas estabelecidas pelos índios aos estabelecimentos castelhanos. A agressividade dos ataques, que duraram até janeiro de 1815, forçou o abandono momentâneo das posições espanholas na fronteira, entre estabelecimentos militares e fazendas de gado. Essa condição hostil imposta pelos índios fez com que os espanhóis vissem os portugueses como incentivadores, ou pelo menos favoráveis, à destruição dos estabelecimentos fronteiriros de Castela, já que o lado luso da fronteira serviu como asilo aos agressores. Pesou ainda contra os estabelecimentos de Coimbra e Miranda a acusação espanhola de serem os portugueses os responsáveis pela venda de armas, balas e pólvora aos

---

<sup>167</sup> Carta do comandante interino do presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao tenente coronel Antônio José Rodrigues. Miranda, junho de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 134 – APMT.

<sup>168</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, setembro de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 136 – APMT.

índios.<sup>169</sup> Em meados de 1815 os espanhóis passaram a contar com maior número de defensores para contra-atacar os índios Kadiwéu, porém sem obter êxito, já que os ataques dos índios cessaram neste mesmo ano.<sup>170</sup>

O relacionamento entre portugueses e índios, porém, foi marcado pela mútua colaboração. As rondas da fronteira, realizadas pela guarnição do Miranda, que deveriam atuar como elemento legislador e fiscalizador das movimentações na fronteira contaram com o auxílio dos próprios índios, já que estes ocupavam e conheciam as principais rotas terrestres que ligavam os territórios lusos e hispânicos no interior da América. Teve caráter legislador, pois imputava aos índios a obrigatoriedade de defender o Império português contra trânsito e assédios de pessoas desautorizadas pelas autoridades ibéricas. Era também fiscalizador, já que as rondas controlaram os rebanhos de gado da fronteira, capturando e conduzindo todos os animais possíveis para o presídio, onde eram marcados e arrecadada uma parcela para a Fazenda Real.<sup>171</sup> Essa última ação foi, inclusive, uma medida necessária para que os índios perdessem o interesse em ir até a fronteira apanhar o gado disperso, concentrando sua área de atuação em uma região cada vez mais próxima do Miranda.

A estratégia de utilizar o Presídio de Miranda como elemento de atração dos índios para o território português funcionou. O relato de Rodrigues do Prado, ainda nos primeiros anos de fundação do presídio, confirmou um substancial aumento dos índios Guaicuru na região do presídio. Segundo o comandante, em 1798 havia cerca de quatrocentos índios e em outubro 1799 já haviam se instalado na região mais quinhentos. Esse crescente aumento fez com que os índios, que estavam prontos para serem aldeados, aguardassem as recomendações do governador para informar como e onde deveriam ser construídas suas casas, obedecendo à uma clara tentativa de “urbanizá-los”. Ao mesmo passo os Guaicuru passaram a cultivar algumas roças, com o apoio e ao modo dos portugueses, plantando milho para seu próprio

---

<sup>169</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, abril de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 143 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao tenente coronel Antônio José Rodrigues. Miranda, maio de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 146 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 162 – APMT.

<sup>170</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, agosto de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 164 – APMT.

<sup>171</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, maio de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 009 – APMT.

sustento.<sup>172</sup> Em janeiro de 1800, a nova aldeia dos Guaicuru era formada por trezentos e onze homens e quatrocentos e dezoito mulheres, totalizando setecentos e vinte e nove índios. Rodrigues do Prado informou que naquela época, em uma distância relativamente pequena, existiam aldeias de índios Guaná que também poderiam em algum momento ser associadas ao império português.<sup>173</sup>

Os índios que estavam mais próximos do presídio foram, conforme havia sido pensado pelas autoridades lusas, utilizados como força militar. No ataque à fortificação espanhola de San Carlos, os Guaicuru forneceram duzentos e noventa e sete homens para colaborar no assalto à fortificação castelhana.<sup>174</sup> Prado informou também que a cordial convivência entre os Guaicuru e a tropa do Miranda era notável. O relacionamento pautado pela afetividade dos anos iniciais da implantação do presídio até a segunda década do século XIX incentivou para que muitas aldeias mais afastadas se mudassem e passassem a viver nas adjacências do presídio. Contudo, era preciso cautela: o repentino aumento de índios poderia onerar demasiadamente a Real Fazenda na capitania de Mato Grosso.<sup>175</sup>

Já em 1805 o comandante do presídio Alexandre Bueno relatou que as práticas católicas passaram a ser adotadas pelos índios. Bueno referiu-se ao hábito cada vez mais costumeiro de batizar os pequenos índios, apresentando-lhes os cultos e rituais católicos desde a mais tenra idade. Os Guaicuru passaram a aprender rituais e doutrinas católicas para eles próprios realizarem suas cerimônias litúrgicas, já que as aldeias, apesar de estarem em áreas muito próximas do presídio, eram habitadas apenas por índios. Uma condição que aproximou ainda mais a tropa do presídio e os índios foram os casamentos realizados entre os praças do Miranda e índias, qual Bueno aguardou ansiosamente licença para realizar, pois satisfizesse tanto

---

<sup>172</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, outubro de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 014 – APMT.

<sup>173</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, janeiro de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 017 – APMT.

<sup>174</sup> Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado ao comandante dos estabelecimentos do Paraguai Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, dezembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 040 – APMT.

<sup>175</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Miranda, janeiro de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 055 – APMT.

os homens solteiros como aos índios, que continuariam recebendo os benefícios do asilo no Presídio de Miranda.<sup>176</sup>

Em julho de 1806 nas áreas mais próximas do presídio já estavam assentadas inúmeras aldeias de índios de diversas nações: Guaicuru, Guaná, Guachi e Laiana; os Kadiwéu mantinham contato por intermédio dos Guaicuru. As aldeias recém-instaladas das nações Guaná e Laiana contabilizavam números aproximados de quinhentos e cinquenta indivíduos em meados da década de 1800. O comandante Craveiro de Sá apontou que a presença dessas nações de índios eram muito bem vistas pelo governo da capitania, pois além de estarem associados ao contingente populacional português em caso de algum ataque hispânico, estes índios plantavam roças que poderiam ser permutadas em troca de panos de algodão, desonerando as contas de Vila do Cuiabá no envio de mantimentos para a guarnição do presídio.<sup>177</sup>

---

<sup>176</sup> Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, março de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 067 – APMT.

<sup>177</sup> Carta do comandante José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, julho de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 175 – APMT.

### CAPÍTULO 3

## AÇÕES BÉLICAS NO PRESÍDIO DE MIRANDA: DA CONSTRUÇÃO DA FORTIFICAÇÃO AO CONFLITO ARMADO CONTRA OS ESPANHÓIS

*A necessidade de fortificação só existe se houver uma ameaça de ataque. Esta necessidade ainda se encontra ligada ao binômio força e tecnologia do ataque, por um lado, e, capacidade de resposta, por outro.*

*Rui Carita.*

Entre os momentos de tensão mais significativos em que estiveram envolvidos estabelecimentos militares ou tropas da capitania de Mato Grosso durante o período colonial, destaca-se três episódios entre aqueles que realmente configuraram como ações bélicas: a tomada das aldeias jesuíticas e o assalto ao estabelecimento de Itonamas pelos portugueses entre o final da década de 1750 e início de 1760, no rio Guaporé; o assédio empreendido contra a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (rio Guaporé) pelos espanhóis em 1766; e as mútuas agressões na fronteira sul em 1801 que envolveram o Forte Coimbra (rio Paraguai), o Presídio de Miranda (rio Mondego) e as fortificações castelhanas de Bourbon e San Carlos (rio Paraguai e Apa, respectivamente). É importante lembrar que, embora poucos, os eventos citados foram envoltos por uma série de acontecimentos menores que, em suma, antecederam e prepararam todo o cenário para o desenvolvimento das ações militares propriamente ditas. As “fundações” de povoados e fortificações movimentaram o panorama fronteiriço, tanto do lado português quanto do lado espanhol<sup>178</sup> e a tensão, prestes a explodir em conflitos armados, tomou proporções cada vez maiores com a aproximação do início do século XIX e o desenrolar dos conflitos entre Portugal, Espanha, Inglaterra e França.

A constituição da defesa da fronteira sul da capitania de Mato Grosso foi motivada pela estratégica posição da região frente às recentes povoações hispânicas fundadas na área

---

<sup>178</sup> ARAÚJO, R. M. de. *A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*, p. 215; FERNANDES, S. E. Guerra. In: *Dicionário de história de Mato Grosso: período colonial*, p. 152 – 154.

mais próxima do território que, oficialmente, pertencia a Portugal. Não se deve levar a cabo apenas a motivação belicosa como razão fundamental para a fortificação dos rios Paraguai e Mondego. A associação de um complexo contexto histórico deve ser considerada, pois a ocupação da fronteira oeste do Estado do Brasil abarcou valores de povoação e urbanização do território imperial português.

Apesar da anuência do Tratado de Santo Ildefonso (1777), que vetava os assédios aos territórios vizinhos para ambas as coroas, as infrações castelhanas dilatavam algumas léguas para o norte a fronteira espanhola com a fundação de povoados, vilas e fortificações em território que pertenceria a Portugal.

Portanto, a fundação do Presídio de Miranda como espaço fortificado no sul da capitania de Mato Grosso deve ser entendido como uma ação militar de imposição da força contra as investidas castelhanas na região, cada vez mais constantes e que despertavam a atenção dos governadores da capitania. Nessas circunstâncias, a movimentação na fronteira sul e a fortificação do rio Mondego devem ser interpretadas como ação de oposição às pretensões hispânico-paraguaias frente ao território português.

Figura 5: Representação da fronteira entre a capitania de Mato Grosso e a província do Paraguai com os principais rios da região.



### 3.1. A construção do Presídio de Miranda: considerações sobre a estrutura fortificada

De maneira geral, quando se pensa em uma fortificação a primeira imagem que vêm à memória é uma estrutura sólida, monolítica e imutável, que domina uma paisagem e que remete a batalhas heroicas e inesquecíveis. A estrutura petrificada que soberanamente se

destaca em meio à geografia guarda também trajetórias de comandantes colossais, conquistas e feitos que se confundem com a própria história da região. No entanto, as fortificações, ou defesas fortificadas, são mecanismos artificialmente criados pelo homem para se defender de uma agressão iminente ou para ratificar uma posição pretendida sobre determinado território, implantando tanto simbolicamente quanto pela força militar a presença da autoridade.

O aspecto monumental das fortificações ou a ausência de quaisquer vestígios, portanto, devem ser observados com cautela. “Pensar na fortificação como ela tomada em sua última forma é um erro, pois desconsidera-se toda a trajetória da constituição do artefato, bem como as alterações de ordem tecnológicas implementadas para a constituição de uma defesa mais eficiente.”<sup>179</sup> No caso da fortificação portuguesa erigida no rio Mondego atualmente não existe nenhum vestígio visível que comprove sua existência. Fato que, no entanto, não deve ser desconsiderado quando o que se pretende é entender como esse estabelecimento militar colaborou para a defesa do sul da capitania de Mato Grosso entre fins do século XVIII e início do XIX.

A inexistência de vestígios arquitetônicos e estruturais visíveis dessa fortificação deve ser compreendida a partir dos eventos históricos ocorridos naquela região. Visconde de Taunay relatou que em 1865 as tropas paraguaias, no âmbito da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, destruíram, incendiaram e deixaram em ruínas a já fragilizada povoação de Miranda, erguida na antiga área do presídio.<sup>180</sup> O relato de Luis D’Alincourt, porém, datado de 1826 e anterior à anotação de Taunay, descreve que o Presídio de Miranda já se encontrava inteiramente arruinado e com parte da estrutura defensiva destruída, quartéis danificados e/ou caídos e demais dependências em estado decadente.<sup>181</sup>

Sobre a precariedade da estrutura defensiva do Presídio de Miranda, notado por Taunay e D’Alincourt, é provável que a constituição de uma estrutura defensiva mais complexa não tenha saído do papel. A conjuntura colonial do final do XVIII não permitia grandes investimentos arquitetônicos, sendo que a opção mais eficaz para realizar a defesa foi o aumento de tropas e contingentes militares de serviço gratuito, amplamente utilizados na defesa do território colonial. Além disso, devido ao difícil acesso de inimigos ao território

---

<sup>179</sup> CASTRO, A. H. F. de. *Muralhas de pedras, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Volume 1 – Rio de Janeiro*, p. 15 - 16.

<sup>180</sup> TAUNAY, V. de. *A retirada da Laguna*, p. 49 - 50.

<sup>181</sup> D’ALINCOURT, L. Memória acerca da fronteira da província de Mato Grosso, organizada em Cuiabá, no ano de 1826. In: D’ALINCOURT, Luis. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*, p. 185.

português com grandes tropas e artilharia, por exemplo, as fortificações fundadas no interior da América jamais foram preparadas para defenderem-se de grandes ataques e cercos, ações mais comuns na Europa. Este fator foi decisivo para a manutenção de formas mais simples e estruturas mais compactas na América portuguesa, justificando o parco investimento nas fortificações luso-americanas<sup>182</sup>, inclusive no Presídio de Miranda.

Apesar disso, a implantação do presídio foi uma medida de extrema vantagem para a defesa da capitania de Mato Grosso. A franca comunicação com o rio Paraguai foi o diferencial para a fundação dessa fortificação. Caso fosse empreendido ataque espanhol ao Forte Coimbra, fosse por terra ou rio, o Presídio de Miranda poderia socorrê-lo, já que a distância entre um estabelecimento e outro era de aproximadamente quatro dias de marcha. A proximidade entre os redutos portugueses era necessária, pois a fortificação castelhana de Bourbon no rio Paraguai estava a apenas três dias de navegação de Coimbra. Apesar de contar com pequeno potencial de ataque hispânico na fronteira (Bourbon, no ano de 1800, era guarnecido por apenas setenta homens destacados e onze peças de artilharia) toda a atenção deveria ser dispensada para a defesa. Outra justificativa para os benefícios da fundação do Miranda era que a guarnição destacada atuava em um raio de cerca de trinta e cinco léguas a sul e a norte do próprio presídio. Essa atividade mantinha sob a vigilância portuguesa uma região que estava sob intensa tensão, pois, além de fortificarem o rio Paraguai, os hispânicos estavam instalados também no rio Apa desde a década de 1790, quando construíram o Forte de San Carlos e o Forte de San José.<sup>183</sup>

O Presídio de Miranda foi oficialmente fundado em 3 de novembro de 1797, sendo Francisco Rodrigues do Prado, antigo comandante do Presídio de Coimbra, o militar responsável pelo comando e construção das primeiras obras de defesa, iniciadas no final desse mesmo ano.<sup>184</sup> Quanto à tipologia da fortificação, segundo Roseli Stella, o Presídio de

---

<sup>182</sup> CASTRO, A. H. F. de. *Muralhas de pedras, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Volume 1 – Rio de Janeiro*, p. 25, 82.

<sup>183</sup> SERRA, R. F. de A. Memória ou informação dada ao governador sobre a capitania de Mato Grosso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, p. 37 – 41.

<sup>184</sup> Apesar de, até o presente momento, não ter sido encontrada uma única ata, termo de fundação ou qualquer outro documento que comprove com exatidão a fundação do Presídio de Miranda, parece ser o dia 3 de novembro a data mais provável. A hipotética data fundamenta-se na partida de Francisco Rodrigues do Prado do Presídio de Coimbra para fundar o Miranda (7 de outubro de 1797), o tempo que levou para navegar até o melhor local (aproximadamente 15 dias), reconhecer a região e desmatar e limpar o local da futura estacada (aproximadamente 10 ou 12 dias). Além disso, no dia 3 de novembro foi comemorado um ano da chegada do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro à Vila Bela e sua efetiva posse no governo da capitania de Mato Grosso, fato pelo qual Ricardo Franco o homenageou com o batismo da nova fortificação. Raul Silveira de Mello ainda aponta que na Mapoteca do Itamarati (Rio de Janeiro) existe uma ficha que ilustra uma planta de 1811 do Presídio de Miranda que afirma ter sido fundada esta fortificação em 03 de novembro de 1797 por

Miranda pode ser considerado como uma fortificação mista, já que sua finalidade era defender os limites da América portuguesa com os territórios espanhóis, bem como proteger as zonas de riquezas minerais do interior do continente.<sup>185</sup>

A primeira descrição da estrutura física do presídio foi feita por Rodrigues do Prado e enviada ao governador Caetano Pinto em abril de 1798.<sup>186</sup> Mesmo sem ter nenhuma formação como engenheiro ou arruador Prado foi designado para fundar o estabelecimento militar no rio Mondego e traçar a estrutura defensiva da fortificação. Sumariamente, a fortificação foi constituída por uma muralha<sup>187</sup> feita de duas taipas de três palmos e meio de espessura, sendo que a parte interna media doze palmos de altura e a externa, nove palmos. O espaço entre elas era entalhado por faxina<sup>188</sup> e terra socada. A estrutura defensiva contava ainda com um fosso<sup>189</sup> de oito palmos de profundidade adjacente à muralha, que passou a ter na face externa<sup>190</sup>, sua parte mais baixa, dezessete palmos de altura. No fosso ainda havia um escoramento de segurança junto à taipa externa que teve a única função de auxiliar na manutenção da muralha, evitando o desabamento da mesma.

A utilização do material construtivo empregado na obra deve ser creditada, em primeiro lugar, pela ausência de matérias-primas mais sofisticadas e pela carência de recursos financeiros para adquiri-las em outras capitanias. Por outro lado, a terra socada em associação com a faxina constitui material de alta absorção de impacto de projéteis, o que, de maneira

---

Francisco Rodrigues do Prado. MELLO, R. S. de. *História do Forte de Coimbra. 2º Volume (VI e VII Períodos: 1742 – 1802)*, p. 371 - 375; ARAÚJO, R. M. de. *A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*, p. 210.

<sup>185</sup> STELLA, R. S. Fortificações portuguesas no Brasil: costeiras, marginais e mistas. In: *Fortificações portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina (A fundação do sistema português de comunicação ultramarina, Uma redescoberta da origem cultural do Brasil)*, p. 112.

<sup>186</sup> Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar. Vila Bela, julho de 1798, doc. 1803 – AHU-MT.

<sup>187</sup> *Muralha* é o anteparo que garante uma fortificação permitindo o ataque da tropa presidiada e a defesa contra assédios inimigos. Pode variar em altura de 5 a 8 metros ou mais e em largura de 5 a 20 metros. Cf. BARRETTO, A. *Fortificações do Brasil (Resumo histórico)*, p. 27; CASTRO, A. H. F. de. *Muralhas de pedras, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Volume 1 – Rio de Janeiro*, p. 473.

<sup>188</sup> *Faxina* significa “feixe de ramos atados que servem de revestimento e proteção em obras de fortificação ou para encher um fosso durante um ataque”. Cf. CASTRO, A. H. F. de. *Muralhas de pedras, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Volume 1 – Rio de Janeiro*, p. 471.

<sup>189</sup> *Fosso* é um mecanismo utilizado em fortificações para aumentar a altura da muralha, dificultando a escalada da muralha. As fortificações brasileiras utilizavam, via de regra, o fosse seco devido às condições de insalubridade que o fosso aquático poderia criar junto à fortificação. Variavam de 8 a 30 metros de largura e de 6 a 10 metros de profundidade. Cf. BARRETTO, A. *Fortificações do Brasil (Resumo histórico)*, p. 26; CASTRO, A. H. F. de. *Muralhas de pedras, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Volume 1 – Rio de Janeiro*, p. 472.

<sup>190</sup> A *face* é a parte “mais adiantada de um baluarte, em direção ao inimigo”. Cf. CASTRO, A. H. F. de. *Muralhas de pedras, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Volume 1 – Rio de Janeiro*, p. 471.

geral, era suficiente para defender a guarnição e repelir ou desestimular os assédios de espanhóis ou índios inimigos contra os portugueses.

Sobre a questão da falta de maiores investimentos na construção do Presídio de Miranda deve ainda ser considerado o entendimento de que este estabelecimento português deveria, inicialmente, prestar socorro ao Forte Coimbra, caso algum ataque fosse direcionado à fortificação do rio Paraguai. Tal compreensão é tributária da análise de Marcos Albuquerque que propõe que a sistematização de um conjunto defensivo deveria contar com bases de apoio (cidades, vilas, pequenos fortes e fortalezas, destacamentos militares, guardas avançadas, etc.) que auxiliavam na defesa territorial, onde uma fortificação principal deveria concentrar a defesa e as demais prestar socorro e auxílio quando fosse preciso.<sup>191</sup>

Em 1826, D'Alincourt observou que a estrutura arquitetônica do Presídio de Miranda era constituída por um reduto quadrado de 45 braças de lado com a muralha construída de terra socada entre duas estacadas. A parte interna da estrutura era formada por diversos edifícios. Entre as edificações o armazém e o quartel da tropa (que era coberto de capim) estavam com a estrutura visivelmente fragilizada e eram dispostos paralelamente e muito próximos da muralha, impossibilitando qualquer movimentação de soldados. Havia uma praça quadrada no centro da estrutura fortificada com fonte de água onde eram realizadas as manobras militares. O paiol ficava no meio da muralha mais próxima do rio e era uma pequena casa coberta de telhas, assim como o armazém, a capela e o quartel do comandante. Em torno da muralha, em cada face, havia um redente<sup>192</sup> “que por sua pequena capacidade, é quase inútil para aumentar a defesa”. Do fosso havia somente vestígios: uma estrutura de 3 palmos de profundidade por 12 de largura. Os dois portões da muralha que davam acesso ao presídio estavam descobertos, sendo que um deles, o principal, ficava na face oeste (mais próxima do rio Mondego) e outro na face leste, onde havia algumas casas por fora da muralha<sup>193</sup>, provavelmente de alguns povoadores.

Apesar da escassez de dados descritivos relativos à estrutura defensiva dessa fortificação, bem como de maiores pistas materiais sobre como foi constituído o presídio, as

---

<sup>191</sup> ALBUQUERQUE, M., LUCENA, V. & WALMSLEY, D. *Fortes de Pernambuco: imagens do passado e do presente*, p. 15.

<sup>192</sup> *Redente* é uma obra aberta para defesa composta por duas faces que formam um ângulo saliente. Cf. BARRETTO, A. *Fortificações do Brasil (Resumo histórico)*, p. 24; CASTRO, A. H. F. de. *Muralhas de pedras, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Volume 1 – Rio de Janeiro*, p. 474.

<sup>193</sup> D'ALINCOURT, L. Memória acerca da fronteira da província de Mato Grosso, organizada em Cuiabá, no ano de 1826. In: D'ALINCOURT, Luis. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*, p. 184 - 185.

anotações de Rodrigues do Prado e Luis D'Alincourt permitem que sejam traçadas algumas considerações. Embora haja uma diferença de vinte e oito anos entre as descrições, de 1798 a 1826, percebe-se que não houve praticamente nenhum grande investimento na composição da defesa estrutural do presídio durante esse período. Grosso modo, as mudanças defensivas perceptíveis nesse período foram o desaparecimento do fosso e a inclusão dos redentes na muralha.

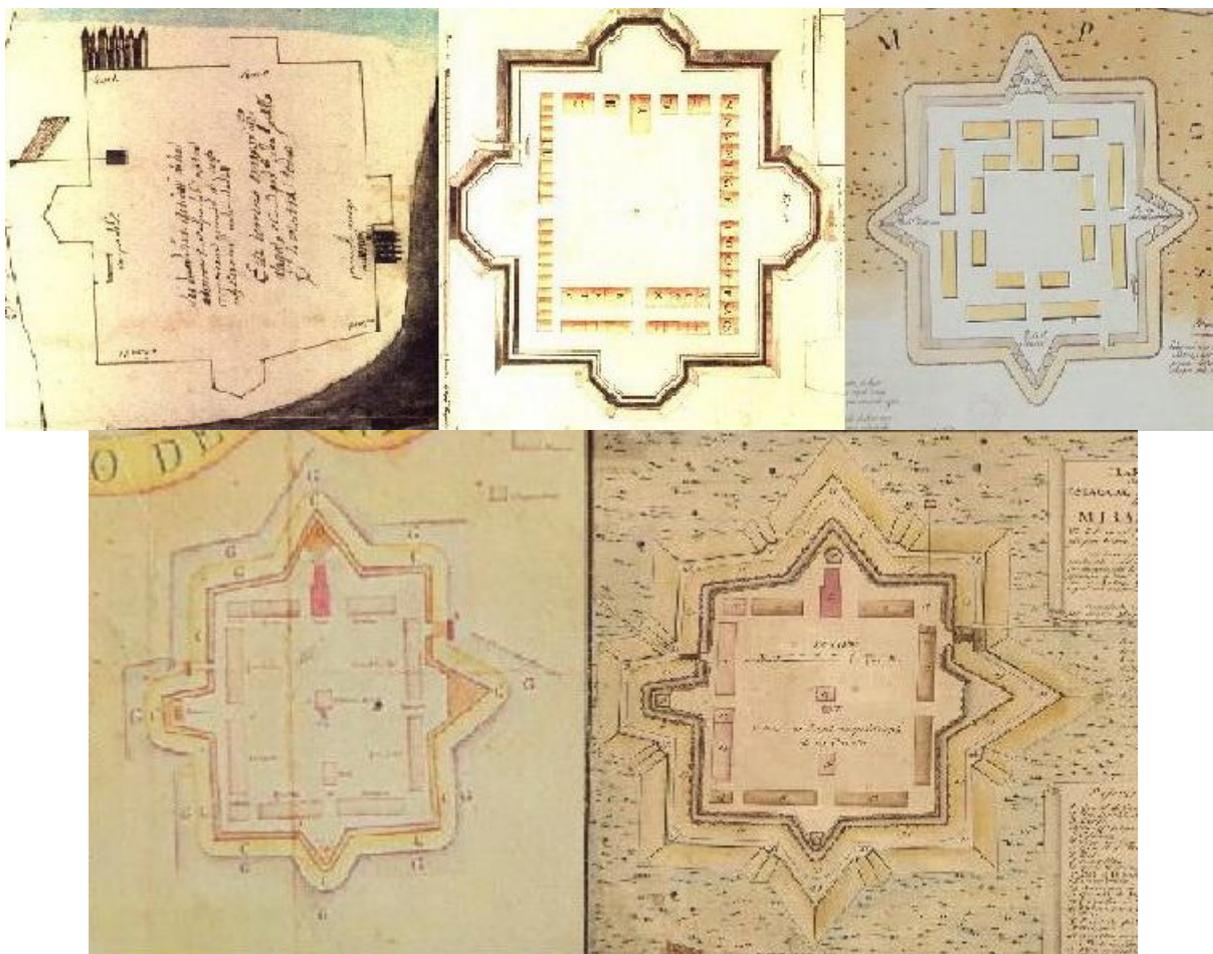
Há de ser considerado também o fato de pouco mais de um ano após ter sido iniciada a construção da fortificação o presídio foi invadido por uma grande enchente do rio Mondego (a cheia aconteceu em fevereiro de 1799). A avaria causada pela natureza obrigou a mudança da estrutura fortificada para um ponto mais alto, localizado ao pé de uma pequena colina, duzentas braças distante do ponto original, mas que oferecia melhores condições de segurança e salubridade para assentar a tropa. Contudo, a reconstrução do presídio não alterou as dimensões nem o traçado da estrutura descrita por Rodrigues do Prado. Pelo contrário, a nova empreitada serviu para consertar as imperfeições e erros cometidos durante a construção do primeiro e incompleto projeto, seguindo à risca a planta que serviu de modelo.<sup>194</sup> Ou seja, o comandante Rodrigues do Prado, efetivamente, seguiu um planejamento para a construção do Presídio de Miranda.

Mesmo que no âmbito da construção da estrutura inicial não tenha sido feita nenhuma referência aos redentes, a análise da iconografia do presídio indica que em duas plantas desenhadas provavelmente entre 1775 e 1799 a muralha da fortificação já havia sido planejada com algum elemento defensivo associado ao paredão de taipa.

---

<sup>194</sup> Carta de Ricardo Franco a Rodrigues do Prado. 5 de Março de 1799 – APMT. *Apud* MELLO, R. S. de. *Para além dos bandeirantes*, p. 185 - 186.

Imagem 1: Detalhes do traçado da estrutura defensiva do Presídio de Miranda. Da esquerda para a direita as datas atribuídas às representações cartográficas são de 1775-1799 , 1776, 1798, 1811 e 1811.



Fonte: GARCIA, J. C. (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia*, p. 292, p. 284; REIS FILHO, N. G. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, p. 249; ARRUDA, Â. M. V. de. *História da arquitetura de Mato Grosso do Sul*, p. contra-capa;  
[http://fortalezasmultimedia.com.br/fortalezas/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=160#centro](http://fortalezasmultimedia.com.br/fortalezas/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=160#centro).

Esse dado é relevante já que, de certa forma, a defesa fortificada do rio Mondego era pensada contemporaneamente à construção do Presídio de Coimbra, ainda na década de 1770. Apesar disso, a designação de Rodrigues do Prado para construir o presídio, apenas em 1797, surge como questão elementar para a composição da defesa da capitania, mesmo este militar não possuindo nenhuma formação em engenharia.

A trajetória militar de Francisco Rodrigues do Prado teve início na fronteira noroeste da capitania de Mato Grosso, quando passou a fazer parte da Companhia de Dragões de Vila

Bela em 1778; sua transferência para o Forte Príncipe da Beira aconteceu no ano de 1782, momento em que as obras dessa fortificação estavam em vias de conclusão. Rodrigues do Prado sempre obteve alto grau de estima dos governadores Luis de Albuquerque, João de Albuquerque e Caetano Pinto de Miranda, sendo encarregado de inúmeras missões para tratar de assuntos com governadores hispânicos; fator que permitiu o acúmulo de vasta experiência de Prado na fronteira. Durante a execução de uma missão na província de Moxos, Prado foi denunciado ao governo de Mato Grosso pelo governador castelhano Lázaro de Ribera por contrabando e tentativa de violação de correspondência oficial. O militar que estava a serviço do governador de Mato Grosso João de Albuquerque foi absolvido das acusações feitas por Ribera, contudo, após o desenrolar das acusações do governador espanhol, Prado foi transferido para a fronteira sul em 1792, quando foi designado ajudante e comandante do Presídio de Coimbra. Em 1797, já no governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, por seus “distintos talentos tão bem conhecidos” e “eficácia e empenho” Rodrigues do Prado foi designado para a missão de fundar o Presídio de Miranda.<sup>195</sup>

A imagem que pode ser a mais antiga representação do Presídio de Miranda construído, apesar de não possuir qualquer referência explícita sobre o rio Mondego ou à fortificação, foi identificada por Renata Araújo. O documento intitulado *Planta de um forte e área envolvente* teve sua confecção entre os anos de 1775 e 1799 e há informações que são referentes à localização e distância entre a fortificação, o rio e o relevo. Relativa à estrutura fortificada as inscrições contidas em *Planta de um forte ...* afirmam que existia “alicerce e alguma taipa de fortaleza”. Já a defesa era feita por duas sentinelas efetivas instaladas na muralha e no período noturno a vigília era realizada no corpo da guarda e no portão, bem como nos lugares assinalados no mapa.<sup>196</sup>

A construção do presídio, no entanto, foi orientada pela necessidade e pelo imediatismo, visto a iminência em se criar um apoio ao destacamento de Coimbra na fronteira sul da capitania de Mato Grosso. Francisco Rodrigues do Prado escolheu o local ideal para assentar a fortificação em um ponto determinado por um índio Guachi, que habitava a região do médio curso do rio Mondego, e que estava a serviço das tropas portuguesas destacadas no Presídio de Coimbra. A partir da escolha desse sítio, que distanciava da margem do rio cerca de cem braças, o comandante deu princípio à fortificação do local, qual acreditava que a

---

<sup>195</sup> MELLO, R. S. de. *Para além dos bandeirantes*, p. 2, 30, 37, 42 – 49, 53 – 55, 179.

<sup>196</sup> Cf. GARCIA, J. C. (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*, p. 293.

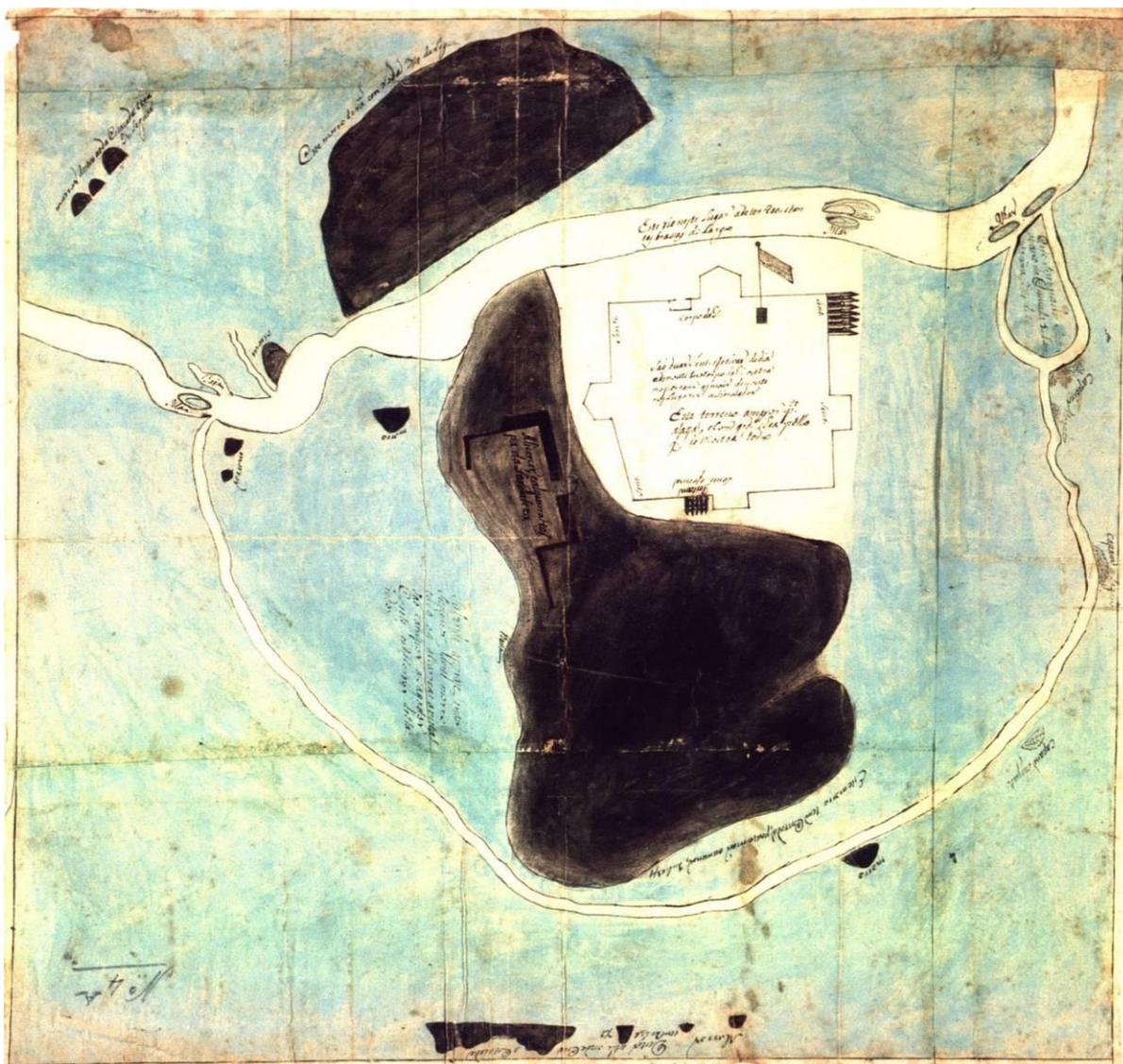
conclusão da obra deveria ser em um breve período de tempo.<sup>197</sup> É bastante provável que o documento descoberto por Renata Araújo, que afirma com precisão onde foi feita a defesa da guarnição e informa com detalhes a distância entre fortificação, morros e rio, tenha sido produzido após o ano de 1797 e antes da grande enchente que arrasou a primeira tentativa de fortificar a região, em 1799.

Dado determinante para o entendimento de que esta pode ser a primeira representação iconográfica da primeira construção do presídio é a presença e proximidade de variações topográficas, conforme pode ser notado na Imagem 2. Estas informações demonstram que a primitiva obra foi iniciada em local mais baixo e, portanto, vulnerável a inundações. As manchas mais escuras à margem do rio e no entorno da fortificação representam “morros”. Essas variações topográficas indicam que existia um “morro” ou colina de proporções consideráveis ao lado da estrutura fortificada, bem como na margem oposta do rio. Os dados que colaboram para o entendimento que este documento tenha sido produzido entre 1777 e 1799 são: a proximidade da muralha com o rio e a distância do morro adjacente à taipa do Presídio de Miranda construído. A alternativa proposta é sustentada pela inundação de 1799, momento em que o presídio teve de ser transferido para uma colina distante apenas duzentas braças do local original de fundação.

---

<sup>197</sup> Carta do comandante Francisco Rodrigues do Prado ao tenente e comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, dezembro de 1797. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 003 – APMT.

Imagem 2: *Planta de um forte e área envolvente*. [Escala indeterminada]. – [1775 - 1799]. 1 mapa em 4 fl. coladas: ms., color.; 42 x 45 cm em folha de 43 x 45 cm.



Fonte: GARCIA, J. C. (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia*, p. 292.

Outra representação iconográfica que, teoricamente, antecedeu à oficialização da fundação do Presídio de Miranda é apresentada na Imagem 3, de autoria do capitão Joaquim Lopes Poupino<sup>198</sup>, intendente das obras da construção do Forte Príncipe da Beira. A imagem, que é muito semelhante à fortificação que viria a ser a construída no rio Mondego em finais

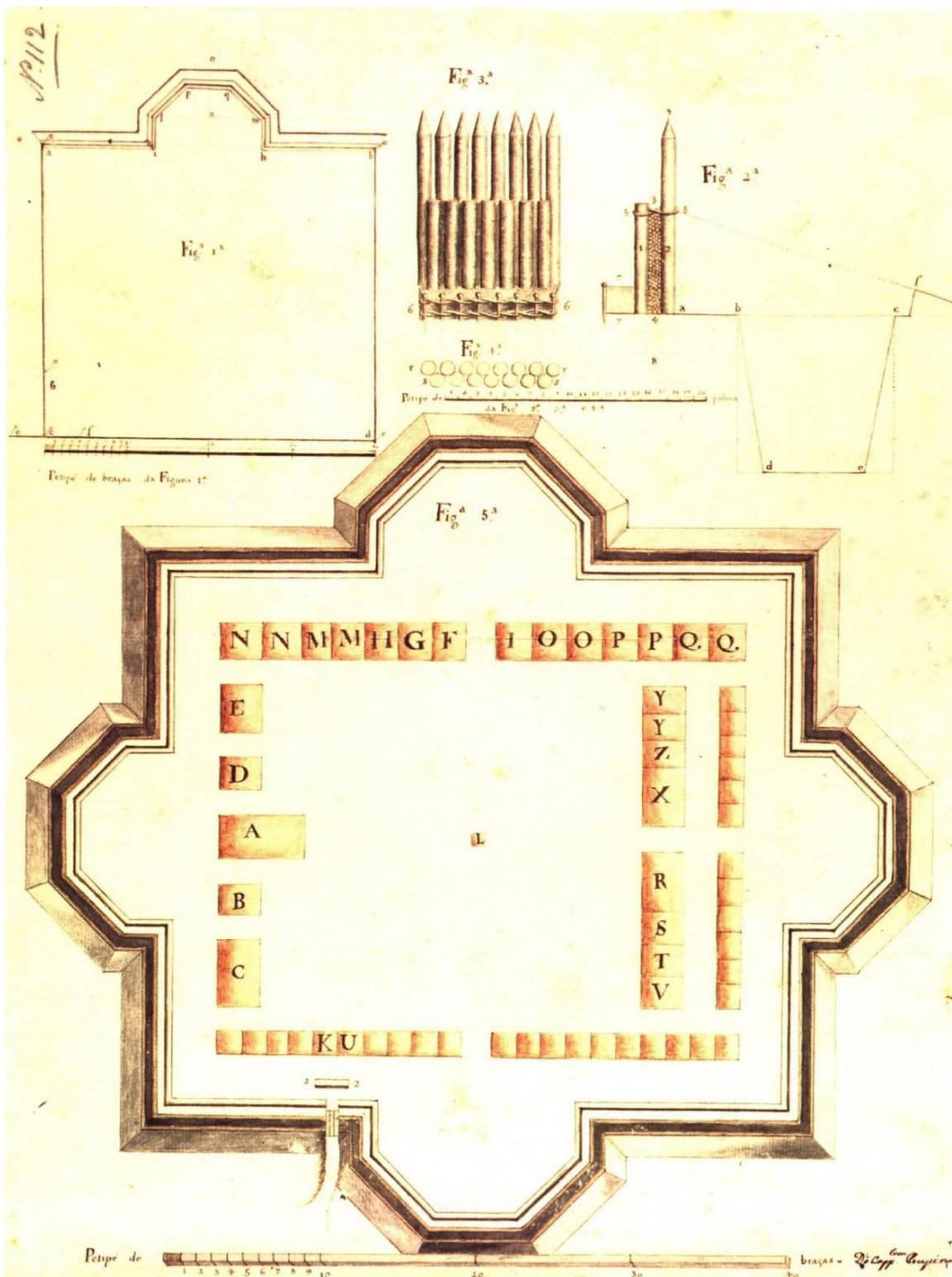
<sup>198</sup> Poupino assentou praça na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, como tenente, e depois como capitão no Forte Príncipe da Beira entre os anos de 1775 e 1783. Cf. FERNANDES, S. E. *O Forte do Príncipe da Beira e a fronteira noroeste da América portuguesa*, p. 54.

do século XVIII, seria, portanto, a primeira representação do Presídio de Miranda planejado. O registro gráfico apresenta detalhes sobre como deveria ser constituída a defesa de uma fortificação, demonstrando, inclusive, a técnica empregada para a construção da muralha (Imagem 4).<sup>199</sup> O que se percebe é que há uma semelhança muito grande entre o planejado pelo capitão Joaquim Poupino na década de 1770 e a descrição de como foi erguida a muralha do Miranda por Rodrigues do Prado no final do século XVIII. Outra coincidência são as medidas internas entre as faces da fortificação; o que foi planejado pelo capitão Poupino era calculado em 40 braças, a descrição de D'Alincourt em 1826 media 45 braças. Fatos que colaboram para o entendimento que este possa ser o primeiro planejamento da estrutura fortificada que viria a ser o Presídio de Miranda no final do século XVIII.

---

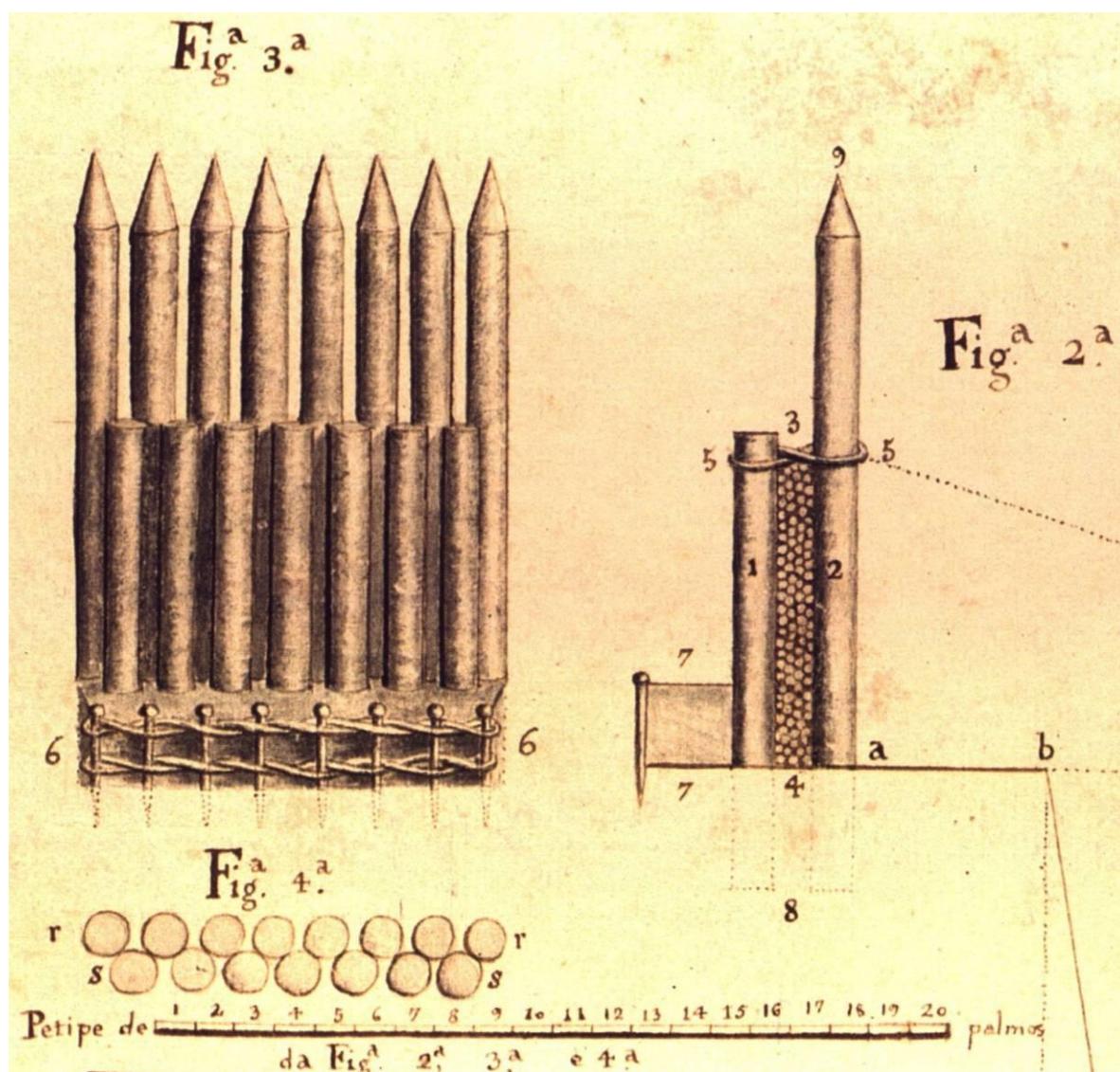
<sup>199</sup> GARCIA, J. C. (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*, p. 285.

Imagem 3: *Planta de um forte.* / Do Capp.<sup>tam</sup> Poupino. Escala [ca. 1:400], 40 braças = [21,9 cm]. - [c. 1776]. - 1  
 planta: ms., color.; 45 x 34 cm.



Fonte: GARCIA, J. C. (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia*, p. 284.

Imagem 4: Detalhe da muralha feita de taipa e faxina de *Planta de um forte*. / Do Capp.<sup>tam</sup> Poupino. Escala [ca. 1:400], 40 braças = [21,9 cm]. – [c. 1776]. - 1 planta: ms., color.; 45 x 34 cm.



Fonte: GARCIA, J. C. (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*, p. 285.

Apesar de não ser possível afirmar com precisão quando estas duas representações iconográficas atribuídas ao Presídio de Miranda foram confeccionadas é possível elucidar algumas questões. Uma diferença fundamental que existe entre as duas imagens mais antigas (Imagens 2 e 3) e as posteriores (Imagens 5, 6 e 7) é o tipo o elemento arquitetônico utilizado para a defesa da fortificação (vide Imagem 1). Nas representações mais antigas o elemento

defensivo da muralha é o revelim<sup>200</sup> e não o redente. Tal alteração do projeto inicial pode ser fruto da inexperiência de Rodrigues do Prado em construir fortificações, já que, se construído o revelim, estaria a muralha da estrutura defensiva mais bem defendida.

A análise das primeiras representações iconográficas, a designação de Prado para fundar o presídio, sua trajetória como militar e a obediência aos seus superiores e a um modelo pré-estabelecido para fundar o Miranda levam a um entendimento: a estratégia de guarnecer uma posição no rio Mondego já era pesada desde o governo de Luis de Albuquerque como uma ação “muito conveniente” para a coroa portuguesa. O conhecimento da planta que veio a ser o Presídio de Miranda surge como hipótese pela convivência entre Prado e o capitão Poupino no Forte Príncipe da Beira entre 1782 e 1783. A “punição” imposta à Rodrigues do Prado, após as acusações de Ribera, pelo governador de Mato Grosso João de Albuquerque ao ser designado comandante do Presídio de Coimbra foi, de certa maneira, a consolidação da estratégia para defender o sul da fronteira. Fatores que sugerem que a defesa do sul da capitania de Mato Grosso não foi fruto da circunstância ou do acaso. A estratégia de defender com estabelecimentos militares já era pensada muito tempo antes de ser implantada, atuando fortemente como elemento de consolidação da urbanização e da prática do “fazer fortaleza” português.

A materialização do plano estratégico para defender a fronteira sul da capitania de Mato Grosso teve, portanto, como representação iconográfica oficialmente identificada do Presídio de Miranda a planta de autoria do comandante Francisco Rodrigues do Prado, confeccionada em 1798 (Imagem 5). Esta é a representação mais conhecida da fortificação e a primeira associada à estrutura defensiva do rio Mondego. A imagem apresenta a estrutura da muralha construída com os redentes e prédios interiores (igreja, quartéis e edifícios menores) e o corpo da guarda na parte exterior da fortificação.

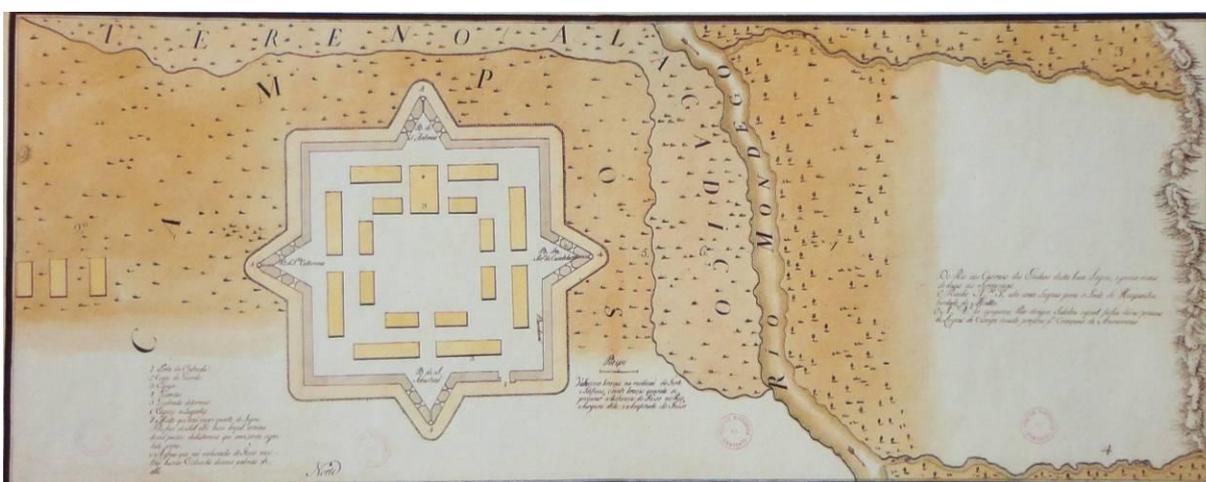
Há também identificado os quatro elementos defensivos da muralha batizados, de acordo com a devoção de Prado, da seguinte forma: no redente oeste está uma homenagem a Nossa Senhora da Candelária, representação da Virgem Maria ou Virgem da Luz, bastante popular em Portugal e que teve seu culto espalhado pelas conquistas da Ásia, África e América, mas é também orago de Atenor, na cidade de Miranda do Douro em Portugal; a leste, Santa Catarina, que tem sua consagração voltada para a pacificidade entre os homens;

---

<sup>200</sup> *Revelim* é um tipo de redente, mas que apresenta flancos que defendem os pontos mais vulneráveis da fortificação. Cf. CASTRO, A. H. F. de. *Muralhas de pedras, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Volume 1 – Rio de Janeiro*, p. 474.

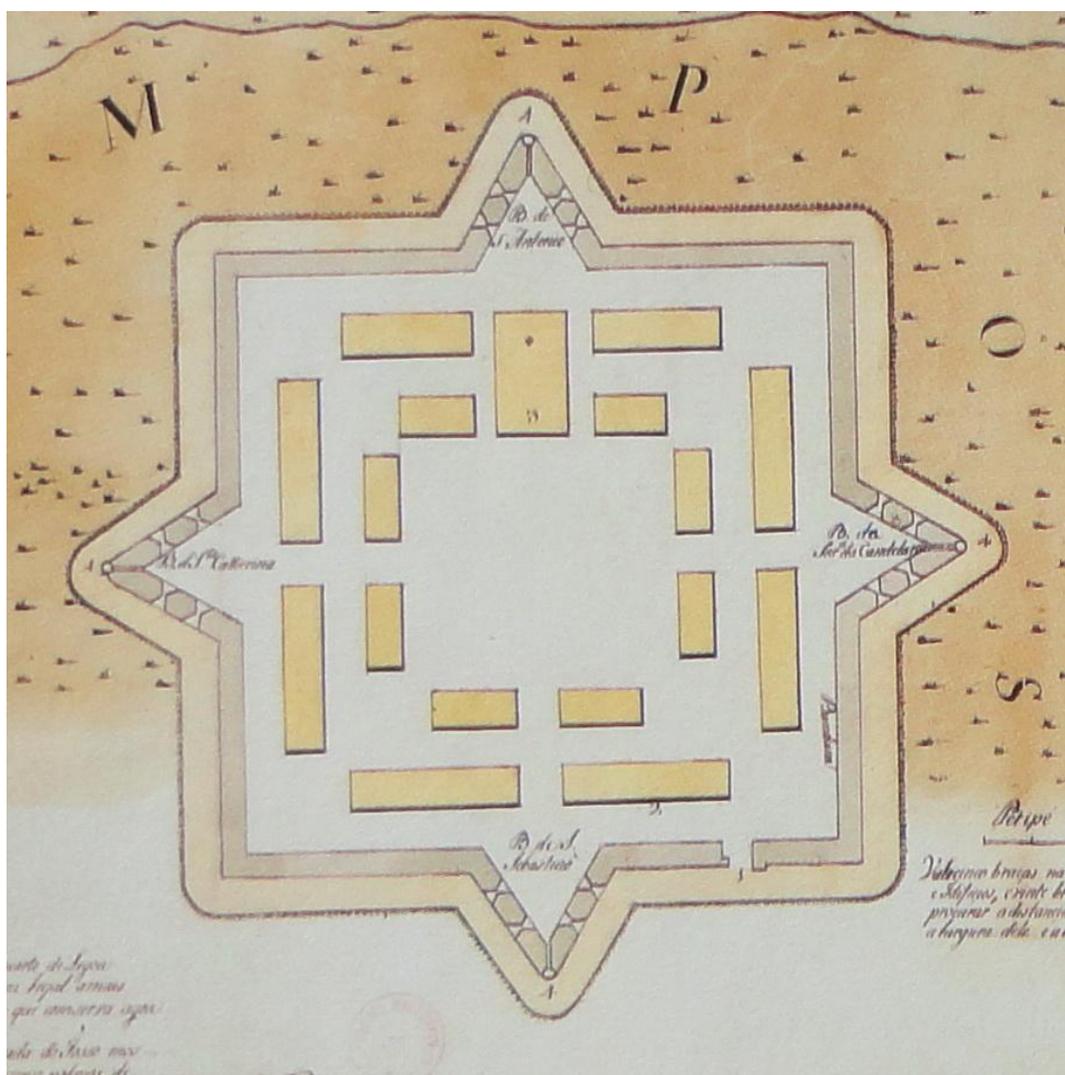
no elemento defensivo sul a homenagem é para Santo Antônio, que é venerado como padroeiro dos agricultores, viajantes e oprimidos, entre outros; e a norte, São Sebastião, que foi soldado romano e é padroeiro do concelho de Mirandela, em Portugal, onde está localizada a porta de entrada do presídio (Imagem 6). Para efeito informativo, a planta de Rodrigues do Prado apresenta a fortificação constituída, assentada no terreno e consolidada, já que identificava a distância entre a muralha e o rio, a distância da fortificação com o local de moradia dos índios, o corpo da guarda fora da muralha, edifícios interiores, etc.

Imagem 5: *Imagem sem título [Planta do Presidio de Miranda]*. [1798]. Autor: Francisco Rodrigues do Prado.  
Original do Arquivo Histórico do Itamarati, Rio de Janeiro.



Fonte: REIS FILHO, N. G. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, p. 249.

Imagem 6: Detalhe da planta da fortificação *Imagem sem título [Planta do Presidio de Miranda]*. [1798]. Autor: Francisco Rodrigues do Prado. Original do Arquivo Histórico do Itamarati, Rio de Janeiro.



Fonte: REIS FILHO, N. G. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, p. 249.

Porém, a precipitação em “fazer fortaleza” fez com que a estrutura inicial construída do Presídio de Miranda sofresse seu primeiro grande ataque. Apesar da obediência militar do comandante Rodrigues do Prado com seus superiores e a aceitação para cumprir um planejamento estratégico de construir a fortificação a estrutura defensiva do presídio era totalmente vulnerável às ações na natureza. Em carta para Ricardo Franco, então comandante do Forte Coimbra, Rodrigues do Prado afirmou que no ano de 1799, entre janeiro e fevereiro, choveu em excesso e a inundação do rio havia chegado ao presídio, banhando três dos quatro lados da fortifica o, amolecendo, inclusive, toda a taipa pela parte de baixo. O estrago

causado pelo ataque das águas fez com que as obras emergenciais para conter a enchente atrapalhassem os trabalhos da tropa no armazém, no quartel dos auxiliares e na cozinha. Esse acontecimento forçou a mudança da fortificação de lugar, fato que não foi totalmente negativo, segundo Rodrigues do Prado, já que muita coisa ainda deveria ser feita na fortificação.

O meu coração está oprimido de dor por ver reduzido a quase nada o trabalho de mais de um ano, contudo este não deixa de ser um mal. Eu o conto no número de felicidades porque grande (estrage) primeiro causaria se estivessem os quartéis e outros edifícios feitos. Eu mais alento o de fora que ao cômodo [ilegível] dava na fortificação e só se acha feito um quartel e outro. Sendo cujas madeiras havendo [ilegível] a vista do que mandei limpar um terreno com lugar aprazível no qual não fiz logo ao principio por ficar mais distante do rio e por me dizerem os índios que este era precário de águas. Ali, pois, vou mandando fazer as casas das madeiras que estão prontas e das que se vão aprontando. Logo que faça bom tempo e me darem a taipa, a obra estará [ilegível] ficando morando, por enquanto, neste lugar onde estamos encoberto das traições dos índios e prontos para rebater os insultos dos espanhóis. (Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, fevereiro de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 007 – APMT.)

As obras da nova fortificação, que estava em local mais seguro de enchentes, foram iniciadas no ano de 1799 e a previsão de término das edificações fundamentais para a defesa era que se concluísse até dezembro. Inicialmente a guarnição deveria passar para dentro do presídio em outubro, mesmo com as obras inconclusas, já que Rodrigues do Prado solicitou material construtivo (cal) e informações sobre elementos essenciais da fortificação (medidas do portão e portas, por exemplo) ao governador da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda. Era evidente a obsessão do comandante em concluir a obra; a constante solicitação por mão de obra para trabalhar na construção do presídio estendeu-se por todo o período do comando de Rodrigues do Prado.<sup>201</sup> Contudo, a previsão inicial para mudar a guarnição não foi cumprida. Na parte interior as obras do quartel do comandante e da igreja ainda não haviam sido concluídas e os demais edifícios eram, naquele momento, considerados desnecessários por Rodrigues do Prado. Porém, a estrutura defensiva (a muralha) encontrava-se adiantada, sendo este o principal motivo para o atraso na construção dos edifícios interiores. A taipa que defendia o presídio e que foi construída seguindo as orientações da

---

<sup>201</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, maio de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 009 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, setembro de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 012 – APMT.

planta do capitão Poupino foi feita com três palmos e meio de largura e quinze de altura, contada a partir do fundo do fosso, que foi construído com vinte palmos de largura. Havia ainda a possibilidade de incrementar o projeto inicial construindo-se uma estacada de faxina de seis palmos por fora da taipa.<sup>202</sup> A mudança para dentro do presídio aconteceu efetivamente somente em dezembro de 1799, com a construção ainda em andamento, já que a falta de cal e de um carpinteiro impossibilitou a conclusão tanto das obras do reboco da taipa como dos edifícios internos, principalmente da igreja.<sup>203</sup>

Findado o período de instalação do presídio e de construção das obras essenciais para defesa em setembro de 1801 dois problemas foram detectados para o desenvolvimento das atividades cotidianas da guarnição: a falta de uma fonte de água dentro do perímetro da fortificação, fato que havia sido alertado pelos índios Guachi em 1799, e a falta de artilharia para defender a tropa, caso houvesse um cerco de espanhóis ou índios inimigos.<sup>204</sup> A questão do abastecimento de água foi completamente resolvida um ano mais tarde, em outubro de 1802, com a constatação que o poço escavado no centro da praça central do presídio forneceu, quase que continuamente, a água necessária para o presídio.<sup>205</sup>

A análise feita junto à documentação não permite verificar quando e como chegaram as primeiras peças de artilharia ao presídio. O mais provável é que pelo menos duas destas peças tenham sido resultantes do ataque da guarnição do Miranda empreendido à fortificação espanhola de San Carlos, em janeiro de 1802. Nesta ação bélica, consta na *Relação do armamento, ferramentas e demais pertences que se fez apreensão no Presídio do Rio da Lapa*<sup>206</sup> duas peças de artilharia: uma de ferro de calibre de três libras e uma de bronze de calibre de uma libra, como as que estavam no Presídio de Miranda. Em julho de 1803, quando

---

<sup>202</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, outubro de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 014 – APMT.

<sup>203</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, janeiro de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 018 – APMT; Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, maio de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 021 – APMT.

<sup>204</sup> Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado ao comandante dos estabelecimentos do Paraguai Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, setembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 037 – APMT.

<sup>205</sup> Carta do capitão Francisco Rodrigues do Prado para o governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Miranda, outubro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 048 – APMT.

<sup>206</sup> Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar João Rodrigues de Sá e Melo. Vila Bela, fevereiro de 1802, doc. 1958 – AHU-MT.

assumiu o comando do Miranda o tenente Jerônimo Joaquim Nunes Pereira, a artilharia da fortificação contava apenas com três peças, sendo uma de ferro de calibre 3 e duas de bronze de calibre 1. Todas as peças estavam montadas em reparos inadequados que necessitavam de reformas para possibilitar sua utilização e evitar a total degradação do material bélico, já que, se houvesse algum cerco naquele momento a guarnição não poderia abrir fogo com a artilharia no estado de degradação em que se encontrava. Irregularidade encontrada também pelo comandante Joaquim Nunes foi o desperdício de pólvora nos cartuchos das peças; segundo o tenente, perdia-se em média meia libra de pólvora a cada tiro que disparavam as velhas peças, gasto que futuramente poderia ocasionar a falta deste gênero em caso de conflitos militares.<sup>207</sup>

O aumento da fortaleza do presídio, proposto por Rodrigues do Prado em outubro de 1799, foi concluído somente em outubro de 1802 quando a muralha de taipa, faxina e terra socada passou a ter nove palmos de grossura e vinte palmos de altura com um fosso de vinte e quatro palmos de largura. Esse aumento substancial da muralha foi pensado para a defesa em caso de ocorrer um possível ataque espanhol de grandes proporções. Este fato, porém, nunca se concretizou, já que a própria dificuldade de locomoção de guarnições militares nos terrenos adjacentes ao rio Mondego impossibilitava o transporte de artilharia de maior calibre até o presídio de Miranda. Neste sentido, caso as tropas espanholas impusessem um ataque com grande número de praças, o Presídio de Miranda estaria bastante fortalecido contra qualquer investida.<sup>208</sup>

Mesmo após o considerável aumento da muralha em 1802 as condições defensivas da fortificação não se apresentavam eficientes e/ou satisfatórias. A descrição do tenente Joaquim Nunes ao assumir o comando da guarnição do presídio, em julho de 1803, para o governador Caetano Pinto de Miranda apontou que a fortificação tinha o formato de um “quadrado mais ou menos regular de 32 braças de face”. Nos lados do quadrado fortificado haviam estacas pequenas, separadas por distâncias aproximadas de uma braça, e no meio de cada face, na parte exterior, havia um baluarte que formava um ângulo agudo saliente (redente). Aponta o comandante que os redentes do lado norte e leste eram formados por estruturas feitas de

---

<sup>207</sup> Carta do tenente comandante Jerônimo Joaquim Nunes Pereira ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Miranda, julho de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 059 – APMT.

<sup>208</sup> Carta do capitão Francisco Rodrigues do Prado para o governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Miranda, outubro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 048 – APMT.

taquaras; já os ângulos defensivos das faces oeste e sul estavam arruinados. Na parte interior o presídio apresentava oito quartéis, sendo dois reservados para serem utilizados como armazéns de arrecadação de mantimentos e armamentos. Apesar de serem estes os dois prédios mais bem conservados da guarnição, eram impróprios para a função; ambos apresentavam telhados em péssimo estado de conservação, permitindo a entrada de água da chuva e a deterioração de mantimentos e armamentos. Os demais prédios, incluídos aqueles destinados para o alojamento da tropa, apresentavam o mesmo problema do telhado, porém, em proporções muito maiores. Mesmo o paiol de pólvora, que deveria merecer maior atenção devido ao cuidado do manuseio que este gênero necessita, estava em precárias condições. A pólvora era armazenada no mesmo prédio onde estava a ferraria, sendo separados apenas por uma parede e cobertos pelo mesmo telhado de capim. Assim, a primeira atitude para a defesa, tanto para o presídio como para a vida dos militares que ali estavam, foi a construção de uma olaria para fabricação de telhas com a finalidade de conservar a pólvora armazenada.<sup>209</sup>

A defesa e a fortificação da muralha foram, nos anos seguintes, as principais necessidades de obras estruturais no Presídio de Miranda. Entre os anos de 1804 e 1805 o comandante ajudante Alexandre Bueno Leme de Menezes apresentou ao comandante da fronteira sul Ricardo Franco e ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes (1804 - 1806) suas pretensões relativas à reforma na muralha. A ideia proposta em março de 1804 era repelir quaisquer ataques vindos dos mosquetes espanhóis e, para tanto, Alexandre Bueno pretendia circundar toda a muralha com estacada de madeira mais fina para depois implantar uma fortificação mais reforçada, que pudesse repelir os ataques de artilharia.<sup>210</sup> Para execução da obra foi enviado da Vila do Cuiabá para o Presídio de Miranda materiais como folha de flandres, ferro e aço, materiais essenciais para a construção da fortaleza da muralha.<sup>211</sup> Em 1805 o objetivo foi concluir a obra colocando faxina e terra na muralha, além de transformar a antiga fortaleza em um bastião feito de estacada unida, o que daria maior segurança à guarnição. No entanto, a falta de mantimentos para os construtores fez com que durante esse período não se concluísse obra nenhuma e alguns pontos da muralha estiveram totalmente desguarnecidos “como um campo

---

<sup>209</sup> Carta do tenente comandante Jerônimo Joaquim Nunes Pereira ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Miranda, julho de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 059 – APMT.

<sup>210</sup> Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, março de 1804. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 063 – APMT.

<sup>211</sup> Caderno para registro de descargas de mercadorias e gêneros alimentícios saídos do Almoxarifado para os Corpos de Dragões, Pedestres, Índios e Hospital da Vila de Miranda. Rolo de microfilme nº 2: Códice 44. Vila de Miranda, 1805 – 07 – 30.

aberto”. Em caráter emergencial os pontos não fortificados foram defendidos implantando mourões fortes e atravessando estes esteios madeira mais fina revestida internamente com faxina e terra. A obra ainda previa uma simetria da faxina em toda a muralha e o avivamento do fosso, com fortificação de pedra ou estacada pelos lados, conservando assim esse importante elemento defensivo, porém os esforços de constituir uma nova muralha para o presídio não alcançaram o êxito pretendido por Alexandre Bueno.<sup>212</sup>

Entre o final de 1805 e o começo de 1806 o tenente Joaquim Jerônimo Nunes retomou o posto de comandante do Presídio de Miranda. Durante o mês de maio de 1808, em carta ao comandante do Forte Coimbra sargento-mor Antônio José Rodrigues, Joaquim Nunes descreveu a situação defensiva do presídio e a dificuldade em realizar a defesa da fortificação. Joaquim Nunes afirmou que o estado de conservação em que se encontrava o Miranda carecia de grande esforço para a reforma da estrutura, pois para realizar tal empreendimento um novo desenho deveria ser seguido e seria preciso mais madeira, encontrada, naquele período, somente em regiões mais afastadas.<sup>213</sup>

Joaquim Nunes reafirmou que as obras de taipa na muralha feitas por Rodrigues do Prado e Alexandre Bueno, apesar de necessárias para a conservação da fortificação, nunca tiveram como característica a permanente defesa do presídio, já que em 1806 não havia sequer uma braça de trincheira em bom estado. O então comandante do Miranda propôs como medida mais eficiente para a situação encontrada erguer uma trincheira de nove palmos de altura pela parte interna, mas que pela parte externa medisse quatorze palmos de altura, com largura de aproximadamente uma braça. Ainda a trincheira deveria ser associada a um fosso de três braças de largura. Cada face da guarnição, que deveria formar um quadrilátero, passaria a ter como medida trinta e seis braças, totalizando um perímetro externo de cento e quarenta e quatro braças. A medida exata da fortificação, acrescida dos redentes no meio de cada face, seria de cento e noventa e duas braças.<sup>214</sup>

Esta empreitada, segundo o comandante Joaquim Nunes, poderia ser concluída em pouco mais de um mês, caso houvesse quatrocentos homens trabalhando na obra. Contudo, o

---

<sup>212</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Alexandre Bueno Leme de Menezes ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes. Miranda, janeiro de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 065 – APMT; Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes. Miranda, março de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 068 – APMT.

<sup>213</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao sargento-mor Antônio José Rodrigues. Miranda, maio de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 092 – APMT.

<sup>214</sup> *idem*.

comandante afirmou que, com sorte, poderia contar com vinte homens no máximo para executar o trabalho de fortificação da muralha do presídio, sendo que o prazo de término da construção deveria ser estendido para um tempo superior a dois anos. Além, disso os edifícios interiores do presídio estavam inteiros em péssimo estado de conservação e necessitavam urgentemente de reparos os quartéis capazes de recolher a guarnição e os armazéns para conservar os mantimentos e armamentos.<sup>215</sup>

Apesar da necessidade de reparos imediatos na parte estrutural do presídio Joaquim Nunes apontou outro grave problema relativo à defesa da fortificação. Miranda, por sua semelhança com a figura de uma “imperfeita estrela com muito pouca defesa nos vértices dos ângulos exteriores do encontro da perna da estrela com a face do quadrado”, necessitava de mais defensores do que se fosse um “quadrado fortificado que de seus baluartes se defendessem uns aos outros”. Desta forma, seria impossível defender o presídio e suas cento e noventa e duas braças de trincheira e quatro peças de artilharia com uma reduzida guarnição de apenas cem praças disponíveis naquele momento. O comandante apontou que, em caso de ataque, cada peça de artilharia exigiria pelo menos seis homens para o manuseio correto das bocas, restando apenas setenta e seis combatentes para a defesa de quase duzentas braças de trincheira do presídio.<sup>216</sup> Além disso, a trincheira necessitava de reparos constantes, para que a construção de terra não se arruinasse totalmente colocando todo o trabalho realizado e a defesa do presídio em situação de perigo constante.<sup>217</sup>

As obras de construção e reforma do Presídio de Miranda esbarravam constantemente na crônica falta de materiais e na quantidade insuficiente de mão de obra especializada. As informações obtidas durante a primeira década de existência do presídio (1798 – 1808) são suficientes para compreender por que D’Alincourt (1826) e Taunay (1865) não encontraram vestígios materiais para acreditar que o povoado de Miranda havia sido, em um passado recente, uma importante guarnição da fronteira de Mato Grosso.

É importante ressaltar que os momentos de maior preocupação na fronteira entre os domínios portugueses e castelhanos na América foram, efetivamente, resultantes da disputa pelo território e tiveram seu auge entre a segunda metade do século XVIII e os primeiros anos do século XIX. A América espanhola foi marcada, já na primeira década do século XIX, por

---

<sup>215</sup> *idem.*

<sup>216</sup> *idem.*

<sup>217</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, junho de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 102 – APMT.

conflitos civis onde a independência das províncias platinas concentravam os maiores esforços relativa à manutenção e imposição de forças militares e paramilitares. Portanto, o foco dos conflitos a partir da segunda década do século XIX passou a ser não mais a fronteira ou a expansão do domínio espanhol pelo continente, mas a emancipação dos governos locais, onde a tensão voltava-se para os centros políticos administrativos de cada província.

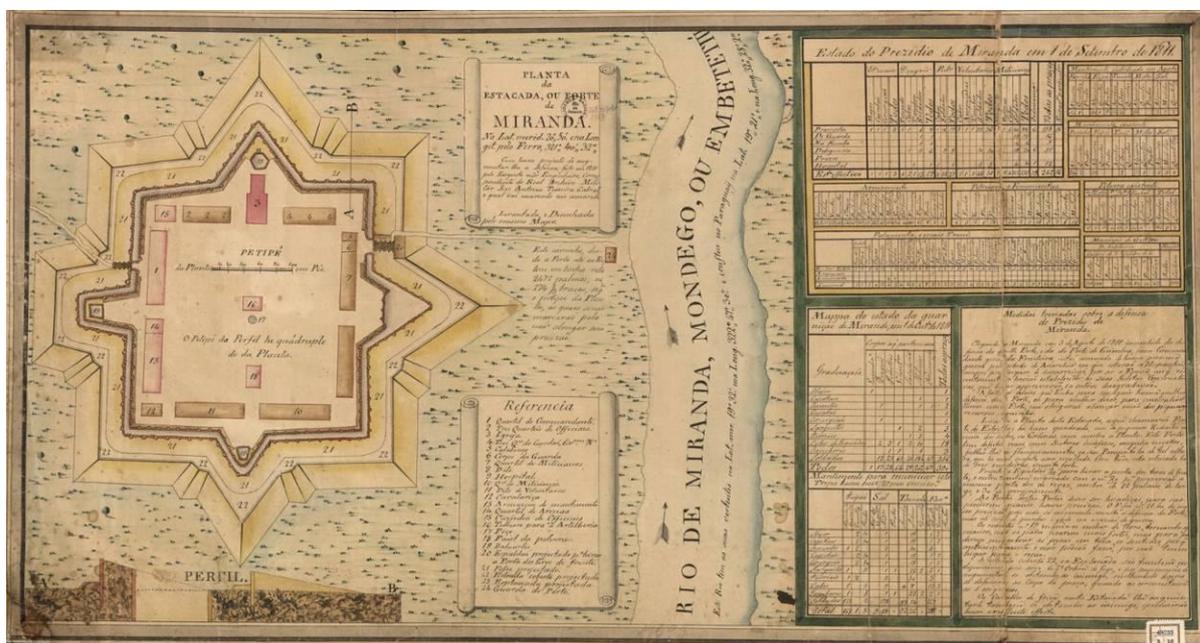
Esse contexto político influenciou as ações militares de reforço das guarnições e armamento dos estabelecimentos fronteiros da capitania de Mato Grosso. Os escassos investimentos que poderiam ser aplicados na construção e reforma de estabelecimentos fronteiros perderiam a utilidade devido à mudança de atitude dos vizinhos hispânicos. Em 1811 o comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá em carta ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg (1807 - 1819) informou que a única obra realizada no presídio foi a construção de um grande armazém de telha para guardar os mantimentos e petrechos pertencentes à Real Fazenda.<sup>218</sup> Em agosto de 1811, ao assumir o comando geral da fronteira, do Presídio de Miranda e do Forte Coimbra o sargento-mor engenheiro José Antônio Teixeira de Cabral, a postura defensiva já não estava mais concentrada em empreender esforços para a construção de uma fortaleza. Ao analisar as condições militares da fortificação, da tropa e o terreno, o primeiro comandante do presídio que teve formação em engenharia entendeu que a maior força desse destacamento deveria estar concentrada na Cavalaria e batalhões de Caçadores (que deveriam existir no presídio e atuar conjuntamente à tropa da Cavalaria). Mesmo confirmando a defesa essencialmente pela atuação dos batalhões o parecer de Teixeira Cabral emitido ao governador D' Oeynhausien continha uma planta e as obras necessárias para que fosse feita a defesa fortificada do presídio (Imagem 7).<sup>219</sup>

---

<sup>218</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, julho de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 122 – APMT.

<sup>219</sup> Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, setembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 124 – APMT.

Imagem 7: *Planta do forte de Miranda*. [Sargento Mór e Engenheiro correspondente do Real Arquivo Militar José Antonio Teixeira Cabral]. – [1811] 41,5 x 77,4 cm. Mapa manuscrito, aquarelado com desenho e nanquim. Biblioteca Nacional – Brasil (Acervo Cartografia).



Fonte: [http://fortalezasmultimidia.com.br/fortalezas/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=160#centro](http://fortalezasmultimidia.com.br/fortalezas/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=160#centro)

Esta planta projetou a transformação da rudimentar muralha de taipa em uma sólida obra de engenharia militar que deveria ter como base o formato da antiga estrutura defensiva (Imagem 8). A defesa pensada por Teixeira Cabral compreendia a construção de uma muralha de pedra, sanando as irregularidades da antiga taipa que contava com “setores indefesos, ângulos mortos, faltando-lhe os flanqueamentos” e ainda pela fragilidade e pequenez do parapeito, a taipa poderia ser transposta sem maiores dificuldades. Ainda havia a preocupação em proteger a porta da fortificação de tiros que pudessem ser disparados por inimigos (elemento 20 da Imagem 8) através da construção de um espaldão<sup>220</sup> com 12 palmos de largura e 30 de comprimento. O fosso (elemento 21 da Imagem 8) sempre foi um grande problema do presídio e demandava constantes esforços para sua conservação; no projeto de Cabral ganharia destaque na nova fortaleza, pois associado às portas de elevação que seriam construídas protegeria efetivamente a guarnição e o gado guardado no interior do presídio em caso de ataque. Os redentes (elemento 19 da Imagem 8), que já haviam sido criticados por

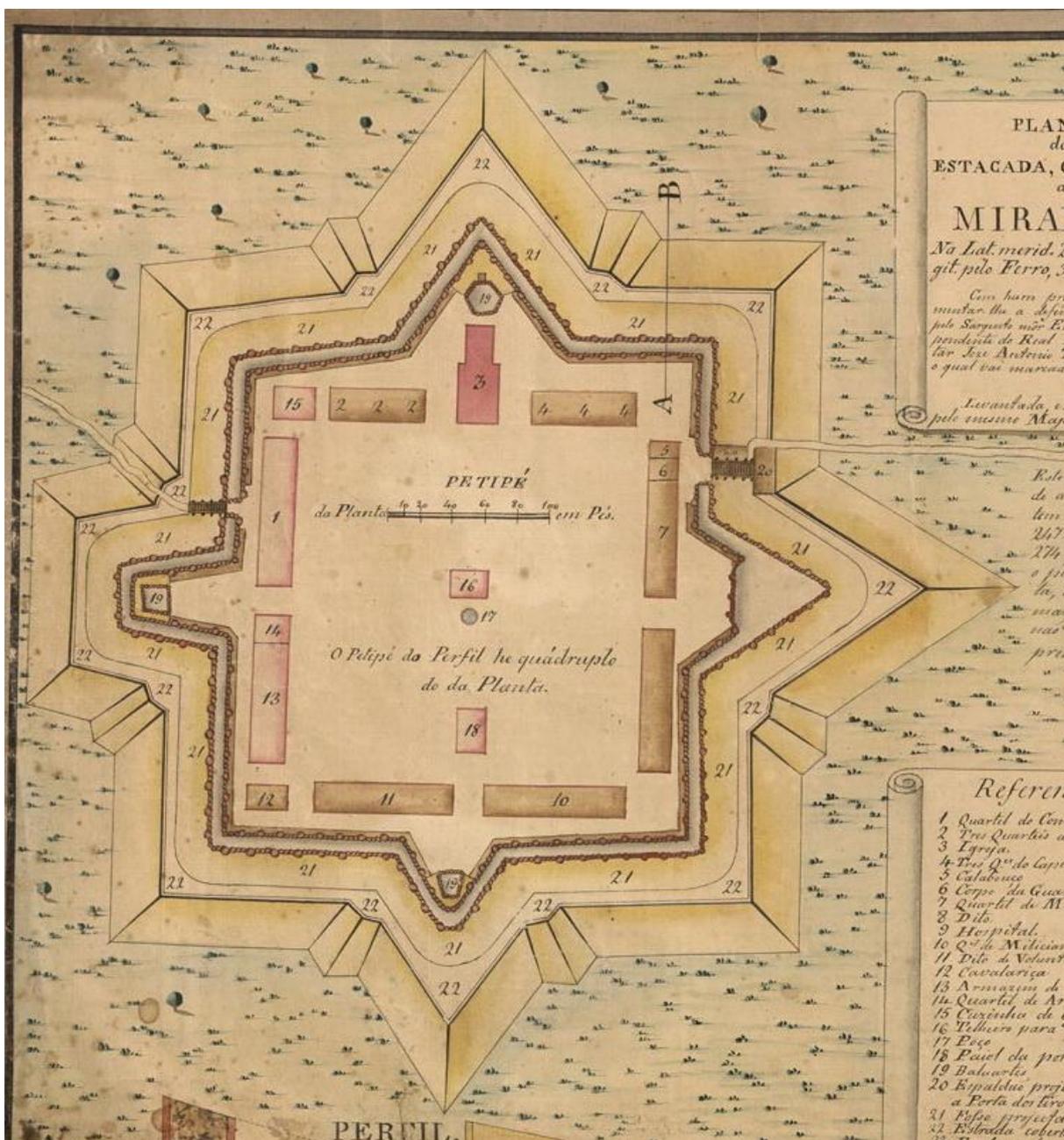
<sup>220</sup> *Espaldão* é um muro de terra feito para proteger uma trincheira, tropa ou material. Pode ser chamado também de *revés*. Cf. CASTRO, A. H. F. de. *Muralhas de pedras, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Volume 1 – Rio de Janeiro*, p. 471.

Joaquim Nunes em sua primeira passagem como comandante do Miranda, passariam por reformas, assumindo características ofensivas no conjunto da muralha. Cheios de terras, estes baluartes tornar-se-iam maciços “não só para ficarem mais fortes, mas para poderem manobrar as peças em todos os sentidos”, já que antes “não podiam fazer por não terem lugar para recuo”. No interior da muralha, havia ainda a projeção de uma “estrada coberta” (elemento 22 da Imagem 8) que tornaria a defesa muito mais eficiente, já que serviria de segunda ordem de fogo, permitindo que os defensores pudessem se recolher ao corpo da praça quando as circunstâncias exigissem.<sup>221</sup>

---

<sup>221</sup> *Planta do forte de Miranda*. Sargento Mór e Engenheiro correspondente do Real Arquivo Militar José Antonio Teixeira Cabral. – [1811] 41,5 x 77,4 cm. Mapa manuscrito, aquarelado com desenho e nanquim. Biblioteca Nacional – Brasil (Acervo Cartografia).

Imagem 8: Detalhe da planta da fortificação. *Planta do forte de Miranda*. [Sargento Mór e Engenheiro correspondente do Real Arquivo Militar José Antonio Teixeira Cabral]. – [1811] 41,5 x 77,4 cm. Mapa manuscrito, aquarelado com desenho e nanquim. Biblioteca Nacional – Brasil (Acervo Cartografia)



Fonte: [http://fortalezasmultimedia.com.br/fortalezas/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=160#centro](http://fortalezasmultimedia.com.br/fortalezas/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=160#centro)

**Tabela 1: Legenda dos lugares indicados na planta do Forte de Miranda<sup>222</sup>**

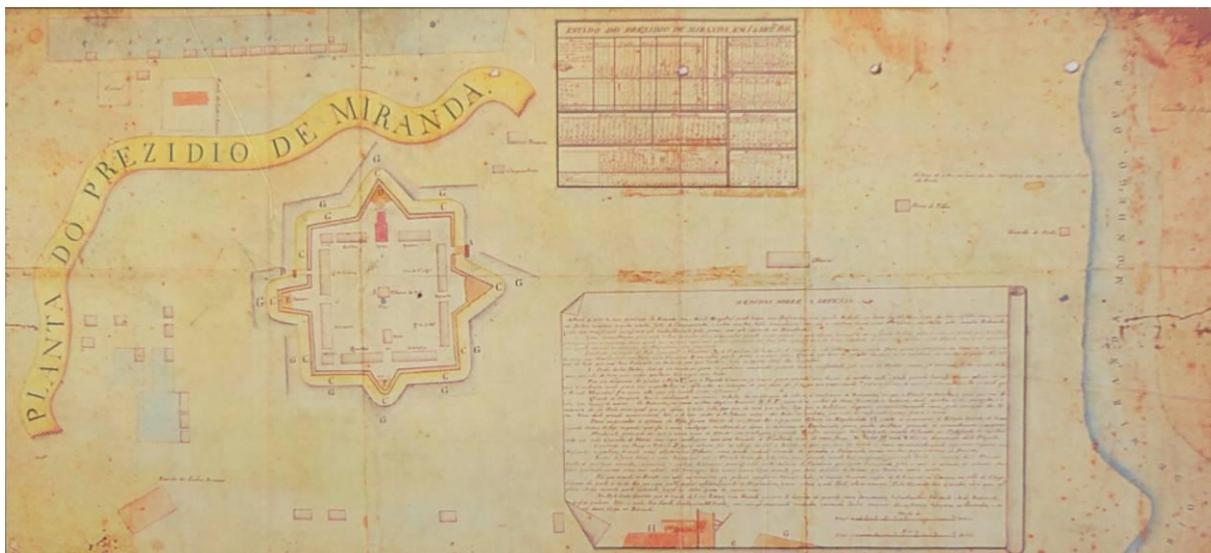
Nº	Descrição	Nº	Descrição
01	Quartel do Comandante	02	Três quartéis de Oficiais
03	Igreja	04	Três quartéis do Capelão, Cirurgião, Etc.
05	Calabouço	06	Corpo da Guarda
07	Quartel de Milicianos	08	Quartel de Milicianos
09	Hospital	10	Quartel de Milicianos
11	Quartel de Voluntários	12	Cavalaria
13	Armazém de mantimentos	14	Quartel de armas
15	Cozinha dos Oficiais	16	Telheiro para a Artilharia
17	Poço	18	Paiol de pólvora
19	Baluartes	20	Espaldão projetado para livrar a porta dos tiros de frente
21	Fosso projetado	22	Estrada coberta projetada
23	Esplanada projetada	24	Guarda do Porto

Há outra representação do Presídio de Miranda datada de 1811 que foi publicada na obra *História da arquitetura de Mato Grosso do Sul: origens e trajetórias*.<sup>223</sup> Esta planta da área do presídio e da estrutura fortificada é, em suma, uma cópia do material produzido pelo sargento-mor Teixeira Cabral, porém apresentando as informações de forma mais resumida. A análise dos quadros *Estado do Presídio de Miranda, em 1 de Set. de 1811* e *Medidas sobre a defesa*, contidas na planta publicada em *História da arquitetura...* permite concluir que ambas são reproduções dos quadros *Estado do Presídio de Miranda em 1 de Setembro de 1811* e *Medidas tomadas sobre a defesa do Presídio de Miranda*, presentes na planta de Teixeira Cabral e não trazem nenhuma nova informação sobre o presídio. A planta em questão está localizada na seção Mapoteca de Mato Grosso da Biblioteca Nacional.

<sup>222</sup> *Planta do forte de Miranda*. Sargento Mór e Engenheiro correspondente do Real Arquivo Militar José Antonio Teixeira Cabral. – [1811] 41,5 x 77,4 cm. Mapa manuscrito, aquarelado com desenho e nanquim. Biblioteca Nacional – Brasil (Acervo Cartografia).

<sup>223</sup> ARRUDA, Â. M. V. de. *História da arquitetura de Mato Grosso do Sul: origens e trajetórias*, p. contra-cap.

Imagem 9: *Presídio de Miranda, 1811*. [necessita de maiores informações].



Fonte: ARRUDA, Â. M. V. de. *História da arquitetura de Mato Grosso do Sul*, p. contra-capá.

Apesar de todo o planejamento e da experiência como engenheiro militar de Teixeira Cabral o Presídio de Miranda não foi transformado em uma fortificação, conforme previa a planta de 1811. Porém, é importante salientar que, mesmo em um período sem maiores tensões conforme foi a segunda década do século XIX, a produção da cartografia atuava no sentido de dar visibilidade às posses e conquistas das coroas ibéricas.<sup>224</sup> Renata Araújo afirma que é o “trabalho sistemático de observação e fixação do espaço em forma de mapas e de cartas geográficas é que se obteve, verdadeiramente, o território enquanto unidade contínua”. Em regiões distantes como nos ambientes fronteiros os mapas portugueses exerciam um duplo papel: representar “o conhecimento adquirido e fixado” dos domínios longínquos do rei e conferir uma “posse primária ... que era potencialmente útil para a posse efetiva do terreno, tanto a nível de ocupação em si, como da sua reivindicação nas negociações.”<sup>225</sup> A ideia de Teixeira Cabral, portanto, pode ter atuado no sentido de dar visibilidade ao Presídio de Miranda como uma fortaleza imponente, colaborando certamente para a compreensão de que a região sul da capitania, a fronteira sul de Mato Grosso, estava bem defendida.

A documentação referente aos anos seguintes não descreve nenhuma obra de aumento ou fortificação da já fragilizada estrutura defensiva do presídio. Como exemplo, há o caso de

<sup>224</sup> CORREIA, J. R. As fortificações portuguesas e a cartografia. In: *Fortificações portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina*, p. 17.

<sup>225</sup> ARAUJO, R. M. de. *A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*, p. 185 – 186.

março de 1812 onde o próprio Teixeira Cabral em carta para D' Oeynhausen afirma que a única obra realizada no Miranda entre 1811 e 1812 foi a construção de um sobrado ou, “mais propriamente, um mirante em uma das casas” do quartel do comandante. A dita obra foi realizada “com o fim de observar dele todos os pontos contíguos à Praça e toda a campanha em ronda”. Na área adjacente ao presídio outra obra foi realizada: a construção de um cercado de 400 braças de perímetro que era cercado por dois lados pelo rio e que tinha em seu interior uma lagoa perene; sua função era fornecer capim aos cavalos utilizados pela guarnição.<sup>226</sup> Efetivamente, a construção desse cercado em uma área tão próxima do presídio, que poderia servir como proteção para algum inimigo em caso de ataque, é um sinal de que a função militar estava cada vez mais distante das atividades desempenhadas pelo Miranda neste período.

O comandante do presídio José Craveiro de Sá, em fevereiro de 1813, afirmou que nem mesmo as obras internas do presídio poderiam ser executadas, já que até mesmo a manutenção dos edifícios internos ficava comprometida pela falta de trabalhadores para as funções mais simples como carpinteiros, pedreiros e ferreiros.<sup>227</sup> Em janeiro de 1816, Craveiro de Sá contabilizou, entre todos os praças que estavam destacado no presídio, apenas treze trabalhadores para realizar as tarefas de “serviço interno e exterior deste recinto” para conservar o que ainda restava no presídio no período das águas. Na época seca, quando era admissível transitar pelos campos adjacentes ao rio Mondego, não era possível manter um número fixo de homens para atuar nas obras de conservação da antiga fortificação. A pequena quantidade de homens atuando na preservação dos edifícios do Miranda era devida às diversas atividades realizadas pelos cerca de cento e cinquenta praças destacados no presídio: guarda da praça, condutas para Cuiabá, Forte Coimbra e Camapuã, fazendas de gado, guarda avançada, rondas, roças, etc.<sup>228</sup>

A percepção que se tem é que o Presídio de Miranda, chamado também de Forte de Miranda em alguns documentos manuscritos, nunca passou, enquanto estrutura fortificada, de uma muralha feita de taipa e que requereu de seus comandantes esforços constantes para

---

<sup>226</sup> Carta do sargento-mor José Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, março de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 131 – APMT.

<sup>227</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, fevereiro de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 142 – APMT.

<sup>228</sup> Carta do comandante José Craveiro de Sá ao coronel comandante geral Antônio José Rodrigues. Miranda, janeiro de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 170 – APMT.

manter em pé a rudimentar estrutura. A hipótese mais acertada que justifica a demora na aplicação de maiores recursos na fronteira sul da capitania de Mato Grosso diz respeito à própria construção dos primeiros estabelecimentos portugueses na região: o Presídio de Coimbra e a Povoação de Albuquerque, fundados durante o governo de Luís de Albuquerque foram contemporâneos à fortificação do rio Guaporé. É importante ressaltar que, segundo Carvalho, os recursos aplicados na construção do Forte Príncipe da Beira inviabilizaram maiores investimento na fronteira sul. Mas havia a incerteza da demarcação dos limites imperiais do interior da América, já que Coimbra e Albuquerque foram fundados na margem direita do rio Paraguai, fato que colocaria em dúvida a permanência portuguesa na região, caso se confirmasse a posse espanhola pelos territórios a oeste deste rio, desestimulando a aplicação de qualquer recurso na edificação permanente desses lugares.<sup>229</sup>

Já na década de 1790, a reforma/reconstrução do Presídio de Coimbra transformou a antiga estacada em um forte poligonal abaluartado à direita e à retaguarda, pontos nevrálgicos que poderiam ser alvos de ataques feitos do rio Paraguai; esta obra foi comandada pelo comandante Ricardo Franco de Almeida Serra e teve início somente em 1797, mesmo ano de fundação do Presídio de Miranda. Os esforços empreendidos para a edificação da fortaleza de Coimbra no rio Paraguai, portanto, limitaram os investimentos que poderiam ser aplicados na construção do Presídio de Miranda. O cerceamento dos recursos para o Miranda justificou-se, pois a fortificação de Coimbra era imprescindível: o acesso castelhano ao interior da capitania de Mato Grosso poderia ser feito pelo rio Paraguai e caso se confirmasse, necessariamente passaria por Coimbra, tornado-se essa a prioridade do governo de Mato Grosso no investimento de recursos ao final do século XVIII e defesa da fronteira.

Os recursos aplicados na fortificação da fronteira eram provenientes da ajuda financeira da capitania de Goiás para a capitania de Mato Grosso; anualmente, desde 1757, o auxílio goiano era destinado à manutenção de fortificações e os aldeamentos fronteiros. A ajuda para o custeio das despesas da fronteira deveria ser de 8 arrobas de ouro por ano, no entanto o auxílio enviado nunca foi maior que a instrução da coroa portuguesa: entre 1759 e 1763 foi enviado apoio de 3 a 4 arrobas anuais, entre 1764 e 1787 de 7 a 8 arrobas, sendo que nos anos seguintes a ajuda financeira nunca chegou a 5 arrobas de ouro por ano. O agravamento da situação foi verificado no ano de 1798 quando algumas aldeias de Guaicuru e Guaná passaram para o lado português da fronteira, onerando ainda mais as já defasadas

---

<sup>229</sup> CARVALHO, F. A. L. de. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul*, p. 104.

contas dos estabelecimentos portugueses da fronteira.<sup>230</sup> Na verdade, desde o Tratado de Paz firmado entre os Guaicuru e as autoridades portuguesas em julho de 1791, verificou-se que a partir dessa data até, pelo menos, 1797 constantemente chegavam novos caciques Guaicurus à capital Vila Bela para formalizar a paz e poder usufruir dos benefícios da aliança, agravando ainda mais a situação financeira da capitania.<sup>231</sup> Mesmo com o auxílio goiano os gastos militares de Mato Grosso alcançavam um percentual entre 63% e 75% das despesas totais da capitania em tempos de relativa paz, sendo que após 1775 este consumo aumentou consideravelmente com a construção dos estabelecimentos do Príncipe da Beira, de Coimbra e de Miranda, sem que houvesse um significativo aumento da receita da capitania.<sup>232</sup>

Porém, a falta de recursos e os empenhos contínuos para a manutenção de precária estrutura fortificada foram compensados pela atuação da guarnição do presídio na vigilância de um território fronteiro que, mesmo pressionado pela tensão castelhana, ainda era pouco povoado. Apesar de necessitar sempre de um constante envio de praças para compor a tropa do Miranda o que se percebe é que a área de defesa do presídio não se resumiu apenas à fronteira, mas ao interior da capitania.

O Presídio de Miranda, como estabelecimento militar fronteiro entre impérios coloniais, cumpriu seu papel primordial que era defender o território; atuou como elemento de imposição da força contra o avanço espanhol na região e associou um numeroso contingente de povos nativos à estrutura colonial portuguesa. Em outra perspectiva, a análise dos dados documentais apresentada comprova o que D'Alincourt e Taunay relataram ainda no século XIX. Apesar da existência de um projeto grandioso, qual pretendia transformar o Miranda em uma fortificação ao estilo de Vauban, o presídio nunca chegou a ser transformado em forte. Essa constatação permite sanar outra questão que comumente está associada ao Miranda: a muralha, já fragilizada nas primeiras décadas do século XIX, não deixou vestígios visíveis para as gerações futuras. Fato que, em uma escala particularizada, impossibilita que a população que atualmente vive na cidade de Miranda conheça parte da história da região, gerando desconfiças sobre o passado e sobre a existência dessa estrutura defensiva fronteira da capitania de Mato Grosso no final do período colonial.

---

<sup>230</sup> Idem, p. 223.

<sup>231</sup> VANGELISTA, C. Los Guaikurú, españoles y portugueses en una región de frontera: Mato Grosso, 1770 – 1830. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana*, p. 65.

<sup>232</sup> CARVALHO, F. A. L. de. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul*, p. 495.

### **3.2. As rondas realizadas pela guarnição do Presídio de Miranda: uma estratégia defensiva**

Logo nos primeiros anos de instalação do Presídio de Miranda o comandante Rodrigues do Prado relatou para o governador Caetano Pinto de Miranda que, segundo seu entendimento sobre as estratégias castelhanas, a melhor defesa para o Presídio de Miranda era “levar a guerra à casa do inimigo”.<sup>233</sup> Prado pensou que a manutenção de uma vigília constante para dar notícias das movimentações dos vizinhos na fronteira seria a melhor ferramenta para a defesa do presídio. Com esse propósito de levar a guerra à casa do inimigo ou, simplesmente, afastar os possíveis combates das proximidades do presídio os comandantes do Miranda sempre recorreram às rondas como medidas defensivas. A ideia era que periodicamente, especialmente na época da seca na região (entre os meses de abril e outubro), a guarnição do presídio empreenderia patrulha e vigilância nas áreas mais próximas e mais vulneráveis, adiantando-se caso houvesse alguma movimentação estranha na fronteira. As rondas, portanto, fizeram parte das atividades militares do presídio desde a sua instalação atuando na fronteira com a Espanha até a localidade de Camapuã, conforme pode ser notado na carta de Rodrigues do Prado enviada para Ricardo Franco em dezembro de 1797.

A diligência de Camapuã não esta feita, nem a mando fazer ainda pela repugnância que encontro nos índios, como já dei parte a Vossa Mercê. ... No dia vinte e cinco do passado dei parte à ronda do campo, que vira pelo lado do Forte de San Carlos. No dia vinte e seis mandei o cabo de esquadra Joaquim Vieira com cinco soldados e um Guaná prático da Companhia. ... O cabo me dizia ter seguido trinta e cinco léguas pelo caminho dos castelhanos e que não encontrou vestígios algum de que por ali andaram.

Enquanto os campos estiverem transitáveis pretendo mandá-los ou trazer sucessivamente a mesma ronda até o rio Roncador a explorar a campanha, visto dizerem os índios que ela [ilegível] vai até o Apa em um dia e outros em dois. Não mando por guarda a [ilegível] nada. Vossa Excelência [ilegível] falando nela, no ofício de vinte e oito de outubro, sinto ser possível e não ficar muito distante do novo presídio para esta ronda e as diligências de Camapuã e vem necessitar os cavalos que tenho comprado, os quais são dezessete e muitos mais comprarão. (Carta do comandante Francisco Rodrigues do Prado ao tenente e comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, dezembro de 1797. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 003 – APMT)

---

<sup>233</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Miranda, agosto de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 027 – APMT.

A realização dessas rondas na fronteira teve dois objetivos bem definidos: o primeiro, mais evidente, era se adiantar sobre notícias da preparação da tropa espanhola na fronteira contra os estabelecimentos portugueses; o segundo refletia nas constantes e incômodas investidas castelhanas no território luso em busca de gado, chegando algumas vezes até a região conhecida como *vacaria* e que era mais próxima de Camapuã. Como as notícias dos assédios hispânicos ao território português eram constantemente relatadas pelos índios a principal ronda empreendida pelo Presídio de Miranda se estendia até o rio chamado pelos portugueses de Roncador, curso d'água que se localizava no território espanhol e estava relativamente próximo do Forte de San Carlos.<sup>234</sup> A presença de uma guarda vigilante em uma região de litígio era justificada pelo equilíbrio de força entre os lados opostos da fronteira. As notícias e as observações colhidas de ambos os lados atuavam “medindo” e avaliando o potencial de defesa e/ou ataque do opositor localizado mais próximo de seu estabelecimento.<sup>235</sup>

Executar as rondas, portanto, era fundamental para que houvesse alguma garantia para que o Presídio de Miranda pudesse existir. Oficialmente sua justificativa estava baseada na condição belicosa da fronteira, onde a informação da preparação de um ataque castelhano seria determinante para a defesa da guarnição portuguesa do rio Mondego. Por outro lado, a inconstância das rondas implicaria sensivelmente na quantidade de gado alçado para o abastecimento do presídio, já que o gado disperso na região sempre era capturado pelos militares e levado até a guarnição do Miranda. Um exemplo que ilustra essa dependência do gado pode ser notado em 1808, por exemplo, quando o comandante Jerônimo Joaquim Nunes relatou que devido a impossibilidade de realizar as rondas por seis meses os estoques de gado para abastecimento de mantimentos da tropa se tornaram críticos, já que o presídio era muito pouco assistido pelos mantimentos enviados da Vila do Cuiabá.<sup>236</sup>

As rondas realizadas pela tropa do Miranda também empreendiam expedições para reconhecer a região. O rio Apa, também chamado de rio Branco, ponto nevrálgico da localização da fronteira entre Portugal e Espanha nessa região e alvo das discordâncias

---

<sup>234</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, março de 1798. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 005 – APMT.

<sup>235</sup> CAMARGO, F. Guardas militares ibéricas na fronteira platina. In: *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*, p. 68 - 69.

<sup>236</sup> Carta (cópia) do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao coronel comandante de Vila Real José Espindola. Miranda, abril de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 088 – APMT.

diplomáticas dos tratados de limites do século XVIII, foi um dos principais objetos da realização dessas patrulhas exploratórias. A necessidade em reconhecer a região deu-se justamente por ser muito próxima e com características similares às da localidade onde foi instalado o Presídio de Miranda: apesar da carência de maiores condições de sobrevivência o gado era encontrado com muita facilidade e as pastagens espalhavam-se por grandes áreas.

Para irem fazer reconhecimento do rio Branco eu mandei o cabo Manoel Gomes, o soldado José Luis, um pedestre e três índios a quatro do mês passado. Os índios chegarão a dezenove, conduzindo treze rezes que apanharam e os portugueses a vinte e dois. O cabo informou-me que andava pouco mais ou menos vinte léguas pelo rio acima, ficando o caminho dos espanhóis um dia e meio dessa distância e que toda é de campanha rasa, sem lugar algum defensável pela natureza. O rio é pouco navegável, os matos não são bastantes para sustentar uma povoação, mas os campos são abundantes em pastagens, tanto que parece estarem convidando a todos para neles viverem fartos. (Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, julho de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 010 – APMT)

A localização do presídio criou condições de defesa portuguesa caso o governo da província do Paraguai contestasse a posse lusa da região.<sup>237</sup> Assim, as rondas saídas do presídio mapeavam uma grande área, procurando informações da geografia e dos acessos da região, estendendo a atuação da guarnição do Miranda até a Serra de Amambay e a margem ocidental do rio Grande (atual rio Paraná), nos limites com a capitania de São Paulo.<sup>238</sup>

Foram inúmeras e constantes as rondas realizadas pela tropa do Presídio de Miranda, contudo, a documentação aponta que as mais importantes e mais frequentes eram as que vigiavam a fronteira com Castela. A necessidade de manter vigilância sobre a movimentação dos espanhóis era constante. O caso da ronda de abril de 1806 deixou evidente a precisão desta ação, já que o comandante Jerônimo Nunes concedeu um “passaporte mais amplo” ao cabo da companhia de pedestres Felisberto das Neves. Este cabo foi autorizado a cobrir uma grande área da fronteira, inclusive com autorização para entrar no território vizinho para obter informações e capturar o quanto fosse possível de gado bovino e cavalos para a Fazenda Real

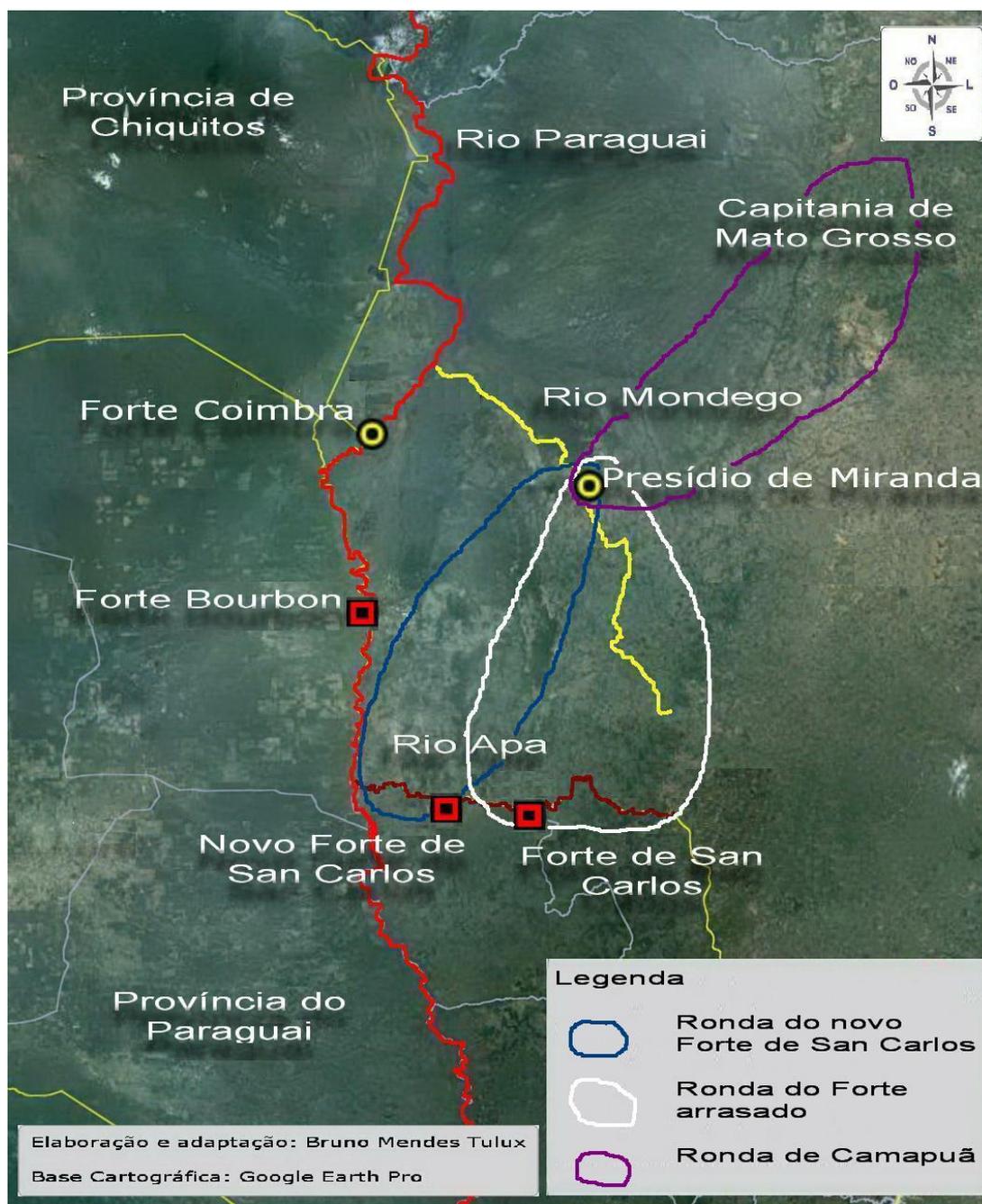
---

<sup>237</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, outubro de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 014 – APMT.

<sup>238</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, janeiro de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 018 – APMT.

portuguesa. Fato é que essa ronda resultou na arrecadação de dezenas de cabeças de gado, além da notícia de ausência dos espanhóis na região.<sup>239</sup>

Figura 6: Representação aproximada da área de atuação das principais rondas realizadas pela tropa do Presídio de Miranda.



<sup>239</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jeronimo Joaquim Nunes ao coronel e comandante do forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, abril de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 071 – APMT.

Havia também uma ronda denominada “do Córrego” que ficava no caminho entre o Presídio de Miranda e a fronteira com Castela e mantinha um posto permanente de observação no período da seca.<sup>240</sup> Essa guarda chegou a ser composta em setembro de 1811 por seis soldados que eram comandados por um soldado dragão.<sup>241</sup> Mais próximo do presídio havia um posto militar avançado, distante apenas três léguas do Miranda, chamado Betione. Essa guarda passou a funcionar como uma extensão do próprio presídio, já que mantinha contato rápido e frequente com a guarnição, oferecendo o apoio necessário para a defesa do estabelecimento português.<sup>242</sup>

Em outubro de 1811 a rede de observações sediada no Presídio de Miranda foi ampliada. O comandante Teixeira Cabral instalou um corpo de observações no rio Apa para vigiar a região, que já se encontrava sem maiores perturbações, mas que teve como objetivo impedir que espanhóis insatisfeitos com os últimos acontecimentos políticos da província do Paraguai fugissem para o território português. Contudo, mesmo com a dada importância estratégica deste ponto da guarda sua manutenção era extremamente complicada, já que todo o mantimento e munições eram enviados pela ronda regular a cavalo em uma distância aproximada de trinta e cinco léguas.<sup>243</sup>

Mas, ainda em 1811 a Espanha respondeu à investida portuguesa e preparou uma guarda espanhola no rio Apa. O objetivo deste posto de observação, segundo o comandante de Villa Real do Paraguai, era impedir que os índios Guaicuru e Guaná roubassem gado e ferramentas das estâncias castelhanas. Cabral ordenou que fosse reforçada a defesa da região e evitou uma possível hostilidade espanhola. A ordem foi designada para que o antigo comandante do Presídio de Miranda, tenente Craveiro de Sá, marchasse e se estabelecesse na

---

<sup>240</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, julho de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 077 – APMT.

<sup>241</sup> Ordem do sargento-mor engenheiro e comandante José Antônio Teixeira Cabral. Miranda, setembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 128 – APMT

<sup>242</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, fevereiro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 119 – APMT.

<sup>243</sup> Carta do sargento-mor engenheiro e comandante José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, outubro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 125 – APMT.

margem direita do rio Apa com mais dois oficiais inferiores e vinte soldados com casa, estacada e reduto, ou o que mais fosse preciso para manter a defesa da região fronteira.<sup>244</sup>

Exceto pelo ano de 1811, a tensão na fronteira diminuiu ano após ano. Em 1812 o comandante Teixeira Cabral, notou a tranquilidade e a falta de movimentação tanto de índios como de castelhanos e decidiu recolher a guarda do rio Apa, que era composta por um considerável número de soldados. Os militares que estavam neste rio foram designados para a guarda do Córrego, que estava a menor distância do Presídio de Miranda.<sup>245</sup> Evidentemente, o momento pós-revolução das então províncias espanholas acabou por pulverizar a tensão do início do século XIX na fronteira para alguns aborrecimentos causados por índios ou castelhanos que insistiam em atravessar os limites para realizar um efêmero comércio de gado bovino ou cavalar. Mesmo sem algum perigo iminente, as rondas pela campanha do rio Apa foram mantidas até meados da década de 1810, porém sem a preocupação de um ataque militar. Por conta dessa situação, a tropa do presídio era diminuída a cada ano frente aos altos custos para manutenção de soldados e oficiais.<sup>246</sup> Em 1814 o comandante José Craveiro havia relatado, inclusive, o sumiço dos espanhóis até mesmo entre a região de Villa Real do Paraguai e a fronteira com o rio Apa.<sup>247</sup>

As guardas da fronteira, portanto, apresentavam, além da função militar, o emprego de uma força policial, já que sua atuação monitorou tanto as ações de portugueses para as posses de Espanha quanto de castelhanos para o território de Portugal, evitando assim o contrabando ou comércio ilegal entre os moradores da fronteira. É evidente, que, devido às circunstâncias típicas do isolamento dos estabelecimentos fronteiros, as guardas poderiam também privilegiar e permitir certas ações comerciais, que, se não eram autorizadas pelas coroas ibéricas, eram toleradas para que se pudesse sobreviver minimamente na fronteira.<sup>248</sup>

---

<sup>244</sup> Ordem do sargento-mor engenheiro e comandante José Antônio Teixeira Cabral. Miranda, setembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 128 – APMT.

<sup>245</sup> Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 130 – APMT.

<sup>246</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, abril de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 157 – APMT.

<sup>247</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, maio de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 158 – APMT.

<sup>248</sup> CAMARGO, F. Guardas militares ibéricas na fronteira platina. In: *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*, p. 75 - 79.

### 3.2.1. Camapuã: um local a ser defendido

As rondas realizadas pela tropa do Miranda, que abrangia costumeiramente uma grande área da fronteira com o rio Apa e se estendia, ocasionalmente, até o rio Grande, nos limites com a capitania de São Paulo, tinham grande importância na defesa do presídio. A estratégia de manter vigilância em uma extensa área necessitava de uma organização: com certa regularidade havia três rondas que partiam do Miranda em grande parte do período de desenvolvimento das atividades militares da fortificação. A primeira delas era a que mantinha vigília sobre a região da foz do rio Apa e a área mais próxima da margem esquerda do rio Paraguai, na região onde foi reconstruído o forte de San Carlos após o combate de 1802. Os objetivos principais dessa ronda estavam voltados para o controle do trânsito dos índios Guaicuru na fronteira para o lado da Espanha e manter informado o comando dos estabelecimentos fronteiriros portugueses de toda a movimentação dos vizinhos castelhanos.

A segunda ordem de rondas controlava a região que partia do presídio e abrangia as cabeceiras do rio Apa, na área do antigo Forte de San Carlos. Essas rondas certificavam que os espanhóis não estavam repovoando a região, bem como informavam sobre os acontecimentos de Villa Real do Paraguai.

A última leva de rondas estendia-se pela região conhecida como vacaria (que ia desde Camapuã e se estendia até as proximidades do rio Grande) e era realizada, na maioria das vezes, com o apoio dos índios Guaicuru e Guachi. O objetivo dessas rondas era reconhecer os possíveis acessos de inimigo para o presídio e para a capitania pelo leste através de rios e campos. A utilização do trabalho indígena se deu por serem estes os maiores conhecedores dos caminhos e rios da região, além de o trabalho com a tropa ocupar as atenções dos índios que estavam conjugados ao Miranda, evitando as antigas práticas de rapina empreendidas pelos índios contra as fazendas de gado castelhanas.<sup>249</sup>

O local de Camapuã estava localizado a aproximadamente dez dias de viagem do Presídio de Miranda e contou com uma população que variava dos duzentos e treze habitantes (1800) até trezentos e seis almas (1824) entre livres e escravos<sup>250</sup>, era vista como ponto de

---

<sup>249</sup> Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, março de 1804. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 063 – APMT.

<sup>250</sup> Cf. SENA, D. M. de. Camapuã no período do ocaso das monções: população, trabalho, lavoura, explorações e resistência. In: *História e Reflexão*. Dourados: vol. 04, nº 07, jan./jun. 2010, p. 04.

atração das atenções dos Guaicuru. Com a presença de um considerável rebanho bovino na localidade de Camapuã os índios passaram a ser encarregados de transportar estes animais até o Presídio de Miranda.<sup>251</sup> As diligências, além de ocuparem os Guaicuru, permitiram que se avivasse o caminho entre Miranda e a fazenda que serviu para abastecer as monções paulistas do século anterior, mas que ainda dava suporte aos comerciantes/viajantes durante o século XIX, tornando a região transitável e colocando-a sob a vigilância do presídio. Ao longo do tempo, o gado de Camapuã transformou-se em importante celeiro para a guarnição do Miranda, já que na falta de carne fresca vinda da fronteira ou dos mantimentos da Fazenda Real, os rebanhos dessa região poderiam ser acessados sem maiores demoras pela tropa que estava assentada no presídio.

A justificativa para incorporar a defesa de Camapuã ao Miranda, portanto, baseou-se na ideia que, por sua localização estratégica, este sítio era “o foco ou base de operações que mais convinha à Espanha, pois confina com Goiás, São Paulo e Mato Grosso”. A situação encontrada do lado castelhano da fronteira não estimulava que maiores esforços deveriam ser empreendidos para a defesa de Camapuã, já que o Miranda serviria como anteparo na fronteira sul da capitania de Mato Grosso. Mas, não deveria ser desprezada a guarnição de Camapuã, pois desse ponto poder-se-ia ter acesso ao interior do Estado do Brasil com facilidade.<sup>252</sup> Como estratégia para a defesa da região Camapuã foi oficialmente anexada ao comando do Presídio de Miranda no ano de 1812.

Pelo cabo Lauriano José Bicudo recebi o ofício de dezoito de setembro em que Vossa Excelência determina que Camapuã fique anexo ao comando deste presídio. Tenho arranjado tudo da maneira que me parece a mais vantajosa e só já não tenho feito marchar daqui gente, por ser muito impossível a viagem em razão da estação. (Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 130 – APMT)

---

<sup>251</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, março de 1798. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 005 – APMT.

<sup>252</sup> Carta do sargento-mor engenheiro e comandante José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 127 – APMT.

A anexação do comando dessa localidade ao Presídio de Miranda fez com que as rondas se tornassem muito mais frequentes e com um caráter muito mais voltado para o abastecimento deste posto, sendo chamadas de diligências.<sup>253</sup>

Em novembro de 1813<sup>254</sup>, a localidade de Camapuã foi elevada à categoria de registro.<sup>255</sup> Em fevereiro de 1814 um capelão do Presídio de Miranda foi autorizado a ir à Camapuã, em sua própria condução<sup>256</sup>, já que o caminho entre o Presídio de Miranda e o Registro de Camapuã estava aberto e transitável, devendo ser conservado,<sup>257</sup> e as escoltas e diligências deveriam ser mais frequentes entre estes dois estabelecimentos.<sup>258</sup>

### **3.3. O combate entre o Presídio de Miranda e o Forte de San Carlos (1802): a perspectiva da manutenção da fronteira**

Entre as ações militares empreendidas pelo Presídio de Miranda o único enfrentamento entre forças dos dois impérios ibéricos na fronteira entre a capitania de Mato Grosso e a província do Paraguai no interior da América foi o ataque realizado ao Forte de San Carlos, em 1802. A atenção portuguesa com essa fortificação castelhana, no entanto, foi evidenciada desde os primeiros anos da instalação do Presídio de Miranda. No início de 1800 Rodrigues do Prado informou ao governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro a localização e a situação do estabelecimento castelhana ao sul da fronteira da capitania de Mato Grosso.

---

<sup>253</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausens e Gravemberg. Miranda, maio de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 144 – APMT.

<sup>254</sup> Carta de João Viegas Garces Torte ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausens e Gravemberg. Miranda, novembro de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc.152 – APMT.

<sup>255</sup> Registro é, segundo Aníbal Barretto, uma repartição onde se registrava as queixas, faziam-se as queixas, faziam-se os pagamentos de taxas e impostos, etc. Cf. BARRETTO, A. *Fortificações do Brasil (Resumo histórico)*, p. 25.

<sup>256</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausens e Gravemberg. Miranda, fevereiro de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 156 – APMT.

<sup>257</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausens e Gravemberg. Miranda, abril de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 157 – APMT.

<sup>258</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausens e Gravemberg. Miranda, maio de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 158 – APMT.

Conta que a sessenta léguas daqui esta o rio Apa que tem cinquenta braças de largo. Do lado boreal está o Forte de San Carlos. É fraca estacada quadrada de dezoito braças de lado e nos ângulos baluartes sem ser aterrados por dentro, de sorte que três peças de artilharia que tem função por cima da estacada duas das ditas parecem ser de calibre de três libras e uma pequena. Tem um alferes comandante, um capelão, um sargento e trinta e quatro soldados. ... O comandante envolto em um pano de Guaná, o padre com camisa de algodão grosso em baixo da velha batina e uma antiga chaga na perna, os demais com camisas e calças de baeta da terra. O alferes convidou ao soldado para sua mesa quatro dias que lá esteve onde comiam carne de vaca sem sal e nada mais. O capelão e um soldado seguram passarem-se para cá, o mesmo a maior parte da aldeia dos Guaná que dizem ter mil arcos. Disseram não haver novidade na província e assim mostra o desamparo de um destacamento de fronteira. (Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, maio de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 020 – APMT)

Apesar da pouca defesa desta fortificação castelhana e do notável abandono das autoridades hispânicas no início do século XIX, segundo o relato do comandante Rodrigues do Prado, houve sempre a desconfiança e a preocupação de um possível ataque vindo dessa parte da fronteira, pois, além de estar relativamente próximo do estabelecimento português, San Carlos contava no ano de 1800 com artilharia, corpo de soldados e um grande contingente de índios Guaná associados aos espanhóis.<sup>259</sup>

As desconfianças eram maximizadas quando a autoridade espanhola demonstrava interesse em manter suas posições na fronteira, aumentando sua defesa e o criando condições para um possível combate com as tropas portuguesas. O governador do Paraguai, Dom Lazaro de Ribera, em setembro de 1801, colocou-se favoravelmente aos ataques hispânicos aos estabelecimentos portugueses, fortalecendo, inclusive, as guarnições espanholas fronteiras com artilharia e um substancial aumento da tropa.<sup>260</sup>

Ontem chegaram aqui vinte e cinco índios que há pouco mais de um mês foram para Castela na cidade de Assunção e conta que subiram dez barcos para o Forte de Bourbon e nove capitães, dos quais nomeado pelo governador Dom Lázaro de Ribera: o coronel Espindula, Dom Miguel Ibanese Dom Thomaz de Ortega que tem poucas luzes de engenheiro e foi o que deu principio ao muro de pedra de Bourbon. Levam quatro peças grandes, quatro de oito palmos pouco mais ou menos de comprido e muitas

---

<sup>259</sup> Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Souza Coutinho. Vila de Cuiabá, abril de 1800, doc. 1898 – AHU-MT

<sup>260</sup> Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado ao seu irmão. Presídio de Miranda, setembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 035 – APMT; Carta de Francisco Roiz do Prado ao comandante dos estabelecimentos do Paraguai Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, setembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 036 – APMT.

pequenas. É costume trazerem duas em cada barco e tudo isto mostravam os espanhóis aos índios. ... Por terra foram o tenente coronel Dom Pedro Garcia, o major Dom Manoel Gamarra e o capitão Dom Manoel Antonio Boeno, levando muito gado e muita gente que, segundo dizem, não pode exceder a seiscentos homens. Com mil que é o que podem vir nos barcos são de mil e seiscentos, número não suficiente para tomar o nosso Presídio de Coimbra, comandado por um chefe de tanta ciência militar e honra e defendido por portugueses, que sempre prezaram a vida em semelhantes ocasiões. Dizem que os castelhanos pretendem atacar Coimbra e depois de render esta fortificação, tomar a foz do Mondego. (Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado ao comandante dos estabelecimentos do Paraguai Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, setembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 037 – APMT)

Conhecedor das intenções do governador Lazaro de Ribera e instalada a tensão que antecedeu o confronto, Rodrigues do Prado se adiantou pela fronteira sul, enviando uma ronda para o rio Apa e mais duas nos campos entre o Miranda e San Carlos.<sup>261</sup>

Lazaro da Ribera acreditou que os estabelecimentos portugueses da fronteira não poderiam oferecer maior resistência a grandes investidas e atacou o Presídio de Coimbra em setembro de 1801 com uma força de aproximadamente seiscentos homens destacados no Forte Bourbon mais um grande contingente de índios Payaguá. Ao final deste ano o auxílio militar de Assunção para a fronteira norte da província do Paraguai, que também deveria compor as tropas de San Carlos, acabou se concentrando no Forte de Bourbon e em uma nova fortificação no rio Apa, localizado entre San Carlos e a foz do rio. Toda a movimentação na fronteira e a constatação de um contexto de guerra entre os impérios ibéricos na América impeliu que o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro reforçasse, na medida do possível, as guarnições portuguesas. Desde maio de 1801 já estavam na capitania de Mato Grosso tropas de soldados vindos da capitania de São Paulo para auxiliar a defesa da fronteira, chegando ao Presídio de Miranda em dezembro do mesmo ano.<sup>262</sup>

O contexto das desavenças militares na fronteira sul da capitania de Mato Grosso no início do século XIX deve ser levado em consideração pela indefinição das negociações dos tratados definidores de limites da segunda metade do século XVIII, como também pelos últimos acontecimentos na Europa. Renata Araújo aponta que o momento europeu pós Revolução Francesa inspirava cautela. Apesar de Portugal conseguir manter-se neutro nas

---

<sup>261</sup> Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado ao comandante dos estabelecimentos do Paraguai Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, setembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 037 – APMT.

<sup>262</sup> ARAÚJO, R. M. de. *A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*, pág. 212.

discussões políticas no plano internacional do final dos oitocentos, no início do século XIX esse posicionamento tornou-se insustentável. Após a declaração do apoio luso aos ingleses (1793-1794) e da associação castelhana à França (1795) a situação na Península Ibérica passou a ser de precaução. Porém, em maio de 1801 um ataque espanhol com apoio francês tomou as cidades portuguesas de Olivença e Jurumenha, no evento conhecido como Guerra das Laranjas. As desavenças entre Portugal e Espanha na Europa reverberavam por toda a fronteira no panorama americano.<sup>263</sup>

O ataque do Forte de Bourbon empreendido contra o Presídio de Coimbra fez com que Rodrigues do Prado assumisse uma posição ofensiva frente à guarnição castelhana mais próxima do Presídio de Miranda. O contragolpe planejado por Prado consistiu em tomar de assalto o Forte de San Carlos, pois esta guarnição contava, à época, com um pequeno número de soldados, muito próximo do levantamento realizado pelas rondas do ano de 1800 do Miranda à fronteira. A estratégia foi assaltar San Carlos e arrebanhar o máximo possível do gado existente nesse estabelecimento espanhol para pagar os danos causados à Coimbra. Para tanto, o comandante do Presídio de Miranda cogitou levar pequenas peças de artilharia para causar os maiores danos possíveis aos hispânicos, mas também contava que demoraria tempo suficiente para finalizar o ataque até os primeiros reforços castelhanos chegarem pelo interior da província do Paraguai.<sup>264</sup> No campo diplomático, a justificativa para se realizar essa ofensiva deu-se justamente por serem os espanhóis os primeiros agressores, com o ataque à guarnição de Coimbra. O ataque ao território espanhol foi visto como uma ação para “repelir a força pela força”, compreendida como tática de defesa para evitar novos ataques castelhanos que pudessem, efetivamente, tomar parte do território já ocupado por Portugal.<sup>265</sup>

Rodrigues do Prado partiu em direção ao Forte de San Carlos em dezanove de dezembro de 1801 e contou com tropa composta por cinquenta e quatro soldados do Presídio de Miranda que usavam suas próprias montarias, além do reforço de duzentos e noventa e sete índios Guaicuru (sendo oitenta e nove da Povoação de Albuquerque). Contudo, Prado sabia que a ação na fronteira poderia obter sucesso apenas se estivessem corretas suas previsões das necessidades e desamparo de San Carlos. O próprio comandante reconheceu que seu ataque,

---

<sup>263</sup> *Idem*, pág. 213.

<sup>264</sup> Carta de Francisco Rodrigues do Prado ao comandante dos estabelecimentos do Paraguai Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, dezembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 039 – APMT.

<sup>265</sup> Ofício do secretário de estado da Marinha e Ultramar João Rodrigues de Sá e Melo ao secretário de estado de Negócios Estrangeiros João de Almeida de Melo e Castro. Queluz, julho de 1802, doc. 1978 – AHU-MT

que contava com um pequeno número de soldados e uma grande quantidade de índios, não alcançaria êxito caso a fortificação atacada estivesse em boas condições de defesa.<sup>266</sup>

As forças que levo não são suficientes para tomar fortes guarnecidos de artilharia, visto que os Guaicuru não persistem no ataque nem usam armas e petrechos de expugnar; contudo farei quanto for possível, para glória do nome de Vossa Excelência, utilidade da Real Fazenda e proveito destas capitanias. (Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado comandante de Miranda ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, dezembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 041 – APMT)

A ação comandada por Rodrigues do Prado contra o Forte de San Carlos teve início antes do amanhecer de primeiro de janeiro de 1802 e estendeu-se pelas primeiras horas da manhã. Essa investida teve, como consequência imediata, a morte do comandante e três soldados espanhóis, a prisão de vinte e seis castelhanos, sendo que onze estavam gravemente feridos, e a fuga do restante da guarnição que era composta por cento e quatorze praças. Do total de prisioneiros feitos nessa investida Rodrigues do Prado optou por soltar vinte homens ainda em San Carlos após estes jurarem jamais pegarem em armas contra Portugal até o final dos desentendimentos entre os impérios ibéricos. Dos seis presos mais debilitados que foram enviados para Vila Bela um era alferes e já havia estado em diligência ao Presídio de Miranda; era filho do coronel comandante da tomada do Forte Iguatemi e neto de Lazaro de Ribera, podendo, portanto, prestar importantes informações sobre os ataques da fronteira.<sup>267</sup>

A investida realizada nesse estabelecimento ficou restrita à área do forte, pois a falta de cavalgaduras e o contingente reduzido de pouco mais de cinquenta soldados portugueses não permitiu uma ação mais extensiva no entorno da fortificação espanhola. Uma patrulha na região poderia colocar em risco a vitória assegurada dentro do estabelecimento espanhol, pois após o ataque, foi constatada a falta de oitenta e quatro praças castelhanos que poderiam estar escondidos em pontos estratégicos aguardando um descuido português.<sup>268</sup>

O planejamento pensado por Rodrigues do Prado, que era “pagar os danos” causados pelos espanhóis após o ataque ao Presídio de Coimbra, foi, em tese, cumprido. Do pequeno

---

<sup>266</sup> Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado ao comandante dos estabelecimentos do Paraguai Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, dezembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 040 – APMT; Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado comandante de Miranda ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, dezembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 041 – APMT.

<sup>267</sup> Carta de Francisco Rodrigues do Prado ao comandante de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, janeiro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 044 – APMT.

<sup>268</sup> *Idem.*

rebanho bovino existente em San Carlos foi possível levar para o Miranda cento e vinte e seis cabeças, sendo que trinta e seis foram tiradas para a Real Fazenda e o restante repartido entre os soldados que participaram da ação, contemplando-se mais aqueles que usaram seus próprios cavalos. O gado cavalgar, de aproximadamente trezentos animais, foi capturado pelos índios Guaicuru que pouco colaboraram no ataque e “se fizeram inúteis expectadores” até o amanhecer quando, depois de dominado o forte, tentaram “saciar sua sede de sangue” dos espanhóis. O assalto ao estabelecimento espanhol resultou ainda na apreensão de armas e artilharia, entre outros petrechos de guerra: vinte e sete espingardas, uma peça de bronze de calibre de uma libra e duas peças de ferro de calibre de três libras, sendo que uma peça ficou enterrada a uma légua de distância de San Carlos.

O ataque propriamente dito foi efetuado ainda antes do amanhecer. A tropa que se deslocou até a fronteira foi dividida da seguinte forma: o comandante Rodrigues do Prado atacou pelo flanco com alguns poucos índios; os soldados foram divididos em três pelotões comandados pelo alferes de milícias Francisco Xavier Pinto, pelo cabo de esquadra Manoel Gomes e pelo cabo de voluntários Lauriano José Bicudo. Cada pelotão atacou por um lado a fortificação, sendo que houve, inicialmente, alguma resistência espanhola. A documentação aponta que apenas um português foi ferido no ataque: um soldado dragão foi alvejado por quatro balas vindas de dentro do forte castelhano. Porém, apesar de haver alguma defesa, a guarnição de San Carlos se rendeu logo após a morte do comandante hispânico, atingido por vinte e seis perdigotos das armas portuguesas. Após o domínio sobre a guarnição espanhola atacada, dos saques feitos pelos Guaicuru e das apreensões de armas e petrechos de guerra o estabelecimento espanhol foi incendiado e reduzido a cinzas, tanto a estacada como os edifícios associados à guarnição, impedindo que tão rapidamente os castelhanos retomassem a antiga posição no rio Apa.<sup>269</sup>

Após o ataque da tropa do Presídio de Miranda empreendido contra o forte espanhol de San Carlos, que confirmou a posse sobre um valioso território da fronteira de Mato Grosso que se estendia até o rio Apa, não houve uma segunda frente de ataques espanhóis aos estabelecimentos portugueses. Tampouco o contra-ataque português estendeu-se para outros estabelecimentos espanhóis ou ainda foi realizado contra San Carlos em alguma outra oportunidade. A aceitação da “derrota” espanhola na fronteira entre Mato Grosso e Paraguai

---

<sup>269</sup> Carta de Francisco Rodrigues do Prado ao comandante de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, janeiro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 044 – APMT; Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar João Rodrigues de Sá e Melo. Vila Bela, fevereiro de 1802, doc. 1958 – AHU-MT

deve ser considerada como o “selo” de um acordo diplomático entre as coroas ibéricas na região, já que Portugal havia “concordado” com a tomada da cidade lusa de Olivença, na Europa, pelas tropas de Castela.<sup>270</sup>

Portanto, nos anos seguintes ao confronto o clima entre os estabelecimentos ibéricos foi marcado por uma branda desconfiança, sem que as partes descuidassem das movimentações dos vizinhos. Ainda no ano de 1802, Rodrigues do Prado comunicou para o comandante Ricardo Franco que, com o intuito de desonerar os cofres do governo de Mato Grosso, se recolhessem as tropas paulistas que haviam se instalado em fins de 1801 no Presídio de Miranda. Motivado pela mudança de tom nas intenções do governador do Paraguai Lazaro de Ribera a ocupação de terras da capitania de Mato Grosso deixou de ser uma ambição castelhana. O foco hispânico voltou a ser a ocupação da faixa de terras que acompanha a margem sul do rio Apa até sua foz, já que, segundo Prado, a segurança da fronteira sul estava em sossego após a investida sobre San Carlos.<sup>271</sup>

As rondas saídas do Presídio de Miranda até a fronteira, porém, foram sempre mantidas. A necessidade era se adiantar caso fosse detectada qualquer movimentação anormal ou incomum pelos lados hispânicos. Ricardo Franco foi informado por Rodrigues do Prado sobre a ausência de vestígios da ocupação castelhana na região. As rondas que haviam vasculhado a fronteira e até mesmo as imediações do forte arrasado do Apa não detectaram, mesmo alguns meses após o confronto, nenhuma pista de que os espanhóis estivessem preocupados em repovoar os limites da província do Paraguai com algum estabelecimento militar.<sup>272</sup>

Em março de 1804 as rondas verificaram que os espanhóis estariam construindo uma nova fortificação no rio Apa. Este novo estabelecimento apesar de ser rodeado e defendido por madeira estava sendo edificado com pedra e cal, contudo ainda estava inconcluso. A nova estacada contaria com uma guarnição razoável e deveria ser constituída por três baluartes em três cantos, sendo que o portão de entrada estava no baluarte voltado para o rio, próximo de uma guarita avançada. Segundo a carta do comandante Alexandre Leme de Menezes para

---

<sup>270</sup> STELLA, R. S. Fortificações portuguesas no Brasil: costeiras, marginais e mistas. In: *Fortificação portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina (A fundação do sistema português de comunicação ultramarina. Uma redescoberta da origem cultural do Brasil)*, p. 112.

<sup>271</sup> Carta de Francisco Rodrigues do Prado ao comandante de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 043 – APMT.

<sup>272</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, setembro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 047 – APMT.

Ricardo Franco, esta pequena fortificação ainda dispunha de três peças pequenas de artilharia, uma em cada baluarte. A informação de Alexandre Bueno reforçou o desejo de armar o Presídio de Miranda mais uma vez através do saque de uma fortificação castelhana. O comandante afirmou que “em cada um dos três baluartes uma peça pequena como desse Presídio de Coimbra a que bem precisavam das tais três peças para este Presídio de Miranda.”<sup>273</sup>

Porém, em maio de 1806, o que se concluiu foi que o que se pensava ser uma nova fortificação era, na verdade, a reconstrução do Forte de San Carlos. Essa afirmação foi obtida através da ronda realizada extensivamente até o rio Apa. Nesse constante monitoramento da região, percebeu-se que o local do antigo Forte de San Carlos nunca havia sido ocupado novamente, sendo, inclusive, tratado pelos soldados e comandantes do Presídio de Miranda como local do “forte arrasado” ou “forte arruinado” em diversos momentos da análise da documentação. A constatação da mudança de San Carlos foi noticiada pelo comandante Jerônimo Joaquim Nunes para Ricardo Franco da seguinte forma:

agora soube que o forte San Carlos, que eu imaginava ser uma estacada, é uma fortificação feita de pedras em lugar no rio Apa quinze léguas distantes de Bourbon, o qual vem a ser o mesmo que o cabo Antonio Peres foi lá ver quando estava em princípio de sua fortificação. (Carta do comandante do Presídio de Miranda Jeronimo Joaquim Nunes ao coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, maio de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 075 – APMT)

Faz-se aqui um esclarecimento necessário. O militar historiador Raul Silveira de Mello em sua clássica biografia de Francisco Rodrigues do Prado, intitulada *Para além dos bandeirantes*, afirmou que o ataque que partiu do Miranda em fins de 1801 e confrontou com os espanhóis em primeiro de janeiro de 1802 foi ao Fortim de San José do Apa.<sup>274</sup> A análise realizada junto aos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) e do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) não permite afirmar que a fortificação castelhana atacada por Rodrigues do Prado foi o Fortim de San José do Apa. Pelo contrário, a pesquisa realizada nos documentos aponta que a agressão feita pelas tropas portuguesas foi empreendida contra o Forte de San Carlos, conforme foi apresentado nas páginas anteriores. O teor da carta escrita pelo comandante Jerônimo Joaquim Nunes e enviada para Ricardo

---

<sup>273</sup> Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, março de 1804. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 063 – APMT.

<sup>274</sup> MELLO, R. S. de. *Para além dos bandeirantes*, p. 226 - 275.

Franco de Almeida Serra, em maio de 1806,<sup>275</sup> aponta que a surpresa estava na descoberta da ronda: o Forte de San Carlos, destruído em 1802, estava sendo reconstruído em novo local, mais perto da foz do rio Apa.

Nos anos seguintes ao confronto da fronteira foram marcados pela tolerância entre os vizinhos ibéricos. Sem maiores preocupações e cessados as movimentações o que se percebeu foi apenas a mobilização da tropa portuguesa no reconhecimento do território e no apresamento de gado para custear a sobrevivência da tropa estacionada no presídio de Miranda.

Nos primeiros meses de 1808, porém, o comandante Joaquim Nunes desconfiou das atitudes dos espanhóis e enviou uma diligência para Villa Real do Paraguai com o intuito de verificar o motivo da ausência de notícias e movimentação no rio Apa. Contudo, o comandante foi informado que o panorama europeu reverberava nas colônias espanholas da América. A guerra entre Inglaterra e França, que contava com apoio espanhol, havia chegado até Montevideú e Buenos Aires. O bloqueio feito pela Inglaterra junto a essas cidades platinas suscitava o apoio de todas as forças das províncias espanholas na América. Com esse cenário desfavorável para causar maiores resistências ou conflitos na fronteira do interior do continente os olhos de Castela na América voltavam-se para o Atlântico, especialmente para conter qualquer ação inglesa nas cidades hispânicas. Portugal, que se inclinava para o apoio aos ingleses, poderia estar envolvido nestes enfrentamentos caso a situação se mantivesse instável por muito tempo ou houvesse alguma ofensiva ao território luso, como resposta da Espanha à ação inglesa.<sup>276</sup>

Mesmo assim Joaquim Nunes afirmou que o Presídio de Miranda encontrava-se pronto para a defesa e para o ataque, mas precisava de mais apoio militar: armas, munições, selas e homens para o combate, além do reparo nas duas peças de uma polegada. O pedido do comandante se confirmou por serem as maiores forças do presídio a artilharia combinada com a cavalaria, além da vigilância das guardas espalhadas pelos principais caminhos do presídio até a fronteira com a província do Paraguai.<sup>277</sup> Contudo, em agosto de 1808 a notícia que

---

<sup>275</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, maio de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 075 – APMT.

<sup>276</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao comandante do Forte de Coimbra Antônio José Rodrigues. Miranda, abril de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 090 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao sargento-mor Antônio José Rodrigues. Miranda, maio de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 092 – APMT.

<sup>277</sup> *idem*.

chegou ao Presídio de Miranda foi que nos destacamentos dos vizinhos espanhóis os últimos oficiais militares destacados na fronteira haviam sido rendidos pelas autoridades castelhanas de Assunção, retrocedendo para a capital da província.<sup>278</sup>

A partir de 1809 a situação na fronteira não passou de alguma preocupação com a deserção de espanhóis para o lado português, bem como a passagem de alguns castelhanos que chegavam escondidos ao Presídio de Miranda para conduzir alguns gêneros para um pequeno comércio. Não havia nenhuma novidade do lado espanhol da fronteira que não fosse a boa paz entre seus moradores, existindo até uma cooperação entre as duas forças opostas, já que a guarnição do Miranda fiscalizava a entrada de espanhóis sem passaporte e os devolvia ao território espanhol, evitando assim a deserção e fuga dos moradores hispânicos para o lado português.<sup>279</sup>

Apesar das notícias de um pequeno aumento do contingente militar espanhol na fronteira do rio Apa em 1810<sup>280</sup> a situação encontrava-se no maior sossego possível; em 1811 a guarda espanhola do Apa contava com vinte e três roceiros e quinze espingardas e seu comandante não era, sequer, um oficial. A função dessa guarda castelhana, na época, foi vigiar e impedir que os próprios espanhóis fugissem para o lado português.<sup>281</sup> A guarnição de San Carlos aumentou em apenas vinte e quatro soldados; um ataque espanhol só poderia causar maiores danos aos estabelecimentos portugueses se houvesse um aumento substancial da tropa hispânica, tomando Coimbra ou Miranda em um ataque surpresa.<sup>282</sup> Contudo, mesmo

---

<sup>278</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, agosto de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 094 – APMT.

<sup>279</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, março de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 099 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, maio de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 101 – APMT; Carta de Francisco M. Rodrigues ao tenente comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes. Vila Real de Concepción, agosto de 1809. Fundo Presídio de Miranda, doc. 104 – APMT; Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, julho de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 111 – APMT; Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao comandante do Forte de Coimbra Jerônimo Joaquim Nunes. Miranda, outubro de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 113 – APMT.

<sup>280</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, novembro de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 115 – APMT.

<sup>281</sup> Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, post. 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 117 – APMT.

<sup>282</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 118 – APMT.

com a chegada de oficiais, entre eles um tenente de milícias, em San Carlos a situação fronteira era de boa harmonia.<sup>283</sup>

O papel defensivo do Presídio de Miranda havia perdido a importância ao final da primeira década do século XIX. Em 1808 já era nítido a interesse em aumentar o contingente de povoadores no sul da capitania de Mato Grosso. Primeiramente por que as manifestações de boa harmonia com os vizinhos castelhanos eram cada vez mais frequentes. Também era importante perceber que a região sul da capitania de Mato Grosso dependia em demasia do envio de soldos, mantimentos e todo o gênero de necessidades da Vila do Cuiabá, fator que onerava excessivamente os cofres públicos. Assim, a perda do caráter estritamente militar do presídio foi pela necessidade em povoar o sul da capitania e inserir a região em alguma atividade economicamente mais viável ou que, pelo menos, dependesse cada vez menos do auxílio financeiro de Cuiabá para o abastecimento de mantimentos e pagamento de soldos aos militares.<sup>284</sup>

A situação política no território espanhol agravava-se cada vez mais. As notícias que haviam chegado ao Presídio de Miranda no final de 1810 demonstraram que a desordem nas províncias espanholas colocavam os governos locais em pandemônio, conforme relatou o comandante Craveiro de Sá ao governador de Mato Grosso João Carlos D' Oeynhausen e Gravemberg.

Há dias se recolheu de Castela o soldado José de Freitas e não me dá notícia alguma que nos ponha em desconfiança. Só sei que toda a Espanha está com uma total desordem, havendo entre eles dois partidos: um a favor de Fernando 7.º e outro de Bonaparte o que tem dado motivo para haver entre eles uma guerra civil como o que aconteceu na Província do Peru. (Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, outubro de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 114 – APMT.)

O foco das atenções dos vizinhos voltou-se para as questões internas, pois além da iminente guerra civil, as províncias castelhanas não dispunham naquele momento de um número tão grande de homens para resolver suas emergenciais questões internas e que ainda atuasse na fronteira das províncias. Isso garantia aos estabelecimentos fronteiriros portugueses uma maior

---

<sup>283</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, setembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 123 – APMT.

<sup>284</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, novembro de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 096 – APMT.

tranquilidade, contudo, caso fosse necessário, Coimbra, Miranda e Camapuã poderiam ser reforçados para combater os espanhóis.<sup>285</sup>

A situação da província do Paraguai era de uma reviravolta política. Em setembro de 1811 as informações dos oficiais castelhanos confirmaram os conflitos e a prisão e deposição de alguns oficiais resistentes às mudanças políticas.<sup>286</sup> No lado português da fronteira o cenário outrora de preocupação com os conflitos fronteiros agora se apresentava propenso ao caos, caso fossem enviados mais homens para o presídio sem uma necessidade evidente e sem a igual remessa de mantimentos.

Suplico a Vossa Excelência que não remeta mais gente, por que não preciso, pois não espero nem temo ser atacado. Por isso, aquele que vier só servirá de por em um estado mais deplorável do que aquele em que está a gente deste presídio, que é comer pouco e trabalhar muito, pois já está a meia data de alguns gêneros e toucinho nenhum. (Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, setembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 124 – APMT.)

A independência das províncias espanholas fez surgir um novo panorama platino no início da década de 1810: Montevideú, Buenos Aires e Assunção não mais poderiam se ajudar mutuamente em caso de necessidade já que cada uma tinha seu governo independente.<sup>287</sup> Além disso, a pobreza dos oficiais paraguaios, como um “tenente de Villa Real de pé no chão”, demonstrava o estado decadente das forças militares dos estabelecimentos localizados na margem sul do rio Apa.<sup>288</sup>

As maiores preocupações do governo paraguaio neste período estavam voltadas para o repovoamento de sua fronteira norte. Para tanto, foi construída nova estacada próxima da fronteira para dar segurança aos povoadores e poderia contar com até seiscentos soldados. Temendo uma possível agressão o comandante Craveiro de Sá retomou as rondas que saíam do Miranda e reforçou a guarda do Apa para averiguar a veracidade desta informação,

---

<sup>285</sup> Carta do sargento-mor engenheiro e comandante José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, outubro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 125 – APMT.

<sup>286</sup> Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, setembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 124 – APMT.

<sup>287</sup> Carta (incompleta) pelo comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá. Miranda, outubro de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 138 – APMT.

<sup>288</sup> Carta do sargento-mor José Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, março de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 131 – APMT.

evitando assim um arrombo ao território português.<sup>289</sup> Porém, a suposição de um novo levante não passou de conjectura. O cenário de paz estabelecida tomou conta da fronteira. Em 1816, como medida para desonerar os gastos da Real Fazenda não foi mais enviado o destacamento de milicianos para o Presídio de Miranda, justamente por sua inutilidade como força defensiva para aquele momento.<sup>290</sup> Em 1818 o coronel comandante general das fronteiras de Villa Real do Paraguai Juan Manoel Gamarra enviou um pedido formal para a retirada da ronda e guarda portuguesa do rio Apa, já que os vizinhos estavam empenhados em manter a boa paz na fronteira.<sup>291</sup>

Restou à guarnição do Presídio de Miranda voltar-se para a execução de tarefas cotidianas, muito mais voltadas ao povoamento do território que para a defesa da unidade territorial. Um exemplo tácito da mudança de atividades do Presídio de Miranda está na carta do comandante Joaquim José Rodrigues à Primeira Junta Governativa Provisória, datada de março de 1822.

A guarnição deste presídio, apesar de ser diminuta, parece-me suficiente em tempo de paz. Porém a gente de serviço da lavoura, canoas, cortes de madeiras e outros muitos é pouca em extremo para o desempenho dos diferentes objetos recomendados por Vossa Excelência a quem desejo dar evidentes provas do meu zelo, procurando aumentar quanto me for possível a prosperidade desta parte da fronteira, tranquilidade pública e dos espíritos de Vossa Excelência.

Sendo como acima tenho exposto, são poucos os homens braceiros que há neste presídio para o serviço. Desejo que Vossa Excelência haja por bem ordenar que me remetam vinte homens capazes para os mencionados e indispensáveis empregos. E se neste número puder entrar um ferreiro, será muito útil ao serviço de Sua Majestade, pois o que cá se acha tem a seu cargo a ferraria, tem pouco conhecimento da sua arte. (Carta do comandante do Presídio de Miranda Joaquim José Rodrigues à Primeira Junta Governativa Provisória. Presídio de Miranda, março de 1822. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 192 – APMT.)

---

<sup>289</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, novembro de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 139 – APMT.

<sup>290</sup> Carta do comandante José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, fevereiro de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 172 – APMT.

<sup>291</sup> Carta do tenente coronel e comandante general das fronteiras de Vila Real Juan Manoel Gamarra para o comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá. Sem local, janeiro de 1818. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 181 – APMT.

**CAPÍTULO 4**  
**TROPA, ARMAMENTOS E O COTIDIANO DE UM ESTABELECIMENTO**  
**MILITAR**

*Esse problema do pagamento e do abastecimento afetava o desempenho militar de todas as maneiras: um historiador mostrou que as campanhas, em lugar de serem determinadas pelo planejamento estratégico-militar, refletiam uma simples, mas premente, busca de alimentos e forragem para a sua enorme força. Os comandantes sabiam que um exército marcha sobre seus estômagos.*

*Paul Kennedy*

O estudo da organização militar da capitania de Mato Grosso deve ser levado em consideração a partir de dois aspectos fundamentais. O primeiro deles é a especificidade do território em questão: fronteiro e mineiro que, por suas dimensões, demandou particulares atenções da coroa portuguesa, pois a própria criação da capitania atuou no sentido de proteger o oeste do território colonial luso na América. Em segundo lugar deve-se notar que a dimensão territorial da capitania abrangeu biomas muito distintos: a floresta amazônica, o cerrado e o pantanal. Portanto, além da diversidade natural dos ecossistemas do interior do continente houve a divisão administrativa local definida pelos dois núcleos urbanos existentes durante quase a totalidade do período colonial: os termos, ou repartições, do Cuiabá e do Mato Grosso. Cada um desses termos foi encabeçado por uma vila; coube à Vila do Cuiabá ser a principal localidade de seu termo e à Vila Bela coube o posto de capital da capitania e localidade mais importante do termo do Mato Grosso.<sup>292</sup>

À luz do entendimento de como se deu a organização militar da capitania de Mato Grosso é conveniente elucidar duas questões que são determinantes para compreender como

---

<sup>292</sup> JESUS, N. M. de. Para uma história da organização militar na capitania de Mato Grosso. In: *Conquistar e defender: Portugal, países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*, p. 313 - 314.

foi feita a defesa do território colonial. A primeira delas é sobre a formação da tropa, dos homens que serviram e que compuseram as forças militares portuguesas propriamente ditas, denominada por Cotta de *corpos militares* e articuladas a partir do *sistema militar corporativo*. A aplicação dessa diretriz para a organização da defesa colonial refere-se ao campo da execução operacional, da articulação das forças militares em pró da defesa militar do bem a ser defendido. O funcionamento desse sistema dependia fundamentalmente da coordenação dos corpos militares: primeiramente, em uma esfera mais ampla, sob a tutela do vice-rei e no âmbito das capitanias; em uma área mais particular de atuação a responsabilidade pelo bom desempenho dos corpos militares seria delegada aos governadores e capitães-generais. A opção da administração lusa em adotar esse modelo de administração da força militar foi justamente por ser o Império Ultramarino Português imenso e impossível de ser controlado satisfatoriamente somente por Portugal; o *sistema militar corporativo* permitia que, apesar da falta de recursos humanos e logísticos, as localidades mais afastadas dos centros de poder, como no caso a capitania de Mato Grosso, pudessem desenvolver suas próprias estratégias de defesa levando-se em conta seus aspectos mais particulares.<sup>293</sup>

Tão importante quanto a organização dos corpos militares era a manutenção dessa força militar, que Cotta denomina de *administração/economia militar*, já que estava associada ao controle logístico e era onde deveriam estar localizadas as “operações relativas a vencimentos, recebimentos e distribuições, tanto de dinheiro quanto de gêneros”. Assim a *economia militar* dependia de “ações formalizadas através da elaboração de documentos que serviriam à contabilidade, cujos resultados mostrariam sua legalidade”, bem como do *Regimento de Fronteiras* (instituído em Portugal no ano de 1645) para a promoção de oficiais na colônia, atuando na regulamentação geral dos corpos de tropas das regiões mais periféricas do império luso.<sup>294</sup> Cotta ainda propõe que a denominação *corpo militar* deveria estar conjugada a toda a *gente de guerra*, fossem homens da infantaria, da cavalaria ou da artilharia, abrangendo tanto a tropa regular (paga) como à auxiliares, ordenanças, pedestres e *homens-do-mato*.<sup>295</sup>

O *sistema militar corporativo* esteve profundamente conjugado à administração portuguesa até os séculos XVII e XVIII.<sup>296</sup> No entanto, coexistiu ao *sistema militar*

---

<sup>293</sup> COTTA, F. A., O “sistema militar corporativo” na América Portuguesa. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, p. 1 - 4.

<sup>294</sup> *idem*, p. 1 - 4.

<sup>295</sup> *idem*, p. 5.

<sup>296</sup> *idem*, p. 16.

*corporativo* outra forma de organização do sistema defensivo da colônia para o século XVIII: o poder, que compreendia as conjunturas militares, poderia ser delegado através das concepções *corporativa* e *voluntarista*. A concepção *corporativa* era o resultado da estrutura social do Antigo Regime onde o poder régio, “cabeça política do império”, se distribuía pelos centros de poder local, que era a forma como o poder central chegava ao “corpo/organismo hierárquico”. Assim, a “cabeça”, ou poder régio, deveria estar em perfeita harmonia com o “corpo” (poder local) para a delegação e boa gestão dos poderes militares, administrativos e políticos pelo imenso império português. A concepção *voluntarista* é tributária de “ideias e práticas político-administrativa do período pombalino”. Essa modalidade de organização do poder sugere que o poder político era a concepção direta do poder do rei pelo desejo de deus, excluindo a comunidade e garantindo a centralização administrativa e o enfraquecimento dos poderes locais.<sup>297</sup>

Na prática, durante a segunda metade do século XVIII e início do XIX, na esfera colonial a organização militar se assemelhava à proposta do *sistema militar corporativo*, visto que era perceptível a cooperação entre as capitanias com o envio de força militar e auxílio financeiro, mesmo após o período pombalino.<sup>298</sup> No caso de Mato Grosso colonial os estudos sobre a organização militar ainda estão em sua fase inicial, porém é possível perceber que, por se tratar de uma região fronteira-mineira, a forma como as forças militares se organizaram podem apresentar dados que ajudarão a compreender a dinâmica dos arranjos militares na América portuguesa.<sup>299</sup>

Sobre as condições de Mato Grosso colonial formar uma grande força militar com seus próprios habitantes, é importante lembrar que a capitania sempre contabilizou um número muito pequeno de habitantes, tendo em vista a imensidão do território. A população que habitou a capitania entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX forneceu, senão número ínfimo, uma quantidade de braços muito inferior ao montante preciso para guarnecer as fronteiras e os estabelecimentos mais importantes sem correrem maiores riscos de sofrer ataques de espanhóis e/ou índios.

---

<sup>297</sup> MELLO, C. F. P. de. *Forças militares no Brasil colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*, p. 51 - 54.

<sup>298</sup> COTTA, F. A., O “sistema militar corporativo” na América Portuguesa. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, p. 16.

<sup>299</sup> JESUS, N. M. de. Para uma história da organização militar na capitania de Mato Grosso. In: *Conquistar e defender: Portugal, países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*, p. 315; 325.

Em 1800 o tenente coronel engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, estimou que o número total de habitantes da capitania de Mato Grosso seria de aproximadamente vinte e quatro mil pessoas, sendo que cerca de dezoito mil viviam na Vila do Cuiabá e seus “adjacentes arraiais” e seis mil em Vila Bela.<sup>300</sup> Excetuando-se os homens doentes e/ou inválidos, os que trabalhavam na Justiça, Fazenda e Altar, os que exerciam ofícios indispensáveis para o serviço público e para a manutenção das atividades básicas da capitania (trabalhos mecânicos, comerciais e agropastoris) restaria aproximadamente mil e quinhentos homens capazes de pegar em armas; uma parcela de aproximadamente 6,25% da população total. Este reduzido contingente que deveriam se espalhar “pelos lugares mais importantes e expostos de tão extensa fronteira, como são Forte do Príncipe, Vila Bela, Coimbra e Miranda” ainda seriam divididos em parciais destacamentos em cada um desses pontos.<sup>301</sup>

**Tabela 2: População da capitania de Mato Grosso no ano de 1800<sup>302</sup>**

Escravos de ambos os sexos	11.664
Mulheres de todas as idades	6.088
Velhos de cinquenta anos para cima	884
Rapazes de um até 15 anos	2.616
Homens de 16 até 50 anos	2.748
Soma	24.000

Porém, o total da população da capitania de Mato Grosso em 1800, apresentado por Ricardo Franco, deve ser entendido como uma estimativa. Dados mais recentes apontam para um número total de habitantes relativamente maior na capitania para o mesmo período. Rosa<sup>303</sup> estimou que entre as repartições do Cuiabá e do Mato Grosso deveria existir um número pouco inferior aos 27.000 habitantes nos primeiros anos do século XIX. Evidentemente, o montante da população de Mato Grosso colonial que variou de 24.000 até 27.000 habitantes excluiu as inúmeras nações de índios que habitaram a região e estavam à parte da contabilidade portuguesa, já que se fossem incluídos esses indivíduos o contingente populacional de Mato Grosso certamente atingiria números surpreendentemente maiores.

<sup>300</sup> SERRA, R. F. de A. Memória ou informação dada ao governador sobre a capitania de Mato Grosso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, p. 46.

<sup>301</sup> *idem*, p. 45 - 46.

<sup>302</sup> *idem*, p. 46.

<sup>303</sup> ROSA, C. A. O urbano colonial na terra da conquista. In: *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*, p. 43.

Mas, mesmo aplicando a parcela da população de 6,25% capaz de pegar em armas, conforme a estimativa de Ricardo Franco, ao universo populacional máximo contabilizado pelas autoridades lusas, com números próximos dos 27.000, segundo Rosa, ainda assim haveria apenas 1.686 homens aptos ao serviço militar. Esse numerário inferior ao contingente de dois mil homens não atendeu a real necessidade de Mato Grosso para a defesa de tão vasto território, pois além das vilas do Cuiabá e Vila Bela a fronteira e diversos outros estabelecimentos deveriam ser defendidos.

Referente ao aparelhamento dos corpos militares a capitania de Mato Grosso seguiu os clássicos padrões da organização militar portuguesa, dividida entre os corpos regulares (formados pela chamada tropa paga ou de linha) e as forças militares de serviços gratuitos (corpos de auxiliares ou milícias e corpos irregulares ou ordenanças).<sup>304</sup> Os corpos da força terrestre colonial eram organizadas da seguinte forma: homens solteiros e filhos segundos das famílias seriam recrutados para a tropa paga e destinados para as operações de guerra, especialmente na fronteira e nos locais litigiosos; homens válidos, geralmente casados, filhos segundos de mães viúvas e/ou pais lavradores compunham as forças auxiliares que também poderiam acudir à fronteira quando fosse preciso, recebendo soldo, nestes casos, como a tropa paga; os outros homens militarmente úteis eram recrutados para as ordenanças e deveriam permanecer em suas localidades de origem, atuando em “guerras locais”, mas também, caso preciso fosse e na ausência da tropa paga e de auxiliares, nas praças vizinhas mais próximas, mesmo que fosse na fronteira. Mello aponta que as “companhias de aventureiros, caçadores ou voluntários ... eram contratadas, mediante a promessa de soldo, para determinadas missões específicas”.<sup>305</sup> Em Mato Grosso colonial a organização dos corpos militares, ou da *gente de guerra*, estava distribuída de acordo com a clássica estrutura lusa, porém, é necessário um esclarecimento. A análise da documentação apontou que a força militar de serviço gratuito apresenta a Companhia de Voluntários como milícias ou corpos de Auxiliares e as Ordenanças ou corpos irregulares. Já as Companhias de Dragões e de Pedestres formavam a tropa paga.

A tropa paga, ou de linha, em tese recebia soldo, fardamento, armamento, ração, capim, cavalos, assistência médico-hospitalar e eram treinados e exercitados militarmente; era regulada disciplinarmente e deveria se dedicar apenas o exercício do serviço marcial. Na

---

<sup>304</sup> COTTA, F. A., O “sistema militar corporativo” na América Portuguesa. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, p. 05.

<sup>305</sup> MELLO, C. F. P. de. *Forças militares no Brasil colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*, p. 46, 178.

gênese da formação desses corpos, a tropa era recrutada entre reinóis, mas, a partir da segunda metade do século XVIII, com a proposta pombalina de aumento dos contingentes militares na América portuguesa o alistamento de homens para compor a tropa paga passou a ser realizado na própria colônia. O grupamento desses homens foi feito inicialmente em terços, contudo, após as modificações propostas pelo Marquês de Pombal a tropa passou a ser organizada em regimentos, trens e batalhões de infantaria, cavalaria e artilharia. No caso da América portuguesa a tropa paga deveria se adaptar conforme a necessidade de defesa das capitânicas onde esses homens estariam destacados.<sup>306</sup>

Entre as forças militares de serviço gratuito, os corpos de auxiliares e ordenanças, o recrutamento foi fundamentalmente realizado entre homens que vivessem no território colonial. A Coroa portuguesa baseou-se em três princípios fundamentais para justificar a utilização dessa modalidade de força: primeiramente por que Portugal não teria condições de defender o território metropolitano e suas colônias, espalhadas por África, Ásia e América, apenas com a tropa formada por reinóis; o segundo princípio era baseado na ideia que nenhuma potência poderia se dispor a defender todo seu território sem a colaboração das colônias; o terceiro era a consequência natural dos dois primeiros e postulava que quem deveria melhor defender as posses coloniais eram os próprios habitantes da colônia. Mas, mesmo reiterando a importância da defesa ser realizadas pelos súditos americanos, Portugal seria incapaz de manter uma tropa paga para defender a colônia; a medida encontrada foi formar um contingente que abrangia quase que a totalidade da população masculina da colônia apta ao serviço militar ao mesmo tempo em que estes não abandonariam as atividades econômicas usuais, evitando a desagregação econômica das vilas e cidades da América.<sup>307</sup>

A tropa auxiliar deveria ter, em tese, a mesma atribuição militar dos corpos regulares, sendo armados, exercitados e disciplinados, mesmo sem ter os mesmos privilégios da tropa paga. Mas, a constante falta da tropa de linha em território colonial fazia com que os auxiliares assumissem boa parte das atribuições que deveriam ser exclusivas da tropa de primeira linha. Os corpos de auxiliares eram formados majoritariamente por homens que não recebiam soldo e que deveriam ser recrutados nos mesmos locais onde serviriam. Na hierarquia dessa tropa os postos mais altos eram ocupados por coronel, tenente-coronel, sargento-mor, capitães, ajudantes, tenentes e alferes, que recebiam carta patente; os oficiais

---

<sup>306</sup> COTTA, F. A., O “sistema militar corporativo” na América Portuguesa. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, p. 05.

<sup>307</sup> MELLO, C. F. P. de. *Forças militares no Brasil colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*, p. 143 - 145.

inferiores ocupavam os postos de sargentos, furriéis e cabos de esquadra; já os anspeçadas e soldados compunham a tropa, mas não eram oficiais. O treinamento era realizado por um sargento-mor recrutado, entre capitães, ajudantes e tenentes da tropa paga ou o ajudante do próprio regimento de auxiliares (que ainda poderiam ser um alferes, sargento, furriel ou porta-bandeira da tropa de linha), escolhido a partir de exames de conhecimento do serviço militar.<sup>308</sup> Em Mato Grosso colonial a Companhia de Dragões era hierarquicamente formada pelas seguintes praças: capitão, 1º tenente, 2º tenente, 1º alferes, 2º alferes, 1º furriel, 2º furriel, cabo de esquadra, anspeçada, soldado e tambor.<sup>309</sup> A importância da tropa auxiliar para o desempenho das atividades militar nas capitânicas é destacada por Alves, já que os corpos de Dragões podem ser entendidos como “tropas especiais que atuavam como cavalaria ou infantaria” que deveriam “possuir mobilidade tática e capacidade de improvisação, devendo ser capaz de lutar até como um corpo de infante”.<sup>310</sup>

Os corpos de ordenanças, força militar de serviço gratuito, foram conhecidos durante boa parte dos séculos XVIII e início do XIX por *paisanos armados* devido à sua principal característica: ser “um grupo de homens que não possuía instrução militar sistemática, mas que, de forma paradoxal, foi utilizado em missões de caráter militar”. Os *paisanos armados*, segundo Cotta, não representavam mais que um “número de gente armada dividida por companhias a quem se dê um chefe para as conduzir com a tropa regular e lhes indicar o serviço que devem fazer”. Mas, apesar de não ter o mesmo treinamento e tratamento dos corpos regulares, os ordenanças eram amplamente utilizados na defesa do território colonial, já que, por serem aqueles que mais conheciam o sítio onde estavam atuando, sempre acompanhavam os batalhões e regimentos da tropa de linha em missões militares.<sup>311</sup> Na capitania de Mato Grosso, a documentação aponta que as praças das Companhias de Pedestres recebiam soldo<sup>312</sup> e eram organizadas hierarquicamente por capitão, alferes, sargento, cabos

---

<sup>308</sup> COTTA, F. A., O “sistema militar corporativo” na América Portuguesa. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, p. 05, 06.

<sup>309</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, julho de 1773, doc. 1039 – AHU-MT; Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, novembro de 1775, doc. 1111 – AHU-MT.

<sup>310</sup> ALVES, F. das N. Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*, 2010, p. 34 – 35.

<sup>311</sup> COTTA, F. A., O “sistema militar corporativo” na América Portuguesa. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, p. 06, 07.

<sup>312</sup> Em alguns casos bastante particulares, como das Companhias de Pedestres da capitania de Mato Grosso, será percebido que o soldo poderá ser pago para corpos de auxiliares e ordenanças, que em tese formam as forças militares de serviço gratuito. Para dirimir esta questão é preciso um estudo mais aprofundado para compreensão do funcionamento desses corpos militares.

de esquadra, anspeçada, soldado e tambor. Uma característica particular da formação desses corpos é que, na capitania de Mato Grosso, eram recrutados mulatos, caburés, índios e vários outros mestiços e que os ordenanças estavam presentes em inúmeros estabelecimentos militares (quartéis, fortificações, registros), em portos, no serviço militar nas vilas, nos descobrimentos de diamantes do rio Paraguai e em diligências extraordinárias, especialmente na fronteira.<sup>313</sup>

Grosso modo, o que pode ser percebido é que a organização da força militar na capitania de Mato Grosso foi formada, basicamente, por corpos de serviço gratuito.<sup>314</sup>

**Tabela 3: Forças militares na capitania de Mato Grosso durante o período colonial**

Ano de criação	Forças Militares	Local
1751	Companhia de Dragões	Vila Bela
1752	Companhia dos Homens Pretos	Vila Bela
1753	Companhia dos Homens Pardos	Vila Bela
1754	Esquadra de Pedestres adidos à Companhia de Dragões	Vila Bela
1755	6 Companhias de Ordenanças: 2 em Vila Real do Cuiabá, 1 no distrito de Mato Grosso, 1 em Chapada, 1 no Coxipó, 1 no Rio Cuiabá Abaixo	Distrito do Cuiabá
1762 – 1769	Soldados Aventureiros	Vila Bela
1769	Legião (Batalhão) de Auxiliares de Milícias organizada: 2 Companhias de Granadeiros, 4 Companhias de Fuzileiros, 1 Companhia de Caçadores, 1 Companhia de Hussares (Companhia de Cavalaria)	Vila do Cuiabá
1769	Companhia do Mato (1 capitão, 1 alferes, 2 trilhadores e 20 soldados)	Vila Bela e Vila do Cuiabá
1772	Corpo de Milícia dos Bororos	?
1777	Corpo Auxiliar de Voluntários	Distrito de Mato Grosso
1808	Companhia Franca de Leais Cuiabanos (recebiam	Vila do Cuiabá

<sup>313</sup> Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, julho de 1773, doc. 1039 – AHU-MT; Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, novembro de 1775, doc. 1111 – AHU-MT.

<sup>314</sup> JESUS, N. M. de. Organização militar. In: *Dicionário de história de Mato Grosso: período colonial*, p. 221. Apud LEVERGER, A. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*.

	metade do soldo dos Pedestres)	
1809	Regimento de Milícias organizado (substitui a Companhia Franco dos Leais Cuiabanos): 1 Companhia de Granadeiros, 1 Companhia de Caçadores, 8 Companhias de Fuzileiros, Anexação das 2 Companhias de Cavalaria que se tornou Esquadrão de Cavalaria	Vila do Cuiabá
1812 (nova organização das milícias na capitania de Mato Grosso)	- Batalhão de Infantaria: - 10 Companhias, 1 Brigada de Artilharia, 1 Companhia de Bombeiros - 3 Companhias de Artilharia de Pé, 1 Companhia de Artilharia Montada, 2 Esquadrões de Cavalaria	Vila do Cuiabá (?)
1816	Corpo de Artilheiros e Marinheiros (6ª Brigada de Artilharia da Legião de Milícias do Cuiabá)	Vila Real do Cuiabá

A organização da *gente de guerra* de Mato Grosso deveria ser regulada por membros da tropa de linha, mas que não teve maior destaque na composição dos corpos efetivos da capitania, segundo dados sobre regimentos e corporações militares existentes nos séculos XVIII e XIX. Segundo Jesus, em Mato Grosso colonial, a criação de batalhões e companhias militares era realizada de acordo com as necessidades e as condições locais da capitania.<sup>315</sup> A associação entre a constante carência de homens de origem lusa aptos ao serviço militar e a urgente necessidade em se criar mecanismos para defender o território possibilitam o entendimento da formação das forças militares da capitania de Mato Grosso durante o período colonial. Serra apontou que a grande dimensão do terreno a ser defendido fomentava o aumento do número de habitantes aptos a defendê-lo; além disso, como grande número de índios e ex-escravos viviam próximos das áreas litigiosas da fronteira, a incorporação desses homens como defensores diminuiria os custos para mobilizar uma força defensiva na região.<sup>316</sup>

Essa condição atendia, necessariamente, à proposta metropolitana de defesa da América. Mello concluiu que, apesar de estar ciente das urgentes necessidades em reparar e construir estruturas fortificadas (fortalezas, quartéis, armazéns, registros, presídios) a Coroa portuguesa se preocupou muito mais em tornar apta ao serviço militar a sociedade colonial. Dessa forma a criação e ampliação dos corpos militares que eram formados quase que exclusivamente pela população que habitava a colônia (auxiliares e ordenanças) eram vistos

<sup>315</sup> JESUS, N. M. de. Organização militar. In: *Dicionário de história de Mato Grosso: período colonial*, p. 219.

<sup>316</sup> SERRA, R. F. de A. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*, p. 28, 29.

como os pilares fundamentais e indispensáveis da política defensiva para manutenção dos domínios portugueses contra os ataques de estrangeiros.<sup>317</sup>

#### **4.1. O contingente do presídio: a composição da força militar no Miranda e resistência ao serviço militar**

A aplicação dos princípios do *sistema militar corporativo* esteve presente na capitania de Mato Grosso desde sua criação. As instruções passadas aos governadores e capitães-generais da América portuguesa destacavam a importância do *sistema de defesa mútua* como a forma mais eficaz para evitar ataques tanto de vizinhos europeus na América como de índios adversários. A prerrogativa de defenderem-se todos mutuamente dava ao território administrado por Portugal o caráter de união das posses portuguesas. Aplicada em todas as posses durante o período pombalino, essa estratégia de defesa mútua ainda propunha que a defesa seria realizada com a harmoniosa articulação do tripé clássico das forças militares lusas: a tropa paga, os auxiliares e os ordenanças.<sup>318</sup> Assim, a capitania de Mato Grosso, por ser ponto nevrálgico da consolidação da fronteira colonial, deveria ser auxiliada ao norte pela capitania do Grão-Pará e Maranhão, por leste pela capitania de Goiás e no sul pela capitania de São Paulo.

As primeiras notícias sobre o envio da força militar para o Presídio de Miranda são datadas de julho de 1800. Por carta o comandante Rodrigues do Prado comunicou ao comandante Ricardo Franco sobre a volta do pedestre Joaquim Cardoso para Coimbra, enquanto o ordenança Manoel da Costa fosse enviado para ocupar o posto deixado em seu lugar e ainda assentou praça de pedestre no Miranda. Neste mesmo documento Prado informou que esperava o envio de mais dois ordenanças em virtude da saída dos pedestres Joaquim Machado e Francisco Bonilha.<sup>319</sup> Naquele momento a guarnição do Miranda contabilizava era composta por cento e quatro praças, sendo que vinte estavam em Cuiabá na

---

<sup>317</sup> MELLO, C. F. P. de. *Forças militares no Brasil colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*, p. 61.

<sup>318</sup> COTTA, F. A., O “sistema militar corporativo” na América Portuguesa. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, p. 15.

<sup>319</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida. Presídio de Miranda, julho de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 023 – APMT.

conduta, cinco na conduta de Coimbra, doze na ronda do campo, oito nas roças do presídio, cinquenta e dois estavam na Guarda e sete trabalhavam nas obras de fortificação da taipa.<sup>320</sup>

**Tabela 4: Emprego da tropa destacada no Presídio de Miranda – Julho de 1800**

<b>Atividades desempenhadas pela guarnição destacada no Presídio de Miranda</b>	<b>Número de praças</b>
Tropa na conduta para Vila do Cuiabá	20
Tropa na conduta para Forte Coimbra	05
Tropa destacada na Ronda do Campo	12
Tropa destacada nas roças do presídio	08
Tropa destacada na Guarda	52
Tropa destacada nas obras de fortificação do presídio	07
<b>Total</b>	104

O primeiro aumento da força militar do presídio foi verificado ainda em dezembro de 1800 quando chegou uma expedição da capitania de São Paulo para auxiliar na defesa da fronteira sul da capitania. A expedição era composta pelo tenente-coronel de infantaria da cidade de São Paulo Candido José Xavier de Almeida e Sousa e era formada ainda por um capelão, um porta-bandeira, um cabo de esquadra e quatro soldados, além de tripulação.<sup>321</sup> Esse apoio da capitania vizinha com o envio de homens para a defesa de Mato Grosso confirma a aplicação da tese do *sistema militar corporativo* proposto por Cotta.<sup>322</sup> O total de homens paulistas que estiveram em Miranda, segundo Rodrigues do Prado, foi de trinta e oito, sendo que entre todas as praças estavam um alferes, um cirurgião, um sargento e pelo menos um soldado.<sup>323</sup>

<sup>320</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, julho de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 025 – APMT.

<sup>321</sup> *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719 – 1830*, p. 163.

<sup>322</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, novembro de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 031 – APMT.

<sup>323</sup> Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Presídio de Miranda, março de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 034 – APMT.

Em setembro de 1801 a guarnição do Presídio de Miranda contava com um total de 139 homens<sup>324</sup>, sendo distribuídos da seguinte forma:

**Tabela 5: Composição da tropa destacada no Presídio de Miranda – Setembro de 1801**

	<b>Tropa paga ou de linha</b>	<b>Corpos de Auxiliares (Dragões, Voluntários e Milícias)</b>	<b>Corpos de Ordenanças (Pedestres)</b>	<b>Total</b>
<b>Capelão</b>	1	-	-	1
<b>Cirurgião</b>	1	-	-	1
<b>Alferes</b>	-	1	-	1
<b>Sargento</b>	-	1	-	1
<b>Cabo de Esquadra</b>	-	3	2	5
<b>Anspeçada</b>	-	1	-	1
<b>Soldado</b>	-	40	87	127
<b>Tambor</b>	-	2	-	2
<b>Total por regimento</b>	2	48	89	-
<b>Total de praças</b>				139

Em relação ao contingente do ano anterior, o aumento da guarnição foi relativamente pequeno, tendo em vista as condições de tensão verificadas na fronteira com Espanha. No entanto, mesmo com uma guarnição reduzida a pouco mais de uma centena de praças, o ataque à fortificação de San Carlos obteve êxito, já que naquele momento a tropa contava com o apoio de quase uma centena de índios da nação Guaicuru.<sup>325</sup> Contudo, novo socorro que chegou ao Miranda vindo da capitania de Mato Grosso ocorreu somente em dezembro de 1801, com o envio de 34 homens, sendo um oficial, três inferiores e trinta soldados, já às vésperas do ataque empreendido ao Forte de San Carlos.<sup>326</sup> Em setembro de 1802 a guarnição

<sup>324</sup> Mapa do mês de agosto da guarnição do Presídio de Miranda. Presídio de Miranda, setembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 042 – APMT.

<sup>325</sup> Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado ao comandante dos estabelecimentos do Paraguai Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, dezembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 040 – APMT.

<sup>326</sup> Carta de Francisco Rodrigues do Prado ao comandante dos estabelecimentos do Paraguai Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, dezembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 039 – APMT.

do presídio contava com cento e vinte e dois praças, incluindo nessa contagem trinta Henriques, que segundo Rodrigues do Prado, eram incapazes de pegar em armas.<sup>327</sup>

Em outubro do mesmo ano Rodrigues do Prado voltou a solicitar o aumento dos combatentes que deveriam assentar praça no presídio para garantir a defesa da região e socorrer o Forte Coimbra, caso houvesse uma nova investida hispânica na região. Nesta ocasião o comandante sugeriu ao governador e capitão general Caetano Pinto de Miranda que o aumento da guarnição deveria ser de, pelo menos, duzentos homens escolhidos, ou ali permaneceriam apenas os sessenta praças que estavam destacados no perímetro da fortificação, excetuando-se os homens que realizavam as rondas.<sup>328</sup>

Contudo, apesar do êxito obtido no ataque a San Carlos e a possibilidade de um contragolpe espanhol, o pedido de Prado não foi atendido pelo governador Caetano de Miranda Montenegro. Em março de 1803 a força defensiva do presídio era composta por setenta e dois auxiliares destacados na guarnição, além de dois ordenanças e um crioulo. A justificativa para tão pequeno contingente na área fortificada devia-se por estarem quase todos os pedestres nas rondas empreendidas pelo Miranda nas regiões de fronteira e do interior da capitania. O problema do pequeno contingente poderia ser ainda aumentado, caso a insatisfação do capelão e do cirurgião destacados na época continuassem; Prado afirmou que ambos apresentavam razões “entendíveis” para estarem desgostosos com a situação do presídio, visto que recebendo apenas o soldo que lhes eram pagos e com uma tropa sem remuneração, não era possível que ambos pudessem obter maiores lucros no Presídio de Miranda.<sup>329</sup> Em julho do mesmo ano o novo comandante, Jerônimo Joaquim Nunes, solicitou, ao governador Miranda Montenegro o aumento da guarnição do presídio em pelo menos trinta praças e justificou seu pedido pela execução de obras na fortificação do Miranda.<sup>330</sup> Em janeiro de 1803 a tropa do presídio era composta por um total de cento e vinte praças destacados nas atividades da fortificação, mais trinta e sete que realizavam o trabalho na

---

<sup>327</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, setembro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 047 – APMT.

<sup>328</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, outubro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 049 – APMT.

<sup>329</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Miranda, março de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 056 – APMT.

<sup>330</sup> Carta do tenente comandante Jerônimo Joaquim Nunes Pereira ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Miranda, julho de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 059 – APMT.

condução entre Cuiabá e o presídio.<sup>331</sup> Poucos meses após a divulgação desse número, em julho, o número de praças que estavam regularmente realizando trabalhos na área fortificada era de cento e cinco praças, incluindo os homens que atuavam na ferraria e carpintaria.<sup>332</sup>

**Tabela 6: Emprego da tropa destacada no Presídio de Miranda – Julho de 1803**

<b>Atividades desempenhadas pela guarnição destacada no Presídio de Miranda</b>	<b>Número de praças</b>
Tropa destacada na fortificação do presídio	120
Tropa destacada na condução entre Cuiabá e o Miranda	37
<b>Total</b>	<b>157</b>

No tempo de paz, conforme informou Jerônimo Joaquim Nunes, era muito difícil contabilizar o número de praças destacadas<sup>333</sup>, visto que em momentos de maior tensão o contingente era consideravelmente aumentado com o envio de milícias e forças especiais que atuavam de acordo com a missão proposta. No entanto, o próprio Joaquim Nunes entendia que era necessário arbitrar um estado efetivo de praças para o presídio, mesmo no tempo de paz, pois só assim se poderia fazer um planejamento das ações empreendidas no Miranda, além de regular a reposição temporária de auxiliares e ordenanças para esse estabelecimento. A queixa formalizada por Nunes foi feita após o recolhimento de um alferes de milícias, oficiais inferiores e a maior parte dos soldados que estavam destacados no Miranda.<sup>334</sup> Em novembro de 1807, a guarnição do Presídio de Miranda era composta por cento e doze praças.<sup>335</sup>

Em 1808 o comandante Nunes indagou sobre o contingente mínimo necessário que deveria estar destacado permanentemente no presídio ao comandante do Forte Coimbra sargento-mor Antonio José Rodrigues. A suposição de Nunes era que se houvesse um assalto vindo da Espanha, mais precisamente de Villa Real, único ponto possível de enviar um ataque

<sup>331</sup> Relação dos gêneros que são necessários ao armazém deste Presídio para sustentação de 120 praças por 3 meses. Presídio de Miranda, janeiro de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 060 – APMT.

<sup>332</sup> Relação dos gêneros que o tenente comandante Francisco Rodrigues do Prado pediu a provedoria da Vila do Cuiabá para fornecimento de quinto. Miranda, julho de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 062 – APMT.

<sup>333</sup> Carta de Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes. Miranda, novembro de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 069 – APMT.

<sup>334</sup> Cartas do tenente comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao major Antonio José Rodrigues. Miranda, fevereiro de 1807. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 085 – APMT.

<sup>335</sup> Carta do comandante de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato-Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, novembro de 1807. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 086 – APMT.

expressivo ao sul da capitania de Mato Grosso, o presídio deveria estar guarnecido por tropas permanentes. O entendimento de Nunes era fundamentado na permanência de um destacamento de Infantaria e outro de Cavalaria para fazer frente aos ataques espanhóis em pontos estratégicos do acesso ao Miranda. Para realizar tal empreitada o comandante solicitou o envio, em número suficiente, de selas e espadas novas para que pudesse iniciar o treinamento da tropa que existia no presídio e, caso houvesse necessidade, mais soldados deveriam ser enviados ao presídio.<sup>336</sup>

Ainda em 1808, em carta enviada no mês de julho, Nunes comunicou ao governador Carlos Augusto Oeynhausen e Gravemberg que a guarnição do Miranda aumentou depois da chegada de um destacamento de cinquenta e quatro praças milicianos que estavam sob o comando do ajudante José Craveiro de Sá. O total de homens que compunham a tropa naquele momento passou a ser de cento e quarenta e três praças, incluindo os homens empregados nas condutas que transportavam mantimentos vindos da vila de Cuiabá. Nunes ainda informou que passou a exercitar cinquenta praças destacados no presídio com instruções de cavalaria combinados com exercícios de artilharia montada, denominando este pequeno destacamento de Infantaria Montada, conforme havia previsto algum tempo antes. A utilização desse destacamento deu-se por ser esta a única possibilidade de guerrear, dadas condições materiais e geográficas em que o estabelecimento do Miranda se encontrava.<sup>337</sup>

Entre os anos de 1809 e 1811 foram realizados na Vila do Cuiabá seis sorteios com o objetivo de nomear oficiais milicianos, escolhidos para comporem temporariamente as tropas da fronteira sul da capitania de Mato Grosso e que foram enviados tanto para o Forte Coimbra quanto à guarnição do Presídio de Miranda. Esses destacamentos, além de “povoarem” as fileiras dos estabelecimentos militares ao sul da capitania, cessando as frequentes queixas dos comandantes dos estabelecimentos da fronteira sul da capitania, atuariam como uma força para repelir qualquer possível ataque vindo da fronteira com Espanha. As preocupações das autoridades cuiabanas estavam voltadas para um possível levante castelhano, visto a intensa movimentação de revoltosos nos vizinhos sul-americanos no final da primeira década do século XIX. Os sorteios, portanto, eram realizados em Vila do Cuiabá no quartel do Tenente Coronel Comandante do Regimento de Milícias do Cuiabá, que substituiu a Companhia

---

<sup>336</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao sargento-mor Antônio José Rodrigues. Miranda, maio de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 092 – APMT.

<sup>337</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, julho de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 093 – APMT.

Franca dos Leais Cuiabanos em 1809, e contaram com o apoio dos Oficiais do Estado Maior dos corpos de auxiliares da capitania de Mato Grosso. Contabilizando os seis destacamentos de milicianos que chegaram ao Presídio de Miranda no período compreendido pelos sorteios o total de praças (entre oficiais e soldados) foi de 199 homens.<sup>338</sup>

**Tabela 7: Sorteios de praças milicianos enviados de Vila do Cuiabá para o Presídio de Miranda – Agosto de 1809/Junho de 1811**

			<b>Total</b>
<b>1º Sorteamento de 1809 – 06 de Agosto</b>	<b>Oficiais</b>	2º Sargento da 6ª Companhia; Furriel de Caçadores; Cabo de Caçadores; Cabo da 2ª Companhia; Cabo da 3ª Companhia.	5
	<b>Soldados</b>		30
<b>Total de milicianos enviados para o Presídio de Miranda em agosto de 1809</b>			<b>35</b>
<b>2º Sorteamento de 1809 – 26 de Dezembro</b>	<b>Oficiais</b>	Furriel da 7ª Companhia; 2º Sargento da 5ª Companhia; 1º Cabo de Granadeiros.	3
	<b>Soldados</b>		29

<sup>338</sup> Relação de oficiais que foram nomeados para o Destacamento de ano de 1809 no sorteamento que se fez a 6 de Agosto do mesmo ano no quartel do Tenente Coronel Comandante do Regimento de Milícias do Cuiabá com assistência dos Oficiais do Estado Maior do mesmo Regimento (1º Sorteamento do Ano de 1809). Rolo de microfilme nº 2: Códice 54 - Livro (5º) para lançamento dos termos de sorteamentos de militares para servirem em fronteiras. Fundo Provedoria da Real Fazenda: Cuiabá, 1809 – 07 - 25/1820 – 12 – 23; Relação de oficiais, oficiais inferiores e soldados que foram nomeados para o Destacamento de ano de 1809 no sorteamento que se fez a 26 de Dezembro do mesmo ano no quartel do Tenente Coronel Comandante do Regimento de Milícias do Cuiabá com assistência dos Oficiais do Estado Maior do mesmo Regimento (2º Sorteamento do Ano de 1809). Rolo de microfilme nº 2: Códice 54 - Livro (5º) para lançamento dos termos de sorteamentos de militares para servirem em fronteiras. Fundo Provedoria da Real Fazenda: Cuiabá, 1809 – 07 - 25/1820 – 12 – 23; Relação de oficiais, oficiais inferiores e soldados que foram nomeados para o Destacamento de ano de 1810 no sorteamento que se fez a 26 de Junho do mesmo ano no quartel do Tenente Coronel Comandante do Regimento de Milícias do Cuiabá com assistência dos Oficiais do Estado Maior do mesmo Regimento (1º Sorteamento do Ano de 1810). Rolo de microfilme nº 2: Códice 54 - Livro (5º) para lançamento dos termos de sorteamentos de militares para servirem em fronteiras. Fundo Provedoria da Real Fazenda: Cuiabá, 1809 – 07 - 25/1820 – 12 – 23; Relação de oficiais, oficiais inferiores e soldados que foram nomeados para o Destacamento de ano de 1810 no sorteamento que se fez a 28 de Setembro do mesmo ano no quartel do Tenente Coronel Comandante do Regimento de Milícias do Cuiabá com assistência dos Oficiais do Estado Maior do mesmo Regimento (2º Sorteamento do Ano de 1810). Rolo de microfilme nº 2: Códice 54 - Livro (5º) para lançamento dos termos de sorteamentos de militares para servirem em fronteiras. Fundo Provedoria da Real Fazenda: Cuiabá, 1809 – 07 - 25/1820 – 12 – 23; Relação de oficiais, oficiais inferiores e soldados que foram nomeados para o Destacamento de ano de 1810 no sorteamento que se fez a 26 de Dezembro do mesmo ano no quartel do Tenente Coronel Comandante do Regimento de Milícias do Cuiabá com assistência dos Oficiais do Estado Maior do mesmo Regimento (3º Sorteamento do Ano de 1810). Rolo de microfilme nº 2: Códice 54 - Livro (5º) para lançamento dos termos de sorteamentos de militares para servirem em fronteiras. Fundo Provedoria da Real Fazenda: Cuiabá, 1809 – 07 - 25/1820 – 12 – 23; Relação de oficiais, oficiais inferiores e soldados que foram nomeados para o Destacamento de ano de 1811 no sorteamento que se fez a 13 de Junho do mesmo ano no quartel do Tenente Coronel Comandante do Regimento de Milícias do Cuiabá com assistência dos Oficiais do Estado Maior do mesmo Regimento (1º Sorteamento do Ano de 1811). Rolo de microfilme nº 2: Códice 54 - Livro (5º) para lançamento dos termos de sorteamentos de militares para servirem em fronteiras. Fundo Provedoria da Real Fazenda: Cuiabá, 1809 – 07 - 25/1820 – 12 – 23.

<b>Total de milicianos enviados para o Presídio de Miranda em dezembro de 1809</b>			<b>32</b>
<b>1º Sorteamento de 1810 – 26 de Junho</b>	<b>Oficiais</b>	Furriel da 5ª Companhia; Porta Estandarte da 1ª Companhia; 3º Cabo de Caçadores; 3º Cabo da 3ª Companhia.	4
	<b>Soldados</b>		28
<b>Total de milicianos enviados para o Presídio de Miranda em junho de 1810</b>			<b>32</b>
<b>2º Sorteamento de 1810 – 28 de Setembro</b>	<b>Oficiais</b>	2º Sargento da 3ª Companhia; Furriel da 1ª Companhia; 2º Cabo da 7ª Companhia; 5º Cabo da 7ª Companhia.	4
	<b>Soldados</b>		30
<b>Total de milicianos enviados para o Presídio de Miranda em setembro de 1810</b>			<b>34</b>
<b>3º Sorteamento de 1810 – 26 de Dezembro</b>	<b>Oficiais</b>	Sargento Granadeiro; Cabo da 8ª Companhia.	2
	<b>Soldados</b>		30
<b>Total de milicianos enviados para o Presídio de Miranda em dezembro de 1810</b>			<b>32</b>
<b>1º Sorteamento de 1811 – 13 de Junho</b>	<b>Oficiais</b>	Sargento da 1ª Companhia; Sargento da 2ª Companhia; Cabo da 5ª Companhia; Cabo da 8ª Companhia.	4
	<b>Soldados</b>		30
<b>Total de milicianos enviados para o Presídio de Miranda em junho de 1811</b>			<b>34</b>
<b>Total de milicianos enviados para o Presídio de Miranda entre agosto de 1809 e junho de 1811</b>			<b>199</b>

Estes destacamentos também tiveram como objetivo render os milicianos que se encontravam destacados nos estabelecimentos militares da fronteira sul da capitania e que deveriam ser recolhidos para a Vila do Cuiabá.<sup>339</sup> Apesar da constante falta de homens para compor a guarnição do presídio, detectada desde a instalação do Miranda, os destacamentos de milicianos que foram enviados ao Miranda eram compostos, segundo o comandante Craveiro de Sá, por “uma pura criançada” que “não se poderia contar com eles no número dos combatentes”. Além disso, o envio desses destacamentos só onerava as contas da Fazenda Real, visto que esses praças “não tem outro préstimo mais que para comer data”, bem como alguns ordenanças que estavam destacados no Miranda. A análise de Craveiro era que entre

<sup>339</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 108 – APMT; Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, abril de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 110 – APMT.

todos os homens que haviam chegado e os que já estavam no presídio, caso o mesmo pudesse escolher, permaneceria destacada apenas a metade de toda a guarnição disponível naquele momento.<sup>340</sup>

Em janeiro de 1811 a possibilidade de retornar uma parte do destacamento de milicianos que chegou ao Miranda nos anos anteriores se concretizou. Craveiro de Sá informou ao governador Oeynhausien e Gravemberg que os rumores de um possível ataque castelhano estavam descartados e que manter a tropa destacada no presídio seria apenas prolongar os gastos da Real Fazenda com mantimentos. O comandante ainda informou ao governador que, caso houvesse um ataque castelhano ao Miranda, este só poderia acontecer a partir de maio, devido às cheias que transformavam a região da fronteira em uma imensa área pantanosa, impedindo qualquer forma de movimentação de tropas.<sup>341</sup> Contudo, como ação preventiva, um destacamento de milicianos chegou ao presídio ainda em meados de 1811, sendo que as ordens do governador versavam para a permanência dos milicianos no Miranda até que houvesse uma positiva ordem e estivesse restabelecida a paz na fronteira com Espanha.<sup>342</sup>

Em setembro de 1811 o total da tropa destacada no Presídio de Miranda estava distribuída da seguinte forma<sup>343</sup>:

**Tabela 8: Estado da tropa destacada no Presídio de Miranda – Setembro de 1811**

Setembro de 1811		Major	Capelão	Cirurgião	Todos
Tropa paga	Presentes	1	1	1	3
	De Guarda	-	-	-	-
	Na Ronda	-	-	-	-

<sup>340</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, outubro de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 114 – APMT; Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 116 – APMT.

<sup>341</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 118 – APMT.

<sup>342</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, maio de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 121 – APMT.

<sup>343</sup> *Planta do forte de Miranda*. Sargento Mór e Engenheiro correspondente do Real Arquivo Militar José Antonio Teixeira Cabral. – [1811] 41,5 x 77,4 cm. Mapa manuscrito, aquarelado com desenho e nanquim. Biblioteca Nacional – Brasil (Acervo Cartografia). Disponível em [http://fortalezasmultimedia.com.br/fortalezas/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=160#centro](http://fortalezasmultimedia.com.br/fortalezas/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=160#centro)

	<b>Em Diligência</b>	-	-	-	-	
	<b>Presos</b>	-	-	-	-	
	<b>No Hospital</b>	-	-	-	-	
<b>Estado efetivo</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	
		<b>Tenente</b>	<b>Cabo</b>	<b>Tambor</b>	<b>Soldado</b>	<b>Todos</b>
<b>Dragões</b>	<b>Presentes</b>	1	1	-	6	8
	<b>De Guarda</b>	-	-	-	1	1
	<b>Na Ronda</b>	-	-	-	1	1
	<b>Em Diligência</b>	-	1	-	5	6
	<b>Presos</b>	-	-	-	-	-
	<b>No Hospital</b>	-	-	1		1
<b>Estado efetivo</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>17</b>
				<b>Cabo</b>	<b>Soldado</b>	<b>Todos</b>
<b>Pedestres</b>	<b>Presentes</b>			1	16	17
	<b>De Guarda</b>			-	-	-
	<b>Na Ronda</b>			-	-	-
	<b>Em Diligência</b>			-	9	9
	<b>Presos</b>			-	-	-
	<b>No Hospital</b>			1	-	1
<b>Estado Efetivo</b>				<b>2</b>	<b>25</b>	<b>27</b>
		<b>Cabo</b>	<b>Anspeçada</b>	<b>Tambor</b>	<b>Soldado</b>	<b>Todos</b>
<b>Voluntários</b>	<b>Presentes</b>	1	1	1	33	36
	<b>De Guarda</b>	-	-	-	-	-
	<b>Na ronda</b>	-	-	-	-	-
	<b>Em Diligência</b>	-	-	-	10	10
	<b>Presos</b>	-	-	-	-	-
	<b>No Hospital</b>	-	-	-	5	5
<b>Estado Efetivo</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>48</b>	<b>51</b>
		<b>Sargento</b>	<b>Furriel</b>	<b>Cabo</b>	<b>Soldado</b>	<b>Todos</b>
<b>Milicianos</b>	<b>Presentes</b>	1	1	6	80	88

	<b>De Guarda</b>	-	-	-	15	15
	<b>Na Ronda</b>	-	-	-	4	4
	<b>Em Diligência</b>	1	-	-	19	20
	<b>Presos</b>	-	-	-	-	-
	<b>No Hospital</b>	-	-	-	4	4
<b>Estado Efetivo</b>		2	1	6	122	131
					<b>Ordenanças</b>	<b>Todos</b>
<b>Ordenanças</b>	<b>Presentes</b>				6	6
	<b>Na Guarda</b>				-	-
	<b>Na Ronda</b>				-	-
	<b>Em Diligência</b>				6	6
	<b>Presos</b>				-	-
	<b>No Hospital</b>				1	1
<b>Estado Efetivo</b>					<b>13</b>	<b>13</b>
<b>Todos os praças destacados: Estado Maior, Dragões, Pedestres, Voluntários, Milicianos e Ordenanças</b>						
<b>Presentes</b>	158					
<b>Na Guarda</b>	16					
<b>Na Ronda</b>	5					
<b>Diligência</b>	51					
<b>Presos</b>	-					
<b>Hospital</b>	12					
<b>Estado Efetivo</b>	<b>242</b>					
<b>Escravos particulares</b>					<b>16</b>	

Já a tropa miliciania destacada no Presídio de Miranda em fins de 1811 estava distribuída da seguinte forma<sup>344</sup>:

<sup>344</sup> Carta do sargento-mor engenheiro e comandante José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 127 – APMT.

**Tabela 9: Destacamento de Milicianos do Presídio de Miranda - Dezembro de 1811**

	<b>Prontos</b>	<b>Doentes</b>	<b>Com licença</b>	<b>Estado efetivo</b>
<b>Capitão</b>	1	-	-	1
<b>Tenente</b>	1	-	-	1
<b>Sargento</b>	1	-	1	2
<b>Furriel</b>	2	-	-	2
<b>Cabo</b>	5	2	1	8
<b>Tambor</b>	1	-	-	1
<b>Soldado</b>	161	10	-	171
<b>Todos</b>	<b>172</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>186</b>

Em virtude na paz verificada na fronteira não havia mais a urgente necessidade em manter uma numerosa tropa destacada no Miranda. A esse respeito, por ter de “regular sempre a guarnição pelas circunstâncias” doze praças que estavam doentes e um cabo que estava com licença voltaram com a conduta dos Milicianos do 1º Destacamento em dezembro de 1811, desonerando assim as contas da real Fazenda. Segundo informou o comandante, a quantidade de milicianos que permaneceu no Miranda era suficiente para a execução das tarefas diárias do presídio.<sup>345</sup> Em janeiro de 1812 mais uma parte da tropa miliciana voltou para Cuiabá: um tenente, um furriel, dois cabos e trinta soldados. Por estar no tempo das águas, o que impossibilitava os possíveis ataques castelhanos, o Miranda ainda estaria bem guarnecido, mesmo com a diminuição da tropa de milicianos, além de o retorno de parte da tropa desonerar ainda mais as contas da Vila do Cuiabá.<sup>346</sup> Com o intuito de desonerar as contas da Vila do Cuiabá de gastos desnecessários, em abril de 1812 foram enviados de volta à vila mais oitenta milicianos, permanecendo no Miranda ainda noventa e seis remanescentes do destacamento de milícias do presídio.<sup>347</sup>

<sup>345</sup> *Idem.*

<sup>346</sup> Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 130 – APMT.

<sup>347</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, abril de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 133 – APMT.

**Tabela 10: Destacamento do Presídio de Miranda - Junho de 1812<sup>348</sup>**

	<b>Total</b>
<b>Milicianos</b>	60
<b>Dragões</b>	15
<b>Pedestres e Voluntários</b>	69
<b>Total de praças</b>	<b>144</b>

Entre julho e setembro de 1812 foram enviados mais dois destacamentos de milicianos para o Miranda, que passou a contar com um contingente de cerca de oitenta praças milicianas para a defesa do presídio, já que na época de seca todas as atenções voltavam-se para a fronteira.<sup>349</sup> Em novembro de 1812, mesmo entrando na época de menores perigos de assaltos vindos da fronteira, Craveiro de Sá optou em não enviar mais os milicianos para a Vila do Cuiabá. A preservação de um contingente maior, mesmo em tempo de cheia dos rios, deu-se pela notícia trazida pelos índios Guaicuru que os espanhóis da fronteira estavam “juntando” gente. A informação foi ratificada pelo soldado Freitas, que esteve na ronda do rio Apa, e deixou o comandante desconfiado das intenções castelhanas. A preocupação era tão eminente que Craveiro solicitou ao comandante do Forte Coimbra, major Jerônimo, o envio de mais vinte soldados e um oficial para o Presídio de Miranda.<sup>350</sup>

Após a cautela inicial de um possível levante castelhano, a paz voltou a ser a tônica do ritmo de trabalho e defesa do presídio. Após o envio de trinta e três milicianos para a Vila do Cuiabá, o número total de praças destacadas no Miranda passou a ser de cento e quarenta homens, acrescido dos praças que estavam nas condutas para Cuiabá.<sup>351</sup> A entrada de um novo ciclo de águas diminuiu mais uma vez o número total da tropa, já que foram recolhidos cinquenta e dois milicianos para Vila do Cuiabá, e, em pouco tempo, um número ainda maior

<sup>348</sup> Carta do comandante interino do presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao tenente coronel Antônio José Rodrigues. Miranda, junho de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 134 – APMT.

<sup>349</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao tenente coronel Antônio José Rodrigues. Miranda, junho de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 135 – APMT; Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, setembro de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 136 – APMT.

<sup>350</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, novembro de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 139 – APMT.

<sup>351</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao tenente coronel Antônio José Rodrigues. Miranda, maio de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 148 – APMT.

de praças foi enviado de volta á vila.<sup>352</sup> Finalmente, em setembro de 1813, os milicianos remanescentes dos destacamentos mais antigos tornaram à Cuiabá e a guarnição passaria a contar com apenas 120 homens.<sup>353</sup> A falta de maiores notícias do Paraguai, fosse dos índios Guaicuru, fosse das ronda até o rio Apa, impedia que qualquer número de homens da tropa miliciana retornasse para Cuiabá.<sup>354</sup>

**Tabela 11: Contingente destacado do Presídio de Miranda – Maio/Novembro de 1812**

	<b>Total</b>
Tropa destacada no presídio em maio de 1813	189
Tropa destacada no presídio em agosto de 1813	137
Tropa destacada no presídio em novembro de 1813	120

Ao final de 1813 as ordens que chegaram do comando geral da fronteira sul e as notícias trazidas pela ronda confirmaram que não havia qualquer movimentação na fronteira e no Paraguai, sendo possível recolher mais alguns milicianos para Cuiabá<sup>355</sup>, quando foram efetivamente encaminhados cinquenta e três praças, entre oficiais e soldados, para a vila na conduta de abril de 1814.<sup>356</sup> Entre outubro de 1814 e novembro de 1815 retornaram para a Vila do Cuiabá um total de oitenta e sete praças milicianos, permanecendo apenas cinquenta e seis praças no Miranda, entre pedestres, voluntários e dragões.<sup>357</sup> Em janeiro de 1816, a

<sup>352</sup> Carta do tenente comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, agosto de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 150 – APMT.

<sup>353</sup> Carta de João Viegas Garces Torte ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, novembro de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 152 – APMT.

<sup>354</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, novembro de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 153 – APMT.

<sup>355</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 154 – APMT.

<sup>356</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, abril de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 157 – APMT.

<sup>357</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, outubro de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 161 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, maio de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 163 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Presídio de Miranda, novembro de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 165 – APMT.

última notícia referente ao contingente do Presídio de Miranda dizia respeito à manutenção da tropa mesmo no tempo das águas enquanto durassem as desconfianças das ações dos vizinhos castelhanos. Porém, sem maiores detalhes, o tamanho da tropa que permaneceu não foi informado.<sup>358</sup>

#### **4.1.1. As formas de resistência da tropa destacada no Presídio de Miranda**

O recrutamento de homens para compor os corpos mais distantes das áreas mais povoadas da colônia, ainda no início do século XVIII, era uma medida para a “eliminar” elementos indesejáveis das cidades, enviando-os às regiões mais distantes, como as fronteiras.<sup>359</sup> Recrutados contra sua vontade, os contingentes remetidos para as regiões mais afastadas eram notabilizados pela indisciplina e desobediência militar e pela regularidade com que aconteciam deserções. Além disso, um fator que estimulou o escape do serviço militar era a imensidão do território colonial, já que uma vez desgarrados os desertores dificilmente eram encontrados. Mas, apesar de existirem punições aos fugitivos, os castigos não faziam efeito, pois o próprio alistamento militar era considerado a maior entre todas as punições.<sup>360</sup>

A deserção era, portanto, a principal forma de resistência contra os recrutamentos forçados. Segundo Possamai as privações de liberdade, a rotina do trabalho, a falta de fardamento e, principalmente, a falta de alimentação forçava os homens recrutados à força a desistir da vida militar. Fator que também deve ser levado em consideração é que a fuga para a Espanha livrava os portugueses das dívidas contraídas antes e durante o serviço militar. Contudo, o aliciamento à deserção não pode ser descartado. Essa prática era bastante comum entre portugueses e espanhóis e consistia na premiação pecuniária àqueles que serviam nas forças oponentes, forçando que o militar recrutado opositor desistisse do serviço militar e atuasse como um informante sobre as movimentações das tropas adversárias.<sup>361</sup>

---

<sup>358</sup> Carta do comandante José Craveiro de Sá ao coronel comandante geral Antônio José Rodrigues. Miranda, janeiro de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 170 – APMT.

<sup>359</sup> MELLO, C. F. P. de. *Forças militares no Brasil colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*, p. 164.

<sup>360</sup> MELLO, C. F. P. de. *Forças militares no Brasil colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*, p. 143 - 145.

<sup>361</sup> POSSAMAI, P. C. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento (1715 - 1735)*, p. 238.

Durante o período de maior tensão entre portugueses e espanhóis na capitania de Mato Grosso, que vai desde o final do século XVIII até a primeira década do século seguinte, eram comuns os casos onde oficiais e membros da tropa adversária prometiam desertar em troca de melhores condições de sobrevivência.<sup>362</sup> Em casos como este o aliciamento à deserção estava conjugado à espionagem, amplamente realizada pelos destacamentos militares localizados na região e que temporariamente noticiavam as autoridades lusas e hispânicas sobre as condições da força militar do lado oposto na fronteira. Mas, mesmo em períodos de paz entre os dois lados da fronteira, as deserções e a espionagem eram comuns. O trânsito de homens entre os estabelecimentos militares portugueses e castelhanos foi bastante comum e a busca por informações da situação da força militar oposta, a espionagem militar, foi realizada tanto no âmbito do aliciamento para deserção quanto no comércio realizado entre os destacamentos. Contudo, a prática da espionagem espanhola foi reprimida com a fiscalização da entrada de castelhanos sem passaporte ao território português.<sup>363</sup>

Os casos de deserção no Presídio de Miranda são notados desde o período da instalação e construção da estrutura defensiva. Em fins de julho de 1800 foi anotada a primeira baixa da guarnição: desapareceu um ordenança sem levar nenhuma roupa e sem armamento algum. A suspeita da fuga foi confirmada no momento em que alguns pedestres que voltavam do Povoamento de Albuquerque perceberam uma pequena picada recentemente aberta na margem do rio Mondego há pouca distância do presídio.<sup>364</sup> O fato de o ordenança não ter levado coisa alguma, nem mesmo roupas nem armas, permite entender que a hipótese do aliciamento à deserção pode ter sido estimulada por tropas castelhanas de Villa Real ou do Forte de San Carlos.

---

<sup>362</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, maio de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 020 – APMT.

<sup>363</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausens e Gravemberg. Miranda, março de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 099 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausens e Gravemberg. Miranda, maio de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 101 – APMT; Carta de Francisco M. Rodrigues ao tenente comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes. Vila Real de Concepción, agosto de 1809. Fundo Presídio de Miranda, doc. 104 – APMT; Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausens e Gravemberg. Miranda, julho de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 111 – APMT; Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao comandante do Forte de Coimbra Jerônimo Joaquim Nunes. Miranda, outubro de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 113 – APMT.

<sup>364</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, agosto de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 028 – APMT.

Alguns casos, no entanto, chamam atenção. Em fevereiro de 1805 o comandante do Presídio de Miranda Alexandre Bueno relatou ao comandante do Forte Coimbra Ricardo Franco que haviam desertado para Espanha dois militares destacados no Miranda: um pedestre chamado Joaquim Bueno e um auxiliar de nome José de Carvalho que fugiram com uma arma, uma sela e um freio que pertenciam à Fazenda Real. Também levaram consigo alguns cavalos, sendo que cinco pertenciam a particulares e três ou quatro aos índios. O comandante do presídio afirmou que empreendeu uma escolta na tentativa de encontrá-los nas proximidades do rio Apa, contudo esta busca não obteve êxito. Neste caso de indisciplina, o que chama a atenção é que o pedestre Joaquim Bueno era afilhado do comandante e já acompanhava seu superior havia oito anos. Ainda assim, o comandante Bueno afirmou que o pedestre seu afilhado havia sido preso anteriormente em duas ocasiões: uma vez por desavença com um índio Guaicuru, por conta de uma mulher, e outra por furto dirigido ao quartel do comandante. Já contra José de Carvalho constava um histórico de ratonices, sendo o auxiliar conhecido entre a tropa por seus maus hábitos. O motivo da deserção era uma incógnita, já que o comandante havia solicitado praça de soldado dragão para seu protegido, fato que teoricamente desestimularia a fuga para Espanha; mas levando-se em conta que os fugitivos carregaram pertences da Fazenda Real e animais de montaria de particulares, acreditou o comandante que o motivo para o desfecho tenha havido algum estímulo ou incentivo vindo do lado espanhol da fronteira.<sup>365</sup>

Com relação ao recrutamento que compunha a força militar a partir da inserção de indivíduos “indesejáveis” ou “vagabundos” às fileiras que serviam na capitania de Mato Grosso não há, na documentação referente ao Presídio de Miranda, nenhuma menção explícita sobre tal ação. O que se percebe é que, em determinados momentos veem à tona ações típicas de sujeitos que sempre estiveram à margem da sociedade, como roubos, agressões desmedidas, indisciplinas, rugas sem motivos aparentes, etc. Também é perceptível, pelas ações das autoridades militares do presídio, a prática da imposição de castigos e punições a determinados membros da tropa como “medida educativa” a ser vista e entendida por toda a guarnição do presídio.

Em dezembro de 1798, durante a instalação e execução das primeiras obras de fortificação do presídio, o comandante Rodrigues do Prado prendeu dois soldados que pediram para continuar no serviço de construção da taipa, mas que, ao contestarem a decisão

---

<sup>365</sup> Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, fevereiro de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 066 – APMT.

do comandante, foram repreendidos como “cabeças de motim”. A prisão de ambos foi deferida pelo comandante e teve o efeito de ser “tão exemplar castigo para outros mais desatentos”.<sup>366</sup> Assim, em um ambiente militar onde deveria ser mantida a ordem e a disciplina a prisão em muitos momentos teve muito mais a função de “educar” e “disciplinar” tropa.

Contudo, em alguns casos a prisão de membros da tropa também teve caráter punitivo para atos desmedidos e falta de disciplina militar, especialmente em episódios onde foi verificada violência exagerada entre a tropa destacada. Um caso que comprovou falta de ordem militar foi verificado na mútua agressão entre um ordenança e um auxiliar na diligência de uma ronda em julho de 1800. O pedestre de sentinela respondeu de forma inconveniente ao soldado dragão José de Freitas e Souza, que retribuiu imprudentemente à ofensa do guarda. Após o desentendimento, ambos ficaram feridos: o dragão com um ferimento causado por disparo de arma de fogo no braço e na orelha e o pedestre com uma chaga de faca no peito. O resultado imediato foi a hospitalização do pedestre, que sentiu fortes dores na área atingida pela lâmina, e a prisão de José de Freitas, como medida punitiva por ter causado o maior dano.<sup>367</sup> No entanto, confirmou-se em 1803 que o ferimento sofrido pelo soldado dragão no osso úmero pela bala do arcabuz do pedestre era impossível de curar, tornando-o imprestável ao serviço militar.<sup>368</sup>

Em outra ocasião, no ano de 1803, o desentendimento entre dois auxiliares resultou na primeira morte do Presídio de Miranda. O comandante Rodrigues do Prado narrou que a partir de uma brincadeira entre os dois praças que estavam na guarda e se divertiam esbofeteando-se, um sentiu-se ofendido e desferiu um golpe de enxada na cabeça do outro. Segundo o relato a força da pancada foi tão grande que expôs o cérebro do auxiliar atingido para fora do crânio, que sobreviveu com o ferido durante quinze dias sem esboçar melhora; no décimo sexto dia passou o enfermo a desenvolver convulsões, já que o ferimento passou nos últimos dias a

---

<sup>366</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, aproximadamente 1798. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 006 – APMT.

<sup>367</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, julho de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 025 – APMT.

<sup>368</sup> Atestado do cirurgião do partido militar do Presídio de Miranda Antônio Muniz de Farias, sobre o soldado dragão Jose de Freitas e Souza. Miranda, janeiro de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 052 – APMT.

lançar uma substância cortical, que provavelmente resultou de uma inflamação na região do ferimento.<sup>369</sup>

Os conflitos, no entanto, não aconteciam somente entre praças de mais baixa patente. Em janeiro de 1805 espalhou-se a notícia de que o comandante do presídio Alexandre Bueno destratava e ameaçava com punições físicas alguns militares da guarnição do Miranda. A defesa do comandante era justificada pelo seu bom histórico como militar, pois este afirmou que ao assumir sua posição no comando do presídio, sabia da reputação da tropa militar da capitania de Mato Grosso, “principalmente da fronteira”. Por este motivo, o comandante evitava usar de qualquer forma de repreensão contra as atitudes descomedidas de sua tropa, fazendo-as somente em casos extremamente indispensáveis e com a devida moderação. Contudo, as motivações encontradas para tais acusações eram, segundo Bueno, decorrentes de intrigas disseminadas pelo capelão e pelo cirurgião do presídio. O comandante acusou o cirurgião de semear a discórdia no relacionamento ele e os índios Guaicuru, já que uma índia havia sido tomada a força pelo cirurgião e quando conseguiu desgarrar-se de seu sequestrador pediu asilo e apoio ao comandante, que advertiu o militar-médico para não mais ofender a índia. Mas, esta mulher também se relacionava às escondidas com o capelão, que lhe dava pouso durante a noite, assim como fazia o cirurgião. Segundo Bueno, a censura no trato com a índia despertou a cólera tanto do cirurgião como do capelão, que motivou a série de injúrias proferidas contra o comandante em relação ao tratamento dispensado à sua tropa.<sup>370</sup>

A rusga entre o comandante Bueno e o capelão João Batista de Faria não cessou com o relato enviado ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes. Em documento datado de fevereiro de 1807, Bueno relatou que as injúrias do pároco o atormentavam há mais de um ano sem qualquer réplica do militar, tornando a convivência no presídio um verdadeiro tormento. O padre tornou públicas as ofensas à autoridade e à honra de Bueno quando afirmou que um soldado dragão designado como almoxarife pelo comandante fraudava a Real Fazenda, com o consentimento de seu superior militar. O clérigo forjava as acusações e confirmou, ele mesmo, ter comprado pólvora que

---

<sup>369</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, abril de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 057 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Presídio de Miranda, junho de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 058 – APMT.

<sup>370</sup> Representação do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes. Presídio de Miranda, janeiro de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 070 – APMT.

pertencia a Real Fazenda no armazém do presídio com a ajuda do almoxarife. A estratégia do padre João Batista também consistia em desestabilizar a ordem da tropa, pois o padre afirmou que outro soldado dragão, chamado Domingo Souza, havia furtado uma vaca que lhe pertencia para servir de alimento ao soldado. Além disso, o sacerdote passou a dirigir palavras de ordem para a tropa, afim de que praças realizassem seus serviços particulares, em detrimento dos ordenamentos do comandante militar.<sup>371</sup>

Após realizar as investigações necessárias e coletar os depoimentos que comprovaram serem falsas as acusações do pároco, Bueno ordenou que o padre voltasse para Cuiabá na conduta de fevereiro de 1807. Contudo, o soldado dragão que era encarregado como almoxarife do Presídio de Miranda foi trocado por outro soldado dragão após a confecção de um meticuloso inventário de tudo o que havia no armazém real. Mas, antes de sua efetiva partida, o sacerdote ainda persuadiu os cabos de milícias destacados no presídio de que ele possuía alguma influência sobre a designação do serviço de praça, coagindo que os cabos realizassem trabalhos particulares de informação a uma mulher que constantemente visitava o padre no período noturno. A coação de João Batista, porém, extrapolava os limites da influência para nomear o serviço de praça; segundo os testemunhos de alguns cabos e um alferes de milícias, o vigário ameaçava com pauladas aqueles que não obedecessem a suas ordens.<sup>372</sup>

Acusar e injuriar um comandante do presídio, porém, não foi exclusividade de Alexandre Bueno. Em 1813 foi a vez do comandante Craveiro de Sá ser acusado pelo furriel João Viegas Garces Torte de perseguição. A motivação para tal denúncia deu-se por um conflito motivado por dívidas pecuniárias entre o furriel e um morador do presídio, Bento de Arruda Pinto. Viegas formalizou ao governador da capitania de Mato Grosso João Augusto D'Oeynhausen e Gravemberg suas queixas contra Craveiro, pois Bento de Arruda era tio carnal da esposa do comandante do Miranda. Contudo, as críticas do furriel à perseguição empreendida por Craveiro, devidas ao parentesco de sua mulher, não reverberaram na mesma proporção que o episódio entre Bueno e o vigário João Batista.<sup>373</sup>

---

<sup>371</sup> Carta do tenente comandante do Presídio de Miranda Jeronimo Joaquim Nunes á Terceira Junta Governativa da Capitania de Mato Grosso. Miranda, fevereiro de 1807. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 084 – APMT.

<sup>372</sup> Cartas do tenente comandante do Presídio de Miranda Jeronimo Joaquim Nunes ao major Antonio José Rodrigues. Miranda, fevereiro de 1807. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 085 – APMT.

<sup>373</sup> Carta de João Viegas Garces Torte ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, novembro de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc.152 – APMT.

As motivações para desentendimentos entre a tropa destacada eram variadas. Nem mesmo os momentos de maior sensibilidade eram poupados; os excessos acabavam por transformá-los em situações caóticas. O casamento do anspeçada Manoel Luis, em janeiro de 1816, foi marcado pelo pandemônio provocado pelo cabo de milícias Pedro José Antônio que, após ingerir considerável quantidade de cachaça e empunhando uma espada, passou a atacar todos os que estavam à sua volta. O resultado foi um ferimento que aleijou a mão do soldado Miguel Pinto e ferimentos mais leves no anspeçada Manoel Luis, no tambor Paulo Diogo e no ordenança Marcos Rodrigues. Como os feridos estavam todos desarmados, o cabo infrator foi punido com o rigor militar estabelecido pelo comandante Craveiro para todos aqueles que “dão com faca como os que puxam por ela”. A punição imposta ao cabo pelas cutiladas desferidas contra os participantes do festejo foi composta inicialmente com a aplicação de sessenta pranchadas e a prisão do cabo em calcetas<sup>374</sup> até sua extradição para a Vila do Cuiabá na primeira conduta após o julgamento.<sup>375</sup>

As agressões, por vezes, não apresentavam motivos aparentemente claros. Em algumas ocasiões a desproporção da força aplicada pelo infrator era tão grande que fugia à compreensão das justificativas dos crimes cometidos mais comuns em uma guarnição militar. O auto da devassa inquirido pelo comandante Joaquim Duarte Pinheiro sobre a morte do soldado pedestre Manoel da Costa Lima é um exemplo. Neste inquérito foi comprovado através de relatos de mais de vinte testemunhas que o índio Guaicuru chamado Padre Grande assassinou o soldado Manoel; a vítima faleceu poucas horas após o crime. A descrição da causa da morte do pedestre apontou para uma série de ferimentos desferidos pelo índio com uma faca pequena, a saber: duas facadas na clavícula direita que atravessaram para as costas, uma debaixo da orelha direita que rasgou até a garganta da vítima, uma no meio das costas que perfurou a barriga e uma no braço direito até atravessar o membro da vítima. A verificação do corpo do soldado comprovou que os golpes todos atingiram pontos vitais, pois visavam veias e artérias e espalharam enorme quantidade de sangue no local da desavença.

---

<sup>374</sup> Calceta é uma argola de ferro que é presa ao tornozelo de um infrator e pode estar presa tanto na cintura do próprio julgado quanto no tornozelo de outro réu punido.

<sup>375</sup> Carta do comandante José Craveiro de Sá ao coronel comandante geral Antônio José Rodrigues. Miranda, janeiro de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 170 – APMT; Carta do comandante José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 171 – APMT.

Após tão desproporcional ataque, o índio foi preso mesmo sem que o resultado do inquérito apresentasse o motivo da hostilidade física.<sup>376</sup>

As punições dos militares por toda qualidade de indisciplina foram determinadas, principalmente, pelas restrições de liberdade. As prisões tinham, de forma geral, um caráter muito mais educativo que punitivo, já que duravam muito pouco tempo: em média de um a dois meses.<sup>377</sup> O pouco tempo destinado ao aprisionamento encontrava respaldo, talvez, na escassez de homens aptos e disponíveis ao serviço militar e, por este motivo, manter um prisioneiro por muito tempo significava aumentar consideravelmente os gastos de manutenção da cadeia no presídio.

Contudo, havia casos em que a punição não apresentava apenas o caráter de medida educativa. Em determinados momentos, as realizações de alguns membros da tropa atingiam proporções que a aplicação de uma medida educativa não teria qualquer sentido na reeducação de certos hábitos. Em março de 1809 o soldado dragão Agostinho Souza Rosa e o soldado miliciano Antônio de Souza Nunes foram autores de um roubo de quarenta oitavas de ouro do cabo Francisco Piçarra e também tentaram desertar para a Espanha, sendo que ambos foram encaminhados para a prisão do Forte Coimbra. Mas, Agostinho já havia estado preso em março de 1808 no Presídio de Miranda pelo crime de querer desertar para Espanha. Agostinho Rosa era visto pelo comandante Jerônimo Nunes como um mau soldado, sujeito de má índole e péssima conduta, não merecendo este, em hipótese nenhuma, assumir um posto de soldado dragão, já que seus exemplos sempre caminhavam para o exercício da ridicularia. Durante a conduta que levou o soldado Agostinho para o Forte Coimbra, este afirmou que na primeira oportunidade em que estivesse em liberdade fugiria para Espanha.<sup>378</sup>

A necessidade, porém, tornava as punições muito mais brandas. A carência de praças especializados em determinados serviços estimulava o perdão para alguns membros da tropa. Este foi o caso do soldado da Companhia Franca Thomas Correia que, em maio de 1813,

---

<sup>376</sup> Auto de devassa que mandou proceder o ajudante comandante Joaquim Duarte Pinheiro pela morte do soldado pedestre Manoel da Costa Lima. Presídio de Miranda, outubro de 1821. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 191 – APMT.

<sup>377</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes a 3ª Junta governativa da capitania de Mato Grosso. Miranda, novembro de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 079 – APMT.

<sup>378</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, março de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 099 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao major Antônio José Rodrigues. Miranda, abril de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 100 – APMT; Inquirição feita por Antônio Xavier do Vale sobre o furto ao cabo Francisco A. Piçarra. Presídio de Miranda, janeiro de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 109 – APMT.

chegou ao Presídio de Miranda preso em calcetas, onde deveria permanecer por um ano, segundo seu julgamento anterior. Mas, o prisioneiro dominava o ofício de carpinteiro, especialidade que era de extrema importância para o serviço no Miranda e que não havia sequer um praça especializado destacado na guarnição naquele período. Por conta da habilidade no desempenho do ofício, neste caso, foi perdoada a pena do soldado infrator e o mesmo foi reincorporado à tropa.<sup>379</sup>

Outro exemplo que pode elucidar o perdão por determinadas ações em um ambiente tão carente de gente especializada foi do soldado da Companhia Franca Ricardo Thomé de Campos. Este militar era casado com Catharina de Senna e juntos construíram “o casamento mais desordenado” que já havia se visto no presídio. Segundo o comandante Craveiro de Sá “poucos são os dias em que não havia pancadas, gritos, facadas, etc.” estando ambos bêbados. Apesar do incômodo que tão conturbada relação provocava em toda a tropa (militar e de povoadores), o comandante afirmou que só não havia mandado ambos de volta para a Vila do Cuiabá por Ricardo ser o único ferreiro que estava destacado no Miranda. Craveiro afirmou que, em última hipótese, conservaria o soldado e enviaria sua esposa para Cuiabá, sendo este o melhor meio para evitar que um dia fosse “preciso mandar algum deles em uma corrente com crime de morte, ... por que bêbados não sentem castigo”.<sup>380</sup>

Houve também casos generalizados de indisciplina militar. A chegada do destacamento de milicianos em 1810 foi vista pelo comandante Craveiro de Sá como a chegada de uma “criançada”, visto que “não servem mais que para comer data”. E justificou-se o comandante ao governador de Mato Grosso João Carlos D’ Oeynhausen e Gravemberg que “é bem certo que em alguns regimentos em Portugal tem muita criançada ... mas também é certo que quando se leva gente para qualquer lugar usa-se escolher os melhores soldados”. No entanto, apesar de ter em mãos um destacamento de jovens e poder instruí-los a fazer que tivessem com o tempo “o suor do serviço”, Craveiro abriu mão de poder “criar” seus soldados

---

<sup>379</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, maio de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 144 – APMT.

<sup>380</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 162 – APMT.

por não achar o Miranda um lugar próprio para a disciplina militar e pelas situações encontradas não serem as mais favoráveis.<sup>381</sup>

Mesmo quando já não existia nenhuma possibilidade de um ataque espanhol e o cotidiano da tropa deveria ser regulado pela calma, havia sempre indícios da indisciplina da tropa destacada. O relato do comandante Joaquim José Rodrigues de 1822 apontou para um prisioneiro militar que foi mantido preso em calcetas, mas que acabou recobrando seu juízo no tempo em que esteve preso e se arrependeu de seus erros, pretendendo voltar à suas atividades no campo. Neste mesmo período esteve destacado no Miranda um grupo de cinco praças da Legião paga que, além de incomodarem diariamente a ordem da guarnição e do serviço público com insultos e bebedeiras eram conhecidos por suas práticas de latrocínio, que “por qualquer maneira procuram por em prática ... um conjunto de extravagâncias”<sup>382</sup>

Contudo, apesar das manifestações de violência, resistência e desordem militar relatadas, a tropa do presídio apresentou também alguma disciplina, como foi o caso da Companhia de Dragões. O comandante Jerônimo Joaquim Nunes, em novembro de 1805, afirmou que este destacamento de soldados era extremamente disciplinado: conheciam a subordinação e os deveres dos soldados, realizavam as diligências necessárias para o serviço da fortificação, bem como para a defesa do estabelecimento. Além disso, o treinamento militar era aplicado a esta tropa: exercícios de artilharia volante e exercícios de fogo com armas portáteis eram aplicados a esta corporação.<sup>383</sup>

A diversidade de homens alistados à tropa do Miranda era visível. Mesmo sem nenhuma menção explícita sobre o aliciamento de “vagabundos” e indesejáveis ao serviço militar é perceptível que as condições de isolamento, de brandas punições e de carências materiais (como fardamento e alimentação, por exemplo) tornavam o cotidiano da tropa muito mais penoso. As demonstrações de resistência pela deserção e as desmedidas agressões são provas que o ambiente militar era, muitas vezes, um ambiente hostil à ordem e à disciplina. Mas, nem mesmo a sagacidade da vida na fronteira impedia que as tarefas militares fossem realizadas.

---

<sup>381</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 116 – APMT.

<sup>382</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Joaquim José Rodrigues à Primeira Junta Governativa Provisória. Presídio de Miranda, outubro de 1822. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 193 – APMT.

<sup>383</sup> Carta de Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes. Miranda, novembro de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 069 – APMT.

## **4.2. Artilharia, armas, munições, pólvora e fardamento: o fornecimento de gêneros bélicos para o Presídio de Miranda**

De acordo com Mello, o abastecimento das tropas pagas com artigos militares (armas, fardamento, pólvora) era um problema que atingia todo o território colonial, porém, o agravamento dessa situação era notado cada vez que essas tropas estavam mais distantes das localidades onde foram recrutados. Mas, esse problema não era exclusivo da tropa de linha; todos os corpos militares (auxiliares, principalmente, e ordenanças, em menor escala) que dependiam do abastecimento regular, ou do envio esporádico de gêneros bélicos, sofriam com a demora e ausência de fornecimento de produtos para a manutenção do serviço militar.<sup>384</sup>

As primeiras notícias de chegada de armamentos e munições para o Presídio de Miranda são de julho de 1799, quando o cabo Antonio Baptista conduziu a conduta da Vila do Cuiabá até o presídio, porém não havia nem a quantidade nem a descrição do material bélico que foi enviado ao presídio.<sup>385</sup> Pela carência de gêneros bélicos nos primeiros anos da instalação do Miranda havia uma constante preocupação de economia de munições. O comandante Rodrigues do Prado já havia notado que em algumas ocasiões era necessário enviar as condutas com soldados desarmados, como aconteceu, por exemplo, em maio de 1800. Nessa ocasião, os soldados Pedestres foram desarmados, já que no caminho até Cuiabá os cartuchos eram utilizados sem necessidade aparente e, na chegada à Vila do Cuiabá, eram descontadas as munições do armazém do presídio. Rodrigues do Prado justificou a conduta com homens desarmados, pois a falta desse gênero era prejudicial ao presídio sendo “uma grande falta no provimento da guerra”.<sup>386</sup>

Em julho de 1800 a queixa de Rodrigues do Prado era que, se houvesse uma investida espanhola na região, a fortificação do presídio além de estar inacabada, fato que já causava grande desconforto devido à insegurança da tropa, ainda não contava com artilharia e

---

<sup>384</sup> MELLO, C. F. P. de. *Forças militares no Brasil colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*, p. 176 - 178.

<sup>385</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, julho de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 010 – APMT.

<sup>386</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, maio de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 022 – APMT.

estoques de munições de guerra suficientes para repelir os ataques dos oponentes. As armas existentes no presídio estavam perdidamente arruinadas ou quase que totalmente inutilizadas, fatores que também contribuíam para a fraca defesa do estabelecimento.<sup>387</sup> Apenas algumas poucas espingardas e uma pequena quantidade de balas, cartuchos de pólvora, perdigotos, pederneiras, chumbo e pólvora foram enviadas de forma emergencial do Forte Coimbra para suprir as necessidades imediatas do Presídio de Miranda.<sup>388</sup>

A situação da falta de gêneros bélicos no presídio preocupou excessivamente o comandante. Em carta datada de setembro de 1801 ao comandante Ricardo Franco, Rodrigues do Prado relatou que a falta de meios para socorrer o presídio e a guarnição era de uma carência tão grande quanto a falta dos próprios armamentos e gêneros militares. No armazém do presídio não havia “uma só libra de ferro para consertar-se o armamento que se arruinar”, sendo preciso também “ao menos um ferreiro hábil” para socorrer às necessidades do Miranda.<sup>389</sup> Em 1801 o armamento disponível no presídio contabilizava pouco mais de uma centena de armas, entre novas e velhas, alguns saca-trapos e patronas de diversos tamanhos, poucos fagotes, pederneiras, menos de um milhar e meio de cartuchos para pólvora branca e preta e alguns poucos facões. Essa quantidade de petrechos armava pouco mais de cento e trinta homens, número aproximado de homens que defendiam o Miranda neste período. A distribuição do armamento encontrava-se disponível aos militares da seguinte forma<sup>390</sup>:

**Tabela 12: Estado do armamento e munições existentes no Presídio de Miranda – Setembro de 1801**

Auxiliares, Dragões e Voluntários		Ordenanças e Pedestres	
Armas de Infantaria	38	Armas de Cavalaria	33
Armas velhas	4	Armas velhas	27
Patronas e Cintos	36	Patronas pequenas	34
Patronas grandes	36	Patronas grandes	6
Patronas pequenas	4	Cartucheiras	7
Saca-trapos	36	Saca-trapos	7

<sup>387</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, julho de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 025 – APMT.

<sup>388</sup> Livro que há de servir de Registro para este Comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra, saído de Coimbra para Miranda. Rolo de microfilme nº 2: Códice 33 - Livro (parte) de registro da relação de gêneros fornecidos ao Real Armazém do Presídio de Miranda: Vila de Miranda, 1799 – 12 – 15/1801 – 02 – 08.

<sup>389</sup> Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado ao comandante dos estabelecimentos do Paraguai Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, setembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 037 – APMT.

<sup>390</sup> Mapa do mês de agosto da guarnição do Presídio de Miranda. Presídio de Miranda, setembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 042 – APMT.

Pederneiras	65	Pederneiras	117
Cartuchos de pólvora branca	36	Cartuchos de pólvora preta	260
Cartuchos de pólvora preta e branca	620	Cartuchos de pólvora preta e branca	252
		Ditos de pólvora preta	240
Fagotes e Talabutes	15	Facões	19

Em setembro de 1802, Prado averiguou que para a efetiva defesa do presídio era necessário o envio de mais munições, apesar do reduzido contingente destacado. A queixa de falta de gêneros bélicos era referente ao teor do inventário de janeiro de 1802 que constatou a falta de pólvora e balas para um combate, caso houvesse um ataque espanhol. A situação do paiol era agravada pela demora do socorro que chegava da Vila do Cuiabá, que, além de demorado, era sempre insuficiente para as necessidades de defesa do Miranda.<sup>391</sup>

O ataque à fortificação espanhola de San Carlos em 1º de janeiro de 1802, porém, rendeu alguns gêneros militares que foram apreendidos após a rendição do forte espanhol, comandada por Rodrigues do Prado. Entre o montante de gêneros militares listados pelo comandante é possível perceber que duas peças de artilharias faziam parte do arsenal rendido junto aos espanhóis. Como não é possível perceber através da análise da documentação o envio de peças de artilharia para o Miranda via Cuiabá, Vila Bela ou Forte Coimbra, é possível que a artilharia que existiu no Presídio de Miranda seja resultante do ataque ao Forte de San Carlos.

**Tabela 13: Relação de armamentos, ferramentas e demais pertences apreendidos no Presídio do rio da Lapa – Janeiro de 1802<sup>392</sup>**

Armas	10	Pederneiras	20
Trabucos	3	Balas de Arcabuz	66
Machados	6	Cartuchos de peça de pólvora só	4
Alavancas	7	Polvorinhos	2
Facões quebrados	2	Embaralho de pacadroz e chumbo	1
Enxada	1	Caldeiras de ferro	2
Cartucheiras	10	Saca-trapo de peça	1
Cartuchos de pólvora e balas só	94	Peça de bronze 6 libras	1
Cartuchos de peça de pólvora	2	Peça de ferro 6 libras	1

<sup>391</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, setembro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 047 – APMT; Carta do capitão Francisco Rodrigues do Prado para o governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Miranda, outubro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 048 – APMT; Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, outubro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 049 – APMT.

<sup>392</sup> Relação dos armamentos e ferramentas pertencentes a sua majestade no presídio do Rio da Apa, assinado pelo escrivão Francisco Xavier Ribeiro. Sem local, janeiro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 051 – APMT.

A carência de munições era nítida e fez com que em julho de 1803 o então comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes Pereira percebesse que balas estivessem sendo roubadas dos armazéns. A hipótese sugerida por Joaquim Nunes é que praças destacados nos corpos de Ordenanças e Auxiliares estivessem desfalcando os estoques, visto a falta de municionamento de boca e a necessidade de utilização das balas guardadas no armazém para conseguir seu próprio sustento. Este fato, associado a uma maior organização e provimento dos armazéns e do paiol de pólvora fez com que em algum tempo surgisse a necessidade de um oficial que desempenhasse a tarefa de almoxarife no presídio.<sup>393</sup>

A manutenção do parco armamento existente no presídio causava certo desconforto nos comandantes. Em alguns casos, os reparos nas armas eram feitos utilizando-se ferro de outras ferramentas como machados, alavancas e facões para prolongar a utilização de um conjunto de armas que constantemente carecia de consertos.<sup>394</sup> O aço que poderia ser aplicado exclusivamente no restauro dos equipamentos bélicos, devido à sua falta, era dividido e distribuído ora na construção (ou reforma) do presídio, ora aplicado nas armas. O envio de ferro e aço feito por Cuiabá raramente atendeu às necessidades imediatas do Miranda. Em alguns casos mais urgentes utilizava-se todo o material existente disponível e esperava-se o retorno das diligências que partiam de Cuiabá com mantimentos e demais gêneros para abastecer o Forte Coimbra e o Presídio de Miranda. Um exemplo que ilustra essa “matemática do abastecimento” pode ser notado em 1804 no momento da construção de uma carreta para peça de artilharia,

em uma carreta nossa que mandei fazer para uma peça se gastou quantidade de ferro que de Cuiabá estou há esperar por canoas há 4 meses, menos alguns dias, que para lá foram e até agora não apareceram. (Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, março de 1804. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 063 – APMT)

A manutenção das selas, utilizadas para a realização de rondas, era realizada no presídio. A curtição de couros também era realizada no estabelecimento, fato que sobrecarregava a defesa e desmobilizava parte da tropa que deveria estar empenhada em outras tarefas relacionadas à

---

<sup>393</sup> Carta do tenente comandante Jerônimo Joaquim Nunes Pereira ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Miranda, julho de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 059 – APMT.

<sup>394</sup> Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, março de 1804. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 063 – APMT.

proteção do estabelecimento. A necessidade de pólvora mais uma vez foi relatada em março de 1804 e gerou preocupação do comandante do presídio.<sup>395</sup>

Já no início de 1807 verificou-se a presença de um praça que era encarregado exclusivamente de cuidar do armazém. Essa função surgiu em decorrência da necessidade de organizar, pesar, medir, contar e se ocupar com as tarefas do armazém. O militar que poderia ocupar esta vaga precisava ler e escrever, como os soldados dragões Gregório Rodrigues Lana e João Ferreira da Silva e do alferes de milícias Francisco Leite Pereira, e, mesmo assim, os selecionados não permaneceram por tempo prolongado na função, evitando assim má conduta na distribuição dos mantimentos. O soldado Gregório Rodrigues Lara, que foi o primeiro praça que ocupou o posto de almoxarife do Miranda, e havia assistido a entrega da pólvora enviada ao presídio, além de ter conferido, pesado e medido todos os gêneros e mantimentos remetidos na conduta de Cuiabá para abastecer os armazéns do Miranda, dando início às atividades de almoxarife.<sup>396</sup>

Durante o período em o armazém do presídio foi a maior fonte de recursos de toda a guarnição o trabalho do almoxarife foi contestado em algumas ocasiões. Não é possível perceber um desvio dos gêneros estocados nos armazéns, nem mesmo o enriquecimento de almoxarife, do comandante do presídio ou de algum outro militar ligado ao almoxarife ou ao armazém. Mas, o que se percebe é que durante as duas primeiras décadas do século XIX o envio de papel para o presídio foi comprometido inúmeras vezes, afetando, entre outras funções, o exercício do ofício do almoxarife.<sup>397</sup>

A questão do abastecimento de gêneros de guerra fez com que, em fevereiro de 1807, o comandante Joaquim Nunes inventariasse toda a pólvora que existia no presídio. Foram feitas três relações desse produto: a primeira relação correspondia à quantidade de pólvora que havia no paiol antes da chegada de Joaquim Nunes ao comando do Miranda em 1806,

---

<sup>395</sup> *Idem.*

<sup>396</sup> Carta de Francisco Leite Pereira ao comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes. Miranda, janeiro de 1807. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 083 – APMT; Carta do tenente comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes à Terceira Junta Governativa da Capitania de Mato Grosso. Miranda, fevereiro de 1807. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 084 – APMT.

<sup>397</sup> Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes. Miranda, março de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 068 – APMT; Carta de Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes. Miranda, novembro de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 069 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao sargento-mor Antônio José Rodrigues. Miranda, maio de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 092 – APMT; Carta de Felix Antônio de Mendonça ao senhor Antônio José de Carvalho Chaves. Presídio de Miranda, outubro de 1819. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 189 – APMT.

quando o almoxarife era João Ferreira de Sá; a segunda relação mostra toda a pólvora que existia no Miranda no dia primeiro de janeiro de 1807 e que foi recebida pelo soldado dragão Gregório Lara; a última relação é referente ao consumo desse material desde o dia 19 de junho de 1805 até o mês de dezembro de 1806. Esse procedimento seria preciso, pois a soma das duas últimas relações subtraídas da primeira permitiria verificar a falta e a diferença da quantidade entre a pólvora declarada e a que realmente existia no paiol do presídio, possibilitando dessa forma, um maior controle sobre a entrada e saída desse produto no armazém.<sup>398</sup>

O controle da pólvora era de extrema importância, já que, apesar de a fronteira apresentar uma situação de paz aparentemente, a defesa dos estabelecimentos fronteiriços não poderia ser descuidada em nenhum momento. A carência deste gênero foi constante até, pelo menos, o ano de 1810. Apesar de dispor de boa quantidade de balas o Presídio de Miranda pereceria, caso fosse preciso resistir algum ataque inimigo, devido à pouquíssima quantidade de pólvora existente no paiol. Segundo Craveiro de Sá, a pólvora existente até 1810 no presídio seria suficiente apenas para meia hora de resistência.<sup>399</sup>

A pólvora deixou de ser um problema apenas após a mudança do foco do conflito entre os vizinhos castelhanos. Com a emancipação política da Província do Paraguai, a tensão na fronteira foi diminuindo ano após ano. Em setembro de 1811, o pedido do comandante sargento-mor José Antônio Teixeira Cabral, que havia recém assumido o comando dos estabelecimentos portugueses da fronteira, voltou-se para o abastecimento com mantimentos, já que a pólvora existente abundava e era suficiente para a defesa do presídio em caso de qualquer ataque espanhol ou indígena.<sup>400</sup>

O clima de calma que passou a ser relatado pelos comandantes militares na fronteira portuguesa a partir da década de 1810 refletiu imediatamente na composição dos gêneros guardados nos armazéns e paióis do Presídio de Miranda. Em 1813, durante o segundo período do comando do Miranda por Craveiro de Sá, foi relatada a deterioração de munições. Craveiro afirmou que para manter os gêneros bélicos em níveis aceitáveis, precavendo-se de

---

<sup>398</sup> Cartas do tenente comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao major Antônio José Rodrigues. Miranda, fevereiro de 1807. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 085 – APMT.

<sup>399</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, outubro de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 114 – APMT.

<sup>400</sup> Carta do sargento-mor José Antônio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, setembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 124 – APMT.

algum ataque, seria necessário o envio de cerca de mil espoletas carregadas, pois a falta de uso fez com que as que existiam nos armazéns do Miranda estivessem “totalmente danificadas e sem força para penetrar o cartucho”.<sup>401</sup> A pólvora, que em períodos anteriores foi artigo de primeira necessidade para a defesa do Miranda, estava, no início da década de 1820, totalmente arruinada. Em 1822 o comandante Joaquim José Rodrigues afirmou que boa parte da pólvora existente no presídio estava inutilizada para a guerra, sendo que se fosse moída, poderia ser reaproveitada apenas para fazer fogos de artifícios, salvas ou outras atividades que não fossem a batalha.<sup>402</sup>

Em outubro de 1810 houve um rumor de que alguma artilharia poderia chegar aos estabelecimentos da fronteira sul da capitania de Mato Grosso. A notícia da chegada de um obus de seis polegadas e de uma peça de artilharia de calibre de seis polegadas com reparos à Vila do Cuiabá causou alguma expectativa no comandante Craveiro de Sá. A esperança era que estas armas pudessem compor e aumentar o poder da artilharia do presídio, contudo não se confirmou o envio desse armamento à fronteira sul da capitania.<sup>403</sup> O aumento da artilharia do Presídio de Miranda foi possível somente em dezembro de 1811, com a devolução de duas peças de bronze de uma polegada de calibre que haviam sido levadas para o Forte Coimbra para serem construídos reparos, mais uma terceira peça idêntica que estava sem uso em Coimbra. Contudo, para os consertos necessários seria preciso de, pelo menos, uma arroba e meia de ferro para cada peça; quantidade que não havia no Miranda, já que o pouco desse material que estava disponível no presídio havia sido enviado para vila do Cuiabá.<sup>404</sup> O ferro necessário para realizar o conserto (quatro arrobas) chegou ao presídio em janeiro de 1812, junto com oito arrobas de aço e uma centena de espingardas, mas que, pela falta de peças em quase todas, não poderiam ser distribuídas para a tropa, sendo preciso consertá-las antes.<sup>405</sup>

---

<sup>401</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, fevereiro de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 142 – APMT.

<sup>402</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Joaquim José Rodrigues à Primeira Junta Governativa Provisória. Presídio de Miranda, março de 1822. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 192 – APMT.

<sup>403</sup> Carta de Maria Rosa ao ajudante comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado. Povoação de Albuquerque, outubro de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 013 – APMT; Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, outubro de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 114 – APMT.

<sup>404</sup> Carta do sargento-mor engenheiro e comandante José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 127 – APMT.

<sup>405</sup> Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 130 – APMT.

O envio dessas armas foi feito após o pedido explícito do comandante Teixeira Cabral em outubro de 1811. Cabral cobrou o envio de armas, pois o armamento que existia no Miranda até então estava distribuído somente entre a tropa Miliciano dos primeiros destacamentos, sendo que os praças que chegaram depois receberam armas velhas sem conserto e impróprias para a guerra, mas, segundo Cabral, adequadas para “consumo”.<sup>406</sup>

O conserto de armas no Presídio de Miranda era constante e, segundo o comandante Cabral, seria possível, provisoriamente, até o final de 1811 aprontar cento e vinte armas, porém, a utilização dos meios de solas para o conserto das armas tornou impossível a fabricação de fivelas para a tropa. Somente utilizando-se latão fundido de copos de espadas velhas foi possível confeccionar as fivelas para os praças.<sup>407</sup> Apesar da previsão do conserto de cento e vinte armas, a quantidade de meios de sola que havia no Miranda foi possível consertar apenas cem armas completas, já que o estado das mesmas carecia de grandes arrumações.<sup>408</sup> Em maio de 1813, frente à iminente possibilidade de um grande assalto de índios Kadiwéu da fronteira, já que os estabelecimentos fronteiros castelhanos haviam sofrido várias cargas desses índios nesse mesmo período, o comandante Craveiro solicitou ao comandante do Forte Coimbra “pelo menos cem armas boas, pederneiras e, pelo menos, cinquenta selas, pois com as que tenho e as particulares poder-se-ão montar cento e cinquenta homens”.<sup>409</sup>

Sobre a questão do fardamento da tropa assentada no Presídio de Miranda, não existe muitas informações. Das poucas notícias existentes sobre a vestimenta dos praças a primeira delas é datada de março de 1811. Nesta ocasião o comandante Craveiro de Sá relatou ao governador de Mato Grosso d’Oeynhausen e Gravemberg que mandou confeccionar fardamentos completos para os dragões e era preciso pagar pelo serviço dez oitavas e meia

---

<sup>406</sup> Carta do sargento-mor engenheiro e comandante José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, outubro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 125 – APMT.

<sup>407</sup> Carta do sargento-mor engenheiro e comandante José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 127 – APMT; Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 130 – APMT.

<sup>408</sup> Carta do sargento-mor José Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, março de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 131 – APMT.

<sup>409</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao tenente coronel Antônio José Rodrigues. Miranda, maio de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 146 – APMT.

para cada conjunto de indumentária.<sup>410</sup> Porém é possível perceber que os próprios praças mandavam confeccionar seus uniformes. Um caso que ilustra essa condição pode ser exemplificado pela dívida contraída pelo soldado dragão Joaquim Ignácio Ribeiro. Em junho de 1811 esse soldado requeria junto à Real Fazenda o pagamento do fardamento de 1797 a 1811, qual o soldado arcou com os custos durante todo esse tempo.<sup>411</sup> Da mesma forma, o furriel João Viegas Garces Fortes reclamou o não envio de uniforme e panos para confeccionar novas peças ou para reformar sua velha indumentária na conduta que chegou do Cuiabá em novembro de 1813. João Viegas reclamou que toda a tropa recebeu novos conjuntos, porém nem o uniforme, nem os panos de linho encomendados pelo furriel haviam chegado, ficando este com apenas duas camisas já bastante desgastadas e que há cinco meses eram usadas com muita frequência. Viegas temia que o mau estado de sua indumentária causasse o desagrado tanto do comandante do Miranda quanto do governador da capitania de Mato Grosso.<sup>412</sup> A preocupação de Viegas dava-se por ser o fardamento a parte mais visível e mais acessível do caráter militar. A hierarquia e a disciplina poderiam ser analisadas pelo estado de conservação do fardamento, pela composição do conjunto de uniforme, armas e postura. Segundo Fernandes o uso da farda estava “ligada à distinção social e hierarquia, seu uso nos espaços militares era uma norma imprescindível”.<sup>413</sup>

### **4.3. Considerações sobre o abastecimento do presídio durante o período de tensão com a Província do Paraguai**

A questão do abastecimento do armazém do Presídio de Miranda é fundamental para entender como foi realizada a defesa. Manter os estoques de alimentos sempre cheios possibilitava que os militares se dedicassem exclusivamente ao serviço militar. O contrário disso tornaria o serviço militar muito mais sofrível, já que a ameaça de fome e privações

---

<sup>410</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausens e Gravemberg. Miranda, março de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 120 – APMT.

<sup>411</sup> Requerimento do soldado dragão da guarnição do Presídio Miranda Joaquim Inácio Ribeiro ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausens e Gravemberg. Vila do Cuiabá, junho de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 129 – APMT.

<sup>412</sup> Carta de João Viegas Garces Torte ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausens e Gravemberg. Miranda, novembro de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 152 – APMT.

<sup>413</sup> FERNANDES, S. E. Fardamento. In: *Dicionário de história de Mato Grosso: período colonial*, p. 127 – 129.

poderia influenciar até mesmo no caráter e na conduta da tropa destacada. Segundo Souza, mesmo nas regiões de fronteira houve, por parte dos homens que habitavam os limites da América portuguesa, o esforço constante em manter o equilíbrio entre manutenção da sobrevivência nos destacamentos militares e o cotidiano das atividades regulares.<sup>414</sup> Porém, não era apenas o municionamento de boca e de guerra que abasteciam os armazéns militares. Além dos gêneros bélicos e dos mantimentos é importante considerar que remédios, curativos, medicamentos também eram estocados e a falta deste gênero de produto também tinha um efeito danoso junto à tropa militar.

Em 1797, ano da instalação do presídio, o cirurgião Manoel José de Faria solicitou ao comandante Rodrigues do Prado o envio de alimentos para o restabelecimento dos enfermos, mas principalmente uma remessa imediata de remédios.<sup>415</sup> A falta de remédios e produtos médicos sempre foi constante no cotidiano do hospital do Presídio de Miranda. Nos anos posteriores a 1797<sup>416</sup> os cirurgiões responsáveis por zelar da saúde da tropa solicitaram às condutas que chegavam da vila do Cuiabá o envio de remédios, medicamentos, eméticos, curativos e purgantes, pois este gênero de produtos sempre faltou no armazém do hospital do presídio.

---

<sup>414</sup> Souza, L. de M. e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, p. 81.

<sup>415</sup> Carta do cirurgião Manoel José de Faria ao comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado. Sem Local, aproximadamente 1797. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 002 – APMT.

<sup>416</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, julho de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 026 – APMT; Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, novembro de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 030 – APMT; Carta do capitão Francisco Rodrigues do Prado para o governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Miranda, outubro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 048 – APMT; Certidão expedida pelo cirurgião Francisco Gonçalves Rego, certificando que o dragão Francisco Rodrigues do Prado encontra-se enfermo. Presídio de Miranda, setembro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 050 – APMT; Atestado do cirurgião do partido militar do Presídio de Miranda Antônio Muniz de Farias, sobre o soldado dragão Jose de Freitas e Souza. Miranda, janeiro de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 052 – APMT; Atestado do cirurgião do partido militar do Presídio de Miranda Antônio Muniz de Farias, sobre o comandante Francisco Rodrigues do Prado. Miranda, março de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 053 – APMT; Atestado do cirurgião do partido militar do Presídio de Miranda Antônio Muniz de Farias, sobre o cadete de dragões Antonio Pedro Figueiredo Falcão. Miranda, março de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 054 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao comandante do quartel militar Alexandre José Leite Chaves de Melo. Miranda, agosto de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 095 – APMT.

Entre os gêneros mais comuns no hospital do Miranda estavam relacionados itens curativos, utilizados em decorrência dos constantes atos de indisciplina da tropa e que, geralmente, resultavam em ferimentos de bala e corte por lâmina entre os envolvidos.<sup>417</sup>

**Tabela 14: Relação de remédios enviados de Vila do Cuiabá para o hospital do Presídio de Miranda – Agosto de 1808**

Azeite doce (libras)	1
Água de Inglaterra (garrafas)	6
Unguento de alteia (libras)	1
Mercúrio doce (onças)	40
Flores cordiais (libras)	1
Flores de viola (libras)	1
Raiz de alcaçuz (libras)	2
Cevada (libras)	4
Erva doce (onças)	4
Alvaiade (libras)	1
Unguento de Fumo (meia libra)	2

A utilização do hospital pelos militares era constante, pois notadamente as epidemias de sezões, que duravam até três meses, acometeram grande parte da tropa e dos povoadores que habitavam o presídio.<sup>418</sup> Essas moléstias impediam o bom desempenho das atividades, já que, como informou o comandante Craveiro quando este mesmo foi vítima da doença, as febres impossibilitavam o cumprimento tanto com as obrigações militares como com qualquer outra forma de atividade.<sup>419</sup>

Mas, doenças mais graves também acometiam a tropa. Em um caso particular, um miliciano foi diagnosticado com morfeia, nome pelo qual era conhecida a lepra. Neste episódio, com o intuito de manter a boa saúde da tropa e para evitar o contágio de outros componentes da guarnição, o enfermo foi enviado, na primeira conduta, de volta à Vila do Cuiabá para iniciar o tratamento da doença. Tal medida foi precisa, pois o hospital do presídio

<sup>417</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao comandante do quartel militar Alexandre José Leite Chaves de Melo. Miranda, agosto de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 095 – APMT; Carta do tenente comandante capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, maio de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 174 – APMT.

<sup>418</sup> Carta do comandante José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, julho de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 175 – APMT; Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, post. 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 117 – APMT.

<sup>419</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, julho de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 111 – APMT.

não apresentava condições de salubridade e nem dispunha dos medicamentos necessários para o tratamento dessa doença.<sup>420</sup>

O hospital do presídio, apesar de sempre necessitar de medicamentos e gêneros para a boa prática da medicina, possuía uma capacidade máxima de atender até vinte doentes e em diversas ocasiões sempre estava com todas as vagas preenchidas.<sup>421</sup> Este número parece relativamente pequeno, mas se pensar no contingente da tropa, que raramente excedeu duas centenas de praças, o hospital poderia acolher um percentual que variava de 10% até 20% de toda a guarnição, número absoluto extremamente elevado.

Ainda assim, em novembro de 1813, o cirurgião Francisco Glz teve sua demissão sugerida pelo comandante Craveiro por sua imperícia no exercício da medicina. Tal avaliação foi feita após a conferência que nos últimos dois meses o hospital encontrava-se lotado com doentes e que o número de mortes por doença havia aumentado consideravelmente em relação à momentos anteriores. A saída para a situação notada por Craveiro era a admissão de um novo cirurgião mais capaz.<sup>422</sup> Contudo, mesmo sendo informado que não havia cirurgião disponível para ser enviado ao Miranda, o comandante solicitou que fosse enviado ao presídio o negro Antonio barbeiro ou o soldado Joaquim Correia, que, apesar de práticos, era de conhecimento público que ambos dominavam as técnicas de curar sezões e doenças mais comuns, que já acometiam a tropa fazia algum tempo pela falta de profissional capacitado em curar os soldados.<sup>423</sup> Em outubro de 1815 o soldado dragão Joaquim Correia Pinto já estava destacado no Presídio de Miranda há um ano onde fazia a obrigação de cirurgião no hospital do estabelecimento e há quase uma década era prático na arte de curar moléstias.<sup>424</sup>

---

<sup>420</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, julho de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 122 – APMT.

<sup>421</sup> Carta do sargento-mor engenheiro e comandante José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 127 – APMT.

<sup>422</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, novembro de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 153 – APMT.

<sup>423</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, fevereiro de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 156 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, agosto de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 164 – APMT.

<sup>424</sup> Requerimento do soldado da companhia de dragões do Presídio de Miranda Joaquim Correia Pinto ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Vila do Cuiabá, outubro de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 169 – APMT.

Em 1816 as doenças mais diversificadas abateram boa parte da guarnição do Miranda: o furriel Antonio Pires e o soldado José Dinis estavam estuporados; o soldado da companhia Francisco José Pires faleceu repentinamente; quase toda a guarnição já havia sido vítima de sezões. Joaquim Correia, que servia como cirurgião no presídio, regressou para Vila do Cuiabá com objetivo de buscar mulher e filhos e retornar ao Miranda. Mas, tudo indicava que essa foi a desculpa utilizada pelo soldado para não mais regressão ao estabelecimento fronteiriço, ficando mais uma vez o hospital sem atendimento e carecendo do envio de novo prático ou de um cirurgião de ofício para resolver a precária situação do hospital.<sup>425</sup>

A falta de medicamento e cirurgiões não afetou diretamente todo o destacamento, afinal, nem todos os praças assentados passavam pelo hospital com certa frequência. Havia uma falta que era mais grave e que, sentida por todos, perturbou um contingente muito maior de pessoas que estiveram no Presídio de Miranda. Durante o período inicial de instalação do presídio o consórcio entre a tropa destacada e os índios Guaicuru foi motivada por uma troca: os soldados do Miranda acolheriam as aldeias que se instalassem na região do médio curso do rio Mondego e os índios, além de colaborarem para aumentar o contingente populacional, conduziam o gado selvagem até as proximidades do presídio, que servia como fonte de alimento e couro para índios e praças. No entanto, o mantimento destinado para os índios, que era estocado em um armazém rudimentar, deveria ser aumentado, especialmente o fumo, pois o número de índios aumentava em um curto espaço de tempo e o fornecimento desses produtos era a única maneira de atrair os índios a se instalarem na região.

O sal, produto de primeira necessidade tanto para a tropa quanto para os índios, chegou ao presídio nos primeiros meses de instalação da guarnição. O armazém foi utilizado neste período apenas para estocar o sal e um pouco de farinha, fato que fez com que o Miranda carecesse constantemente do envio de mantimentos de primeira necessidade. A penosa situação do armazém foi relatada por Rodrigues do Prado, pois caso o presídio fosse atacado “o maior trabalho” para conter a investida inimiga seria “conter os meus

---

<sup>425</sup> Carta do tenente comandante capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, maio de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 174 – APMT.

companheiros nos limites da humanidade”, tamanha a falta de gêneros alimentícios.<sup>426</sup> Pouco tempo depois, em março de 1798 os estoques de sal já estavam esgotados.<sup>427</sup>

A questão dos gêneros de primeira necessidade foi, em parte, suprida pela própria produção local, devido à urgente necessidade em conseguir algum mantimento. Rodrigues do Prado relatou que em abril de 1799 a previsão de produção da roça da Real Fazenda do Presídio de Miranda era de que se colhesse 10400 mãos de milho e feijão de vara em boas quantidades; havia ainda gado o suficiente para alimentar a tropa e as aldeias instaladas. No entanto, a intensidade das chuvas daquele ano fez-se perder boa parte das culturas do presídio. Os gastos com os índios oneravam demasiadamente os estoques de milho, mas além da roça da Fazenda Real, membros da tropa também plantavam e colaboravam para o abastecimento da guarnição e índios: o pedestre Filisberto José possuía alguns alqueires de milho, Villas Boas e Joaquim Paes também iniciaram o cultivo do milho em áreas relativamente próximas da guarnição.<sup>428</sup>

As primeiras remessas de suprimentos e gêneros vindos da Vila do Cuiabá para o Presídio de Miranda chegaram em julho de 1799. Essa primeira remessa era composta por alimentos, selas e panos de algodão para serem permutados com os índios.<sup>429</sup>

**Tabela 15: Relação de mantimentos vindos da Vila do Cuiabá para o Presídio de Miranda – Julho de 1799**

Item	Quantidade
Canoas grandes	3
Farinha de milho (alqueire)	249
Feijão (alqueire)	118 ½
Toucinho (arroba)	20
Pimentas (libras)	2
Sal do reino (medida)	150
Fumo (rolos)	100
Azeite (medidas)	12
Barril com azeite	1
Aguardente de cana (medidas)	9

<sup>426</sup> Carta do comandante Francisco Rodrigues do Prado ao tenente e comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, dezembro de 1797. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 003 – APMT.

<sup>427</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, março de 1798. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 005 – APMT.

<sup>428</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, maio de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 009 – APMT.

<sup>429</sup> Relação de suprimentos vindos da Vila do Cuiabá feita por Juan Baptista Ribeiro. Presídio de Miranda, julho de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 016 – APMT.

Limas grandes e pequenas	24
Farinha de mandioca (alqueire)	4 e ½
Arroz pilado (alqueire)	6
Selas prontas	12
Fraldas de algodão	3
Sacos de algodão	266

Do Forte Coimbra também foram enviados alguns gêneros alimentícios como farinha de milho, feijão, arroz pilado, toucinho, carne seca, aguardente da terra, fumo, farinha de trigo, azeite de mamona, sal, sabão da terra, rapadura, azeite do reino, galinhas, sabão de carvão, pimenta e milho para galinhas, ainda em outubro de 1799. Nesta remessa feita por Coimbra também constam gêneros de uso cotidiano como cama de vento com cabeceira de telha, colchão de brim de flores, travesseiro, coberta de chita, lençóis, fronha, estopa de tafetá e sacos de algodão (estes para serem permutados com os índios).<sup>430</sup> Em outubro de 1799 a despesa com os índios, que ultrapassavam os quinhentos indivíduos, era próxima de cem alqueires de farinha e cinquenta de feijão, motivo pelo qual pediu Rodrigues do Prado ao governador Caetano Pinto o socorro do armazém do presídio. Mesmo com os Guaicuru iniciando o cultivo de algumas roças, cerca de quinze alqueires de milho para seu próprio consumo, a produção local não era suficiente para abastecer os estoques de mantimentos do Miranda.<sup>431</sup>

No início do ano seguinte, a população de índios Guaicuru que habitava as proximidades do Miranda chegou há trezentos e onze homens e quatrocentas e dezoito mulheres. A recomendação do antigo governador de Mato Grosso João de Albuquerque era que não se onerasse demasiadamente as contas da Real Fazenda com os índios; deveria ser disponibilizado aos índios cerca de cinquenta alqueires de farinha e vinte e cinco de feijão ao ano, mas o gasto médio para manter os índios próximos era praticamente o dobro da previsão do antigo governador. Rodrigues do Prado comunicou ao governador Caetano Pinto de Miranda que as remessas de mantimento que chegavam ao presídio eram sempre insuficientes: o feijão era bastante apenas para o consumo da tropa, o sal que chegava era calculado para menos da metade do tempo necessário até a próxima remessa e a aguardente da

<sup>430</sup> Livro que há de servir de Registro para este Comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra, saído de Coimbra para Miranda. Rolo de microfilme nº 2: Códice 33 - Livro (parte) de registro da relação de gêneros fornecidos ao Real Armazém do Presídio de Miranda: Vila de Miranda, 1799 – 12 – 15/1801 – 02 – 08.

<sup>431</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, outubro de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 014 – APMT.

terra, gênero muito apreciado por índios e militares, era insuficiente para repartir igualmente. Prado ainda afirmou que para seu próprio sustento era necessário dispor de seus “poucos soldos” para gastar com gosto e fazer chegar suas encomendas do Cuiabá.<sup>432</sup>

Ao final do verão de 1800 a falta de água no tempo de granar a cultura do milho fez com que as colheitas do cereal não atingissem as expectativas da produção. Do percentual produzido cerca de quarenta por cento pertencia à El Rey; dessa parcela era distribuída de dez em dez dias uma parte aos índios, totalizando dez alqueires por mês e a metade disso de feijão. Contudo, como as remessas do Cuiabá sempre atrasavam, os índios procuravam se sustentar por outros meios: as constantes correrias realizadas nos campos das vacarias encontraram rebanhos de gado, dos quais os índios sempre traziam algumas vacas para seu próprio consumo.<sup>433</sup> A procura pelo “gado brabo” de Camapuã também era praticada pela tropa do Miranda que, ao realizar as rondas saídas do presídio, sempre que localizavam algum rebanho acabavam por capturar algumas cabeças de gado para serem levadas ao estabelecimento e servirem de alimento aos praças destacados.<sup>434</sup>

A demora da chegada de mantimentos vindos do Cuiabá fomentava um pequeno comércio de milho entre membros da tropa e a Real Fazenda. Ainda no ano de 1800 essa prática foi relatada por Rodrigues do Prado ao governador Caetano Pinto. O major José Antonio Pinto requereu socorro aos povoadores do presídio para que vendessem parte de sua produção de milho, já que não havia mais suprimento nenhum no armazém do presídio. A compra do milho dos particulares aumentou os estoques do presídio em cem alqueires, quantia suficiente para esperar até a próxima remessa.<sup>435</sup> A venda de milho dos particulares ao armazém da Real Fazenda, ao que tudo indica, foi uma constante no Miranda, já que as condutas que chegavam para abastecer o presídio comumente apresentavam uma quantidade

---

<sup>432</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, janeiro de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 017 – APMT; Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, janeiro de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 018 – APMT.

<sup>433</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, maio de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 021 – APMT.

<sup>434</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida. Presídio de Miranda, julho de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 024 – APMT.

<sup>435</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, agosto de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 028 – APMT.

de gêneros muito inferior a real necessidade para a manutenção da tropa por mais de três meses, como aconteceu com as remessas de novembro de 1800 e de março de 1801.<sup>436</sup>

As queixas de Rodrigues do Prado ao comandante Ricardo Franco foram constantes. Em determinado momento, no ano de 1802, o comandante do Presídio de Miranda confessou que a situação vivenciada era quase insuportável; a situação encontrada resumiu-se na seguinte expressão: “não posso mais sofrer as moléstias que padeço e ver esta leal guarnição morta de fome”. O desespero de Prado reverberou no tratamento dado por Cuiabá ao estabelecimento fronteiro que estava sob seu comando. Segundo o relato, a tropa do presídio já não recebia qualquer data havia quinze dias “por não haver coisa alguma no armazém e por isso andam todos dispersos”, comprometendo a execução das mais simples tarefas. Algumas simples ações cotidianas também foram afetadas: a missa não era realizada havia mais de dois meses pela falta de ornamentos, sendo que nos anos seguintes até a farinha para a fabricação de hóstias era escassa. A insatisfação de Prado chegou ao ápice com uma crítica direcionada à administração da capitania de Mato Grosso quando, praticamente mendigando, implorou a Ricardo Franco um fio de algodão para hastear uma bandeira, pois afirmava que para Cuiabá sempre pedia, mas nunca era atendido.<sup>437</sup>

Os constantes aborrecimentos de Prado com relação à insuficiência dos mantimentos enviados por Cuiabá encontraram justificativa após a verificação da carga de uma conduta que chegou em janeiro de 1803 e apresentou certa diferença com o que constava na relação.

Os condutores entregaram o mantimento sem danificação alguma e o mesmo número de sacos que receberam, mas em cada um deles faltaram três pratos de farinha, de feijão e nos pesos também houve diferença para menos. O que talvez mostre que há alguma falsificação nas medidas desse armazém, visto que as deste vieram a poucos meses aferidas. (Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Miranda, janeiro de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 055 – APMT)

---

<sup>436</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, novembro de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 031 – APMT; Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Presídio de Miranda, março de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 034 – APMT.

<sup>437</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, setembro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 047 – APMT; Carta do capitão Francisco Rodrigues do Prado para o governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Miranda, outubro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 048 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, abril de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 057 – APMT.

A percepção de Prado com relação à diferença entre o que estava descrito na relação enviada por Cuiabá e o que chegou ao Miranda apontou para uma falha no abastecimento do presídio. Mas, a desconfiança do comandante, apesar de gerar certo desconforto, pois duvidava da assistência do governo da capitania com esse estabelecimento, não obteve resposta. Primeiramente por que era praticamente impossível detectar onde ocorreu a adulteração dos mantimentos. Segundo, por que o armazém do Miranda não contava com um sistema muito preciso para aferir as medidas de pesos dos produtos que ali eram armazenados, conforme expressou o reclamante.

Anexas às listas de mantimentos para a tropa, para os índios e para os condutores das canoas, eram solicitados junto a Real Fazenda da Vila do Cuiabá instrumentos para o exercício de carpintaria e serralha como limas de diversos tamanhos, ferro, aço, compassos, enxós e serras. Também eram solicitados itens com suas respectivas quantidades para manter tropa destacada e tropa volante de praças que atuavam no presídio.<sup>438</sup>

Mas, mesmo após a chegada de uma remessa considerável de mantimentos e ferramentas, a situação dos armazéns do Miranda não era satisfatória. O comandante Alexandre Bueno se queixou do tempo em que demoravam as canoas que saíam de Cuiabá com a conduta para chegar até o presídio:

que de Cuiabá estou há quase nada esperar, pois as canoas que há quatro meses, menos alguns dias para lá foram e até agora não aparecem. De sorte que agora para dar a quarta parte de uma data ... mando recolher de algumas roçinhas dos soldados o milho para o armazém para se dar a cada praça alguns pratos de milho e havendo tanto o que fazer, tudo fica parado para os soldados irem ver o que comer pelo rio e pelos campos até se desencantar as canoas. (Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, março de 1804. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 063 – APMT)

Crítica feita também pelo comandante Craveiro de Sá que lidou com a falta ininterrupta da assistência da Fazenda do Cuiabá e, por isso, passou a improvisar ferramentas e substituir alguns gêneros de primeira necessidade. As estratégias de sobrevivência, no entanto, fizeram com que toda forma de trabalho fosse interrompida, já que a tropa sem a data não poderia trabalhar em qualquer ofício. O descontentamento foi tão grande que em determinados

---

<sup>438</sup> Relação dos gêneros que são necessários ao armazém deste Presídio para sustentação de 120 Praças por 3 meses. Presídio de Miranda, janeiro de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 060 – APMT; Relação dos gêneros necessários neste Armazém Real para sustentar a guarnição, praça por tempo de 3 meses. Presídio de Miranda, março de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 061 – APMT; Relação dos gêneros que o tenente comandante Francisco Rodrigues do Prado pediu a provedoria da Vila do Cuiabá para fornecimento de quinto. Miranda, julho de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 062 – APMT.

momentos Craveiro anunciava um possível rompimento com a administração como forma de chamar a atenção para o presídio com tamanho desprezo da administração.<sup>439</sup>

A escassez de alimentos era parcialmente compensada com a matança de bois que se fazia na proximidade com a fronteira do rio Apa, em substituição ao toucinho, e com algum pescado que era dividido entre a tropa, mas nem sempre esses recursos saciavam os estômagos da tropa militar do presídio. Em fevereiro de 1805 Bueno afirmou que há dez dias que a guarnição que estava sob seu comando só recebia por data um pouco de milho plantando no próprio presídio, sendo este o último recurso disponível para alimentar o contingente de homens na região por no máximo mais vinte ou trinta dias. A fome era constante; segundo o comandante, em 1804 a falta de mantimentos enviados por Cuiabá, que chegou a durar até quarenta dias, foi causa de não estar o presídio em bom estado de defesa. Em março de 1805, se o socorro não chegasse a tempo hábil faltaria até o feijão para as novas plantações do ano seguinte, já que as sementes de milho haviam sido separadas com muito custo.<sup>440</sup> A necessidade fez com que chegassem novos povoadores com escravos para fazerem plantações nas proximidades do presídio, como foi o caso de José Ribeiro de Moraes que partiu da Povoação de Albuquerque para o Miranda com mais sete escravos lavradores.<sup>441</sup>

Nem sempre as remessas de mantimentos eram suficientes; em muitas ocasiões faltavam fumo e sal, principalmente,<sup>442</sup> que eram produtos de primeira necessidade, já que o sal, especialmente, fornecido como data era utilizado por milicianos e ordenanças como moeda de troca por sabão, cachaça, o próprio fumo, etc.<sup>443</sup>

A chegada de povoadores para plantar roças nas áreas mais próximas do presídio e abastecer a tropa com farinha, milho, arroz, feijão e outros produtos agrícolas, não foi

---

<sup>439</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, agosto de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 160 – APMT.

<sup>440</sup> Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, fevereiro de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 066 – APMT; Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes. Miranda, março de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 068 – APMT.

<sup>441</sup> Carta de Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes. Miranda, novembro de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 069 – APMT.

<sup>442</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao comandante do quartel militar Alexandre José Leite Chaves de Melo. Miranda, agosto de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 095 – APMT.

<sup>443</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, julho de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 077 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, agosto de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 160 – APMT.

suficiente para suprir as necessidades do contingente destacado. No ano de 1808 o comandante Joaquim Nunes convocou alguns militares e incentivou-os a fazer plantações para abastecer o presídio, com o aval do governador Oeynhausén e Gravemberg, visto a constante necessidade de gêneros alimentícios. O incentivo à fixação de famílias de lavradores poderia, inclusive, tornar possível a fundação de uma povoação na região, fato que seria de extrema importância para o pleno abastecimento da tropa destacada.<sup>444</sup>

Apesar da possibilidade de fundar uma povoação nas imediações do Miranda, a presença feminina não foi verificada com certa frequência na documentação. Muito pouco percebidas em um ambiente quase que exclusivamente masculino as mulheres foram, na maioria das ocasiões, esposas ou filhas dos militares que serviam na fronteira, sem que houvesse maior visibilidade de sua presença nesse estabelecimento militar português. Porém, um caso bastante particular é o de uma mulher chamada Maria Rosa que vivia na Povoação de Albuquerque. Em 1799 esta mulher solicitou ao comandante Rodrigues do Prado autorização e licença para morar, junto com sua família, no Presídio de Miranda. A justificativa de Maria Rosa é que seu desejo em se mudar para o presídio se deu por alguns desgostos que havia tido em Albuquerque.<sup>445</sup> Não há em uma data posterior nenhuma referência sobre esta mulher, tampouco uma resposta de Rodrigues do Prado autorizando ou negando a ida da mesma com sua família para o presídio. Contudo, Maria Rosa e sua família poderiam colaborar para o suprimento de gêneros alimentícios para a tropa e, apesar de ser um ambiente militar, no presídio sempre foi bem vista a presença de povoadores para cultivarem algumas roças, mesmo nos períodos de instalação da guarnição.

Sobre esta questão é importante pensar que apesar de atuar como um estabelecimento de atividades exclusivamente militares, nunca foi descartada a possibilidade de acrescer ao Presídio de Miranda uma população de não militares que pudessem plantar roças e cultivar animais. Nesse sentido, a percepção que casamentos entre povoadores, militares e índios iam se tornando mais frequentes e colaboraram com a ideia de que deveria existir uma população não militar no entorno na área fortificada. Os casamentos entre militares e mulheres brancas ou mestiças e entre militares e índias eram, não somente aceitos, como incentivados pelos comandantes do presídio. O estímulo para a realização de casamentos atuava em três sentidos: o primeiro era que assim, poder-se-ia aumentar, a longo prazo, o contingente populacional do

---

<sup>444</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, novembro de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 096 – APMT.

<sup>445</sup> Carta de Maria Rosa ao ajudante comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado. Povoação de Albuquerque, outubro de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 013 – APMT.

presídio; o segundo era que homens casados não desertariam; o terceiro era que o casamento deveria servir como emulação à manutenção e disciplina da tropa, evitando bebedeiras e arruaças.<sup>446</sup>

Ainda no sentido de permitir e/ou incentivar a existência de uma população não militar no entorno do presídio, algumas tarefas executadas por militares chamam a atenção para a manutenção das mínimas condições para assentar povoadores na região, conforme apontou Souza.<sup>447</sup> Um dos casos particulares que permitem compreender a adaptação do cotidiano à instabilidade do meio é do soldado dragão Antonio Pires de Camargo que esteve destacado no Miranda nos primeiros anos após a instalação do presídio. Este soldado era bastante hábil e prático no ofício de matar onças. Antonio de Camargo foi regularmente designado para realizar diligências destinadas à caça do felino, cumprindo a tarefa “com obediência e boa vontade”.<sup>448</sup> O que chama a atenção é que, por se tratar de um soldado dos corpos de auxiliar (que teoricamente recebeu treinamento, foi exercitado e disciplinado) a atribuição de “caçador de onças” parece ser um tanto quanto desencontrada de suas funções originais. Além disso, na ausência da tropa paga, como é o caso do Presídio de Miranda, devia este soldado juntamente com sua Companhia, compor a força defensiva mais importante do presídio. Mas, por se tratar de uma região fronteira e por entender que nem sempre as atividades empreendidas pela tropa eram, necessariamente, atividades marciais o emprego de um soldado dragão para caçar onças demonstra a dinâmica e o cotidiano desse estabelecimento, voltados para a manutenção de condições mínimas de existência de um estabelecimento português no interior da América do Sul. Contudo, a prática da caça à onça foi percebida, também, em outros momentos, pois os comandantes do presídio solicitavam o envio de “cães onceiros” por Cuiabá como tentativa de eliminar o felino da região<sup>449</sup> e preservar as qualidades e condições mínimas de sobrevivência de povoadores no entorno do estabelecimento militar.

A ausência da assistência dos governos americanos, porém, não acometia apenas as posses portuguesas; em março de 1809 chegou até a guarda avançada do presídio uma

---

<sup>446</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausien e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 162 – APMT.

<sup>447</sup> Souza, L. de M. e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, p. 43 - 45.

<sup>448</sup> Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e Capitão General da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, novembro de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 032 – APMT.

<sup>449</sup> Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, fevereiro de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 066 – APMT.

conduta formada por três espanhóis que haviam saído escondidos de Espanha e foram até o estabelecimento português procurando gêneros alimentícios que pudessem ser conduzidos até seus armazéns, em território espanhol.<sup>450</sup> Essa prática comercial que envolvia os lados opostos da fronteira, Volpato denominou como *intercâmbio de fronteira*, e se configurava como uma “teia de relacionamento entre os habitantes de uma e de outra área de colonização” que “variavam de intensidade e forma e perduraram por todo o período colonial”. A autora aponta que, frente às necessidades impostas pelas faltas de abastecimento dos estabelecimentos coloniais, os povoadores/militares ibéricos que estavam na fronteira “buscaram-se mutuamente, à margem dos interesses de estado e nacionalidade, com a intenção primeira de somar esforços para superar as duras condições de vida”. Essa configuração de manutenção da sobrevivência na fronteira proporcionou o exercício do contrabando, da espionagem, de trocas comerciais e dos descaminhos de metais preciosos, estes produzidos nos núcleos mineradores da capitania de Mato Grosso e nas províncias espanholas mais próximas do Peru. As afinidades mercantis notadas na fronteira entre os dois impérios aproximou os governos coloniais, muito mais pela necessidade do que por uma imposição das coroas ibéricas, tornando o contrabando, a espionagem e as trocas comerciais mais comuns, passando, até mesmo, a fazer parte do cotidiano da fronteira.<sup>451</sup>

A espionagem na fronteira, realizada através de contrabando, deserções, presentes entre as autoridades ibéricas e as notícias dadas pelos índios serviam tanto para “levantar informações sobre questões de fronteira” como também para a “troca de informações sobre o andamento da política europeia”, já que na fronteira as notícias eram escassas e muitas vezes chegavam com grande atraso.<sup>452</sup> Na capitania de Mato Grosso, por sua condição fronteira, o contrabando era extremamente comum, sendo em alguns casos assuntos de grande interesse das autoridades coloniais. É importante salientar que o contrabando colonial deve ser

---

<sup>450</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, março de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 099 – APMT; Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, junho de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 102 – APMT; Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemberg. Presídio de Miranda, novembro de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 107 – APMT.

<sup>451</sup> VOLPATO, L. R. R. *A conquista da terra no universo da pobreza. Formação da fronteira oeste do Brasil (1719 - 1819)*, p. 53 - 65

<sup>452</sup> *Idem*, p. 66 – 67.

entendido como a “introdução clandestina de mercadorias estrangeiras sem o pagamento de direitos ou como atividade ilícita praticada às ocultas”.<sup>453</sup>

Porém, a falta de assistência da administração da capitania de Mato Grosso e a pequena quantidade de alimentos remetida por Cuiabá, não eram os únicos problemas do desabastecimento dos armazéns do Presídio de Miranda. Boa parte dos mantimentos enviados até chegava arruinada e podre devido às condições do tempo e ao mau manuseio das cargas nas condutas; da parte que chegava até o armazém do presídio outra porção era perdida, pois a má acomodação dos mantimentos tornava-os corrompidos, como a farinha que apodrecia e o toucinho que derretia com o calor.<sup>454</sup>

O toucinho tornava as datas distribuídas aos militares muito custosas, vide a difícil conservação deste gênero nas condutas que partiam da Vila do Cuiabá. Apesar de haver, ainda em 1809 uma pequena produção desse item no presídio (o cabo Lauriano Bicudo havia fornecido ao Armazém Real toucinho, couro seco, carne fresca e sebo; já o soldado José de Freitas forneceu apenas o toucinho), não havia quantidade suficiente deste produto para ser distribuído para a tropa.<sup>455</sup> A falta do toucinho era compensada com rapadura, que além de substituir este gênero gerava certa economia para a Fazenda Real, pois a rapadura equivalente à data de toucinho custava cerca um terço a menos aos cofres públicos. Alguns moradores do presídio também criavam capados e poderiam produzir toucinho, caso houvesse sal em quantidades suficientes para a confecção do produto, o que tornava este gênero muito mais barato à Fazenda Real. A carne fresca deveria ser utilizada com parcimônia; em 1811, por exemplo, a falta de alternativas fez com que vacas, prenhes inclusive, fossem mortas para fornecer alimento à tropa, fato que poderia comprometer os estoques de bovinos nas regiões próximas do presídio em um curto espaço de tempo.<sup>456</sup>

---

<sup>453</sup> JESUS, N. M. de. Contrabando e extravio. In: *Dicionário de história de Mato Grosso: período colonial*, p. 86 – 90.

<sup>454</sup> Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 116 – APMT; Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, post. 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 117 – APMT; Carta do sargento-mor engenheiro e comandante José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, outubro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 125 – APMT.

<sup>455</sup> Relação das coisas que forneceram ao Armazém deste Presídio no 2º Semestre desde o dia dez de julho até o último de dezembro de 1809. Rolo de microfilme nº 4: Relação 1187 – Relação de saídas de gêneros alimentícios do Armazém Real da Vila de Miranda: Vila de Miranda, 1809 – 12 – 31.

<sup>456</sup> Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, setembro de 1811. Fundo: Presídio de

Frente à possibilidade de perder a valiosa fonte de alimento que eram os rebanhos nativos, já que o consumo de carne fresca era irreversível, em 1814 o comandante Craveiro de Sá indicou ao governador da capitania a única saída para manter os estoques de matrizes próximos da guarnição. A fundação de uma fazenda de gado nas imediações do presídio, por um lado seria suficiente para manter os estoques de carne sempre prontos a serem consumidos e preservando o mínimo para a manutenção do rebanho; por outro diminuiria drasticamente os gastos públicos de Cuiabá com o fornecimento de toucinho para os destacamentos assentados no Miranda. A fazenda de gado também pouparia o inconveniente gerado pelas correrias dos Guaicuru que em períodos mais próximos de 1818 já beiravam a cidade paraguaia de Villa Real. Encontradas as condições necessárias para instalação da fazenda, o estabelecimento teria inicialmente um número aproximado de mil animais e ocuparia o trabalho de apenas seis soldados pagos, uma relação bastante vantajosa para a Fazenda Real. O gado, inicialmente, deveria ser comprado junto aos povoadores e militares que criavam pequenos rebanhos para o consumo local.<sup>457</sup>

Os constantes esforços em incentivar a produção de mantimentos pela própria população que habitava as imediações do presídio haviam dado os primeiros resultados. A urgente necessidade de reposição dos estoques do armazém e a fome que regularmente assombrava a tropa foram os estímulos necessários para uma pequena produção dos principais gêneros alimentícios que eram consumidos no presídio a partir do ano de 1814. Contudo, mesmo nos anos posteriores aos primeiros resultados obtidos com as criações e plantações, algumas famílias compostas por mulheres e crianças que viviam nos arredores do presídio eram miseráveis ao ponto de não disporem de meios para cultivar a terra e criar animais. Esses pequenos grupos familiares, para aliviar sua fome, recorriam ao armazém para conseguir uma mísera quantidade de alimento. Já a produção de carne fresca e couros foi direcionada para o abastecimento do Presídio de Miranda e caso houvesse excedentes os estabelecimentos do sul da capitania, Forte Coimbra e Registro de Camapuã, também poderiam usufruir dos animais criados no Miranda.<sup>458</sup>

---

Miranda, doc. 124 – APMT; Carta do sargento-mor engenheiro e comandante José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, outubro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 125 – APMT.

<sup>457</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, maio de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 158 – APMT.

<sup>458</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’ Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1815. Fundo:

As nações de índios Guaná e Laiana, que haviam mudado com suas aldeias para regiões muito próximas do presídio também contribuíram para o abastecimento da tropa destacada no Miranda. Contudo, o excedente produzido nas aldeias, especialmente o feijão e o milho, era permutada em troca de panos de algodão enviados pela Real Fazenda.<sup>459</sup>

Assim, a diversificação da produção cultivados no Miranda aumentou conforme as necessidades da tropa e os recursos vindos do Cuiabá eram cada vez mais escassos. Do ano de 1815 até 1822 não há notícia de maiores envios de mantimentos para a tropa destacada no presídio, visto que a capacidade de produção de víveres só aumentava. Em 1822 foi feita uma relação dos produtos vendidos ao armazém do Miranda que foram produzidos pelos militares e povoadores que habitavam o presídio e as áreas mais próximas no ano anterior. Verificou-se que naquele ano foi produzido e vendido 837 alqueires de milho, 181 alqueires de farinha de milho, quase 15 alqueires de farinha de mandioca, pouco mais de 40 alqueires de feijão, pouco menos de 59 de arroz, além de quase 19 arrobas de toucinho salgado.<sup>460</sup>

Cessadas definitivamente as questões limítrofes, ao menos até a consolidação da República do Paraguai, o que se percebe é o avivamento do comércio entre ambos os lados da fronteira, bem como um perceptível intercâmbio de produtos e pessoas. Essa movimentação pode ser verificada a partir do ano de 1818, quando o comandante do Presídio de Miranda Joaquim José Rodrigues relatou que dois espanhóis, irmãos, chegaram ainda no final de 1817 ao presídio conduzindo gado bovino para vender à população do Miranda. Após a venda do pequeno rebanho de quarenta e um animais os irmãos castelhanos optaram por não voltar mais ao seu território de origem, permanecendo um tempo no Miranda e recolhendo-se à Vila do Cuiabá posteriormente.<sup>461</sup>

A cordialidade entre os lados opostos pela fronteira pode ser percebida também na relação mantida pelo comandante Joaquim José Rodrigues. A constituição de um pequeno

---

Presídio de Miranda, doc. 162 – APMT; Mapa de mantimento com que as praças destacadas em Miranda, fornecerão ao Real Armazém no ano de 1814, expedido pelo tenente comandante José Craveiro. Presídio de Miranda, janeiro de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 167 – APMT; Carta [...] Joaquim José Rodrigues ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, novembro de 1817. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 179 – APMT.

<sup>459</sup> Carta do comandante José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, julho de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 175 – APMT.

<sup>460</sup> Relação dos gêneros que produziram as plantas e criações no ano 1822 os quais servirão para fornecimento das praças da guarnição do Presídio Miranda. Presídio de Miranda, janeiro de 1822. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 196 – APMT.

<sup>461</sup> Carta do comandante Joaquim José Rodrigues ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, março de 1818. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 182 – APMT.

comércio ilegal com gêneros vindos do Paraguai era feita pelo comandante que afirmou “poder haver dos espanhóis vizinhos alguns gêneros, tenho mandado a essa Villa algumas cargas, entre as quais foi uma pequena porção de sal e com cujo produto me vou mantendo”. Dessa “pequena porção” de sal, adquirida por Joaquim Rodrigues, foi revendida para o armazém do presídio um total de cento e cinquenta medidas. No entanto, Joaquim Rodrigues encaminhou uma carta direcionada ao governador onde rogava e pedia que “por compaixão” o governador mandasse pagar uma “módica quantia” pelo sal fornecido ao armazém do Miranda.<sup>462</sup>

Em 1822 os termos utilizados pelo comandante Joaquim Rodrigues apontavam para, senão o fim, uma mudança de rumos na utilidade do presídio. A guarnição militar que foi, durante a primeira década do século XIX, a maior preocupação desse estabelecimento português juntamente com a fortificação da praça de guerra, não constituía mais o foco das atenções do comando do Miranda. A tropa estava reduzida e justificava-se o pequeno contingente por estar a fronteira oeste do Brasil em paz; as incertezas causadas pela indefinição dos limites imperiais no interior da América não causavam mais tanta tensão, o foco das preocupações no continente era a independência das antigas províncias espanholas. O reflexo desse cenário desencorajava qualquer gasto desnecessário para manter tropa ou fortificar a estrutura defensiva. No Presídio de Miranda, na década de 1820, as atividades estavam voltadas para as plantações, as criações de animais, o corte de madeiras, a manutenção dos estoques do armazém, o comércio com o Paraguai, a fabricação de canoas, etc. O próprio comandante do presídio passou a se dedicar à “aumentar quanto for possível a prosperidade desta parte da fronteira e da tranquilidade pública”<sup>463</sup>

---

<sup>462</sup> Carta do comandante Joaquim José Rodrigues ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausén e Gravemberg, Miranda, dezembro de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 187 – APMT.

<sup>463</sup> Carta do comandante do Presídio de Miranda Joaquim José Rodrigues à Primeira Junta Governativa Provisória. Presídio de Miranda, março de 1822. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 192 – APMT.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de estudar uma fortificação militar fundada em fins do século XVIII na longínqua fronteira oeste da América portuguesa ajuda a compreender uma pequena parte da história da constituição do Brasil enquanto unidade territorial. As tensões e as dúvidas com relações à sobrevivência (fosse pelo desabastecimento de víveres, armas e remédios dos armazéns, fosse por um ataque inimigo); a cumplicidade e o intercâmbio fronteiriço entre portugueses e espanhóis, teoricamente lados opostos e adversários na luta pela posse do território; a associação com índios das mais diversas nações; a imposição de um modo de vida europeu em um meio ambiente que ora se assemelhava ao paraíso, ora ao inferno: todas essas condições colaboraram para moldar o povo, a história, a forma como as instituições se desenvolveram na capitania de Mato Grosso.

O presente estudo permitiu, à priori, compreender o significado de *presídio* durante o século XVIII e XIX. Ao contrário da ideia inicial de ser esta uma unidade punitiva prisional, as reflexões formuladas apontam que a existência de um presídio em determinado território é um importante sinal de que existe um bem valioso que deve ser defendido. No caso do Presídio de Miranda, o valioso bem que estava por trás da fundação deste baluarte português era a própria soberania do território luso no continente americano, já que conjuntamente com o Forte Coimbra, este presídio defendeu fronteira e caminhos, acessos e atalhos da bacia platina (via rio Paraguai e seus afluentes) até o interior do Estado do Brasil; não devendo ser descartada a possibilidade de comunicação de uma saída pelo oceano Atlântico até as minas de metais preciosos de Potosí e do Peru. Mas, a instalação do Presídio de Miranda foi também a constatação de que houve um planejamento para a ocupação do território, já que o próprio ato de *fazer fortaleza* representava “fincar bandeira portuguesa” em uma região até então pouco conhecida, ou desconhecida, mas que apresentava motivos suficientes para ser tomada de posse.

Contudo, o estudo dessa estrutura defensiva fortificada permitiu, também, verificar as dificuldades de manutenção do estabelecimento português fundado no pantanal sul, às margens do atual rio Miranda (antigo Mondego). Primeiramente pela impossibilidade de constituir uma forte e imponente estrutura de pedra e cal, conforme havia sido pensada no início do século XIX, mas também pela difícil tarefa em manter a ordem e a disciplina militar de um contingente tão diverso e heterogêneo frente à fome, doenças, falta de ferramentas e instrumentos. A proximidade com os estabelecimentos castelhanos também deve ser considerada, já que a deserção configurava, de fato, como uma possibilidade de fuga da realidade para um destino incerto, que, talvez, pudesse ser tão ou mais duro que a vida em uma guarnição militar.

O inter-relacionamento com os *índios* foi, sem dúvida, uma grande surpresa no estudo da defesa da capitania. No Mato Grosso colonial, e em toda a região castelhana da fronteira, o contato entre ibéricos e o povo nativo americano configurou-se, ao mesmo tempo, um obstáculo e um trampolim. Foi um obstáculo quando índios das nações Guaicuru, Kadiwéu, Caiapó e Paiaguá adiaram, ou estorvaram, em algumas décadas, a instalação das estruturas ibéricas na região. Foi trampolim por que somente após o contato pacífico e amistoso com povos Guarani, Guachi e Guaná, por exemplo, que portugueses e espanhóis puderam efetivamente sobreviver na porção mais central da América. A diversidade de nações, temperamentos, formas de receber o branco adventício: todas essas variantes devem ser levadas em conta para constatar que *índio*, para a história dessa região, deve ser conjugado como elemento fundamental e personagem ativo no processo de conquista da natureza pelo homem.

Assim, a indissociabilidade de funções de uma estrutura fortificada portuguesa, marca indelével desse instrumento de conquista, foi verificada no Miranda: defender o território luso com a cooperação dos homens e mulheres que anteriormente já habitavam a região. Creditando aos índios Guaicuru, Guachi e Guaná o papel de atores essenciais para o desenvolvimento da trama histórica da fixação das fronteiras do Império português, o Presídio de Miranda chegou ao período imperial da história do Brasil com característica não apenas de um estabelecimento militar.

A adaptação às adversidades para a sobrevivência forçou as populações que habitaram o sul da capitania de Mato Grosso a desenvolver mecanismos próprios para não perecerem ao tempo: a utilização da única fonte de riqueza da terra, o gado selvagem, “bravo”. Aqui se faz

necessário um esclarecimento: riqueza deve ser entendida como sinônimo de grande quantidade, de abundância e não como elemento que compõe uma vida opulenta, faustosa e cheia de luxos. Para tanto, os *índios* surgem, mais uma vez, como elemento indispensável para a doma do meio. Foi, a destreza e a prática adquirida pelos Guaicuru no manejo dos rebanhos de gado nativo que permitiu que os suprimentos proteicos não faltassem à guarnição do Presídio de Miranda. Mas, foi também, com a austeridade imposta pela sobrevivência na fronteira que os povoadores (brancos, pardos, caribocas, mulatos, não se sabe ao certo) passaram a viver cada vez mais próximos do presídio ao mesmo tempo em que se intensificaram as trocas comerciais feitas pela fronteira. Ao chegar o Império do Brasil, o que se percebeu no presídio foi não mais a prática e o exercício da atividade marcial, mas sim o desenvolvimento de uma empresa agropastoril que, certamente, originou a atual cidade sul-mato-grossense de Miranda.

É evidente que o estudo das estruturas fortificadas e defensivas portuguesas fundadas na América deve ser aprofundado. Esta pesquisa teve este objetivo. Claramente é necessário que novas pesquisas, novas formas de compreensão, novos olhares sejam lançados para os meios de defesa para que se tenha uma visão panorâmica do passado regional. Não foi intuito do estudo em tela esgotar o tema Presídio de Miranda, pois há, ainda, muito a ser feito. A organização militar da capitania de Mato Grosso é, ainda hoje, um campo aberto para pesquisadores. O estudo aqui apresentado é um pequeno esforço para tentar entender como, onde, quando e por que foi feita defesa da conquista portuguesa na América; um passo para apreender uma parcela do passado da região que outrora foi Espanha, e Portugal.

## **BIBLIOGRAFIA E FONTES**

### **FONTES DOCUMENTAIS**

#### **ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - AHU/MT**

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Antonio Rolim de Moura Tavares para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, julho de 1761, doc. 645 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Antonio Rolim de Moura Tavares para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, agosto de 1763, doc. 700 – AHU-MT.

Ofício do secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Pedro da Câmara Coutinho. Lisboa, julho de 1765, doc. 751 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, outubro de 1765, doc. 756 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, junho de 1766, doc. 783 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, junho de 1769, doc. 850 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, fevereiro de 1770, doc. 878 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, abril de 1771, doc. 923 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis Pinto de Sousa Coutinho ao governador de São Paulo Luis Antonio de Sousa Botelho. Vila Bela, maio de 1771, doc. 929 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, abril de 1773, doc. 1022 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, maio de 1773, doc. 1028 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, julho de 1773, doc. 1039 – AHU – MT.

Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, novembro de 1775, doc. 1111 – AHU – MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, dezembro de 1775, doc. 1113 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Forte Príncipe da Beira, junho de 1776, doc. 1130 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Forte Príncipe da Beira, agosto de 1776, doc. 1137 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, janeiro de 1777, doc. 1148 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, dezembro de 1777, doc. 1172 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, novembro de 1778, doc. 1219 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, abril de 1786, doc. 1470 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, novembro de 1790, doc. 1595 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, novembro de 1791, doc. 1628 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, setembro de 1793, doc. 1672 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, julho de 1795, doc. 1699 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Luis Pinto de Souza Coutinho. Vila Bela, janeiro de 1796, doc. 1719 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Luis Pinto de Sousa Coutinho. Vila Bela, fevereiro de 1797, doc. 1746 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar. Vila Bela, abril de 1797, doc. 1751 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, agosto de 1797, doc. 1756 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, agosto de 1797, doc. 1757 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, agosto de 1797, doc. 1758 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, agosto de 1797, doc. 1759 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, dezembro de 1797, doc. 1764 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar. Vila Bela, julho de 1798, doc. 1803 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho. Vila Bela, junho de 1799, doc. 1865 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Souza Coutinho. Vila de Cuiabá, abril de 1800, doc. 1898 – AHU-MT.

Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar João Rodrigues de Sá e Melo. Vila Bela, fevereiro de 1802, doc. 1958 – AHU-MT

Ofício do secretário de estado da Marinha e Ultramar João Rodrigues de Sá e Melo ao secretário de estado de Negócios Estrangeiros João de Almeida de Melo e Castro. Queluz, julho de 1802, doc. 1978 – AHU-MT

## **ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT**

Carta do cirurgião Manoel José de Faria ao comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado. Sem Local, aproximadamente 1797. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 002 – APMT.

Carta do comandante Francisco Rodrigues do Prado ao tenente e comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, dezembro de 1797. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 003 – APMT.

Ordem do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao cabo da esquadra de Dragões Joaquim [C...] Passos. Presídio de Miranda, novembro de 1797. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 004 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, março de 1798. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 005 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, aproximadamente 1798. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 006 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, fevereiro de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 007 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, abril de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 008 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, maio de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 009 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, julho de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 010 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, agosto de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 011 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, setembro de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 012 – APMT.

Carta de Maria Rosa ao ajudante comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado. Povoação de Albuquerque, outubro de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 013 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, outubro de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 014 – APMT.

Relação de suprimentos vindos da Vila do Cuiabá feita por Juan Baptista Ribeiro. Presídio de Miranda, julho de 1799. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 016 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, janeiro de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 017 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, janeiro de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 018 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, maio de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 020 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, maio de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 021 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, maio de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 022 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida. Presídio de Miranda, julho de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 023 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida. Presídio de Miranda, julho de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 024 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, julho de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 025 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, julho de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 026 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Miranda, agosto de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 027 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, agosto de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 028 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, novembro de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 030 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, novembro de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 031 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e Capitão General da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, novembro de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 032 – APMT.

Ordem (cópia) do comandante Alexandre Brito de Leme de Menezes ao cabo de esquadra Antônio Pedro de Camargo. Presídio de Miranda, março de 1800. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 033 – APMT.

Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Presídio de Miranda, março de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 034 – APMT.

Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado ao seu irmão. Presídio de Miranda, setembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 035 – APMT.

Carta de Francisco Roiz do Prado ao comandante dos estabelecimentos do Paraguai Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, setembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 036 – APMT.

Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado ao comandante dos estabelecimentos do Paraguai Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, setembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 037 – APMT.

Carta de Francisco Rodrigues do Prado ao comandante dos estabelecimentos do Paraguai Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, dezembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 039 – APMT.

Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado ao comandante dos estabelecimentos do Paraguai Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, dezembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 040 – APMT.

Carta do tenente Francisco Rodrigues do Prado comandante de Miranda ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Presídio de Miranda, dezembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 041 – APMT.

Mapa do mês de agosto da guarnição do Presídio de Miranda. Presídio de Miranda, setembro de 1801. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 042 – APMT.

Carta de Francisco Rodrigues do Prado ao comandante de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 043 – APMT.

Carta de Francisco Rodrigues do Prado ao comandante de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, janeiro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 044 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, setembro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 047 – APMT.

Carta do capitão Francisco Rodrigues do Prado para o governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Miranda, outubro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 048 – APMT.

Carta do comandante do Forte de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Presídio de Miranda, outubro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 049 – APMT.

Certidão expedida pelo cirurgião Francisco Gonçalves Rego, certificando que o dragão Francisco Rodrigues do Prado encontra-se enfermo. Presídio de Miranda, setembro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 050 – APMT.

Relação dos armamentos e ferramentas pertencentes a sua majestade no presídio do Rio da Appa, assinado pelo escrivão Francisco Xavier Ribeiro. Sem local, janeiro de 1802. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 051 – APMT.

Atestado do cirurgião do partido militar do Presídio de Miranda Antônio Muniz de Farias, sobre o soldado dragão Jose de Freitas e Souza. Miranda, janeiro de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 052 – APMT.

Atestado do cirurgião do partido militar do Presídio de Miranda Antônio Muniz de Farias, sobre o comandante Francisco Rodrigues do Prado. Miranda, março de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 053 – APMT.

Atestado do cirurgião do partido militar do Presídio de Miranda Antônio Muniz de Farias, sobre o cadete de dragões Antonio Pedro Figueiredo Falcão. Miranda, março de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 054 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Miranda, janeiro de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 055 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Miranda, março de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 056 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, abril de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 057 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Francisco Rodrigues do Prado ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Presídio de Miranda, junho de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 058 – APMT.

Carta do tenente comandante Jerônimo Joaquim Nunes Pereira ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Miranda, julho de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 059 – APMT.

Relação dos gêneros que são necessários ao armazém deste Presídio para sustentação de 120 Praças por 3 meses. Presídio de Miranda, janeiro de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 060 – APMT.

Relação dos gêneros necessários neste Armazém Real para sustentar a guarnição, praça por tempo de 3 meses. Presídio de Miranda, março de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 061 – APMT.

Relação dos gêneros que o tenente comandante Francisco Rodrigues do Prado pediu a provedoria da Vila do Cuiabá para fornecimento de quinto. Miranda, julho de 1803. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 062 – APMT.

Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, março de 1804. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 063 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Alexandre Bueno Leme de Menezes ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes. Miranda, janeiro de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 065 – APMT.

Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, fevereiro de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 066 – APMT.

Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, março de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 067 – APMT.

Carta do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes. Miranda, março de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 068 – APMT.

Carta de Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes. Miranda, novembro de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 069 – APMT.

Representação do comandante Alexandre Bueno Leme de Menezes ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Manoel Carlos de Abreu Menezes. Presídio de Miranda, janeiro de 1805. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 070 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao coronel comandante do forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, abril de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 071 – APMT.

Carta de Juan Manoel Gamarra ao comandante do Presídio de Coimbra Jerônimo Joaquim Nunes. Vila Real, abril de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 072 – APMT.

Carta de José Theodoro Ernanz ao comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes. Destacamento, maio de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 074 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, maio de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 075 – APMT.

Carta de José Espínola ao comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes. Vila Real de Concepcion, junho de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 076 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, julho de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 077 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes a 3ª Junta governativa da capitania de Mato Grosso. Miranda, novembro de 1806. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 079 – APMT.

Carta de Francisco Leite Pereira ao comandante do Presídio de Miranda Jeronimo Joaquim Nunes. Miranda, janeiro de 1807. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 083 – APMT.

Carta do tenente comandante do Presídio de Miranda Jeronimo Joaquim Nunes á Terceira Junta Governativa da Capitania de Mato Grosso. Miranda, fevereiro de 1807. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 084 – APMT.

Cartas do tenente comandante do Presídio de Miranda Jeronimo Joaquim Nunes ao major Antonio José Rodrigues. Miranda, fevereiro de 1807. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 085 – APMT.

Carta do comandante de Miranda Jeronimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato-Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, novembro de 1807. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 086 – APMT.

Carta (cópia) do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao coronel comandante de Vila Real José Espindola. Miranda, abril de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 088 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao comandante do Forte de Coimbra Antônio José Rodrigues. Miranda, abril de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 089 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao comandante do Forte de Coimbra Antônio José Rodrigues. Miranda, abril de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 090 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao sargento-mor Antônio José Rodrigues. Miranda, maio de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 092 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, julho de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 093 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, agosto de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 094 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao comandante do quartel militar Alexandre José Leite Chaves de Melo. Miranda, agosto de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 095 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Miranda, novembro de 1808. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 096 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, março de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 099 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao major Antônio José Rodrigues. Miranda, abril de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 100 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Jerônimo Joaquim Nunes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, junho de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 102 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemberg. Presídio de Miranda, novembro de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 107 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 108 – APMT.

Inquirição feita por Antônio Xavier do Vale sobre o furto ao cabo Francisco A. Piçarra. Presídio de Miranda, janeiro de 1809. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 109 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, abril de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 110 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, julho de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 111 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, outubro de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 114 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, novembro de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 115 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1810. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 116 – APMT.

Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, post. 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 117 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 118 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, fevereiro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 119 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, março de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 120 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, maio de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 121 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, julho de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 122 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, setembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 123 – APMT.

Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, setembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 124 – APMT.

Carta do sargento-mor engenheiro e comandante José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, outubro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 125 – APMT.

Carta do sargento-mor engenheiro e comandante José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 127 – APMT.

Ordem do sargento-mor engenheiro e comandante José Antônio Teixeira Cabral. Miranda, setembro de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 128 – APMT.

Requerimento do soldado dragão da guarnição do Presídio Miranda Joaquim Inácio Ribeiro ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Vila do Cuiabá, junho de 1811. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 129 – APMT.

Carta do sargento-mor José Antonio Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 130 – APMT.

Carta do sargento-mor José Teixeira Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, março de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 131 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, abril de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 133 – APMT.

Carta do comandante interino do presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao tenente coronel Antônio José Rodrigues. Miranda, junho de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 134 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao tenente coronel Antônio José Rodrigues. Miranda, junho de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 135 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, setembro de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 136 – APMT.

Carta (incompleto) pelo comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá. Miranda, outubro de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 138 – APMT.

Carta do comandante interino do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, novembro de 1812. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 139 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, fevereiro de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 142 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, abril de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 143 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, maio de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 144 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao tenente coronel Antônio José Rodrigues. Miranda, maio de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 146 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao tenente coronel Antônio José Rodrigues. Miranda, maio de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 148 – APMT.

Carta do tenente comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, agosto de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 150 – APMT.

Carta de João Viegas Garces Torte ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, novembro de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 152 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, novembro de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 153 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1813. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 154 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, fevereiro de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 156 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, abril de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 157 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, maio de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 158 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, agosto de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 160 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, outubro de 1814. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 161 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 162 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, maio de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 163 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, agosto de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 164 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Presídio de Miranda, novembro de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 165 – APMT.

Mapa de mantimento com que as praças destacadas em Miranda, fornecerão ao Real Armazém no ano de 1814, expedido pelo tenente comandante José Craveiro. Presídio de Miranda, janeiro de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 167 – APMT.

Requerimento do soldado da companhia de dragões do Presídio de Miranda Joaquim Correia Pinto ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D'

Oeynhausen e Gravemberg. Vila do Cuiabá, outubro de 1815. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 169 – APMT.

Carta do comandante José Craveiro de Sá ao coronel comandante geral Antônio José Rodrigues. Miranda, janeiro de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 170 – APMT.

Carta do comandante José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, janeiro de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 171 – APMT.

Carta do comandante José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, fevereiro de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 172 – APMT.

Carta do tenente comandante capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, maio de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 174 – APMT.

Carta do comandante José Craveiro de Sá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, julho de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 175 – APMT.

Carta [...] Joaquim José Rodrigues ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, novembro de 1817. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 179 – APMT.

Carta do tenente coronel e comandante general das fronteiras de Vila Real Juan Manoel Gamarra para o comandante do Presídio de Miranda José Craveiro de Sá. Sem local, janeiro de 1818. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 181 – APMT.

Carta do comandante Joaquim José Rodrigues ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, março de 1818. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 182 – APMT.

Carta do comandante Joaquim José Rodrigues ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. Miranda, dezembro de 1816. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 187 – APMT.

Carta de Felix Antônio de Mendonça ao senhor Antônio José de Carvalho Chaves. Presídio de Miranda, outubro de 1819. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 189 – APMT.

Auto de devassa que mandou proceder o ajudante comandante Joaquim Duarte Pinheiro pela morte do soldado pedestre Manoel da Costa Lima. Presídio de Miranda, outubro de 1821. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 191 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Joaquim José Rodrigues à Primeira Junta Governativa Provisória. Presídio de Miranda, março de 1822. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 192 – APMT.

Carta do comandante do Presídio de Miranda Joaquim José Rodrigues à Primeira Junta Governativa Provisória. Presídio de Miranda, outubro de 1822. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 193 – APMT.

Relação dos gêneros que produziram as plantas e criações no ano 1822 os quais servirão para fornecimento das praças da guarnição do Presídio Miranda. Presídio de Miranda, janeiro de 1822. Fundo: Presídio de Miranda, doc. 196 – APMT.

## **NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL/UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - NDIHR/UFMT**

Livro que há de servir de Registro para este Comandante do Forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra. Rolo de Microfilme nº 2: Códice 33 – Livro (parte) de registro da relação de gêneros fornecidos ao Real Armazém do Presídio de Miranda. Fundo Provedoria da Real Fazenda/MT: Vila de Miranda, 1799 – 12 – 12/1801 – 02 – 08.

Caderno para registro de descargas de mercadorias e gêneros alimentícios saídos do Almoarifado para os Corpos de Dragões, Pedestres, Índios e Hospital da Vila de Miranda. Rolo de microfilme nº 2: Códice 44. Fundo Provedoria da Real Fazenda/MT: Vila de Miranda, 1805 – 07 – 30.

Relação de oficiais que foram nomeados para o Destacamento de ano de 1809 no sorteamento que se fez a 6 de Agosto do mesmo ano no quartel do Tenente Coronel Comandante do Regimento de Milícias do Cuiabá com assistência dos Oficiais do Estado Maior do mesmo Regimento (1º Sorteamento do Ano de 1809). Rolo de microfilme nº 2: Códice 54 – Livro (5º) para lançamento dos termos de sorteamento de militares para servirem em fronteiras. Fundo Provedoria da Real Fazenda/MT: Cuiabá, 1809 – 07 – 25/1820 – 12 – 23.

Relação de oficiais, oficiais inferiores e soldados que foram nomeados para o Destacamento de ano de 1809 no sorteamento que se fez a 26 de Dezembro do mesmo ano no quartel do Tenente Coronel Comandante do Regimento de Milícias do Cuiabá com assistência dos Oficiais do Estado Maior do mesmo Regimento (2º Sorteamento do Ano de 1809). Rolo de microfilme nº 2: Códice 54 – Livro (5º) para lançamento dos termos de sorteamento de militares para servirem em fronteiras. Fundo Provedoria da Real Fazenda/MT: Cuiabá, 1809 – 07 – 25/1820 – 12 – 23.

Relação de oficiais, oficiais inferiores e soldados que foram nomeados para o Destacamento de ano de 1810 no sorteamento que se fez a 26 de Junho do mesmo ano no quartel do Tenente Coronel Comandante do Regimento de Milícias do Cuiabá com assistência dos Oficiais do Estado Maior do mesmo Regimento (1º Sorteamento do Ano de 1810). Rolo de microfilme nº 2: Códice 54 – Livro (5º) para lançamento dos termos de sorteamento de militares para servirem em fronteiras. Fundo Provedoria da Real Fazenda/MT: Cuiabá, 1809 – 07 – 25/1820 – 12 – 23.

Relação de oficiais, oficiais inferiores e soldados que foram nomeados para o Destacamento de ano de 1810 no sorteamento que se fez a 28 de Setembro do mesmo ano no quartel do Tenente Coronel Comandante do Regimento de Milícias do Cuiabá com assistência dos Oficiais do Estado Maior do mesmo Regimento (2º Sorteamento do Ano de 1810). Rolo de

microfilme nº 2: Códice 54 – Livro (5º) para lançamento dos termos de sorteamento de militares para servirem em fronteiras. Fundo Provedoria da Real Fazenda/MT: Cuiabá, 1809 – 07 – 25/1820 – 12 – 23.

Relação de oficiais, oficiais inferiores e soldados que foram nomeados para o Destacamento de ano de 1810 no sorteamento que se fez a 26 de Dezembro do mesmo ano no quartel do Tenente Coronel Comandante do Regimento de Milícias do Cuiabá com assistência dos Oficiais do Estado Maior do mesmo Regimento (3º Sorteamento do Ano de 1810). Rolo de microfilme nº 2: Códice 54 – Livro (5º) para lançamento dos termos de sorteamento de militares para servirem em fronteiras. Fundo Provedoria da Real Fazenda/MT: Cuiabá, 1809 – 07 – 25/1820 – 12 – 23.

Relação de oficiais, oficiais inferiores e soldados que foram nomeados para o Destacamento de ano de 1811 no sorteamento que se fez a 13 de Junho do mesmo ano no quartel do Tenente Coronel Comandante do Regimento de Milícias do Cuiabá com assistência dos Oficiais do Estado Maior do mesmo Regimento (1º Sorteamento do Ano de 1811). Rolo de microfilme nº 2: Códice 54 – Livro (5º) para lançamento dos termos de sorteamento de militares para servirem em fronteiras. Fundo Provedoria da Real Fazenda/MT: Cuiabá, 1809 – 07 – 25/1820 – 12 – 23.

Relação das coisas que forneceram ao Armazém deste Presídio no 2º Semestre desde o dia dez de Julho até o último de Dezembro de 1809. Rolo de microfilme nº 4: Relação 1187 – Relação de saídas de gêneros alimentícios do Armazém Real da Vila de Miranda. Fundo Provedoria da Real Fazenda/MT: Vila de Miranda, 1809 – 12 – 31.

## DOCUMENTOS IMPRESSOS

AMADO, Janaina & ANZAI, Leny Caselli (orgs.). *Anais de Vila Bela 1734 - 1789*. (Coleção Documentos Preciosos) Revisão e notas Luiz Carlos Figueiredo. Prefácio de Paulo Pitaluga Costa e Silva. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006.

*ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719 – 1830*. Transcrição e sua organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

ARAÚJO, Renata Maucher de. *A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método. Volume II – Anexo Documental*. 2000. Tese (Doutorado em História da Arte) - FCSH/Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. *História da arquitetura de Mato Grosso do Sul: origens e trajetórias*. Campo Grande: A. M. V. Arruda, 2009.

D'ALINCOURT, Luiz. Memória acerca da fronteira da província de Mato Grosso, organizada em Cuiabá, no ano de 1826. In: D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Publicações Comemorativas para IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. Digitalização da edição em papel de 1953. Versão para eBook. Acessada de <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/dalincourt.html> em 02/12/2011.

GARCIA, João Carlos. (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2002.

*Instruções aos Capitães-Generais*. (Publicações Avulsas, n.º 27) Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Ed. da USP/IOESP, 2000.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. *Reflexões sobre a capitania de Mato Grosso*. (Publicações Avulsas, n.º 57) Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2002.

\_\_\_\_\_. Memória ou informação dada ao governador sobre a capitania de Mato Grosso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1916.

TAUNAY, Visconde de. *A Retirada da Laguna*. (Texto integral) São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

*Tratados de Limites Internacionais que interessam à Mato Grosso*. (Publicações Avulsas, n.º 61) Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2002.

## SÍTIOS DA INTERNET

[http://fortalezasmultimidia.com.br/fortalezas/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=160#centro](http://fortalezasmultimidia.com.br/fortalezas/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=160#centro) (acessado em 25/04/2011)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (livros, capítulos de livros, artigos)

ALBUQUERQUE, Marcos, LUCENA, Velda & WALMSLEY, Doris. *Fortes de Pernambuco: imagens do passado e do presente*. Recife: Graftorre, 1999.

ALVES, Francisco das Neves. Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: POSSAMAI, Paulo César. (org.) *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.

ARAUJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. 2. ed. Porto: FAUP Publicações, 1998.

\_\_\_\_\_. Engenharia militar e urbanismo. In: MOREIRA, Rafael. (Dir.) *Portugal no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

BARRETTO, Annibal. *Fortificações do Brasil (Resumo histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765 – 1775*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAMARGO, Fernando. Guardas militares ibéricas na fronteira platina. In: POSSAMAI, Paulo César. (org.) *Gente de guerra e fronteira: estudos da história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedras, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Volume 1 – Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2009.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. & BITTENCOURT, José Neves. *Armas: ferramentas da paz e da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CORREIA, João Rosado. As fortificações portuguesas e a cartografia. Das origens ao século XVIII. In: CORREIA, João Rosado. (coord.) *Fortificações portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina (A fundação do sistema português de comunicação ultramarina. Uma redescoberta da origem cultural do Brasil)*. Orada: Centro de Estudos Patrimoniais Lusófonos da Fundação Convento da Orada, 1999.

COTTA, Francis Albert. O “sistema militar corporativo” na América portuguesa. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: FCSH/UNL: 2005,

DAVIDSON, David M. How the Brazilian West was won: Freelance and State in Mato Grosso Frontier, 1732 – 1752, In: ALDEN, Dauril. (ed.) *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Edições Alva; CIORD, 1997.

\_\_\_\_\_. Versailles em Guaporé: a evidência visual do passado glorioso de Vila Bela. In: *Varia historia*. Revista do Departamento de História, PPGH, FFCH, UFMG, Belo Horizonte, n.º30 julho de 2003.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso: 1536 – 1778*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

\_\_\_\_\_. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830 - 1910)*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. In: *Penélope. Fazer e desfazer a História*. Lisboa, n.º 23, 2000.

GUEDES, Roberto. Branco africano: notas da pesquisa sobre escravidão, tráfico de cativos e qualidades de cor no Reino de Angola (Ambaca e Novo Redondo, finais do século XVIII). In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séc. XVIII – XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

GUERREIRO, Inácio. Fronteiras do Brasil colonial: a cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII. In: *Revista OCEANOS – A Formação Territorial do Brasil*, Lisboa, n. 40, Outubro/Dezembro de 1999.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa (1789 – 1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed., ampliada. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado de Cultura, 1986.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, Nauk Maria de. A guerra justa contra os Payaguá (1ª metade do século XVIII). In: *História em Reflexão*. Dourados: vol. 1 n. 2, jul./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

\_\_\_\_\_. Para uma história da organização militar na capitania de Mato Grosso. In: POSSAMAI, Paulo César. (org.) *Conquistar e defender: Portugal, países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

KEEGAN, John. *O rosto da batalha*. Trad. José Vieira de Lima. Lisboa: Ed. Fragmentos, 1976.

\_\_\_\_\_. *Uma história da guerra*, Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. As fortificações coloniais no Brasil. In: MORI, Victor Hugo, LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira, CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

LOBATO, M. Fortalezas do Estado da Índia: do centro à periferia. In: PAULINO, Francisco Faria. (coord.) *A arquitetura militar na expansão portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

MARTINS, Gilson Rodolfo. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. 2.ed. ampl. e ver. Campo Grande: Ed. UFMS, 2002.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: EdUSP, 1991.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil Colonial: corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

MELLO, Raul Silveira de. *História do Forte de Coimbra – 1º Volume – I, II, III, IV e V Períodos (1500 – 1718)*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1958.

\_\_\_\_\_. *História do Forte de Coimbra – 2º Volume – VI e VII Períodos (1748 a 1802)*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1959.

\_\_\_\_\_. *Para além dos bandeirantes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1968.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vítor & KRAAY, Hendrik. (orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV e Co-edição Bom Texto, 2004.

MORI, Victor Hugo. Arquitetura militar: da “cortina vertical” à “cortina virtual” In: MORI, Victor Hugo, LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira, CASTRO, Adler Homero Fonseca. *Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

PEREIRA, M. Da Torre ao Baluarte. In: PAULINO, Francisco Faria. (coord.) *A arquitectura militar na expansão portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

POSSAMAI, Paulo César. *A vida quotidiana na colónia do Sacramento (1715 - 1735)*. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2006.

PUNTONI, Paulo. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550 – 1700). In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vítor & KRAAY, Hendrik. (orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV e Co-edição Bom Texto, 2004.

QUEVEDO, Roberto. Relación e integración entre Paraguay y Brasil. Siglos XVI y XVII. In: *ANAIS DO VII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO IBEROAMERICANA DE ACADEMIAS DE HISTÓRIA*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2000.

ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. (Org.) *A terra da Conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003.

SENA, Divino Marcos de. Camapuã no período do ocaso das monções: população, trabalho, lavoura, explorações e resistências. In: *História em Reflexão*. Dourados: vol. 4 n. 7, jan/jun 2010.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

\_\_\_\_\_. Formas provisórias de existências: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

STELLA, Roseli Santaella. Fortificações portuguesas no Brasil: costeiras, marginais e mistas. In: CORREIA, João Rosado. (coord.) *Fortificações portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina (A fundação do sistema português de comunicação ultramarina. Uma redescoberta da origem cultural do Brasil)*. Orada: Centro de Estudos Patrimoniais Lusófonos da Fundação Convento da Orada, 1999.

VANGELISTA, Chiara. Los Guaikurú, españoles y portugueses en una región de frontera: Mato Grosso, 1770 – 1830. Tradução de Clara López Beltrán. In: Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”. Tercera serie, núm. 8, 2<sup>do</sup>. semestre de 1993.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719 – 1819)*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

WEBER, Astor. Os Eyviguayegui-Mbayá-Guaicuru: o Tratado de Paz de 1791. In: *História em Reflexão*. Dourados: vol. 1 n. 2, jul./dez. 2007.

WRIGHT, Antonia Fernanda Pacca de Almeida. A fortificação: núcleo militar da ordem e da justiça. Marcos pontuais de um sistema maior de defesa e de urbanização. In: CORREA, João Rosado. (coord.) *Fortificações portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina (A fundação do sistema português de comunicação ultramarina. Uma redescoberta da origem cultural do Brasil)*. Orada: Centro de Estudos Patrimoniais Lusófonos da Fundação Convento da Orada, 1999.

\_\_\_\_\_. A questão civilizadora. In: CORREA, João Rosado. (coord.) *Fortificações portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina (A fundação do sistema português de comunicação ultramarina. Uma redescoberta da origem cultural do Brasil)*. Orada: Centro de Estudos Patrimoniais Lusófonos da Fundação Convento da Orada, 1999.

YEGROS, Margarida Prieto. Las bandeiras paulistas. In: *ANAIS DO VII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO IBEROAMERICANA DE ACADEMIAS DE HISTÓRIA*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2000.

## **TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS**

ARAUJO, Renata Maucher de. *A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. 2000. 663 f. Tese (Doutorado em História da Arte) - FCSH/Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). 2012. 595 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - FFLCH/PPGHE/USP, São Paulo.

FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte do Príncipe da Beira e a fronteira noroeste da América Portuguesa (1776 – 1796)*. 2003. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFMT, Cuiabá.

JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719 - 1778)*. 2006. 400 f. Tese (Doutorado em História) – IFHF/UFF, Rio de Janeiro.

ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722 – 1808)*. 1998. 309 f. Tese (Doutoramento em História) - FFLCH/USP, São Paulo.

### **OBRA DE REFERÊNCIA**

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...*, 8v. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728.

JESUS, Nauk Maria de. (org.) *Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (coord.) *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. São Paulo; Lisboa: Ed. Verbo, 1994.

VAINFAS, Ronaldo. (org.) *Dicionário do Brasil colonial (1500 - 1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. (org.) *Dicionário do Brasil Imperial (1822 - 1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

## ANEXO A

<b>Relação dos comandantes do Presídio de Miranda desde sua fundação até o final do período colonial</b>	
<b>Período do comando</b>	<b>Função e nome do comandante</b>
1797 – 1800	Ajudante de Milícias da Legião do Cuiabá Francisco Rodrigues do Prado
1800 – 1803	Tenente de Milícias Francisco Rodrigues do Prado
1803	Capitão de Milícias Francisco Rodrigues do Prado
1803 – 1804	Tenente Jerônimo Joaquim Nunes Pereira
1804 – 1806	Tenente Alexandre Bueno Leme de Menezes
1806 – 1809	1º Tenente de Artilharia Jerônimo Joaquim Nunes Pereira
1809 – 1811	(Interino) Ajudante José Craveiro de Sá
1811 – 1812	Sargento-mor Engenheiro José Antonio Teixeira Cabral
1812 – 1813	(Interino) Tenente de Milícias José Craveiro de Sá
1813 – 1817	Tenente José Craveiro de Sá
1817 – 1819	Joaquim José Rodrigues
1820 – 1821	Ajudante Joaquim Duarte Pinheiro
1822 – 1822	Joaquim José Rodrigues

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 31 de agosto de 2013.

---

Bruno Mendes Tulux